

Mulheres, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Maria Helena Santana Cruz
Ana Paula Leite Nascimento
(Organizadoras)



AUTORAS

Adenilde de Souza Dantas
Ana Caroline Trindade dos Santos
Ana Paula Leite Nascimento
Ana Raquel Martins D. Holanda
Bruna Andrade Irineu
Camila de Souza Silva Marques
Ciaria de Aguiar Freitas Varjão
Cristiane Oliveira de Santana
Débora Lima Siqueira
Isadora Rodrigues Nascimento Santos
Francisca Maria Rodrigues Sena
Glauce Margarida da Hora Medeiros
Jislane Silva Santos de Menezes
Josefa Lusitânia de J. Borges

Josefa Martins da Conceição
Larissa de Gois Barreto
Manuela Rodrigues Santos
Márcia Tavares
Maria do Rosário de Fátima A. Leitão
Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Maria Helena Santana Cruz
Maria Zelma de Araújo Madeira
Milena Fernandes Barroso
Nelyne Mota dos Santos Araújo
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Paula Eduarda Soares da Silva
Regina Alice Rodrigues Araujo Costa
Sara Cristina Martins da Silva
Simone Regina da Costa
Tamires Aparecida Batista de Oliveira

Mulheres, EDUCAÇÃO E TRABALHO

COLETÂNEA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SERGIPE (IFS)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

REITORA DO IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

ORGANIZADORAS
Maria Helena Santana Cruz
Ana Paula Leite Nascimento

Mulheres, EDUCAÇÃO E TRABALHO

COLETÂNEA



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sergipe
Aracaju
2021

Copyright© 2021 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa das autoras ou do IFS.

Editora-chefe (Coordenadora de Publicações)
Vanina Cardoso Viana Andrade

Planejamento e Coordenação Gráfica

Rubervânia da Cruz Lima
Luiz Alberto dos Santos Júnior

Revisão

Rubervânia da Cruz Lima
Caroline Barbosa Lima

Projeto Gráfico da Capa

Rubervânia da Cruz Lima
Luiz Alberto dos Santos Júnior

Diagramação

Rubervânia da Cruz Lima
Luiz Alberto dos Santos Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M956 Mulheres,educaçãoetrabalho[recursoeletrônico]./MariaHelenaSantana Cruz;AnaPaulaLeite Nascimento-organizadores. -Aracaju:Editora IFS,2021.
263p.:il.color

Formato:E-book
ISBN 978-65-87114-50-7

1.Educação.2.Trabalho.3.Mulheres.
I.Mulhernasociedade. II.Gêneroetrabalho.III.Título.

CDU37+331-055.2

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637

[2021]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, Bairro Jardins.

Aracaju/SE. CEP: 49025-330

TEL.: +55 (79) 3711-3222 / e-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil

Conselho Científico

Chirlaine Cristine Gonçalves
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão

Jaime José da Silveira Barros Neto
Diretor de Pesquisa e Pós-graduação

José Wellington Carvalho Vilar
Área: Ciências Exatas e da Terra

Diego Lopes Coriolano
Área: Engenharias (titular)

Herbet Alves de Oliveira
Área: Engenharias (suplente)

Adeline Araújo Carneiro Farias
Área: Ciências Humanas

Alexandre Santos de Oliveira
Área: Ciências Sociais Aplicadas

João Batista Barbosa
Área: Ciências Agrárias

Manoela Falcon Gallotti
Área: Linguística, Letras e Artes

Sheyla Alves Rodrigues
Área: Ciências Biológicas

Membros Externos

Flor Ernestina Martinez Espinosa - FIOCRUZ

Eliane Maurício Furtado Martins - IF Sudeste MG

Odélia Leonor Sanchez de Alsina - UFCG

Zélia Soares Macedo - UFS

Mirian Sumica Carneiro Reis - UNILAB

Mario Ernesto Giroldo Valério - UFS

Claudio Cledson Novaes - UEFS

Ana Aparecida Vieira de Moura - IFRR

Caique Jordan Nunes Ribeiro - UFS

Josilene de Souza - IFRN

Lucas Molina - UFS

Charles dos Santos Estevam - UFS

Murilo Lopes Martins - IF Sudeste MG

Editoração

Kelly Cristina Barbosa - Bibliotecária

Produção Visual

Jéssika Lima Santos - Diagramador

Júlio César Nunes Ramiro - Técnico em Artes Gráficas

SUMÁRIO

PREFÁCIO	09
<i>Maria Eulina Pessoa de Carvalho</i>	
APRESENTAÇÃO	13
<i>Maria Helena Santana Cruz</i>	
<i>Ana Paula Leite Nascimento</i>	
DIFERENÇAS E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19	23
<i>Maria Helena Santana Cruz</i>	
<i>Ana Paula Leite Nascimento</i>	
ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E CLASSE SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFMT EM TEMPOS DE COVID-19	41
<i>Bruna Andrade Irineu</i>	
<i>Sara Cristina Martins da Silva</i>	
<i>Paula Edwarda Soares da Silva</i>	
“ME CURO Y ME ARMO, ESTUDANDO”: OS DESAFIOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO	58
<i>Manuela Rodrigues Santos</i>	
REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DO ACESSO DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL	74
<i>Francisca Maria Rodrigues Sena</i>	
<i>Maria Zelma de Araújo Madeira</i>	
<i>Milena Fernandes Barroso</i>	
GÊNERO, CIÊNCIA E SABERES INSTITUÍDOS	94
<i>Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão</i>	
<i>Josefa Martins da Conceição</i>	
<i>Glance Margarida da Hora Medeiros</i>	
MULHERES DOCENTES E DISCENTES NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO CAMPUS DO SERTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: REPRESENTATIVIDADES, RESISTÊNCIAS E DESCONSTRUÇÕES	112
<i>Ciaria de Aguiar Freitas Varjão</i>	
<i>Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa</i>	
PROJETO MENINAS DIGITAIS - REGIONAL SERGIPE: UM RELATO DE ATIVIDADES A FAVOR DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA	127
<i>Jislane Silva Santos de Menezes</i>	
<i>Cristiane Oliveira de Santana</i>	
<i>Larissa de Gois Barreto</i>	

MAPEANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER: MULHERES NAS PRESIDÊNCIAS DE SINDICATOS DOCENTES	140
<i>Adenilde de Souza Dantas</i>	
GÊNERO E FUNÇÕES GERENCIAIS: UMA ANÁLISE DA EQUIDADE NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS JOÃO PESSOA	158
<i>Regina Alice Rodrigues Araujo Costa</i>	
<i>Simone Regina da Costa</i>	
TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO EM DESACORDO: A FORMAÇÃO ACADÉMICO-PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR/BA	170
<i>Márcia Tavares</i>	
O CONTEXTO PANDêmICO E SUAS REFRAÇÕES NAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”, NO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E A DEFESA DA INTERSECCIONALIDADE NA APREENSÃO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO	188
<i>Josefa Lusitânia de J. Borges</i>	
A INVISIBILIDADE DA CONDIÇÃO ÉTNICO-RACIAL DAS MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	200
<i>Ana Caroline Trindade dos Santos</i>	
DESAFIOS PARA O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO EM UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DE GÊNERO, RACA E DEFICIÊNCIA	213
<i>Ana Raquel Martins Diógenes Holanda</i>	
<i>Isadora Rodrigues Nascimento Santos</i>	
<i>Nelyne Mota dos Santos Araújo</i>	
AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO E DO TRABALHO REMOTO NA PANDEMIA DA COVID-19 APRESENTADAS PELAS TRABALHADORAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO ENCONTRO DE MULHERES DO SINASEFE 2020	225
<i>Camila de Souza Marques Silva</i>	
<i>Débora Lima Siqueira</i>	
MULHERES E TRABALHO NO CAMPO: A MARCHA DAS MARGARIDAS COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA	239
<i>Tamires Aparecida Batista de Oliveira</i>	
SOBRE AS AUTORAS	252

PREFÁCIO

As mulheres sempre trabalharam muito sem remuneração ou com injusta remuneração: no trabalho reprodutivo, de cuidado da casa e da família, que nem era considerado trabalho; e no trabalho produtivo no campo, no artesanato e depois nas fábricas e escritórios privados e públicos, em funções subalternas. O trabalho doméstico – invisível, não remunerado e não precificado, não “produtivo” – da dona de casa é que sustentava (e ainda sustenta) a economia capitalista, como demonstrou María Angeles Duran¹.

Com o acesso à educação formal a partir do século XIX, as mulheres passaram dos trabalhos manuais aos intelectuais, ainda assim de baixo prestígio, como o magistério, que historicamente se feminizou. Em 2017, elas perfaziam 81% (1.683.772) dos docentes da educação básica brasileira. Contudo, concentram-se nas etapas inferiores da escolaridade: 96,8% em 2009 e 96,6% em 2017 na educação infantil; 90,9% em 2009 e 88,9% em 2017 nos anos iniciais do ensino fundamental; 73,6% em 2009 e 68,9% em 2017 nos anos finais do ensino fundamental; e 64,2% em 2009 e 59,6% em 2017 no ensino médio². O crescimento de professores (homens) nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, nesse período, corrobora a persistência de representações e práticas sociais gendradas que destinam o cuidado das crianças às mulheres em casa e na escola.

Hoje as mulheres brasileiras são mais escolarizadas do que os homens. No final do século XX, elas já eram a maioria dos matriculados e concluintes no ensino médio e superior. Em 2016, segundo dados do IBGE, a taxa de frequência escolar líquida das mulheres no ensino médio era 73,5% enquanto a dos homens era 63,2%. Elas também ultrapassam os homens na população com 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo: 23,5% (elas) e 20,7% (eles), idem no grupo de pessoas pretas e pardas: 10,4% (elas) e 7% (eles)³. Porém estão concentradas em cursos feminizados – ligados ao cuidado,

1. Ver: DURÁN, María Angeles. *A dona de casa. Crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

2. Ver: CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. *Perfil do professor da educação básica*. Série Documental. Relatos de Pesquisa, Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

3. Os números do IBGE, neste parágrafo e nos seguintes, foram apanhados em diversas publicações de divulgação do órgão. Ver: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html#subtitulo-0>; <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>; <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019>; <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/ibge-mulher-tem-peso-importante-no-chamado-trabalho-invisivel>; <https://www.redebrasiltatual.com.br/trabalho/2020/10/mulheres-mercado-de-trabalho-pandemia-decovid-19/>.

como Enfermagem, e ao ensino, como Pedagogia e Licenciaturas, exceto das disciplinas “duras”, como Física e Matemática.

Contudo, a mais alta escolaridade das mulheres não se reflete no mercado de trabalho, pois o rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos, em 2016, segundo o IBGE, era de R\$ 1.764 para as mulheres e de R\$ 2.306 para os homens, ou seja, elas recebiam 76,5% do rendimento médio dos homens. As mulheres com nível superior completo ou maior recebiam ainda menos: 63,4% do rendimento deles.

Ademais, elas dedicam muito mais horas semanais aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos do que eles: 18,1 para 10,5 horas, com pequena variação entre as mulheres brancas (17,7) e pretas e pardas (18,6), em 2016. Em 2019, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) sobre Outras Formas de Trabalho apontou que a média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas é de 11 horas semanais para os homens e de 21 horas para as mulheres.

Nesse contexto de persistência da antiga divisão sexual do trabalho e na falta de creches e escolas em tempo integral, elas buscam trabalhos de jornada flexível e em tempo parcial (até 30 horas semanais). Assim, a proporção de mulheres com ocupações em tempo parcial é o dobro da dos homens (28,2% para 14,1%) e a proporção de mulheres em cargos gerenciais é baixa: 37,8%, em 2016.

Números mais recentes, de 2019, não mostram progresso: as mulheres recebiam R\$ 1.985 e os homens R\$ 2.555, segundo o módulo Rendimento de Todas as Fontes, da PNAD Contínua, portanto, 77,7% do rendimento médio mensal deles. Lembre-se que a dupla jornada significa que as mulheres ocupadas, além de ganharem menos, acumulam 21 horas de trabalho doméstico e cuidados de pessoas por semana.

Ocorre que as mulheres têm sido as mais atingidas pela crise no mercado de trabalho durante a pandemia da Covid-19, tanto porque caiu sua participação na força de trabalho no segundo trimestre de 2020, segundo dados do IBGE, quanto porque elas são ainda mais sobrecarregadas com as tarefas domésticas, principalmente com o fechamento das escolas e creches.

Apesar disso, elas continuam estudando, trabalhando e pesquisando, com destaque para as questões da educação e trabalho da perspectiva de gênero. As mulheres docentes e pesquisadoras da educação básica, tecnológica e superior são uma minoria altamente escolarizada num país de extremas desigualdades. São mulheres assalariadas, que podem até terceirizar o trabalho doméstico, empregando outras mulheres, mas ainda assim pagam o preço de conciliar tarefas profissionais e familiares.

E ganham menos do que seus colegas do sexo masculino: na população de 25 a 49 anos ocupada, na semana de referência correspondente ao 4º trimestre de 2018, as professoras de universidades e do ensino superior, que constituem 49,8% do contingente da ocupação, tinham rendimento médio habitual do trabalho principal equivalente a 82,6% do rendimento deles, o que não se explica pelo menor percentual de horas trabalhadas em relação aos homens (91,5%)⁴.

Dentre elas, as que pesquisam as relações de desigualdade de gênero são uma pequeníssima minoria. Mesmo com a precarização e intensificação do trabalho acadêmico, que cobram um preço ainda mais alto às mulheres pelas responsabilidades familiares e domésticas, elas se dedicam à pesquisa e à extensão, articulam “saberes acadêmicos e ativistas”⁵, comprometidas com a justiça de gênero. São mulheres de distintas gerações, pertencimentos etnicorraciais e regiões do Brasil, oriundas de diversas áreas do conhecimento e interessadas em várias questões.

Sendo os estudos de gênero multi/inter/transdisciplinares, suas contribuições, reunidas neste livro, abrangem temáticas como: emprego, desemprego e a exploração particular das mulheres em meio à reestruturação do trabalho e à pandemia, segundo a perspectiva interseccional de gênero, raça e deficiência; contradições do ensino e do trabalho remoto na educação superior na pandemia e seus efeitos sobre professoras e técnicas; aumento de feminicídios e da LGTIfobia no ambiente doméstico durante a pandemia; desafios de mulheres trans e travestis, negras e indígenas na escola; desigualdades de gênero na ciência e no trabalho acadêmico de professoras e alunas nas áreas masculinas das Ciências Agrárias e Computação; inclusão da transversalidade de gênero na formação e da interseccionalidade na atuação em Serviço Social, com foco na condição etnicorracial das mulheres usuárias do Sistema Único de Assistência Social; atuação feminina nos sindicatos docentes e em funções gerenciais; mulheres do campo e a Marcha das Margaridas, resistindo à macroestrutura patriarcal e ao avanço do agronegócio.

Sabemos o quanto necessitamos avançar ainda para alcançar a igualdade de gênero, um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e, inclusive, para consolidar nossas conquistas recentes, ameaçadas por grupos reacionários que se alvoroçaram nos últimos anos.

4. Ver a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial. *Mulheres no Mercado de Trabalho*. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicílios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf.

5. Termos copiados de Bruna Andrade Irineu, Sara Cristina Martins da Silva e Paula Eduarda Soares da Silva, participantes da Coletânea.

O último Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM 2013-2015⁶ propunha, no capítulo da Educação, na linha de ação 2.4., a “produção e difusão de conhecimentos sobre relações de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, em todos os níveis e modalidades de ensino”. Para isso, indicava o apoio à constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas universidades, em especial, as públicas; realização de novas edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero; lançamento de novos Editais de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo, além da realização de Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa “Pensando Gênero e Ciência”. Destacava, ainda, a “produção de estudos, pesquisas e ações de mudança voltadas para o enfrentamento ao racismo, sexism e lesbofobia” e o apoio a “programas e projetos de extensão universitária na linha temática mulheres e relações de gênero”. Em outros capítulos propunha estudos e pesquisas sobre as múltiplas formas de desigualdades: de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geração, deficiência, território/espaço social.

Apesar da desinteligente e desastrosa descontinuidade das políticas para as mulheres, após o impeachment da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e do consequente desmantelamento da Secretaria de Políticas para Mulheres, elas continuam produzindo conhecimento sobre as desigualdades de gênero com vistas a sua superação. Adiante! Boa leitura!

João Pessoa, 23 de janeiro de 2021.

Maria Eulina Pessoa de Carvalho

6. Não esqueçamos deste plano! Ver: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/157/PNPM%202013-2015%20%28em%2022ago13%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

APRESENTAÇÃO

A obra “**Mulheres, Educação e Trabalho**” expressa uma construção coletiva com mulheres e sobre mulheres, considerando a diversidade que as mulheres constituem e a interseccionalidade de gênero, classe social, raça, sexualidades, deficiências, geração, além de outros marcadores. Somos 30 autoras: mulheres com diversas representatividades, trajetórias e referências inspiradoras, de diferentes instituições, grupos de pesquisas, movimentos sociais, coletivos feministas e de todas as regiões do país, mas com o mesmo propósito: visibilizar as mulheres em sua potência de ser, amar, existir, resistir, acolher, criar, produzir, inovar, lutar, transformar, entre outras potências que as mulheres possuem.

A Coletânea totalizou 15 trabalhos, entre artigos, ensaios e relatos de experiências, que visibilizam estudos, pesquisas, reflexões, olhares, análises, histórias, trajetórias, resistências, representatividades e, de igual modo, provocam, sem dúvidas, transformações a partir desses contributos. As temáticas abordadas abarcaram múltiplas pautas que as mulheres se inserem e protagonizam, referenciadas em categorias teóricas e políticas circunscritas em realidades que vivenciam cotidianamente e que também são vivenciadas por outras mulheres brasileiras e do mundo inteiro.

No *artigo Diferenças e desigualdades de gênero no trabalho em tempos de pandemia Covid-19*, as autoras **Maria Helena Santana Cruz** e **Ana Paula Leite Nascimento** demarcam que, frente ao momento histórico de crise pandêmica global, embasado em um levantamento bibliográfico de artigos, ensaios e livros publicados nos últimos anos no Brasil, e em dados estatísticos com o recorte de gênero, o texto procura refletir, de forma exploratória, sobre o trabalho, emprego e desemprego, de acordo com diferenças de sexo e gênero no contexto da pandemia Covid-19. Salientam que a diversidade da força de trabalho dada por esses aspectos acirra as desigualdades e diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, idade, deficiência e orientação sexual, que estão, cada vez mais, sendo desveladas e destacadas, configurando-se como condição imprescindível para se entender como conhecemos, aprendemos e entendemos o mundo e a nós mesmos. Apontam que precisamos, pois, pensar em instrumentos conceituais que nos permitam identificar e analisar como estruturas de privilégio e opressão se intercruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das

mulheres e na construção de suas identidades. Registram que se trata de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, e que isso atende diretamente aos interesses dominantes. Alertam que o Governo, prestadoras/es de serviços, incluindo o setor privado, devem aproveitar a oportunidade para planejar respostas ao quadro pandêmico que levem em consideração integralmente a perspectiva de gênero, construindo proativamente conhecimentos de gênero em equipes de respostas. Concluem afirmando que é necessária uma resposta global coordenada da magnitude que se seguiu à crise financeira, construída com uma lente de gênero e totalmente inclusiva.

No relato de experiência **Articulando gênero, raça, sexualidade e classe social na extensão universitária na UFMG em tempos de Covid-19**, as autoras **Bruna Andrade Irineu, Sara Cristina Martins da Silva e Paula Eduarda Soares da Silva** explicam que o projeto de extensão intitulado Amapôas – grupo de estudos e conversações feministas – vem sendo realizado há mais de um ano na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Com o texto, pretendem relatar a experiência desta extensão universitária no atual contexto de pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo que objetivam ensaiar teoricamente reflexões as quais articulem gênero, raça, sexualidade e classe social à luz do pensamento de feministas negras e/ou lésbicas e/ou transexuais. Aludem que a articulação entre a Universidade e os movimentos sociais deve ser privilegiada no processo de formação continuada dos atores sociais envolvidos, objetivando a análise crítica de hierarquias sexuais, raciais e de gênero para a construção de uma educação que possibilite vivências democráticas e capacidade transformadora. Nesse sentido, reforçam que pretendiam articular saberes acadêmicos e ativistas para a capilarização do debate feminista entre distintas gerações de mulheres, a partir do projeto que ora apresentam. Constataram que o aumento de 200% do número de feminicídios e LGTIfobia no ambiente doméstico, durante a pandemia da Covid-19, denuncia a urgência de ações que fortalecem as mulheres no reconhecimento da violência em suas relações conjugais, bem como na compreensão dos caminhos sociojurídicos que podem tomar frente à violência. Afirmam que, sem dúvida, o feminismo é um instrumento pedagógico essencial para os enfrentamentos em tela.

No ensaio “**Me Curo y Me Armo, Estudando**”: os desafios de Mulheres Trans e Travestis na Educação, da autora **Manuela Rodrigues**

Santos, ao misturar fragmentos de obras de autoria trans e depoimentos de mulheres trans e travestis, o texto mergulha nos desafios enfrentados por elas no que tange à Educação. Inseridas em um contexto que, muitas vezes, nega a sua existência, vivem uma condição contínua de despossessão que atinge todos os direitos básicos, inclusive o direito à vida no país que mais mata pessoas trans no mundo. Assim, é a partir da compreensão de que os corpos-políticos trans são feitos de especulação e memória, de força e matéria, que a autora materializa no texto as experiências de mulheres trans e travestis com a escola, partindo, então, da despossessão em seu duplo sentido: daquilo que lhes é tirado e daquilo que alimenta as suas lutas. Nessa perspectiva, as corporalidades trans se fazem como uma ferramenta pedagógica que, apesar das experiências negativas e traumáticas com a escola, ainda acreditam na educação como prática de liberdade capaz de enfrentar uma escola a qual reforça as mais variadas formas de opressão. Ressalta a autora que, se ainda falta muito a se fazer no combate aos altos índices de evasão involuntária, o que vem sendo feito demonstra e reforça a importância do saber como um instrumento de cura e de resistência capaz de possibilitar às mulheres trans e travestis ferramentas para transformar o saber-ler-e-escrever em força e poder rumo ao envivecer.

No artigo intitulado “**Reflexões sobre os desafios do acesso de mulheres indígenas e negras à Educação no Brasil**”, as autoras **Francisca Maria Rodrigues Sena, Maria Zelma de Araújo Madeira e Milena Fernandes Barroso** apresentam uma reflexão teórica sobre os impactos do racismo e do sexismoe estruturais e os desafios no acesso de mulheres negras e indígenas à educação no Brasil. O texto parte da relação entre racismo e sexismoe, dimensões estruturantes das relações sociais, desde a colonização, para apontar os fundamentos das desigualdades, limites, impedimentos e invisibilidade impostos às populações racializadas no país. As autoras expõem que as reflexões indicam uma aproximação aos desafios históricos e cotidianos vivenciados pelas meninas e mulheres indígenas e negras na educação, das dificuldades de acessar e permanecer na escola aos preconceitos e discriminações vivenciadas nos processos educacionais. A despeito disso, as lutas das mulheres revelam e reafirmam a importância das ações afirmativas e da educação como espaço de possibilidades e de construção de práticas libertadoras, antirracistas e antissexistas.

O artigo **Gênero, Ciência e Saberes instituídos**, das autoras **Maria do**

Rosário de Fátima Andrade Leitão, Josefa Martins da Conceição e Glauce Margarida da Hora Medeiros, objetiva resgatar, a partir da epistemologia feminista, a presença das mulheres na história de três departamentos das Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia de Pesca e Aquicultura, e Medicina Veterinária), no campus-sede da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A pesquisa de abordagem exploratória foi realizada no período de 2014 a 2020. A coleta de dados aconteceu a partir de pesquisa documental, da realização de entrevistas e informações contidas nos currículos Lattes das entrevistadas. Foram contabilizados dados de cinquenta (50) professores e vinte e oito (28) professoras (em exercício e sem nenhum tipo de licença ou afastamento, no período de 2013 a 2018), vinculados aos três (03) departamentos. As autoras elaboraram o artigo a partir do resgate do perfil histórico da criação dos cursos de ciências agrárias na hoje denominada UFRPE, de reflexões sobre as relações de gênero nos três departamentos de Ciências Agrárias, e na problematização dos perfis de docentes homens e mulheres dos três departamentos, na atualidade. Após a análise, considera-se que o corpo docente pesquisado tem o seguinte perfil: homens, doutores, poliglotas, com formação internacionalizada, e egressos da própria UFRPE, que atuam como revisores de periódicos e desenvolvem projetos de pesquisa, e as mulheres, atuando e contribuindo para o avanço da ciência nesses campos de saberes.

O artigo **Mulheres Docentes e Discentes nas Ciências Agrárias do Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe: representatividades, resistências e desconstruções**, das autoras **Ciaria de Aguiar Freitas Varjão e Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa**, discute sobre caracterização social de mulheres nas ciências agrárias no Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe, a partir da análise de informações provenientes do banco de dados dessa Universidade que foram obtidas durante pesquisa documental, tendo como referência o ano de 2018. No texto, as autoras procuram compreender como se dá a inserção das mulheres na ciência, alicerçada sob pilares androcêntricos e sexistas. Analisaram aspectos relacionados à representatividade de gênero nas ciências e à segregação das docentes e estudantes nos cursos ofertados pelo Campus, enfatizando o fenômeno *teto de vidro* e as estruturas hierarquizadoras que acirram assimetrias de gênero no universo acadêmico.

No relato de experiência **Projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe: um relato de atividades a favor da representatividade feminina**, as autoras

Jislane S. S. de Menezes, Cristiane Oliveira de Santana e Larissa de Gois Barreto assinalam que, diante do panorama de baixa participação feminina na área das Ciências Exatas, mais especificamente na área da computação, o projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe tem proporcionado atividades desde 2018, visando incentivar as jovens estudantes da região Centro-sul de Sergipe, a se interessarem por carreiras na área. Explicam que se trata de um projeto parceiro do programa Meninas Digitais da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e tem como objetivos: fomentar a discussão sobre a participação feminina na área da computação; trazer visibilidade e representatividade feminina na área da tecnologia por meio da produção e veiculação de materiais educativos sobre mulheres que marcaram a história da computação, bem como a apresentação de depoimentos de mulheres da região que se encontram no mercado da computação; e, por fim, fomentar a participação feminina na área por meio de ações voltadas ao aprendizado de competências da área, com oficinas, minicursos, palestras e visitas técnicas bem como a participação em eventos.

O artigo **Mapeando as relações de Gênero e Poder: mulheres nas presidências de sindicatos docentes**, da autora **Adenilde de Souza Dantas**, faz parte de uma pesquisa de Doutorado, em construção, objetivando mapear estudos acadêmicos realizados nos últimos cinco anos, sobre trajetórias de mulheres em cargos de presidentas em sindicatos docentes da educação básica, destacando o tema, a abordagem teórico-metodológica e conclusões. Devido à natureza do objeto, foi adotada a abordagem qualitativa do tipo bibliográfica por meio da consulta a teses, dissertações e artigos localizados nos sites da Capes, BDTD e *Google Scholar*. Os resultados da pesquisa informam que apenas duas pesquisas se aproximaram da temática trazendo dados quantitativos: uma dissertação defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e um artigo publicado em 2018 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Contudo, esses trabalhos não se debruçaram sobre como e em que contextos as mulheres rompem as barreiras sociais impostas e ocupam cargos de presidentas em sindicatos de professores/as. Isso mostra uma lacuna a ser pesquisada e a inexistência de trabalhos que têm como objetivo investigar as trajetórias de mulheres sindicalistas docentes que ocupam ou ocuparam cargos de presidentas nessas instituições.

No artigo **Gênero e Funções Gerenciais: uma análise da equidade no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa**, as autoras **Regina**

Alice Rodrigues Araujo Costa e **Simone Regina da Costa** se propõem a investigar a equidade de gênero nos cargos de coordenação/chefia do Instituto Federal da Paraíba – campus João Pessoa. Para dar conta desse objetivo, adotam o método de abordagem analítico dedutivo, além disso, valem-se de uma abordagem de natureza qualitativa. Quanto aos procedimentos, utilizam da pesquisa bibliográfica e do levantamento documental. A população de análise são as/os servidoras/es que ocupam cargos de chefia no Instituto Federal da Paraíba – campus João Pessoa. A partir do levantamento teórico e da análise de dados, as autoras verificaram a desigualdade de gênero na ocupação de cargos de coordenação/chefia. Além disso, observaram que parcela considerável dos cargos ocupados por mulheres representam funções secundárias, ligadas ao cuidado, apoio, auxílio ou ao ambiente exclusivamente educacional.

No *artigo Transversalidades de Gênero em desacordo: a formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Salvador/BA*, a autora **Márcia Tavares** socializa alguns resultados de uma pesquisa de Estágio Pós-Doutoral intitulada “A Transversalidade de Gênero nos cursos de Serviço Social de Salvador/BA: tendências e perspectivas”, em que procura compreender se e como se materializa a incorporação da perspectiva de gênero, de forma transversal, no processo formativo de discentes em Serviço Social. Para a coleta de dados, optou pela utilização de formulários on-line do *Google Forms*, um dos aplicativos do *Google Drive*. A amostra foi composta por nove coordenadoras de faculdades de Serviço Social sediadas em Salvador, apenas uma delas na modalidade de ensino à distância. Além disso, realizou levantamento de projetos pedagógicos, grades curriculares e documentos institucionais disponibilizados na internet. Segundo a autora, embora as coordenações afirmem que a transversalidade de gênero é incorporada nos cursos, ela permanece no plano das intenções, pois o debate de gênero ainda ocorre de forma isolada, por iniciativa de uma ou outra professora, em disciplinas optativas, seminários temáticos ou pesquisas de iniciação científica, o que denuncia a ausência de transversalidade e o quanto o enfoque de gênero permanece secundário para o Serviço Social.

No *ensaio O contexto pandêmico e suas refrações nas expressões da “questão social”, no trabalho das assistentes sociais e a defesa da interseccionalidade na apreensão do objeto de intervenção*, a autora **Josefa Lusitânia de J. Borges** assinala que o surto pandêmico da SARS-CoV-2 impacta em várias dimensões da vida em sociedade e impõe mudanças e novas exigências. Entre essas mudanças, encontra-se as transformações em

curso para o mundo trabalho. E, quando se trata do trabalho da/o assistente social, essas mudanças trazem especificidades que ocorrem no âmbito das relações sociais, ao tempo que impõe novas demandas para o processo de formação e qualificação profissional e na forma de apreensão do seu objeto de trabalho, uma vez que este é marcado por questões estruturais e conjunturais. Assim, neste ensaio, a autora objetiva situar o contexto do surto pandêmico da SARS-CoV-2 e suas refrações nas expressões da “questão social”, bem como para o trabalho das/os assistentes sociais, aliada à defesa da interseccionalidade - classe social, raça/etnia, gênero e sexualidades - como condição *sine qua non* para apreensão do seu objeto e a construção do processo interventivo, nessa mesma direção. Demarca que tal reconhecimento e operacionalidade requerem, por um lado, uma aproximação entre o mundo da formação e o mundo do trabalho, ou seja, faz-se necessária a valorização, no espaço acadêmico, de um saber contextualizado, de uma formação inicial qualificada, mas também de uma formação permanente.

No *relato de experiência A invisibilidade da condição étnico-racial das mulheres negras usuárias do Sistema Único de Assistência Social*, a autora **Ana Caroline Trindade dos Santos** sistematiza um relato como assistente social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade de Aracaju/SE, em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O objetivo é apreender como a reprodução do racismo estrutural e institucional se apresenta no trabalho social realizado no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) pelas/os assistentes sociais. A autora registra que, no cotidiano profissional, foi possível identificar as expressões do preconceito étnico-racial na atuação de assistentes sociais a partir da subnotificação da condição étnico-racial das usuárias negras do CRAS e perceber a invisibilidade das temáticas sobre preconceito e discriminação étnico-racial no âmbito do exercício profissional, da literatura acadêmica do Serviço Social e da política de assistência social.

No *artigo Desafios para o acesso ao mercado de trabalho em uma perspectiva interseccional de gênero, raça e deficiência*, as autoras **Ana Raquel Martins Diógenes Holanda, Isadora Rodrigues Nascimento Santos e Nelyne Mota dos Santos Araújo** demarcam que se vivencia diferenciação de gênero e privilégios de homens em detrimento de mulheres constantemente. As rotinas são historicamente fomentadas e condicionadas a essa estruturação social, e as consequências do patriarcado ficam ainda mais evidentes em momentos de grande tensão social. A formação econômica e de trabalho

das sociedades, além das relações de poder e Estado, são consequências de como as organizações humanas se formaram e se desenvolveram política, social e economicamente. As autoras salientam que, no Brasil, a esfera social de trabalho traz uma amostragem clara de como as desigualdades oriundas da formação histórica são reproduzidas, pois notam, por exemplo, que, ao longo dos anos, há o significativo aumento da qualificação de mulheres em contraponto a seus baixos salários. E analisam que, quando trazem essas reflexões para o recorte social da deficiência, têm-se indivíduos condicionados a essas desigualdades em vieses duplos ou triplos, uma vez que se agregam à deficiência fatores de gênero e de raça.

O artigo **As contradições do ensino e do trabalho remoto na pandemia da Covid-19 apresentadas pelas trabalhadoras da Rede Federal de Educação no Encontro de Mulheres do Sinasefe 2020**, das autoras **Camila de Souza Marques Silva e Débora Lima Siqueira**, trata-se de um trabalho desenvolvido a partir da observação das dificuldades relatadas nos encontros regionais de mulheres do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) que debateu a situação das mulheres, trabalho remoto durante a Pandemia da Covid-19, ensino remoto e assédio moral. Entre os tópicos abordados no artigo, as autoras destacaram as especificidades e diferença entre o ensino remoto que se remete ao trabalho das docentes, o trabalho remoto que tem por enfoque o trabalho das técnicas administrativas e as diferentes funções e observaram nos dois segmentos os problemas na implementação dessa modalidade de trabalho durante a pandemia. Também enfatizaram a questão do trabalho e ensino remoto especificamente nas escolas vinculadas ao Ministério da Defesa e Colégios Militares, tendo em vista que esses se diferenciam das demais Escolas Federais e contêm suas especificidades. Por fim, abordaram as contradições comuns apresentadas pelas trabalhadoras, em especial, o acréscimo de funções com a pandemia, para além das múltiplas jornadas de trabalho que são historicamente realizadas pelas mulheres na divisão sexual do trabalho na sociedade vigente e como essas foram agravadas pela realização do trabalho e ensino remoto.

No artigo **Mulheres e Trabalho no campo: a Marcha das Margaridas como mecanismo de resistência**, a autora **Tamires Aparecida Batista de Oliveira** alude que a questão agrária no Brasil é permeada, em sua estrutura, por contradições, tensões e conflitos políticos, econômicos e sociais, fruto do antagonismo entre as classes frente à distribuição de terras.

APRESENTAÇÃO

A desigualdade evidente, resultado do sistema colonial, se mantém no campo brasileiro especialmente devido à concentração fundiária. Essa desigualdade é intensificada em meio a determinados grupos que sofrem essas contradições, como o grupo das mulheres trabalhadoras rurais, que não têm espaço na participação econômica rural, estímulo da macroestrutura patriarcal, presente de forma intensa no imaginário coletivo social, e que é intensificado nas relações sociais no campo. A autora expõe que, nesse contexto, e em busca de melhorias nas condições socioeconômicas, surgem mulheres para fazer resistência frente a essa estrutura e ao avanço do agronegócio. Assim, com a pesquisa que desenvolveu, teve o intuito de analisar a situação das mulheres no campo que levaram ao movimento da Marcha das Margaridas e suas principais reivindicações.

As contribuições de cada pesquisadora deram concretude ao projeto coletivo, que ora apresentamos, assim como abrilhantaram a obra com os estudos e as análises as quais desenvolveram. Parabéns a todas as mulheres pelo fôlego nessa construção em um contexto tão desafiador o qual estamos enfrentando face aos impactos da crise pandêmica e dos retrocessos sociais, políticos e econômicos, que afetam todas, todos e todes, cuja maior intensidade dos desafios e agravos é sofrida pelas mulheres, mais adensado ainda se forem mulheres negras, periféricas e LBGTQIA+.

Esse mosaico teórico e político sustentado em uma concepção de análise crítica reaviva a esperança das transformações que podemos provocar e oxigena o fôlego para as inúmeras lutas que temos a travar pelas vidas das mulheres, pelas vidas da humanidade, com o horizonte de uma sociedade sem opressão, sem violências, sem desigualdades, sem exploração. Boa leitura! As críticas serão acolhidas como possibilidades de amadurecermos as reflexões, também, de reafirmarmos o nosso compromisso na construção diária do conhecimento nos diferentes espaços que ocupamos e agregarmos mais potências coletivamente para as lutas cotidianas.

Aracaju, Verão de 2021.

Maria Helena Santana Cruz
Ana Paula Leite Nascimento
(Organizadoras)



Mulheres,
EDUCAÇÃO E TRABALHO

COLETÂNEA

DIFERENÇAS E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

*Maria Helena Santana Cruz
Ana Paula Leite Nascimento*

INTRODUÇÃO

Este momento histórico de crise global, com o Coronavírus surgido em território Chinês, em fins de 2019, e a doença causada por ele (Covid-19), os quais se tornaram uma das maiores epidemias da História (afetando todos os países e criando, possivelmente, a maior política de isolamento social já vista com o rompimento de barreiras geográficas) **constitui uma oportunidade de se fazer um balanço crítico** das repercussões desse processo em nossas práticas sociais nas mais diversas esferas da vida. Observa-se que a atividade produtiva tem passado por um conjunto de mudanças significativas, as quais visam à reprodução do próprio sistema capitalista, que precisa se reinventar e se renovar, ainda que embasado sob a mesma lógica, qual seja, de exploração e acumulação. Nesse sentido, é importante entender como funcionam os processos e as respostas diante de situações críticas de *uma maior precarização e vulnerabilidade do trabalho e do emprego*.

Com a implementação mais veloz e profunda da lógica da globalização hegemônica (*processo de acumulação flexível, reestruturação produtiva, introdução de inovações tecnológicas, novas demandas de perfis profissionais*), a precarização do trabalho passou a ser uma realidade, cada vez mais presente no cotidiano de trabalhadoras/es em várias partes do mundo, e o Brasil não escapou dessa tendência¹. Conforme Antunes (2009), sob a pressão do ideário neoliberal, as transformações contemporâneas voltam-se essencialmente para a criação de novas formas de intensificação, subproletarização ou precarização do trabalho. O capitalismo brasileiro possui traços específicos de exploração, com a desigualdade e a precariedade das relações de trabalho, significando caracteres complexos, quando comparados às do capitalismo central.

1. Os imperativos da flexibilidade manifestam-se na difusão de uma grande variedade de arranjos: flexibilidade em termos contratuais, da jornada de trabalho, de espaço e de estatutos do trabalho (trabalho em tempo parcial, trabalho em domicílio, trabalho independente, trabalho temporário, teletrabalho, entre outros), flexibilidade do processo produtivo, da estrutura de poder nas organizações, das relações trabalhistas.

A recente desaceleração da economia somada à forte queda dos preços das matérias-primas ocasionou mudanças no mundo do trabalho e fez com que a questão do desemprego ganhasse destaque, principalmente no que tange às consequências negativas do processo para a/o trabalhadora/or. Com o agravamento da pandemia Covid-19, a taxa de desemprego no Brasil chegou a 13,3% no trimestre abril-junho e aponta uma perda de 8,9 milhões de postos de trabalho no período. (IBGE, 2020b).

Frente a esse cenário, embasado em um levantamento bibliográfico de artigos, ensaios e livros publicados nos últimos anos no Brasil, e em dados estatísticos com o recorte de gênero, desagregados pela variável sexo, este texto procura refletir, de forma exploratória, sobre o trabalho, emprego e desemprego, de acordo com diferenças de sexo e gênero no contexto da pandemia Covid-19. A diversidade da força de trabalho dada por esses aspectos acirra as desigualdades e diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, idade, deficiência e orientação sexual, que estão, cada vez mais, sendo desveladas e destacadas, configurando-se como condição imprescindível para se entender como conhecemos, aprendemos e entendemos o mundo e a nós mesmos. Nas sociedades contemporâneas, capitalismo, sexismo, racismo, etarismo e lesbo/homofobia, entre outras matrizes de opressão, não agem independentemente; estão em “símbiose” (SAFFIOTTI, 2004), constituem-se como matrizes de opressão que se entrelaçam e se reforçam, forjando sistemas de estratificação e opressão interseccionados. (CRENSHAW, 2002).

Segundo Scott (1990), gênero, raça e classe e demais elementos constitutivos das relações sociais não atuam separadamente, se intersectam e se recortam uns aos outros, modificando-se mutuamente. Isso implica dizer que as respectivas categorias de gênero, raça, classe e outras categorias sociais similares não são categorias autônomas. Daí porque, ainda que privilegiando o enfoque de gênero, é importante destacar que nem tudo é “uma questão de gênero” e, assim, no contexto da vida social, “gênero” não é vivenciado separadamente. Precisamos, pois, pensar em instrumentos conceituais que nos permitam identificar e analisar como estruturas de privilégio e opressão se intercruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres e na construção de suas identidades.

Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, e que isso atende diretamente aos interesses dominantes. Da mesma forma,

consoante Elizabeth Souza-Lobo (2011), considerada pioneira nos estudos comparativos sobre o trabalho desenvolvido por homens e mulheres no Brasil, foi necessário que um movimento social saísse às ruas e sacudisse as veneráveis estruturas da produção sociológica para que a variável sexo fosse incorporada em pesquisas e análises. A marca do sexo não esteve presente apenas na origem do antagonismo de classe, mas, ainda, faz-se fortemente presente. Compreendemos, assim, que “a classe operária tem dois sexos” (SOUZA-LOBO, 2011), do contrário, como podemos explicar que as mulheres estão nos postos de trabalho mais precarizados e malremunerados e como explicar a persistente divisão sexual do trabalho, que não apenas diferencia trabalho feminino do masculino, mas gera desigualdades entre homens e mulheres pertencentes a uma mesma classe. Como explicar a jornada intensiva e extensiva de trabalho e o não reconhecimento/desvalorização do trabalho doméstico/reprodutivo?

COVID-19 – INTERDEPENDÊNCIA GLOBAL

O ano de 2020, contexto temporal das discussões do artigo em questão, trouxe inquietação, medo, isolamento e, sobretudo, cuidados com a saúde, para enfrentar o denominado Coronavírus, o qual passou a se constituir um inimigo que requer um enfrentamento de guerra mundial. As complicações causadas pela Covid-19 e seu impacto irreversível na educação em todos os níveis alteraram as condições de trabalho e calendários acadêmicos. O *lockdown* (fechamento completo) das regiões mais afetadas mostrou que as universidades e escolas não retornariam em menos de seis meses; e os procedimentos sanitários extremos retratam a dimensão da crise sanitária mundial.

Nessa trilha pandêmica que já se aproxima de um ano, o cotidiano vem sendo marcado e impactado por características e mudanças de rotinas que afetam de modo distinto a vida das/os sujeitas/os sociais. A Fundação Oswaldo Cruz (2020a) aponta alguns aspectos característicos presentes em muitas realidades pelo mundo afora: desconfiança no processo de gestão e na coordenação dos protocolos de biossegurança; necessidade de adaptação aos novos protocolos de biossegurança; falta de equipamentos de proteção individual em algumas estruturas sanitárias; risco de ser infectada/o e infectar outras/os; sintomas comuns de outros problemas (a exemplo de febre) que podem ser confundidos com a Covid-19; preocupação por suas/seus filhas/os ficarem

sem as referências de cuidado e trocas sociais, ou seja, sem a convivência nas escolas e o distanciamento da rede socioafetiva (avós/avôs, amigas/os, vizinhas/os, etc.); risco de agravamento de saúde mental e física de crianças; pessoas com deficiência ou idosas/os que tenham sido separadas/os de suas mães/seus pais ou cuidadoras/es devido à quarentena; alteração dos fluxos de locomoção e deslocamento social. (FIOCRUZ, 2020a).

Ao analisar a gravidade das crises no capitalismo periférico e as metamorfoses da questão social, ressalta Castel (1998) que foram necessários séculos de sacrifício, de sofrimentos – a força da legislação e dos regulamentos, a coerção da necessidade e também da fome – para fixar a/o trabalhadora/or em sua tarefa e nela conservá-la/o através de um leque de *vantagens sociais* que vão qualificar um *status constitutivo* da identidade social. É no momento em que a civilização do trabalho parece impor-se definitivamente sob a hegemonia da condição da/o assalariada/o que o edifício racha, repondo na ordem do dia a velha obsessão popular de ter que viver com o que se ganha a cada dia, como traço estrutural da condição precarizada e explorada.

No contexto contemporâneo da pandemia Covid-19, é oportuno perguntar: *O vírus discrimina?*² Poderíamos dizer que ele nos trata com igualdade, colocando-nos igualmente diante do risco de adoecer, perder alguém próximo e de viver em um mundo marcado por uma ameaça iminente. Desde março de 2020, fomos obrigadas/os a permanecer em nossas casas. As pessoas que não moravam sozinhas restrinham suas conversas ao vivo e “em carne e osso”, assim como suas demonstrações físicas de afeto àquelas/es que estavam logo ao lado – cônjuges, companheiras/os, filhas/os e enteadas/os. Por meio da internet, das redes sociais, das lives, dos cursos on-line, dos filmes, dos livros, dos encontros virtuais, algumas/uns tentaram compensar as perdas, desfrutar de antigos prazeres ou encontrar novos. Mas chega um tempo – para umas/uns, antes; para outras/os, depois, e para algumas/uns, talvez não chegue, porque muitas/os faleceram – que falta concentração para ler, para ver filmes, para se manter diante das telas. O desafio, portanto, em plena expansão dos perigos da pandemia, é o de reconhecer solidariedade ou parentesco com todas as coisas, o que coloca em cena o problema da liberdade e da interdependência. (HARAWAY, 1991).

2. Existe um mito conveniente de que doenças infecciosas não reconhecem classe ou outras barreiras e limites sociais. Como muitos ditados, há uma certa verdade nisso. Nas epidemias de cólera do século XIX, a transcendência das barreiras de classe foi suficientemente dramática para gerar o nascimento de um movimento público de saneamento e saúde (que se profissionalizou) que perdura até os dias de hoje.

TRABALHO E SEGMENTAÇÃO, DESIGUALDADES DE GÊNERO EM TEMPOS DE COVID-19

De acordo com dados da segunda edição da pesquisa Pnad Covid-19 mensal, do IBGE, o mercado de trabalho ainda é muito desigual entre os gêneros, com mais de 18,3% de mulheres afastadas do trabalho em junho, devido à pandemia Covid-19, percentual muito superior ao de 11,1% de homens nessa mesma situação. Como forma de driblar esse cenário, muitas acabam apostando em capacitação. Ao contrário das recessões anteriores – em que os homens costumavam ficar desempregados a taxas mais altas do que as mulheres –, a pandemia Covid-19 tirou as mulheres de seus empregos a taxas desproporcionalmente altas. O desemprego é entendido como a perda e/ou não obtenção de um posto de trabalho regularizado, seguida da busca de novas possibilidades de trabalho, combinada ou não com atividades precárias, irregulares e não regulamentadas por contrato regido pela legislação trabalhista. (ARGOLO; ARAÚJO, 2004). O desemprego revela, de forma intensa, as contradições implícitas nas sociedades que engendraram o assalariamento e possíveis direitos vinculados a essa condição. (CASTEL, 1998).

O aumento do número de desempregadas/os chama a atenção, porque o trabalho, além de ser fonte de sustento para a maior parte das pessoas, possibilitando a sobrevivência da família, também é produtor de sentido existencial. Trabalhar significa, ainda, criar vínculos com o meio social e fazer parte de um grupo. (SELIGMANN-SILVA, 2015). O trabalho pode estar configurado em relação de emprego, e o salário que ele assegura permite prover as necessidades básicas, sentimento de segurança, autonomia e independência. Ganhar a vida é sinônimo de ganhar o respeito da sociedade e, dessa forma, preservar sua dignidade pessoal aos olhos das/os outras/os. O emprego é um tipo de trabalho no qual há uma relação estável entre quem organiza o trabalho, a empresa, e quem realiza o trabalho, a/o trabalhadora/or, é um contrato regido por leis trabalhistas, em que a empresa remunera a/o trabalhadora/or por seus serviços prestados. (LEITE, 2019).

É importante ressaltar que o desenvolvimento histórico do conceito de trabalho foi formalmente interpelado nos anos 1970 com o desenvolvimento das pesquisas que introduziam a dimensão sexuada nas análises do trabalho. É a partir da problemática da divisão sexual do trabalho que Danièle Kergoat (2002) procede a uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho

e seus conceitos conexos, como o de qualificação, introduzindo a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução. Junto a outras que atuam no mesmo campo (no CNRS³, na Universidade, mas também fora das instituições), algumas pesquisadoras do GEDISSST⁴, com Danièle Kergoat, propuseram uma reconceituação do trabalho, por inclusão 1) do sexo social e 2) do trabalho doméstico, no conceito de trabalho. Essa reconceituação abrangeu também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis.

A crise provocada no período da Covid-19, no geral, vem mostrando um cenário desalentador, com uma taxa crescente cada vez mais de desempregadas/os ao longo de 2020 no Brasil. O desemprego atingiu 11,6% da população no período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020. A taxa de desocupação no trimestre móvel de março a maio de 2020 contabilizou o percentual de 12,9%, crescendo 1,2 ponto percentual em relação ao trimestre anterior (dez-jan-fev). A população desocupada (12,7 milhões de pessoas) aumentou 3% (368 mil pessoas a mais) comparada ao trimestre móvel anterior (12,3 milhões de pessoas), no período de mar-abr-maio/2020. (IBGE, 2020a).

Os dados da quarta semana de julho, da edição semanal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Covid-19, revelaram que a taxa de desocupação no Brasil chegou a 13,7%, correspondente a 12,9 milhões de pessoas, mantendo-se, pois, uma tendência de crescimento percentual. (IBGE, 2020b). Observou-se que a taxa de desocupação de 14,4% no trimestre de junho a agosto de 2020 somou a mais alta marca da série histórica iniciada em 2012, cujo crescimento foi de 1,6 ponto percentual em relação ao trimestre de março a maio (12,9%), exponenciando o agravamento da crise sem precedentes provocada pela pandemia Covid-19. Em se tratando da população desocupada (13,8 milhões de pessoas), subiu 8,5% (mais 1,1 milhão de pessoas) no trimestre de jun-jul-agosto 2020 frente ao trimestre móvel anterior (12,7 milhões). (IBGE, 2020c).

Embora a Covid-19 tenha provocado desemprego em massa, afetado arranjos profissionais de modo generalizado, as mulheres - as mães de crianças pequenas, em especial – estão entre os grupos mais afetados, ao serem colocadas em situações-limite nas empresas ou por simplesmente não encontrarem formas de conciliar o trabalho com o cuidado com as/os filhas/os. Comparativamente aos

3. Centre National de Recherche Scientifique. (N.E.).

4. Grupo de Estudos da Divisão Internacional Social e Sexual do Trabalho.

homens, sete milhões de mulheres foram demitidas na segunda quinzena de março de 2020, número 25% maior em relação ao sexo masculino.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) apontaram que a taxa de desemprego entre as mulheres brasileiras totalizou 13,1% no quarto trimestre do ano, expressivamente superior à taxa de desocupação de 9,2% dos homens. Considerando-se a média global, a taxa de desemprego perfez 11% no quarto trimestre. Em todas as regiões, no quarto trimestre, as mulheres se mantiveram como a maior parte da população fora da força de trabalho, correspondendo a 64,7% das/os inativas/os na média do país. Vimos também que, na população desempregada, as mulheres estiveram como maioria, somando 53,8%. A ocupação dos homens foi estimada em 65% no quarto trimestre, já o percentual das mulheres equivaleu-se a 46,2%. (AMORIM, 2020). É inconteste que, nesse contexto de crise pandêmica e crise do capital, as mulheres são as mais atingidas: “[...] frente à realidade brasileira, é impossível negar que a crise tem rosto de mulher”. (SUDRÉ, 2020, n. p.).

A taxa de desocupação no Brasil em 2020 é recorde e explicita ao mesmo tempo as desigualdades socioeconômicas e as desigualdades de gênero. O percentual de desocupação entre as mulheres em maio totalizou 12,2%, já os homens atingiram 9,6%; no mês de agosto, as mulheres somaram 16,2%, enquanto a taxa dos homens foi 11,7%; em setembro, aumentou a taxa das mulheres para 16,9%, e a dos homens para 11,8%, permanecendo maior o percentual entre as trabalhadoras brasileiras. Notou-se, portanto, que o maior crescimento do desemprego esteve presente na realidade cotidiana das mulheres. Embora as taxas de desemprego sejam historicamente maiores no caso das mulheres, os impactos da pandemia agravaram as desigualdades de gênero. (CARRANÇA, 2020).

O estudo da Fundação Oswaldo Cruz⁵ (2020b), “*ConVid Pesquisa de Comportamentos*”, realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Campinas, buscou verificar de que modo a pandemia afetou a vida das/os brasileiras/os, descrevendo as mudanças nas atividades de trabalho, na obtenção de renda, na adoção de comportamentos saudáveis e no estado de ânimo da população no período de isolamento social. Os resultados da pesquisa mostraram

5. Realizada via web, por meio de um questionário respondido por 44.062 indivíduos, no período de 24 de abril a 8 de maio de 2020. A amostra foi calibrada por meio de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD, 2019) para obter a mesma distribuição por Unidade da Federação, sexo, faixa etária, raça/cor e grau de escolaridade da população brasileira.

que os impactos econômicos⁶ da pandemia foram consideráveis, assim como as mudanças no estado de ânimo, ambos aspectos que podem influenciar o consumo de álcool da população durante o período da Covid-19. Entre as/os respondentes, 18% relataram ter aumentado seu consumo de álcool durante a pandemia, sobretudo devido à frequência dos sentimentos de tristeza e depressão, e 55% das pessoas relataram diminuição da renda familiar, com maiores perdas entre as mais economicamente desfavorecidas.

Conforme a pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (2020b), o aumento do estado depressivo pode estar relacionado ao aumento do consumo de álcool relatado durante a pandemia: 18% das/os entrevistadas/os (18,4% entre homens e 17,7% entre mulheres) afirmaram estar ingerindo mais bebidas alcoólicas nesse período. O maior aumento (26%) foi registrado na faixa etária de 30 a 39 anos de idade, e o menor foi entre idosas/os (11%). Quanto à motivação para beber mais, quanto maior a frequência dos sentimentos de tristeza e depressão, maior o aumento do uso de bebidas alcoólicas, atingindo 24% das pessoas que têm se sentido dessa forma durante a pandemia. Diante desse cenário, é importante lembrar que o álcool não ajuda a diminuir o estresse, nem deve ser usado como um “remédio”, pois seu consumo em excesso aumenta os sintomas de pânico e transtornos de ansiedade, depressão e risco de violência doméstica⁷. Nesse aspecto, a família da/o trabalhadora/or também é atingida por uma série de impasses ou, até mesmo, os problemas já existentes são agravados com o desemprego que emerge como uma relevante variável por detrás da instabilidade conjugal, podendo levar à separação/divórcio. Ainda que, aparentemente, apenas a perda do emprego pelo homem tenha esse efeito, na situação de desempregado, desenvolve uma nova identidade, a de indivíduo desprestigiado. As dificuldades econômicas, o endividamento parece afetar a saúde psicológica e física das pessoas e dos casais de duas formas: como um tema que propicia o conflito dos pares e que aumenta o nível de estresse individual. (VIEIRA, 2014).

Nesse contexto de isolamento social, também se desenvolve outra pandemia: a violência doméstica particularmente contra as mulheres, considerada uma pandemia em todas as sociedades, sem exceção. Sabe-se que os níveis de violência doméstica e exploração sexual aumentam quando as famílias são colocadas sob as crescentes pressões advindas de preocupações com segurança, saúde, dinheiro e condições de

6. Os transtornos de ordem econômica tangíveis colaboram para preservar o isolamento social: falta de recursos, dinheiro para locomoção, roupas e calçados, investir em cursos de capacitação, questões relacionadas também ao constrangimento pela situação de escassez. As privações vão se acumulando, pois, em muitas das vezes, é preciso vender os bens para comprar comida e o que sobra é frisado pela pobreza (vestes, casa e alimento “de pobre”).

7. Em vez de beber para lidar com a tensão, a OMS recomenda a prática de exercícios físicos dentro de casa durante o período de isolamento social. A atividade física fortalece o sistema imunológico e, em geral, é uma maneira altamente benéfica de passar o período de quarentena.

vida restritas e confinadas. Nos meios de comunicação de massa, vemos, recentemente, entre as populações deslocadas em campos lotados de refugiadas/os, relatos nos quais a violência doméstica triplicou em alguns países que praticam isolamento social. A ciberviolência também se tornou um recurso rotineiro da internet e, à medida que as restrições de movimento aumentam, os jogos *on-line* e o uso de salas de bate-papo despontam, e essa é uma área de vigilância para proteger as meninas/as mulheres. Entre tantas dimensões de desigualdades evidenciadas neste período, a pandemia escancarou um problema que antes era individual: o desequilíbrio nos cuidados com as crianças e a invisibilidade dessas tarefas perante o mercado de trabalho.

Em recente livro “Sopa⁸ de Wuhan”, Harvey (2020) adverte que o vírus contribui para a divisão social, isto porque a força de trabalho que deve cuidar do número crescente de doentes é tipicamente feminizada, racializada e étnica na maior parte do mundo. Isso **aumenta a divisão social**, assim como a questão de quem pode se dar ao luxo de se isolar ou colocar em quarentena (com ou sem pagamento) em caso de contato ou infecção. O autor destaca que a classe trabalhadora contemporânea nos Estados Unidos (composta predominantemente por afro-americanos, latino-americanos e mulheres assalariadas) enfrenta a dura escolha de correr o risco da contaminação em nome de cuidar e manter os principais centros de fornecimento (como supermercados) abertos ou ficar desempregada sem benefícios (como cuidados de saúde adequados). Esse retrato estrutural se espalha em outros países. Por causa da forma pela qual ele se move e ataca, o vírus demonstra que a comunidade humana é igualmente precária.

Com o aumento de casos confirmados de contaminação pela Covid-19, diversas empresas orientaram suas/seus empregadas/os a realizarem trabalho remoto em seus domicílios – também conhecido como “*home office*” ou teletrabalho⁹. Desse modo, a crise pandêmica decorrente da Covid-19 “impôs a necessidade do distanciamento social, fazendo com que empresas

8. Título irônico que brinca com aquela polêmica absurda a qual atribuiu a origem do vírus ao fantasioso ensopado de morcego. Frente a ele, nosso gosto ocidental colocou em marcha seus silenciosos ativismos racistas, fantasiando nele a origem de todo o novo mal. O consumidor asiático foi transformado então no bode expiatório para a purgação xenofóbica de algo mais profundo.

9. A/O empregada/o que desempenha seu trabalho à/ao empregadora/or a partir do seu domicílio está laborando na modalidade de teletrabalho, não havendo qualquer interrupção ou suspensão do contrato de trabalho, mas tão somente alteração do regime de trabalho e, que o labor está sendo desempenhado. Inclusive o modelo do teletrabalho está previsto na legislação brasileira, entretanto, pontos como o controle de jornada ainda levantam questões que podem gerar processos na Justiça envolvendo o *home office* na pandemia da Covid-19.

e instituições adotassem o trabalho remoto para 8,2 milhões de [trabalhadoras/es] no Brasil, segundo a PNAD-COVID-19". (BRIDI; BEZERRA; ZANONI, 2020, n.p., acréscimo nosso). Nesse momento da necessidade de interromper o funcionamento presencial de instituições fundamentais para o cuidado, como creches e as escolas, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado foi uma das questões que as mulheres sentiram logo que as medidas de isolamento social e distanciamento social foram iniciadas nos municípios brasileiros, com repercussões na vida das/os sujeitas/os e transformando em "experiência humana".

Para tracejar a experiência do trabalho realizado no domicílio com o recorte das diferenças e das desigualdades de gênero, apresentamos dados da pesquisa intitulada "*O trabalho remoto/home office no contexto da Covid-19*"¹⁰. A análise dos depoimentos das/os entrevistadas/os teve como finalidade captar diferenças quanto ao recorte de sexo a partir das experiências vivenciadas por homens e mulheres. Na análise textual, mediada por software, constatou-se que a recorrência de palavras evidenciou distinções significativas, visto que termos centrais que apareceram nas narrativas das mulheres estiveram ausentes nos relatos dos homens, indicando assimetrias no que se refere às atividades de cuidado das/os filhas/os e da casa em relação ao sexo. No caso dos homens, foram centrais termos como "tempo", " contato", "pandemia" e "casa". Quando recorreram ao termo "casa", houve associação à questão de gestão do tempo de trabalho e não à dimensão do cuidado com filhas/os ou o trabalho doméstico. Nos depoimentos das mulheres, a tendência expressiva de resposta esteve centrada em termos que se relacionam à dificuldade de concentração e às interrupções que sofrem, frequentemente, durante o desenvolvimento da atividade laboral em casa. O uso do termo "dificuldade" para os homens emergiu interligado à questão de falta de contato com os colegas. Os dados extraídos dessa pesquisa revelaram que o trabalho realizado no âmbito doméstico apresenta aspectos negativos que atingem homens e mulheres, todavia, não afetam de forma igual: ainda prevalece a desigualdade na divisão do trabalho doméstico e de cuidados, resultando em jornadas superextensas de trabalho às mulheres. (BRIDI; BEZERRA; ZANONI, 2020).

Globalmente, as mulheres são predominantes entre as pessoas que

10. Desenvolvida por pesquisadoras/es da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculadas/os ao Grupo de Estudo Trabalho e Sociedade (GETS) e em parceria com a Rede de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR). A pesquisa contou com 906 entrevistadas/os e foi realizada em maio de 2020.

desenvolvem cuidados na linha de frente no setor social e de saúde (como enfermeiras, parteiras, faxineiras e lavadeiras). *Cuidadoras de idosas/os também estão em situação de muita vulnerabilidade ante a epidemia.* Esse aspecto enseja questionamentos sobre estratégias de mitigação que visem especificamente aos impactos à saúde e impactos econômicos do surto da Covid-19 os quais apoiem e aumentem a resiliência das mulheres, garantidas as condições de vida e de existência.

O cuidado¹¹ constitui um dos desdobramentos específicos dos trabalhos reprodutivos. O trabalho reprodutivo (ou de reprodução social), o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico, ainda que estejam relacionados, identificam-se diferenças entre eles. O **trabalho reprodutivo** é entendido como o conjunto de atividades que criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho, e, portanto, abarcam os trabalhos de cuidado diretamente voltado às pessoas (crianças, idosas/os, pessoas com deficiência, etc.), mas também os trabalhos rotineiros de limpeza da casa, higienização e alimentação. (ANTUNES, 2009). A reprodução é entendida como um trabalho socialmente organizado, como qualquer outro. (TABET, 1998). O **conceito de trabalho doméstico**, por sua vez, é utilizado em referências às mesmas atividades, quando o *locus* de realização for o domicílio, ou seja, no âmbito privado das famílias. Daí decorre a importância de analisar as “relações sociais de sexo” no âmbito do mundo do trabalho (produtivo e reprodutivo), apreendendo a apropriação e exploração do trabalho e do corpo da mulher. A reprodução da divisão sexual do trabalho constitui um desafio pela dificuldade que impõe às mulheres para se organizarem para trabalhar, isto porque não têm creche para deixar as crianças, precisam cuidar da pessoa idosa e de casa.

Os trabalhos que envolvem o cuidado, e deveriam envolver toda a sociedade, o Estado, as instituições privadas e as próprias famílias, são tradicionalmente atribuídos às mulheres, tanto na divisão sexual do trabalho no universo familiar quanto nas instituições de cuidado. (BANDEIRA, 2010). Guimarães, Hirata e Sugita (2011) concebem o cuidado a partir de sua imersão em diversas situações – se exercido na casa ou fora dela, no quadro de uma relação compulsória ou profissional, gratuito ou remunerado.

Cotidianamente, o dia-após-dia assim concebido é uma dimensão da

11. Consiste em um modo de agir que é produzido como “experiência de um modo de vida específico e delineado” por aspectos políticos, sociais, culturais e históricos, traduzidos em “práticas” de “espaço” e na “ação” de “cidadãs/ãos” sobre as/os “outras/os” em uma dada sociedade, cujo conteúdo envolve responder às necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais de outras/os, constitui uma atividade tradicionalmente feminina, muitas vezes não remunerada ou, quando remunerada, desprestigiada social e economicamente.

vida social singular-específica, o que significa dizer que ele delimita tempos, espaços, interações, ou seja, um modo de vida, cuja produção de “cuidado”, um “modo de fazer na vida cotidiana” se caracteriza pela “atenção”, “responsabilidade”, “zelo” e “desvelo” “com pessoas e coisas” em lugares e tempos distintos de sua realização. Apesar da importância do cuidado para a sobrevivência da espécie humana, essa problemática esteve e continua, em grande medida, encerrada atrás das portas da esfera intramuros dos domicílios. A apropriação do tempo das mulheres está radicalmente vinculada à responsabilização feminina pela reprodução social, em especial, por meio do trabalho doméstico e do cuidado com todos os membros da família (tanto com relação às/-aos “inválidas/os”, quanto com os válidos – homens –, demandando atividades quase ininterruptas que acarretam grande sobrecarga física às mulheres, o que reflete diretamente na sua saúde, inclusive, a mental. As mulheres tradicionalmente ainda são responsáveis pela reprodução da vida social. O trabalho da mulher foi sempre compreendido como um não trabalho, em decorrência da separação física, típica do modo de produção capitalista, entre espaço doméstico e produção para o mercado, sendo o cerne do que é considerado trabalho correspondente apenas ao trabalho assalariado.

Essa incindibilidade entre esfera da produção e reprodução do trabalho significa, para as mulheres, a vivência do trabalho total, ou seja, com as duas esferas privada e pública (produtiva e reprodutiva). (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2008). O mundo do trabalho – resultante da articulação dessas duas esferas – é cenário de metamorfoses constantes e, embora os princípios constitutivos da divisão sexual do trabalho – a separação e a hierarquização – sejam válidos para todas as sociedades conhecidas, sua formatação é modulada histórica e socialmente. (HIRATA; KERGOAT, 2007). Dessa forma, a reprodução das condições de vida é compreendida como fator elementar para a manutenção da força de trabalho, que, por conseguinte, é imprescindível para gerar valor no processo produtivo. (CARLOTO; GOMES, 2011).

Nesse contexto, as desigualdades¹², assimetrias e hierarquias observadas nas relações sociais de sexo se rearticulam constantemente com as múltiplas relações sociais que perpassam a sociedade, tensionando-as, como, por exemplo, as de classe: são múltiplas e nenhuma delas determina

12. Um dos resultados desses processos é a exacerbação das desigualdades sociais entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres, mas a atomização das/os trabalhadoras/es, que, em parte, resulta de trabalharem em modalidades de empregos precários (contratos por tempo determinado, temporários, contratos subsidiados, etc.) ou isolados (trabalho em domicílio, teletrabalho, etc.), não impede e pode até ser, paradoxalmente, um espaço propício para a emergência de novas protagonistas e de novas/os atrizes/atores coletivas/os.

a totalidade do campo que estrutura. Juntas, tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica; elas são consubstanciais. (KERGOAT, 2002). As diferentes consequências desse processo de acordo com o gênero¹³ precisam levar em conta se a população atingida por essas mudanças macroeconômicas e sociais é masculina ou feminina. Nesse isolamento social, é importante perceber as ausências e nelas podemos reconhecer a importância daquilo que nos falta. Pequenas mudanças já são sentidas: o desejo de ficar mais próxima/o das/os verdadeiras/os amigas/os; a valorização do comércio local; o crescimento mundial por procura de alternativas de trabalho; busca por formas de moradia e vida fora dos grandes centros urbanos; escolha por transportes mais independentes e para curtas distâncias. O vínculo *on-line* apenas não satisfaz o desejo do encontro corpo a corpo, cara a cara, olho no olho, com perspectiva e profundidade, cheio de sons, cores e sabores.

Assim, o cotidiano é produzido social e historicamente sob dois ângulos: primeiro, porque se trata – como noção geral e dimensão do conhecimento – do “vivido”, quer dizer, do repetitivo-singular, do conjuntural-estrutural: no cotidiano, “as coisas acontecem sempre”. (PINHEIRO; MATTOS, 2005). A trajetória de assalariamento feminino é, contudo, uma história de contradições, já que o mesmo processo que gera a emancipação parcial das mulheres converte-se em intensificação de desigualdades, incorporando o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado. (ANTUNES, 2009).

PARA CONCLUIR

Vimos que a liberdade de ir e vir do capital em tempo de crise da Covid-19 não tem as mesmas consequências sobre o emprego, o trabalho e o desemprego, a atividade profissional ou doméstica e as condições de trabalho dos homens e das mulheres. Por um lado, a interdependência crescente dos mercados nacionais e, por outro, as mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas a partir da década de 1990 desenvolveram a flexibilidade do trabalho, tiveram como consequência o desenvolvimento do emprego e do trabalho feminino, mas – e esse é apenas um de seus paradoxos – esses empregos criados são marcados pelo timbre da precariedade e, ao mesmo tempo, da vulnerabilidade.

O desenvolvimento da terceirização, do trabalho em domicílio, do

13. Para nós, as diferenças relativas aos homens e às mulheres são, com as relações entre capital e trabalho, fundamentais para a análise e serão levadas em consideração, aqui, de maneira central.

teletrabalho, de modalidades diferenciadas do trabalho informal, o aumento do desemprego e do subemprego levaram à atomização do espaço e do tempo da atividade. Inexistência, ou insuficiência, de políticas públicas de apoio à situação de desemprego e a importância dos arranjos familiares impactam sobremaneira a vida das mulheres da classe trabalhadora. O triste fato da ocorrência de uma catástrofe condicionou o repensar das características básicas da sociedade na qual vivemos. Assim, outro vírus muito mais benéfico também se espalha, e, se tivermos sorte, irá nos “infectar”: o vírus do pensar em *uma sociedade alternativa, uma sociedade para além dos Estados-nação, uma sociedade que se atualiza nas formas de solidariedade e cooperação global. Quiçá produzir o efeito viral de construir uma sociedade sem exploração, opressão, violência, inferiorização ou invisibilização às mulheres.* Não temos referências para essa crise, que é diferente das crises econômicas recentes ou de qualquer outra pandemia já ocorrida, recente ou mais antiga. Diversas projeções sobre o impacto econômico mundial, feitas com base nesses históricos, já se mostraram equivocadas.

A pandemia Covid-19 nos oferece uma oportunidade de ação radical e positiva para corrigir as desigualdades de longa data em várias áreas da vida das mulheres. Há espaço para não apenas resistência, mas recuperação e crescimento. O Governo, prestadoras/es de serviços, incluindo o setor privado, devem aproveitar a oportunidade para planejar respostas ao quadro pandêmico que levem em consideração integralmente a perspectiva de gênero, construindo proativamente conhecimentos de gênero em equipes de respostas. É necessária uma resposta global coordenada da magnitude que se seguiu à crise financeira, construída com uma lente de gênero e totalmente inclusiva. Este é um momento de acerto de contas para nossos valores nacionais e pessoais e um reconhecimento da força da solidariedade, da equidade e da justiça social para os serviços públicos e a sociedade como um todo. É, pois, uma oportunidade para reconstruir sociedades melhores, mais fortes, resilientes e igualitárias. É um momento de priorização ousada. Dar os passos certos agora, de olho em um futuro restaurado, pode trazer alívio e esperança às mulheres do mundo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Daniela. Desemprego no 4º tri foi de 9,2% para homens e 13,1% para mulheres, diz IBGE. **Estadão Conteúdo**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/02/14/desemprego-no-4-tri-foi-de-92-para-homens-e-131-para-mulheres-diz-ibge.htm>. Acesso em: 3 nov. 2020.

DIFERENÇAS E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr., São Paulo: Boitempo, 2009.

ARGOLO, J. C. T.; ARAÚJO, M. A. D. O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 161-182, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v8n4/v8n4a09.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 47-63, jun., 2010.

BRIDI, Maria Aparecida; BEZERRA, Giovana Uehara; ZANONI, Alexandre Pilan. O trabalho remoto e as condições das mulheres no contexto da pandemia COVID-19. **Democracia e Mundo do Trabalho em Debate**, s.l., 2020. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/o-trabalho-remoto-e-as-condicoes-das-mulheres-no-contexto-da-pandemia-covid-19/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, Educação e Rendimento das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Senac, 2008, p. 43-87.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, jan./mar., 2011, p. 131-145. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/08.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CARRANÇA, Thais. Taxa de desemprego chega a 17% entre mulheres e 16% entre negros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/taxa-de-desemprego-chega-a-17-entre-mulheres-e-16-entre-negros.shtml>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. São Paulo, Vozes, 1998.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º sem., 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26366613>. Acesso em: 10 out. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Recomendações gerais. In: **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19**. Ministério da Saúde, Fiocruz: Brasília, 2020a.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **ConVid Pesquisa de Comportamentos**. 2020b. Disponível em: https://convid.fiocruz.br/index.php?pag=apresentacao_resultado. Acesso em: 26 out. 2020.

GUIMARÃES, N. A; HIRATA, H; SUGITA, K. O trabalho do “care” no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, Rio de Janeiro, PPGSA/UFRJ, 2011, p. 161-192.

HARAWAY, Donna. Simians, cyborgs, and women. **The reinvention of nature**. Nova Iorque: Routledge, 1991.

HARVEY, David. Políticas anticapitalistas em tempos de Covid-19. In: AGAMBEN, Giorgio; ZIZEK, Slavoj; NANCY, Jean Luc; BERARDI, Franco Bifo; PETIT, Santiago López; BUTLER, Judith; BADIOU, Alain; HARVEY, David; HAN, Byung-Chul; ZIBECHI, Raúl; GALINDO, María; GABRIEL, Markus; GONZÁLEZ, Gustavo Yañez; MANRIQUE, Patrícia; PRECIADO, Paul B. (Orgs.). **Sopa de Wuhan**. 2. ed., abril, Rio de Janeiro, Brasil Edição portuguesa: Editorial Siesta, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez., 2007, p. 595- 609. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,9% e taxa de subutilização é de 27,5% no trimestre encerrado em maio de 2020. **Agência IBGE Notícias**, IBGE, 2020a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28110-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-27-5-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2020>. Acesso em: 2 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desemprego na pandemia continua subindo e chega a 13,7%. **Agência Brasil**, IBGE, 2020b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/>

DIFERENÇAS E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

agencia-brasil/2020/08/14/desemprego-na-pandemia-continua-subindo-e-chega-a-137.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 2 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,4% e taxa de subutilização é de 30,6% no trimestre encerrado em agosto de 2020. **Agência IBGE Notícias**, IBGE, 2020c. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29322-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-30-6-no-trimestre-encerrado-em-agosto-de-2020>. Acesso em: 3 nov. 2020.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, v. 13, n. 1 (37), jan-abr., 2002, p. 47-59. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2125/37-dossie-kergoatd.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. **Cuidado:** as fronteiras da integralidade. 3. ed. Hucitec/IMS/Uerj-Abrasco, 2005.

SAFFIOTTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 15 (2), jul-dez, 1990, p. 5-22. Disponível em: www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero. Acesso em: 13 out. 2020.

SELIGMANN-SILVA, E. Desemprego e desgaste mental: desafio às políticas públicas e aos sindicatos. **Revista Ciências do Trabalho**, v.4, p. 89-109, 2015. Disponível em: <http://rct.dieese.org.br/rct/index.php/rct/article/view/89/pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Secretaria Municipal de Cultura/Brasiliense, 2011.

SUDRÉ, Lu. A crise tem rosto de mulher: elas são as mais afetadas pela precarização no país. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/08/a-crise-tem-rosto-de-mulher-precarizacao-e-desmonte-de-politicas-afetam-mais-elas>. Acesso em: 3 nov. 2020.

TABET, Paola. **La construction sociale de l'inégalité des sexes:** des outils et des corps. Paris: L'Harmattan, 1998.

VIEIRA, F. F. P. **Impacto do desemprego no bem-estar psicológico.** 2014. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) - Universidade Lusófona do Porto, Porto, 2014. 66p.

ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E CLASSE SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFMT EM TEMPOS DE COVID-19

Bruna Andrade Irineu

Sara Cristina Martins da Silva

Paula Eduarda Soares da Silva

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão intitulado Amapôas – grupo de estudos e conversações feministas vem sendo realizado há mais de um ano na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Este texto pretende relatar a experiência desta extensão universitária, no atual contexto de pandemia de COVID-19, ao mesmo tempo em que objetiva ensaiar teoricamente reflexões que articulem gênero, raça, sexualidade e classe social à luz do pensamento de feministas negras e/ou lésbicas e/ou transexuais.

A articulação entre a Universidade e os movimentos sociais deve ser privilegiada no processo de formação continuada dos atores sociais envolvidos, objetivando a análise crítica de hierarquias sexuais, raciais e de gênero para construção de uma educação que possibilite vivências democráticas e capacidade transformadora. Era neste sentido, que pretendíamos articular saberes acadêmicos e ativistas para capilarização do debate feministas entre distintas gerações de mulheres, a partir do projeto que ora apresentamos. O aumento de 200% do número de feminicídios e LGTIfobia no ambiente doméstico, durante a pandemia de COVID-19, denuncia a urgência de ações que fortalecem as mulheres no reconhecimento da violência em suas relações conjugais, bem como na compreensão dos caminhos sócio-jurídicos que podem tomar frente a violência. Sem dúvida, o feminismo é um instrumento pedagógico essencial para os enfrentamentos em tela.

Amapô, ou no plural Amapôas, é um termo do pajubá que significa *mulher*. O pajubá é a linguagem utilizada nos guetos LGBTQIA+ (lesbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexos, assexuais, entre outros sujeitos dissidentes sexuais e de gênero). O pajubá envolve gírias criadas especificamente nos contextos de rua LGBTQIA+ e também de adaptações de palavras do yorubá (língua africana), utilizadas pelo povo de santo pertencente

às religiões afro-brasileiras, como candomblé, que se espalhou pelo cotidiano da comunidade LGBTQIA+ brasileira, e vem se popularizando especialmente com o advento das redes sociais e com o aumento de pessoas LBGTQIA+ em espaços de visibilidade midiática.

A ideia de nomear o projeto de extensão como Amapôas, parte da compreensão de que a própria categoria mulher, analisada teórica e politicamente pela filósofa francesa, Simone de Beauvoir, talvez não desse conta da pluralidade de sujeitas que hoje compõem as lutas feministas, e que de algum modo nos interessava ler coletivamente nesta extensão. As feministas lésbicas, como Adrienne Rich e Monique Wittig, na década de 1980, questionavam se a ideia de mulher lhes cabia enquanto lésbicas, considerando seu exercício político e sexo-afetivo que confrontava a compulsoriedade da heterossexualidade (IRINEU, 2019). Muito antes delas, a ativista negra, Sojourner Truth, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres, em 1851, nos Estados Unidos, em uma Convenção das Mulheres, discursava questionando “Não sou eu uma mulher?” e denunciando o racismo e a segregação racial dentro dos espaços de luta coletiva das mulheres pelo sufrágio feminino no contexto estadunidense. (DAVIS, 2016).

Neste sentido, propusemos o termo Amapôas enquanto uma ampliação da ideia de mulher, já que o mesmo envolve experiências de sujeitos marcados também – devido a sua origem afroLGBT - pelo sexism, pelo racismo à brasileira e pela LGBTIfobia, assim como também assume o força questionadora das ruas e as resistências anticapitalistas. Assim, a irreverência travesti, sapatão e *queer* somada a linguagem popularizada nas redes sociais, também produziriam sentidos que nos interessava ao eleger leituras de autoras negras, transexuais e lésbicas, raramente lidas na formação das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

A equipe do projeto de extensão¹⁴, composta por docentes e discentes, vinculadas ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Relações de Gênero (NUEPOM), se empenhou em todas as etapas e ofertas do Amapôas para que as leituras fizessem sentido a experiência discente das participantes da extensão e se aliassem a gramáticas das lutas sociais feministas e antirracistas.

Sendo assim, tratamos de desenvolver, neste texto, um relato que

14. Agradecemos toda equipe do NUEPOM/ICHs/UFMT, especialmente às discentes Bruna Gabriela de Oliveira Gomes, Elyda Campos Reiche e Lucas Nascimento Bezerril, pelo apoio em distintos momentos das ofertas do projeto de extensão Amapôas.

avalie a experiência do projeto, especialmente em sua segunda oferta, realizada durante a pandemia de COVID-19, o qual compartilhamos nas três seções subsequentes, que se dividem entre refletir o feminismo na extensão universitária, a extensão durante pandemia e a relevância social das leituras desenvolvidas para uma formação laica e socialmente referenciada.

1. FEMINISMO, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SERVIÇO SOCIAL

O projeto de extensão Amapôas - Grupo de Estudos e Conversações Feministas está vinculado ao NUEPOM, através da pesquisa “Políticas públicas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexos (LGBTI) na América Latina”, realizada junto ao curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social, na UFMT, no *Campus Cuiabá*.

Em se tratando de uma extensão universitária realizada junto a um curso de graduação em Serviço Social e a um curso de pós-graduação *strictu sensu* em Política Social, que per si se vincula a área de conhecimento de Serviço Social, cabe retomar como vem se consolidando o debate feminista na profissão e na área de conhecimento.

Irineu e Iori (2019) afirmam que a inserção do debate de gênero no Serviço Social deve ao movimento que se desenvolveu para constituição da proposta para as Novas Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social e para a aprovação da nova Proposta Nacional de Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social, em 1997, que surgiram no bojo da aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 1996.

Irineu, Elpídio e Dourado (2020) reiteram que na elaboração da Diretrizes Curriculares de Serviço Social, o documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) aponta que seus Núcleos de Fundamentação possuem o trabalho como o centro das relações sociais e a questão social como eixo central da profissão, tendo no tripé ensino, pesquisa e extensão. De modo que, a promoção da formação crítica, generalista e histórica, consubstanciará então, o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro.

Tanto Irineu e Iori (2020) quanto Queiroz, Irineu, Cisne e Lima (2014) apontam que, embora o Serviço Social seja uma profissão marcada por sua feminização, e consequentemente pela divisão sexual do trabalho, a

incorporação do debate de gênero nos currículos é recente.

A ABEPSS tem lugar importante no acúmulo de temáticas que foram sendo maturadas pela profissão ao longo dos últimos 25 anos, e a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), criados em 2010, foi uma iniciativa importante para que discussões como aquelas relacionadas a gênero, sexualidade, raça e etnia fossem abarcadas no processo contínuo de apreensão da formação e do exercício profissional articulados as demandas da realidade. O GTP intitulado “Serviço Social e Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Classe Social” tem sido o espaço que reúne pesquisadoras/es destes temas e tem somado neste processo de incorporação do debate de gênero. A exemplo, a Revista Temporalis da ABEPSS publicou dois números exclusivos deste GTP, no ano de 2015, e na Assembleia do XIV Encontro de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), em Natal, aprovou-se documento que indica a obrigatoriedade de ao menos um componente curricular dedicado ao debate de gênero. No XVI ENPESS, no ano de 2018, em Vitória, apresentou-se os Subsídios para o debate racial na formação em Serviço Social. Demonstrando assim, que o compromisso com o PEPP exige consolidação dos valores ético- políticos, a partir de estratégias contínuas e de amadurecimento coletivo. (IRINEU; IORI, 2019, p. 232).

Como acúmulo mais recente do debate de gênero, raça e sexualidade, também desenvolvido junto a ABEPSS, pode-se indicar a Mostra “Marielle Franco, presente!”, realizada no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores(as) em Serviço Social (ENPESS). Irineu, Elpídio e Dourado (2020), avaliam a experiência de realizar uma I Mostra Audiovisual, em um ENPESS, maior evento de pesquisa da área, em um relato onde apontam como essa atividade articulou as lutas feministas e antirracistas através da figura e da memória de Marielle Franco, vereadora negra, favelada e bissexual, brutalmente assassinada em 14 de março de 2018, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Como se observa na Tabela 1, as(os) inscritas(os) no Amapôas, vem de majoritariamente do Serviço Social, com presença relevante de áreas como Direito e Psicologia, e um número menor de pessoas da Comunicação Social, Filosofia e Pedagogia.

Tabela 1 – Inscritos no projeto Amapôas por área de formação

Área de ou em Formação	Quantidade de Inscritas(os)
Serviço Social	29
Direito	11
Psicologia	10
Comunicação Social	05
Filosofia	02
Pedagogia	02

Fonte: Elaboração própria.

Além do vínculo do grupo de pesquisa com o Departamento de Serviço Social, a compreensão da importância da extensão universitária na formação de nível superior, que adotamos no NUEPOM, também é herdeira da concepção trilhada pela área de Serviço Social. Desta forma, corroboramos com Oliveira, Santos e Bienenstein (2019) quando afirmam que a extensão universitária tem se constituído um terreno contraditório, de intensas disputas de projetos, e que na atualidade se evidencia em uma expressão da crise da educação pública brasileira, caracterizando-se em um dos principais espaços de venda de serviços.

Originária de uma relação assistencialista, a extensão universitária no Brasil, só se reconfigurará em um espaço de articulação do ensino e da pesquisa, nos textos oficiais brasileira, no final da década de 1980. Nos anos 2000, com o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEX), se estabeleceu, que a extensão é “[...] um conjunto amplo de atividades que perfazem processos de cunho educativo, cultural e científico, indissociados da pesquisa e do ensino, que apontam para a relação entre a universidade e o conjunto da sociedade” (PNEX, 2001, p.3). É neste mesmo documento, que o MEC afirma a extensão como um âmbito, da universidade pública brasileira, comprometido com a “transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (PNEX, 2001, p.3). Todavia, ressalta-se o que Oliveira, Santos e Bienenstein (2019, p. 54) pontuam, quando ratificam que estes valores vão se diluir “numa perspectiva de extensão universitária que se concentra em ações e projetos que, frequentemente, passam ao largo dos movimentos sociais” que tem se expressado prioritariamente em ações mercantilizáveis, como as empresas Júnior, os escritórios modelos, cursos pagos e prestação

de serviços assistenciais, impondo uma lógica de compra e venda de serviços, que deturpam a concepção de extensão universitária.

A relação dos movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIA+ com o espaço da extensão universitária tem se colocado de maneira profícua e profundamente na contramão da mercantilização observada por Oliveira, Santos e Bienenstein (2019). O projeto Amapôas é um exemplo entre tantos outros projetos, que foram desenvolvidos durante a pandemia na UFMG, tendo sido um projeto financiado pela Coordenação de Extensão (CODEX), com bolsas de extensão para discentes, com recursos de um edital exclusivo para programas, projetos e ações sobre “Mulheres, Gênero e Interfaces na pandemia”.

Ainda que apresentemos, neste texto, um relato que faz um balanço positivo da experiência do Amapôas, consideramos fundamental destacar que houve também enormes impasses nessa oferta virtual, que vão desde a estrutura precarizada de acesso e transmissão online da equipe e das participantes à estafa provocada pela pandemia e pelo excesso de atividades remotas. Além disso, o risco contínuo de uma experiência emergencial tornar-se a lógica da educação pública, em um momento que temos um governo ultraneoliberal e neoconservador com um projeto de regressão de direitos e destruição da democracia.

2. O PROJETO AMAPÔAS E A URGÊNCIA DE UM FEMINISMO ANTIRRACISTA, ANTICISSEXISTA, ANTIILGBTIFÓBICO E ANTICAPITALISTA

O projeto Amapôas iniciou suas atividades presencialmente em outubro de 2019, e neste ano com a pandemia de Covid-19, as atividades foram readequadas para que acontecessem virtualmente, através de encontros virtuais que debatessem o(s) feminismo(s) e a resistência afroLGBTI+ em tempos de Covid-19, tendo enquanto justificativa o aumento dos casos de feminicídio e da LGBTIfobia durante esse contexto pandêmico.

Para conclusão da primeira oferta do projeto, realizou-se *livres* com pesquisadoras e artivistas LGBTI+ e/ou feministas negras. Em uma segunda oferta, no segundo semestre de 2020, o Amapôas retornou com encontros *online* com as/os cursistas para discussão de livros feministas, priorizando leituras com abordagens antirracistas, anticapitalistas e antiilgbtfóbicas, como

pudemos observar nos seguintes livros, expostos no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Sistematização das Leituras e Abordagens Feministas no Amapôas

Leitura/Abordagem	Autoria	Abordagem Antirracista	Abordagem LGBTQIA+	Abordagem Anticapitalista
O que é interseccionalidade?	Carla Akotirene	Sim	Parcial	Parcial
Feminismo para os 99%: um manifesto	Cinzia Arruzza, Heci Regina Candiani e Nancy Fraser	Sim	Sim	Sim
Quarto de despejo: Diário de uma favelada	Carolina Maria de Jesus	Sim	Parcial	Sim
Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano	Grada Kilomba	Sim	Sim	Sim
Gênero em termos reais	Raewyn Connell	Parcial	Sim	Sim
Irmã outsider: Ensaios e conferências	Audre Lorde	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 1, é possível observar nossa tentativa em reunir uma bibliografia com centralidade em autoras cisgêneros que fossem negras ou lésbicas e autoras transexuais. Partilhamos da compreensão feminista, de que a experiência é fundamental no desenvolvimento político da autoria e do texto. Embora nem todas as leituras dessem conta de abordar os três elementos prioritários para projeto, todas leituras continham ao menos parcialmente o compromisso com as lutas sociais que fundamental as abordagens teóricas antirracista, LGBTQIA+ e anticapitalista.

As leituras precediam os debates mediados por plataforma virtual, enquanto os encontros online objetivaram a aproximação das/os participantes com a produção intelectual de feministas. A partir da leitura dos livros e das

discussões realizadas em grupo, centrou-se em articular gênero, sexualidade, raça e classe social através de exercícios reflexivos e de aproximação com o cotidiano de cada participante.

Para compreender a importância da articulação entre os diferentes marcadores sociais da nossa sociedade, nós utilizamos o conceito de interseccionalidade, que

[...] surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Como conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica, passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado³ – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 14)

Esse conceito foi fundamental para o projeto Amapôas, pois nos deu condições de compreender a intersecção entre as diferentes estruturas de poder, que existem na sociedade capitalista, demonstrando que os indivíduos são atravessados por diferentes formas de violências e que em uma sociedade estruturalmente desigual, alguns indivíduos vivenciam as desigualdades causadas pelo capitalismo, racismo e patriarcado, enquanto outra parcela experiente os privilégios raciais, de gênero e de classe social.

O perfil das inscritas que fizeram parte do Amapôas envolveu 50 pessoas, sendo 80% de mulheres, 18% de homens, e 2% de não-binários. No que diz respeito à orientação sexual 44% são heterossexuais, 34% são bissexuais, 16% são homossexuais (lésbicas/gays), 2% são panssexuais e 6% preferiram não informar tal informação. No quesito raça/cor 60% se autodeclararam negras/os, 36% brancas/os 2% indígenas e 2% não declararam tal informação. A faixa etária das/os participantes está entre 19 a 38 anos. Essas informações mostram a pluralidade existente entre as (os) participantes do Amapôas e a abrangência da formação feminista em tempos de pandemia, a diversidade entre as/os cursistas proporcionou uma riqueza teórico-metodológica acerca

das temáticas apresentadas nos livros durante os encontros.

Em suma, quanto a identidade de gênero e orientação sexual, as(os) inscritas(os) se disseram em maior parte cisgêneros, se definindo pertencente a identidade feminina, bissexual, jovem e étnico-racialmente se autodeclararam negras. Outra informação relevante, trata do fato de que embora o número de inscritos tenha sido superior a 40, os encontros têm tido um pico de até 20 participantes, o que acreditamos ter ressonância no fato de estarmos todas estafadas e consumidas pelas plataformas virtuais nesse período de isolamento social.

Os encontros do grupo de estudo deste ano foram realizados através de plataforma virtual, com a duração de 2 horas. No início da atividade, a equipe organizadora do Amapôas fazia uma explanação acerca do livro que seria estudado naquele encontro, apontando para os pontos principais, e em seguida todas/os cursistas apresentaram suas percepções sobre a leitura, relacionando com a sua área de conhecimento e com as suas vivências.

Em tais encontros dialogamos sobre a interseccionalidade, tendo em vista o sistema de opressões interligados, evidenciando o projeto de sociedade proposto pelo feminismo negro, os esterótipos e violências impostos aos corpos de pessoas negras, mulheres e LGBTIA+, considerando o projeto genocida do Estado brasileiro. Compreendemos o significado de branquitude, como sendo esse um sistema político, econômico e social de poder dominado por pessoas brancas, que usufruem de privilégios concedidos por essa sociedade estruturalmente racista.

Abordamos as condições de trabalhos em que as mulheres negras estão submetidas no mercado de trabalho, a realidade dos bairros periféricos e das favelas, levando em consideração que esses territórios são compostos majoritariamente por pessoas negras, visualizamos que a pobreza no Brasil tem cor e consequentemente a fome também tem, o que evidenciou as desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Realizamos análises acerca do governo, política e democracia, pensando em quais os caminhos para que todas as pessoas tenham acesso aos direitos sociais, civis e políticos, tendo em mente estratégias para a construção de uma sociedade livre de qualquer tipo de exploração, seja ela de gênero, de sexo, de raça e/ou de classe social, evidenciando assim a necessidade de se construir uma sociedade que preconiza o fim da dominação racista, cisheteropatriarcal e capitalista, através de um feminismo antirracista, antisexistia, antiLGBTfóbico e anticapitalista.

Ao longo dos encontros enfatizamos a importância da produção intelectual de mulheres negras, LGBTQIA+, pertencentes a classe trabalhadora, apontando para a necessidade de disseminar o conhecimento produzido pelas diferentes vertentes do feminismo, considerando que as vertentes estudadas nos deram subsídios para compreender os processos de violência, reconhecer quando alguém está sendo violentada/o, denunciar tais violências e criar uma rede de apoio entre as vítimas.

3. CORRELACIONANDO GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E CLASSE SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Atualmente, há um impasse no campo da Teoria Social Crítica, que envolve colocar em tela a urgência das articulações entre gênero, raça, classe e sexualidade como categorias analíticas para entender as desigualdades, violências, exploração e opressões sociais. O reconhecimento dessas múltiplas opressões são hoje instrumentos para organização de lutas e resistências, mas há por outro lado a rejeição deste debate por parte de alguns estudiosos, que ora acreditam que os temas “identitários” tomaram uma proporção superior a classe social e ora creditam a esses temas a atual derrota da esquerda.

Enquanto isso, no campo feminista, especialmente nas produções que circulam hoje pela área de Serviço Social, há também uma disputa que envolve o uso da categoria consubstancialidade como um conceito que proporcionasse uma leitura materialista dessas articulações de sexo, raça e classe social, preservando a centralidade da classe social que se diferenciaria da interseccionalidade, já que a mesma evidenciaria a raça com uma proeminência maior. (IRINEU, 2019).

No entanto, ratificamos as contribuições pioneiras de Kimberle Crenshaw, Patrícia Hill Collins e Angela Davis, dispõem acerca do uso da interseccionalidade, enquanto uma ferramenta teórico-política, que elucida as articulações estruturantes dos modelos de explorações coloniais aos quais as mulheres estão submetidas, para investigar contextos de coalizão e fluxos entre estruturas de discriminações, demarcado na tradição feminista negra. Logo, cabe apontar que no Estudos Queer e em outras tendências feministas, não se utiliza nenhuma das duas concepções, o que nos faz pensar que essas disputas fazem parte do processo de amadurecimento intelectual e político de uma área de conhecimento ou de um campo de estudos. (IRINEU, 2019).

Ao adotarmos interseccionalidade, não há intenção de hierarquizar as experiências de opressão vividas pelas mais distintas mulheres. Ao invés de se somar identidades, por meio de uma análise interseccional, busca-se compreender quais condições estruturais atravessam corpos, quais “posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Grada Kilomba, ao discorrer sobre raça e gênero, nos conta sobre uma experiência vivida por uma de suas entrevistadas, no livro Memórias da Plantação (2019), no trecho uma mulher negra relata a experiência ainda na adolescência, quando em uma consulta médica, o médico lhe propôs que fosse com ele e sua família em uma viagem à Portugal em troca de que lhe prestasse serviços domésticos durante a estadia. A autora refere-se a passagem não apenas como uma situação correlata as opressões de gênero, ou ao racismo, mas ao duplo poder de um em relação à outra, “essa cena acontece nos âmbitos tanto da diferença racial quanto da de gênero, já que o médico não é apenas homem; ele é um homem branco e eu não sou apenas uma menina, mas uma menina negra”. Este encontro, sustenta a autora, revela como raça e gênero são inseparáveis. Pois construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa e o gênero tem um impacto na construção da raça (KILOMBA, 2019, p. 94).

A subestimação presente do relato, decorre num contexto de gênero e raça. A realidade experimentada pelas mulheres negras, revela que estas habitam um “terceiro espaço”, um espaço que se sobrepõem às margens de raça e gênero, e estas formas de opressão não operam em singularidade, mas se entrecruzam, produzindo efeitos específicos. Nesse sentido, Kilomba (2019) faz reflexões acerca de sua condição enquanto escritora negra, onde a produção do conhecimento habita um não lugar, um lugar de “Outridade”, em referência a condição de estranheza do corpo negro diante da hegemonia branca, diante de um lugar de poder, ao qual o sujeito negro não pertence.

Enquanto mulher negra, a autora descreve sua realidade a partir da margem, da periferia, ou seja, do lugar onde a maioria dos corpos negros podem falar. Na esteira de bell hooks, a Kilomba (2019) enxerga a margem enquanto um lugar de potencialidades e criatividade, um espaço que desconstrói barreiras compostas pela raça, classe social, gênero e sexualidade.

Neste mesmo sentido, Audre Lorde nos mostra a escrita, a produção de conhecimento e domínio da linguagem como instrumentos para a não reprodução dos mecanismos de silenciamento do patriarcado e do racismo.

Os patriarcas brancos nos disseram: “Penso, logo existo”. A mãe negra dentro de cada uma de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos: “Sinto, logo posso ser livre”. A poesia cria a linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária, a implementação da liberdade. (LORDE, 2019, p. 46).

No livro Feminismo para 99%, as autoras compreendem que a questão racial, especialmente em momentos de crise do capitalismo, tem tomado certo protagonismo nas agendas sociais. Lembram que, por vezes, a reflexão de raça e gênero encontra empecilhos, inclusive dentro dos movimentos feministas e antirracistas, como é o caso de algumas feministas do início do século XX que reafirmaram estereótipos de raça, e se posicionaram favoráveis às opressões racistas. Mesmo quando não intencionalmente racistas, muitas feministas brancas definiram “sexismo” e “questões de gênero” como formas que universalizam a experiência de mulheres brancas e não brancas.

Abstraindo o gênero da raça e da classe, elas proclamaram a necessidade das mulheres de escapar da domesticidade e “sair para o trabalho”, como se todas nos EUA fossem donas de casa suburbanas brancas. Seguindo a mesma lógica, as principais feministas nos EUA insistiram que as mulheres negras só poderiam ser verdadeiramente feministas se priorizassem uma irmandade não racial imaginada por cima da solidariedade antirracista com os homens negros. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 132).

Para as autoras, o momento atual do movimento feminista foi decisivo para a mudança de paradigmas raciais. Com a maior participação de feministas não brancas, foi cravada a compreensão de que não é possível uma real libertação de mulheres, sem que discriminações de racista e imperialista sejam superadas. Seguindo o debate à luz das pensadoras estudadas, no Amapôas, a transfeminista australiana, Rawyn Connell, escritora da obra Gênero em Termos Reais (2016), aponta que gênero seria uma corporificação social, ou seja, um processo pelo qual o corpo absorve as normas e práticas sociais. E dentro dessa dinâmica, a autora traz importante destaque ao modo como o

colonialismo e o imperialismo global influenciam nas dinâmicas sociais, e, consequentemente, nas formas de exploração.

O gênero não está separado e guardado num armário próprio. Está, sim, embrenhado nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, movimento das populações e na criação das cidades, na luta contra o apartheid e nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais.

[...] as análises de gênero feitas no Sul Global colocam, assim, a questão da diversidade e a multiplicidade das formas de gênero não na esfera individual, mas na esfera da ordem de gênero e das dinâmicas das relações de gênero na sociedade como um todo. (CONNEL, 2016, p. 33).

Enquanto isso, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), explanam que as lutas feministas contra a opressão de gênero se apresentam também, enquanto lutas contra o neoliberalismo, pois a opressão de gênero em sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social para a produção de lucro e da acumulação de capital. Um “novo” feminismo está emergindo da força da experiência vivida, informado pela reflexão teórica. “Está tornando-se claro que a única forma de mulheres e de pessoas de gênero não conforme ganharem acesso a direitos fundamentais é pela transformação do sistema social subjacente que esvazia estes direitos” (p. 118).

As violências e a opressão de gênero possuem raízes estruturais profundamente arraigadas em uma ordem social que entrelaça a subordinação da mulher à organização e exploração do trabalho e à dinâmica de acumulação capitalista. Aproximando a análise em torno da sexualidade, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) entendem que atualmente, o capitalismo flexiona o debate sobre duas abordagens, a primeira refere-se a forças conservadoras que tentam a todo momento “banir práticas sexuais que violam os valores da família ou a lei divina, com ameaças aos “adúlteros” de pedra, açoitar lésbicas ou submeter gays à terapia conversiva” (2019, p. 128). Dum outro lado, tendências liberais “apoiam a modernidade: liberdade individual, autoexpressão, diversidade sexual” concebidos em termos que pressupõe formas capitalistas de modernidade - ao mesmo tempo normalizadoras e consumistas. (2019, p. 128).

Todavia, tanto tendências conservadoras, como tendências liberais, não

representam expressões sexuais livres, pois uma defesa liberal da sexualidade concebidos em termos capitalistas, são, incompletas e falaciosas, mantendo condições estruturais que alimentam a homofobia e a transfobia incontestadas, incluindo o papel da família na reprodução social.

Enquanto o capitalismo procedia para remodelar o conjunto da sociedade, ele incubou novas formas e modos burgueses de regulação, incluindo o binarismo de gênero e a heteronormatividade sancionados pelo Estado. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 129).

Apesar do aumento da fluidez de gênero, especialmente entre os grupos mais jovens, aumenta-se também a exploração capitalista, e os novos direitos LGBTQIA+ não veem acompanhados com a fim da violência sexual e de gênero, justamente porque esse novo modelos legitimam projetos neoliberais.

Novas formas de “normalidade gay” pressupõe a normalidade capitalista, com a aparência da classe média gay definida por seus modos de consumo e reivindicações por respeitabilidade. Sua existência é invocada como o sinal da “tolerância ocidental iluminada” para legitimar projetos neoliberais. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 130).

Deste modo, as autoras além de defenderem a liberdade sexual da procriação e de formas normativas, defendem o fim das deformações do consumismo, por uma nova ordem social, inclusive abraçada pelo poder público a fim de redesenhar o mais amplo número de famílias e associações pessoais, por meio de uma “base material de libertação sexual” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 131).

A leitura de “Quarto de despejo: Diário de uma favelada”, da Carolina Maria de Jesus, ilustra cenas, onde se observa o significado do trabalho na vida das mulheres negras, pobres, periféricas e faveladas. O trabalho alienado e estranhado, fruto da exploração e da herança colonial do escravismo brasileiro, em oposição a urgência das necessidades de sobrevivência, em seus sentidos mais básicos, como a fome. A autora aponta durante o seu texto, que mesmo trabalhando muito, o dinheiro que recebe nunca é suficiente, o que expõe a profunda concentração de renda e a má distribuição dela no Brasil. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos (DIEES), o salário mínimo necessário para sustentar um grupo familiar, composto por quatro pessoas, seria no valor de R\$5.289,53, ao contrário do que seria necessário, o salário mínimo no Brasil está no valor de R\$1.045,00.

Considerando que se explicitou acima a centralidade da sistema racial na manutenção do sistema de desigualdades socioeconômicas, vale elucidar como gênero também é determinante nas hierarquias sociais em diversos contextos nacionais. Connell (2016) ao discutir o lugar trabalho, a partir de um extenso debate sobre masculinidades e homens, analisa a vida de empresários do mercado financeiro. Ela acredita que a masculinidade é modo de viver e pensar difundido como elemento controlados de acesso à igualdade de gênero, ainda que de maneira não consciente. Para ela, os padrões de masculinidades “são criados por meio de um processo histórico com dimensões globais” (p. 94) interpelados pela classe, raça, diferenças nacionais, regionais e geracionais. De modo que, os homens ainda controlam coletivamente os instrumentos de coerção e violência da ordem do gênero, já que ainda coletam os dividendos patriarcas (CONNELL, 2016). A apostila em processos educacionais formais e informais para a transformação dessa realidade é também uma constatação no estudo de Connell, com o qual compartilhamos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste texto, apresentamos um relato da experiência do projeto de extensão universitária Amapôas, que envolveu a leitura e discussão de textos feministas antirracistas, antiLGBTIfóbicos e anticapitalistas. A ação feminista foi oferta pela NUEPOM, grupo de pesquisa feminista mais antigo do estado de Mato Grosso, e que já formou várias gerações de profissionais, ativistas e pesquisadoras na região em seus quase 30 anos de existência.

A disputa pela concepção de educação pública, bem como de extensão universitária perpassou à crítica a subordinação da extensão, da pesquisa e do ensino aos interesses empresariais. A crise na educação superior, a redução orçamentária, a negação da ciência e desmoralização das instituições democráticas vem sendo as estratégias da atual gestão federal presidida por Bolsonaro para avançar sobre os direitos sociais e priorizar a agenda econômica, priorizada mesmo no período de pandemia de COVID-19.

A apostila na correlação entre universidade e os movimentos sociais, assim como o investimento intelectual na perspectiva feminista antirracista, anticolonial, anticapitalista, antiLGBTIfóbica e anticisexista, tem sido o

fundamento para nossa continuidade no espaço acadêmico e o motor para produção de nossas resistências.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Pôlen, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais.** Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016, 272 p.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEES - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos - Salário mínimo nominal e necessário, 2020. São Paulo: **DISS.** Disponível em: DIEESE - análise cesta básica - Salário mínimo nominal e necessário - agosto/2020. Acesso em: 15 jul. 2020.
- IRINEU, Bruna Andrade; ELPIDIO, Maria Helena; DOURADO, Elziane. Serviço Social, lutas feministas e antirracistas na tela: a experiência da Mostra Audiovisual “Marielle Franco, Presente!”. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v.6 n.2, pp.250-271. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendif/article/view/37344/23130>. Acesso em: 20 out. 2020.
- IRINEU, Bruna Andrade; IORI, Kállita de Freitas. O Estágio de Docência na Pós-Graduação em Política Social: Uma experiência a partir da disciplina "Gênero e Etnia" no curso de Serviço Social da UFMT. **REBEH**, v.2 n. 4, pp.226-239. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10180>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política pública LGBT:** um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015). Cuiabá: EdUFMT, 2019.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E CLASSE SOCIAL NA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA NA UFMT EM TEMPOS DE COVID-19

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo quotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

OLIVEIRA, Ana Cristina; SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos; BIENENSTEIN, Regina. Movimentos sociais urbanos, extensão universitaria e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 52-69, jul./dez. 2019.

PNEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária 1999-2001**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/Sesu/planonaex.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2020.

QUEIROZ, Fernanda M; IRINEU, Bruna A.; CISNE, Mirla A.; LIMA, Rita de Lourdes. Grupo Temático de Pesquisa, Serviço Social, Relações de Exploração/ Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades: breve histórico e desafios. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/issue/view/497>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VIP, Ângelo; LIBI, Fred. **Aurélia, A Dicionária da Língua Afiada**. São Paulo: Editora da Bispa. Obra online. Disponível em: http://lookreadcomment.multiply.com/reviews/item/1?&show_interstitial=1&u=%2Freviews%2Fitem. Acesso em: 8 nov. 2020.

“ME CURO Y ME ARMO, ESTUDANDO”: OS DESAFIOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO

Manuela Rodrigues Santos

“Tantos anos retardando a transição, no armário toda, temendo até mesmo pôr pra fora a pontinha dos pés. Medo do quê? De tudo. [...] Meu medo era, antes, a violência da exclusão, me ver pária da noite pro dia, tratada feito lixo, perder a família, amigos, círculo social, não ter um teto pra chamar de meu, o direito de continuar estudando, de poder buscar um emprego que não fosse esse que não consideram emprego: puta” (MOIRA, 2016, p.30).

“Ser travesti já nos torna tabu, daí a maioria ainda encontra na prostituição a única forma de subsist (e sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem ao trabalho sexual)... [...] A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplia a exclusão a que já estamos sujeitas só por meramente existir” (MOIRA, 2016, p.192).

Os fragmentos que abrem este texto são do livro “E seu eu fosse puta” de Amara Moira, travesti, crítica literária e professora, que por meio de suas escrivivências, ao embaralhar os limites entre vida vivida e vida inventada grita, através de uma narradora que leva o seu nome, sua condição, escreve sobre as ruas ao mesmo tempo em que a vive, denunciando os abusos, as violências e os medos que a atravessam o tempo inteiro à medida que precisa lidar com seu corpo em construção, com seus desejos e como o mundo circundante.

Assim, em cada fragmento, emergem as angústias diante da certeza do que a espera, dentre elas a possibilidade de perder vínculos familiares, amizades e, principalmente, a possibilidade de ser expulsa da escola e de ser

“ME CURO Y ME ARMO, ESTUDANDO”:
OS DESAFIOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO

excluída do mundo do trabalho, sendo abraçada apenas pela prostituição. É importante destacar que a narradora não faz uma crítica ao trabalho sexual, mas seu questionamento diz respeito ao fato de esse ser o único horizonte possível na vida de mulheres trans e travestis. Por isso, o medo parece apoderar-se de muitas delas, levando-as a um processo de silenciamento e auto-violência. Como a narradora já anuncia, o quotidiano da população trans é alvo de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais, exclusão estrutural que vai do acesso dificultado à educação e ao mercado de trabalho qualificado até o uso do banheiro, bem como as mais variadas violências, de ameaças a agressões físicas, chegando ao assassinato em atos que não expressam apenas o ódio, mas a destruição de um corpo atravessado pelo paradoxo de ser um corpo de desejo e um corpo abjeto simultaneamente.

Entretanto, antes de continuarmos, gostaria de dizer que quem escreve estas linhas é uma mulher trans, parda, pansexual, feminista, antirracista e professora que aprendeu que erguer a voz e construir conhecimento é a melhor forma de dar poder a nossa vida e de enfraquecer esses medos, que dominam nossa existência e moldam nossos silêncios, de modo que já não tenham mais controle sobre nós. Como afirma Audre Lorde, “o tipo de luz sob a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através dessas vidas” (LORDE, 2019, p. 45). Somos feridas de tantas maneiras, o tempo todo, que a dor ou se modifica ou passa, ao mesmo tempo em que nos provoca a sair do silêncio, pois tomamos consciência de que ele não consegue nos proteger. É preciso transformar dor e silêncio em linguagem e ação. Eis o espírito que nos acompanhará na travessia que aqui realizaremos.

Sabemos que as vivências trans são heterogêneas e interseccionais, por isso, abordar a questão de mulheres trans e travestis na escola e no mundo do trabalho, perpassa discutir como essas corporalidades são lançadas numa cadeia de abandono, rejeição e discriminação por se constituírem fora dos limites daquilo que a sociedade moderno-colonial através do Estado neoliberal considera como vida e, consequentemente, confere-lhe status de humano. Ao emergir como uma revolução sobre o corpo, sobre o desejo e sobre o orgânico, borrando as fronteiras dos gêneros e questionando a binaridade, as corporalidades trans estão vivas, mas não são reconhecidas como vida, situando-se fora do enquadramento fornecido pela heterocisnformatividade que determina quais corpos são inteligíveis e, portanto, quais corpos são

considerados humanos. Em outras palavras, afirma Judith Butler, “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2018, p. 17).

Tais digressões ganham materialidade quando nos deparamos com os números. Segundo dados do projeto¹⁵ de monitoramento de assassinato de pessoas trans (Trans Murder Monitoring – TMM), desenvolvido pela Organização não-governamental TransGender Europe, entre outubro de 2019 e setembro de 2020, foram registrados 350 assassinatos de pessoas trans no mundo, sendo que destes, 152 ocorreram no Brasil, correspondendo, assim, a 43% dos assassinatos mundiais. Fato que o coloca, mais uma vez, na liderança dos 75 países e territórios monitorados como o país mais letal para a população trans no mundo. Tais dados alarmantes não só revelam um crescimento no número de assassinatos, cerca de 6% a mais do que o mesmo período de 2019; mas também reiteram que essa violência tem cor, gênero e profissão: mulheres trans e travestis, negras, profissionais do sexo com uma média entre 15 e 31 anos (TRANSRESPEITO VERSUS TRANSFOBIA, 2020, online), ratificando a baixa expectativa de vida das pessoas trans no Brasil que é de 35 anos quando a média nacional das pessoas cisgêneras é de 76,7 (IBGE, 2019). Para Mariah Rafaela Silva,

Os corpos trans racializados são como *commodities* e seu produto são as próprias diferenças que constituem a partir das noções de extermínio, separação, segregação que movimentam o poder das cis-ficções. É o corpo do uso descartável, do uso barato e sigiloso, o corpo estranho, indefinido e sem nome cujo preço varia entre cinco e cinquenta reais, dependendo do tipo de serviço disponibilizado no *drive thru* de uma esquina escura de uma rua qualquer. O mesmo corpo que, desde sempre isolado, não pode usufruir do isolamento promovido pelas políticas de quarentena, seja porque a família tradicional o rejeita, seja porque as dinâmicas estruturais de pobreza não permitem. Esse mesmo corpo-subjetividade, abjeto durante o dia, clandestino durante as noites, não podem acessar o auxílio emergencial por não ter documento ou muitas vezes ser menor de idade (SILVA, 2020, p.06-07).

15. Projeto de investigação Transrespect versus Transphobia Worldwide – TvT que dentre suas ações encontra-se o observatório de assassinato de pessoas trans (Trans Murder Monitoring – TMM) que coleta sistematicamente, monitora e analisa os assassinatos de pessoas trans e gênero desconforme no mundo.

Há, pois, uma precarização da vida dessas corporalidades acentuadas por uma política disseminada, intencional e sistemática de assassinato de mulheres trans e travestis impetradas pela debilidade de um Estado-nação e de um neoliberalismo que constroem formas de coisificar o ser humano, nesse caso o corpo-coisa das mulheres trans e travestis. Por isso, Berenice Bento vem nomeando esses assassinatos de transfeminicídio, pois a natureza dessa violência é de ordem do gênero e se alimenta de um processo de esvaziamento do sujeito que culmina em sua desumanização e sua tipificação como um corpo matável (BENTO, 2016). Para Blas Radi e Alejandra Sardá-Chandiramani, “o travesticídio/transfeminicídio é a expressão mais visível e final de uma cadeia de violência estrutural que responde a um sistema cultural, social, político e econômico estruturado por uma visão de gênero, binária e excludente” (RADI; SARDÁ-CHANDIRAMANI, 2016, online).

Ao serem investidas de um processo de virulência cujos riscos são percebidos como igualmente letais e ameaçadores das políticas de bem-estar social, as corporalidades trans são, por um lado, deslocadas para o limbo da inexistência, lugar do não-humano e do monstruoso; por outro, são lançadas num processo de eliminação sistemática motivada pelo ódio, pela abjeção e pelo nojo que levará Jacqueline Gomes de Jesus a chamar de genocídio. Para ela, a expressividade numérica das ocorrências no contexto mundial, o seu enquadramento como crime de ódio, em virtude de seu caráter discriminatório e o seu enquadramento em boa parte dos elementos que, conforme a ONU¹⁶, caracteriza o genocídio, fornece fundamentos para se defender o assassinato de pessoas trans no Brasil como um genocídio, sustentado nas violações e na transfobia histórica e culturalmente estruturada que pesa sobre elas (JESUS, 2013; 2017). Desse modo, “todas essas formas de violência e brutalização são de fato parte de um design global, que visa definir o que significa ser violento, quem tem o poder para sê-lo e contra que tipos de corpos a violência pode ser exercida sem prejuízo à normalidade social” (MOMBAÇA, 2016, p. 09).

As corporalidades trans, portanto, sentem na carne a vulnerabilidade social em meio à qual suas vidas são imersas, ampliando a precariedade de suas existências à medida que são condenadas a um processo contínuo de despossessão. Em outras palavras, afirma Judith Butler e Athena Athanasiou, “ser despossuído refere-se aos processos através dos quais as pessoas são repudiadas, excluídas pelos poderes normativos e normalizadores que

16. Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio (1948).

definem a inteligibilidade cultural e regulam a distribuição da vulnerabilidade” (BUTLER; ATHANASIOU, 2017, p. 17). Isso reitera o não reconhecimento dessas vidas como vidas vivíveis, uma vez que escapam do que é ser humano e do que é ser cidadão, ao mesmo tempo em que lhes é negado acesso aos direitos básicos. Nossas relações não só nos constituem, mas também somos despossuídos por elas.

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure nosso direito à Educação e a ter um trabalho, percebe-se que no contexto das corporalidades trans o acesso a tais direitos é, na grande maioria das vezes, negado, ameaçado, rechaçado pelos episódios quotidianos de transfobia reiterados pelas ficções de poder que constroem os paradigmas das inteligibilidades sociais por meio dos quais o CISTEMA opera não só textualmente; mas também materialmente na produção do mundo e das regras da vida em sociedade.

No entanto, para Butler e Athanasiou (2017), embora a desposseção seja uma condição dolorosa imposta pelas violências normativas e normalizadoras do Estado moderno-colonial neoliberal, ela permite aos grupos subalternizados a busca por estratégias de sobrevivência, construindo alianças por meio das quais os corpos-políticos trans lutam pela edificação de políticas da existência e, consequentemente, pelo reconhecimento e pelo acesso a seus direitos, tornando-se vidas que realmente importam. Desse modo, se, como diz Jota Mombaça, “o poder insuspeito das ficções é o cimento do mundo de modo que tudo o que está construído precisou, antes, ser imaginado” (MOMBAÇA, 2016, p. 05), é chegada a hora de imaginar mundos outros possíveis capazes de romper com essa “política do extermínio e normalização, orientada por princípios de diferenciação racistas, sexistas, classicistas, cissupremacistas e heteronormativas” (MOMBAÇA, 2016, p. 10) e criar nossas próprias ficções, libertando o poder das ficções do domínio das ficções de poder. E,

Liberar o poder das ficções do domínio totalizante das ficções de poder é parte de um processo denso de rearticulação perante as violências sistêmicas, que requer um trabalho continuado de reimaginação do mundo e das formas de conhecê-lo, e implica também tornar-se capaz de conceber resistências e linhas de fuga que sigam deformando as formas do poder através do tempo (MOMBAÇA, 2016, p. 05).

Assim, é a partir da compreensão de que nossos corpos-políticos são feitos de especulação e memória, de força e matéria, que atravessaremos as experiências de mulheres trans e travestis no que diz respeito ao acesso, permanência e êxito à escola e ao mundo do trabalho partindo, então, da despossessão em seu duplo sentido: daquilo que nós é tirado e daquilo que alimenta o que Audre Lorde (2019) chama de raiva, compreendida como a nossa reação às atitudes transfóbicas, assim como aos atos e pressupostos que surgem delas. É essa raiva que gera formas de aparição e de alianças capazes de visibilizar nossos corpos ao mesmo tempo em que promove o exercício da cidadania. Sigamos...

O sexo animal foi tão presente na segunda metade da minha infância quanto às sovas. Cheguei a mudar de escola somente para encontrá-las outra vez, nos braços de outro moleque. Este sem desejo, só ódio. Agredia-me pelo crime monstruoso de ser diferente. E eu seguia para casa chorosa, engasgando a história em silêncios. Quando finalmente resolvi contar à minha mãe sobre o bullying, ela também me bateu. – E se eu ouvir de novo que alguém te deu um tapa e você não deu um de volta, vai apanhar em dobro quando chegar em casa. Da próxima vez que o guri soltou a ira sobre mim, fiquei caladinha esperando ele voltar a se distrair. Então, quando ele já não fazia mais caso da minha presença, acertei-lhe pelas costas. Desmaiei ele com uma cadeirada. Desbaratinada, a diretora chegou no meio do babado me segurando pela orelha e dando tapas na minha nuca [...]. Fui, obviamente, expulsa da escola – para a qual nunca mais voltei. Era só a quarta série” (MARILAC, 2019, p. 33-34).

Em seu livro, Luisa Marilac caminha pelos labirintos de suas memórias indo da infância ao momento em que se torna “youtuber”. Memórias alimentadas pelas experiências de quem se prostituiu, foi vítima de tráfico sexual na Europa e assistiu à morte de suas amigas por causa de cafetinas, do preconceito, das drogas, da AIDS e do suicídio. Em meio ao corredor escuro das reminiscências aparecem, como no fragmento acima, lembranças de seu tempo na Escola, um lugar que, ao invés de ser sinônimo de acolhida, é um ambiente hostil onde nossas corporalidades são questionadas, violentadas para que se adéquem, nem que seja de forma superficial, aparente e momentânea ao que foi socialmente programado para elas e, por fim, expulsas quando não conseguimos corresponder ao esperado.

Nossa transgressão é sempre encarada como monstruosidade, vilania, degeneração, causa dos males existentes e, por isso, deve ser combatida custe o que custar. Como microcosmo da sociedade, a escola acaba por reproduzir a

transfobia estrutural que a organiza, fornecendo sentidos e tecnologias para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social. Como aponta Lucas R. Platero Mendéz, “as sociedades ocidentais usam suas instituições sociais para pressionar e moldar as pessoas de todas as idades, castigando e reforçando alguns comportamentos, de modo que elas possam se adequar às normas socialmente aceitas” (MENDEZ, 2014, p. 15). Em se tratando do sistema heterocisnormativo, essas ações estruturam-se a partir de modelos concretos do que é e não é a feminilidade e a masculinidade.

Como consequência, estima-se que 82% das mulheres trans e travestis abandonam o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos, de acordo com levantamento de 2017, feito pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE. Essa evasão se dá em decorrência daquilo que Luma Nogueira de Andrade chama de “pedagogias da violência”, uma série de atos e práticas de violência moral, física, psicológica e sexual que, de forma explícita ou silenciosa, levam mulheres trans e travestis a um processo de evasão involuntária, uma vez que não é desejada por elas, mas imposta (ANDRADE, 2015). Essa pedagogia concretiza-se em episódios quotidianos no interior da escola que passam pelo impedimento de acesso ao banheiro feminino; pelo não reconhecimento do nome social no momento da frequência; pela perseguição de colegas e demais profissionais da escola, pelo desrespeito à sua forma de viver e pela negação de seus direitos como pessoa humana. A escola, portanto, torna-se um lugar inóspito cuja lembrança remete a dor, a preconceito, a sofrimento, a traumas e a exclusões. Como podemos perceber no depoimento de Luciana, 23 anos, apresentado por William Siqueira Peres:

Da escola, eu lembro das torturas. Torturas que estavam presentes nos olhares e risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava grosserias: ‘seu viado, vê se cria jeito de homem, seu safado, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se quebrebrando’. Quando eu via aquele guri eu entrava em pânico e pensava: meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo? Enquanto ficava nas ameaças eu aguentava, mas o pior foi quando ao sair da escola, eu levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim eu ainda aguentei muito até terminar a oitava

“ME CURO Y ME ARMO, ESTUDANDO”:
OS DESAFIOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO

série. Depois disso, nunca mais quis saber de escola (PERES, 2015, p. 63).

Como se pode observar, as violências que atravessam as corporalidades trans na escola sustentam-se em uma forma de ação, pensamento e sentimento que reduz o outro à condição de coisa e como tal alimentam um processo de negação da existência. Elas, então, consolidam-se como instrumento por meio do qual a opressão, a dominação e a exclusão se realizam. Ao narrar o processo de exclusão vivida durante o Ensino Médio, a travesti e pedagoga em formação Maria Clara reitera a força e o impacto que essas violências tiveram e ainda têm em seu processo educacional:

Eu não via na instituição da escola tudo aquilo que havia sido difundido para mim, que a escola nos aceita, que é um espaço de convivência, de criar laços, de crescer e formar o humano. Mas, ao compreender que a escola forma o humano, talvez [possamos entender que] a escola também construa essa não humanidade, a partir do momento em que ela nega certas demandas para certos corpos, por exemplo, cotas raciais, nome social e banheiro para pessoas trans e travestis. Era muito complicado para mim me sentir minimamente digna no ambiente escolar, quando minhas demandas não eram vistas como demandas legítimas, que tinham relação com minha permanência dentro daquele ambiente. Acabei meu terceiro ano com muito suor e com depressão (ARAÚJO, 2019, online).

A percepção das corporalidades trans como abjetas e hipersexualizadas promove atitudes e políticas educacionais voltadas para a sua retirada tanto como estudante; quanto como professora ou mesmo como temática, criando uma espécie de *apartheid* sexual que segregava mulheres trans e travestis dentro da própria escola, limitando, por extensão, sua participação social. A escola tradicional, reitera Duda Salabert, “é mais um dos espaços desse higienismo social” (MOIRA; SALABERT, 2020, online).

Os dados de evasão involuntária revelam como a educação brasileira é estruturada a partir de um sistema político heterocisnormativo, segundo o qual as corporalidades dissidentes não estão habilitadas para ocupar os espaços escolares e a transfobia torna-se um aparato destinado a excluir e aleijar mulheres trans e travestis de seus direitos básicos, como podemos ver no relato abaixo de Suelen, travesti, negra, de 29 anos quando lhe perguntaram

sobre suas memórias da escola:

Ah! Querido! Você quer saber sobre a escola? Que escola você quer saber, da escola da vida? É, porque travesti mesmo aprende na escola da vida! Imagina só, mas eu tentei e foi muito viu? Não pensa que não insisti em ficar na escola, eu até que insisti por causa da minha mãe! Por mim eu não ia na escola porque foi muito difícil aguentar a discriminação. Estudei até a oitava série, mas para chegar lá eu passei por onze escolas. Todo ano eu tinha que mudar porque a diretora falava que não tinha vaga. Era desculpa né? Tudo bem que eu não sou santa, mas era puro preconceito. Até a quinta série foi tudo bem porque eu era gayzinho, né? Assim, eu era bem afeminado, tinha trejeitos mesmo, mas ficava calada, era educada, tirava nota boa! Na quinta série eu já tava com uns onze anos e arrumei um namoradinho na escola e a gente ficava de mão dada. Foi um mês e a diretora mandou a minha mãe me internar, mas minha mãe preferiu me transferir de escola. Aí, na outra escola eu senti vontade de passar batom, peguei da minha mãe e levei comigo e no recreio ia no banheiro e voltava de batom! Um escândalo! A professora da minha sala falou que eu estava com encosto, sabe?, que eu tava tomada pelo demônio e que minha mãe tinha que me levar na igreja. Mas minha mãe era desencanada e me transferia de escola, foi um monte de vezes, nem lembro tudo! Agora, quando a Suelen nasceu de dentro de mim, ela veio forte e decidida! Foi um fuá, meu bem! Era mais forte do que eu e as pessoas se assustavam comigo e me agrediam, sabe? Aí eu agredia também, né? Aí eu decidi que escola não era para mim e que eu tinha que cuidar da minha vida! (PERES, 2015, p. 59-60).

A narrativa de Suelen não só revela que a escola é despreparada para lidar com as dissidências, atuando na reprodução de um projeto excludente de sociedade moderno-colonial neoliberal; mas também exemplifica o que Amara Moira afirma ao apontar que as pessoas trans e travestis que transicionam cedo, como na adolescência, são expulsas do espaço escolar antes de completar o Ensino Médio, ao mesmo tempo em que a própria escola naturaliza as violências, interpretadas como brincadeiras inocentes pela comunidade escolar e classificam outras como perigosas por desestabilizarem as normas, desmascarando a suposta naturalização que as sustentam (MOIRA; SALABERT, 2020, online).

“ME CURO Y ME ARMO, ESTUDANDO”:
OS DESAFIOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO

Contudo, faz-se necessário destacar que aquelas que sobrevivem o fazem porque vivem dois processos: o de assujeitamento e o de resistência. Muitas vezes, mulheres trans e travestis acabam por se sujeitar em silêncio, buscando estratégias para poder prosseguir: evitar sair nos intervalos do recreio para não apanhar no pátio da escola; não usar o banheiro; evitar sair logo que o sinal toca para ir embora; construir uma pseudo-inclusão na sala ao ser encarada como “a inteligente” e por isso útil na elaboração de trabalhos escolares e na aquisição de boas notas e, mais tarde resistir.

Sabemos que, se a sala de aula não é um lugar de prazer e êxtase, a escola é um ambiente político, onde somos obrigadas a enfrentar constantemente os pressupostos do sistema heterocisnORMATIVO compulsório que nos reduz a corpos-coisa fetichizados, hipersexualizados, virulentos, monstruosos, rejeitados pela família, pela escola e pelo trabalho, desumanizados. O tempo inteiro precisamos reivindicar nosso direito de estar ali, de responder e reagir a esse CIStema. Assim, ao ocupar tais espaços como alunas; ao integrá-los com professoras ou outro profissional da educação, começamos a possibilitar a criação de condições efetivas para o ingresso e permanência da população trans na Educação Básica. Criamos espaço para desenvolver o que Thiffany Odara chama de uma pedagogia da desobediência, capaz de travestilizar a educação. Para ela,

Travestilizar a educação é poder estabelecer conexões entre práticas pedagógicas e currículo, não limitando ou excluindo os sujeitos, mas agregando e garantindo suas permanências no âmbito escolar, que em sua grande maioria está relacionado aos projetos pedagógicos e as práticas educacionais hegemônicas que levam ao aumento da evasão das pessoas trans no ambiente escolar (ODARA, 2020, p. 105).

É preciso, pois, deseducar essa educação heterocisnORMATIVA pautada em um projeto excludente de sociedade. Por isso, a pedagogia da desobediência não é apenas um projeto acadêmico; é todo um movimento “que transforma a educação como prática de liberdade” (HOOKS, 2017, p. 24) e que se concretiza como um ato político e libertário.

Nessa perspectiva, nossas corporalidades se fazem como uma ferramenta pedagógica que, apesar das experiências negativas e traumáticas com a escola, ainda acreditam na educação como prática de liberdade capaz de enfrentar uma escola que reforça as mais variadas formas de opressão. Ser professora

trans, para mim, é um ato de resistência que desencadeia possibilidades de estruturação de novas formas de ensino e aprendizagem; é, como diz bell hooks (2017), ensinar a transgredir; é entregar a chave da leitura mundo baseada na experiência de mulheres trans e travestis que transformam dor e silêncio em linguagem e ação e ao fazê-lo “tensionam, ressignificam, travestilizam o não em sim, o meio em todo, ainda que as adversidades apareçam, a travestilidade surge como mecanismo de interrupção por meio de uma sociedade plural, que torne a educação instrumento de emancipação” (ODARA, 2020, p. 109).

Assim, quando penso o meu corpo trans, bem como o de inúmeras outras mulheres trans e travestis, ocupando o espaço da sala de aula, retornando àquele espaço hostil que outrora tentava expulsá-lo; penso que minha atuação pode ensinar o pensamento crítico, pois “pensar é uma ação... pensamentos são laboratórios aonde se unem visões de teoria e prática. O cerne do pensamento crítico é o anseio por saber – compreender o funcionamento da vida” (HOOKS, 2020, p.31) e, com ele, ajudar a dirimir a transfobia estrutural que alicerça o país líder de assassinatos de pessoas trans.

Quero que minha presença possa levar alunas, alunos e alunes a pensarem: *se minha professora é diferente, por que eu não vou respeitar os meus colegas que são diferentes?* Espero ainda poder mostrar a meninas, meninos e menines que é possível seguir estudando, que me vejam e pensem: *se ela é uma professora, eu também posso ser alguma coisa, eu posso ter a profissão que eu quiser!* Para educar para a liberdade, para travestilizar a educação, para ensinar a transgredir, “temos que desafiar e mudar o modo como todos pensam sobre os processos pedagógicos” (HOOKS, 2017, p. 30), rompendo com um modelo de educação cis’generificado, racializado, excludente e moderno-colonial. Para tanto, é preciso ir na contramão de uma educação que nega o acesso e a permanência de mulheres trans e travestis nos espaços escolares; construindo, como diz Andreza Belluchi numa entrevista a Thiffany Odara, “uma educação que possa fazer com que as pessoas nos enxerguem como sujeitos que podem também exercer a cidadania” (ODARA, 2020, p.104); uma educação em que a equidade está no cerne dos valores democráticos, na qual, cônscios de nossa precariedade ontológica, forjamos alianças em prol de uma sociedade mais justa a todas, todos e todes. “A educação democrática se baseia no pressuposto de que a democracia funciona, de que é a base de todo ensino e toda aprendizagem genuínos” (HOOKS, 2020, p. 45).

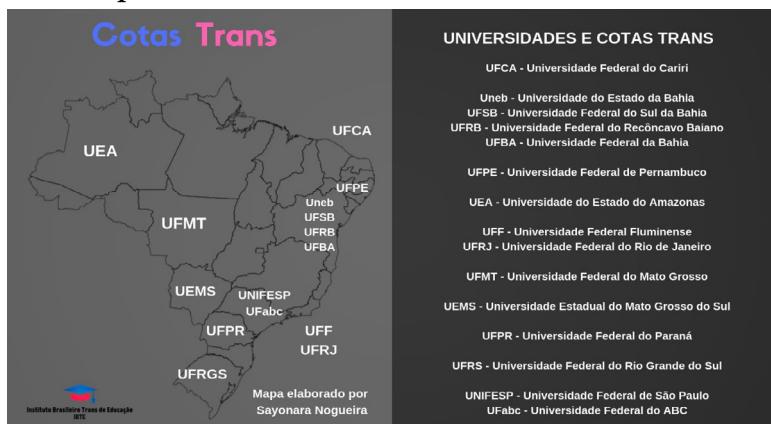
Apesar das dificuldades, as lutas empreendidas pelo movimento travesti e transexual, aliado aos debates transfeministas reverberam na implementação de políticas e ações diretas voltadas para o acesso, a permanência e o êxito

“ME CURO Y ME ARMO, ESTUDANDO”: OS DESAFIOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTITIS NA EDUCAÇÃO

das pessoas trans na escola, refletindo a diversidade de vivências, opiniões e necessidades, bem como na construção de ferramentas positivas de enfrentamento da transfobia e suas intersecções: racismo, sexism, classicismo e colonialidade. Essas lutas, por sua vez, já conseguiram algumas conquistas na forma de políticas públicas, como é o caso do reconhecimento do nome social, elemento fundamental para a inserção das pessoas trans e travestis nas dinâmicas da comunidade escolar. No contexto Federal, tem-se em 2015 a Resolução nº12/2015/CNCD/LGBT que já estabelece parâmetros para a garantia de condições de acesso e permanência de pessoas trans e travestis nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Essa resolução foi importante para o Parecer CNE/CP nº14/2017 no qual o Conselho Nacional de Educação normatizou o uso do nome social na educação básica, sendo homologado posteriormente pela Portaria MEC nº33/2018. Desde 2014, o MEC vem garantindo o atendimento pelo nome social aos estudantes que realizam o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

No âmbito estadual, a Resolução nº001/2014 da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe regulamenta o uso do nome social no âmbito de seu sistema de ensino. Gostaria de apontar ainda que o Instituto Federal de Sergipe, por meio da Resolução nº38/2018/CS/IFS regulamenta não só o uso do nome social, mas também o uso dos espaços segregados por gênero no âmbito institucional. Ademais, algumas universidades públicas no país passaram a adotar cotas para a população trans e travesti em seus sistemas de ingresso, como pode ser observado neste mapa, na figura 1, elaborado pelo ITBE:

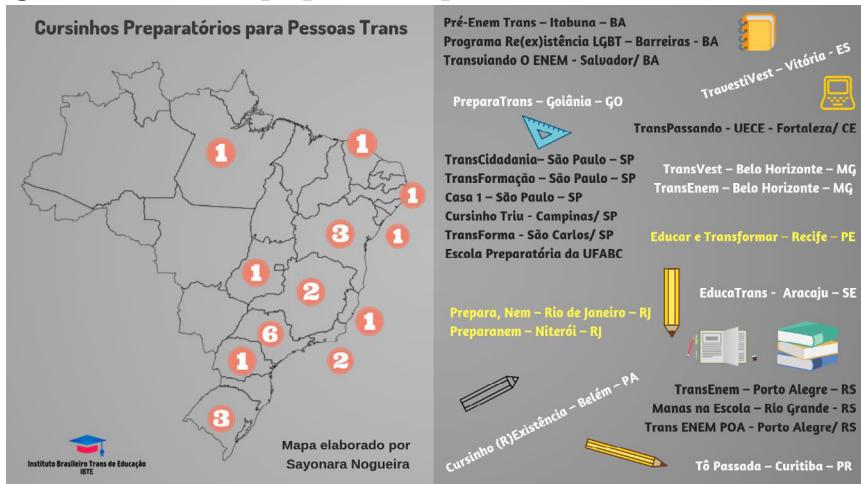
Figura 1 - Mapa das Cotas Trans



Fonte: IBTE, 2019.

Além disso, vem crescendo o número de iniciativas voltadas para preencher as lacunas desse processo de exclusão a que mulheres trans e travestis sofrem no ambiente escolar. Dentre eles podemos citar o Programa Transcidadania que atua na reintegração ao ambiente escolar de pessoas trans e travestis em situação de vulnerabilidade social, tendo já se consolidado como uma política pública no Estado de São Paulo; ou ainda a proliferação de cursinhos preparatórios voltados para as pessoas trans e travestis, potentes estratégias de transformação e de formação política. Abaixo é possível observar, na figura 2, uma síntese do mapeamento realizado pelo IBTE que nos dá um panorama dessa iniciativa pelo Brasil.

Figura 2 - Cursinhos preparatórios para Pessoas Trans



Fonte: IBTE, 2019.

Se ainda falta muito a se fazer no combate aos altos índices de evasão involuntária, estas ações demonstram e reforçam a importância do saber como um instrumento de libertação e por que não dizer um instrumento terapêutico que nos possibilita a lidar com as dores, com as feridas, ajudando-nos a iluminar o caminho turbulento da nossa travessia existencial. No contexto das vidas trans e travestis, acessar saberes significa “ter acessos a armas que possibilitam tanto que a vida brote em meio à pobreza, quanto que ela possa ser defendida da morte. Aí o saber é força, poder, possibilidade de seguir atravessando o tecido da vi/da” (LEAL, 2020, p. 05).

Ocupar o espaço da escola, construir conhecimento integra para nós

“ME CURO Y ME ARMO, ESTUDANDO”:
OS DESAFIOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO

um processo de autorrecuperação que diz respeito ao reencontro conosco para recuperar nosso corpo, não mais coisificado, nossa história e a possibilidade de construir mundos outros possíveis, onde nossas existências possam ser enlutáveis. Pensar uma educação para a liberdade é pensar uma educação na qual os saberes possam empoderar a arte trans de se curar e de se defender, rumo ao enviver.

Por fim, deixo-os ao som de “ontografias”, intensos versos de Abigail Campos Leal, uma mulher trans, negra, filósofa, slammer e poeta que ao se apropriar do saber-ler-e-escrever segue estudando e fazendo de sua arte lugar de recuperação, de resistência e de existência.

e/u me perco
nesse rio de sentimentos
sinuosos,
meândricos
que é ser
e/u.

afetos desterritorializados,
des/ejos fraturados,
lugares abandonados
me compõem.

minhas pla/cas emoçônicas
se *chocam* diariamente
y refazem
minhas paisagens
afetivas
diferentemente.
tem uma falha reversa no meu cor/ação
y várias disputas territoriais
na minha m/e/n/t/e.

mas e/u me *re-faço*
a cada passo
y deixo o vento soprar pra longe
esses *pensamento-sedimento*
erodidos.
refaço minhas cartografias
afetivas,
me reterritorializo em diásporas
existenciais
e repovoô meus lugares a cada novo dia
(LEAL, 2020, p. 108-109).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola:** assujeitamento e resistência à ordem normativa. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. 355p.

ARAÚJO, Maria Clara. **Cotas para pessoas trans.** Entrevista concedida a Nátily Neri. Canal Afros e afins, 2019. 1 vídeo (12min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nVYxqZnlkVI>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In. COLLING, Leandro (org). **Dissidências sexuais e de gênero.** Salvador: EDUFBA, 2016. p. 43- 67.

BUTHER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Desposesión:** lo performativo em lo político. Traducción: Fernando Bogado. Buenos Aires: Eterna Cadêncie, 2017. 240p.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Tradução: Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 287p.

CANTELI, Andria L; PEREIRA, Fernanda R; OLIVEIRA, Julia J. de; TOZO, Nicholas L; NOGUEIRA, Sayonara N.B. **As fronteiras da educação:** a realidade dxs estudantes trans no Brasil. Porto Alegre: Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017. 283p.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020. 288p.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org). **(In) Visibilidade Trans 2. História Agora,** v.16, nº 2, p.101-123, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminicídio de pessoas trans e travestis: o caso de Laura Vermont. In. PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (org). **Feminicídio: #invisibilidade.** São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. p. 71-82.

LEAL, Abigail Campos. **Escuiresendo:** ontografias poéticas. Uberlândia: O sexo da palavra, 2020. 120p.

“ME CURO Y ME ARMO, ESTUDANDO”:
OS DESAFIOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO

LEAL, Abigail Campos. **Me curo y me armo, estudando:** a dimensão terapêutica y bética do saber prete e trans. Série Pandemia Crítica. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/86>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider:** ensaios e conferências. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 236p.

MARILAC, Luiza; QUEIROZ, Nana. **Eu, travesti:** memórias de Luiza Marilac. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MENDEZ, Lucas R. Platero. **Trans*exualidades:** acompañamiento, factores de salud y recursos educativos. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2014.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta.** São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MOIRA, Amara; SALABERT, Duda. **Visibilidade trans na educação.** Descomplica, 2020. 1 vídeo (65min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N1qSgkhBVBA>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência.** São Paulo: Fundação Bienal/OIP, 2016. 16p.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência:** travestilizando a educação. Salvador: Editora Devires, 2020. 129p

PERES, William Siqueira. **Travestis brasileiras:** dos estigmas à cidadania. Curitiba: Juruá Editora, 2015. 190p.

RADI, Blas; SARDÁ-CHANDIRAMANI, Alejandra. **Travesticide/transfeminicide:** coordinates to think crimes against travesti and trans woman in Argentina, 2016. Disponível em: <https://www.aacademica.org/blas.radi/15.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Mariah Rafaela. **Código de ameaça:** trans classe de risco preta. Série Pandemia Crítica. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/118>. Acesso em: 26 nov. 2020.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE. **TMM Update Trans Day of Remembrance 2020.** Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2020/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DO ACESSO DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL

*Francisca Maria Rodrigues Sena
Maria Zelma de Araújo Madeira
Milena Fernandes Barroso*

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma reflexão teórica sobre os impactos do racismo e do sexismoe estruturais e os desafios no acesso de mulheres negras e indígenas à educação no Brasil. Como tem sido o acesso de meninas e mulheres negras e indígenas à escola? Quais as dificuldades enfrentadas para permanecer estudando? Essas são algumas das indagações provocadas por nossas experiências em processos de educação formal e não-formal com mulheres racializadas¹⁷ e que nos mobilizam à escrita desse texto.

Para Andrews (2015, p. 156), “a educação é universalmente reconhecida como uma área fundamental para a justiça social e como um dos mais poderosos determinantes de desigualdades e hierarquia social”. Nessa direção, partimos do pressuposto de que a educação é um espaço contraditório, tanto promovendo possibilidades e deslocamentos, como traduzindo opressões racistas e sexistas (incluindo, a lgtbfobia).

Assim, ao trazermos a relação entre racismo e sexismode desde a colonização, buscamos apontar os fundamentos das desigualdades, limites, impedimentos e invisibilidade impostos às populações racializadas e contribuir com os estudos que buscam descolonizar o conhecimento sobre as mulheres indígenas e negras. Cabe dizer que racismo e sexismode são aqui entendidos como estruturantes das relações sociais, modo de produção e reprodução da vida, e, nesse sentido, compõem as relações políticas, econômicas, jurídicas, culturais e familiares.

Portanto, sem pretensão de esgotarmos o tema, apontamos no texto uma aproximação aos desafios históricos e cotidianos vivenciados pelas meninas e mulheres indígenas e negras na educação, das dificuldades de

17. A expressão “mulheres racializadas” abrange, além das mulheres negras, aquelas não brancas, como é o caso das mulheres indígenas, e destaca a raça como um processo político (não natural), uma imposição de categorização sobre determinados grupos de pessoas.

acessar e permanecer na escola aos preconceitos e discriminações vivenciadas nos processos educacionais. A despeito disso, as lutas das mulheres revelam e reafirmam a importância das ações afirmativas e da educação como espaço de possibilidades e de construção de práticas libertadoras, antirracistas e antissexistas.

2. RACISMO E SEXISMO: BASES DA OPRESSÃO DAS MULHERES RACIALIZADAS NO BRASIL

Raça, gênero-sexo e classe social não são meros marcadores da diferença. Estruturam opressões e explorações que se combinam e se entrecruzam, determinando as relações sociais que guardam raízes no projeto de colonialidade e de escravização moderna.

A primeira experiência de escravização no Brasil deu-se com os povos originários, resultado do “atroz processo de fazimento” e do aniquilamento de milhões de indígenas (RIBEIRO, 1995, p. 20). Não restam dúvidas de que a formação do povo brasileiro e da constituição do Brasil-Nação se revela, primeiramente, mediante o *genocídio e o etnocídio indígena* e, posteriormente, com a *escravização*. Conforme destaca Ribeiro (1995, p. 144),

[...] a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um genocídio de projeções espantosas, que se deu através da guerra de extermínio, do desgaste no trabalho escravo e da virulência das novas enfermidades que os achacaram. A ele se seguiu um etnocídio igualmente dizimador, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos “brancos”.

Em seguida, com os povos africanos, um sistema cujo modo de produzir colonial permitia o tratamento de negros/as como objetos, a supereexploração do trabalho, marcado pela desumanização jamais conhecida na história da humanidade. Como último país a abolir a escravização mercantil, o Brasil contou com escravizadas/os por todo o imenso território, caracterizando-se pela violência extrema e perversidade. O escravismo não se transformou apenas num sistema econômico, mas também forjou mentalidades, afetou conceitos, moldou jeitos de ser na sociedade por meio

de práticas, significados, símbolos e linguagens que subalternizam até hoje os descendentes de escravizados (MADEIRA; GOMES, 2018) e, de forma particular, as mulheres.

Nesse sentido, racismo e patriarcado se conectam. O *patriarcado*, fundamento primeiro do sexism, no contexto colonial brasileiro, fazia-se presente em várias, senão em todas as dimensões da vida: na produção, na reprodução, na família e na sexualidade. Nesse período, vários eram os casos de violência contra mulheres relacionadas ao arbítrio de poder na família e fora dela. Prado Jr. (2011), ao referir-se à escravização, destaca como seus alicerces moldaram tanto o trabalho como a apropriação do corpo das mulheres. Com relação ao último, o autor refere-se, especialmente, à mulher escravizada (indígena ou negra), “utilizada como instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores” (PRADO JR., 2011, p. 364), o que nos faz pressupor a presença de relações patriarcais desde o sistema colonial escravista brasileiro.

De acordo com Lacerda (2010), esse foi um período por excelência de exploração e controle sexual da mulher, em seus variados registros, inclusive com práticas extremas de sadismo, ou seja, de “corpos marcados por relações de dominação, forjados pela violência que num *continuum* se espraia para além da história monárquica” (CARDEMATÓRIO; ROSO, 2012, p. 6). Para Lacerda (2010), diferentemente do processo de colonização espanhola – em que não somente era proibida como também “pecado” constituir prole com nativas indígenas – a violência contra mulheres foi uma das técnicas essenciais e diferenciadas da formação social brasileira, que respondia ao imperativo de povoamento e de reprodução de mão de obra. Em seus termos, as mulheres indígenas e depois as negras foram associadas

[...] à natureza e à terra a ser colonizada, em uma analogia simbólica e prática de devastação. A prole gerada a partir do estupro de escravas e de uniões como as concubinárias era massivamente “ilegítima”, “ninguendade” que dá origem ao próprio povo brasileiro (LACERDA, 2010, p. 9).

Isso indica a funcionalidade do patriarcado e do racismo para a consolidação do capitalismo desde a sua gênese. Não por acaso também os registros públicos de violência contra mulheres no tempo presente indicam as mulheres negras como as principais vítimas e demonstram a invisibilidade das

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DO ACESSO DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL

mulheres indígenas. Segundo o Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015), de 2003 a 2013, a morte de mulheres negras por violência aumentou 54% em todo o País, enquanto a de mulheres brancas diminuiu 10%. Os índices sobre violência contra mulheres indígenas, por sua vez, são inexpressivos ou inexistentes, tanto pela ausência da denúncia, já que as políticas de proteção não são acessíveis a esse público, como pelo fato da questão étnica ser ignorada na elaboração desses índices (BARROSO, 2015).

Esse processo, que se conformou em um dos pilares da formação social brasileira, perpetua-se e se expressa nas persistentes desigualdades étnico-raciais, de gênero e classe. Racismo e sexism estrutural e estruturante da modernidade e obstáculo à igualdade, que passa a determinar as relações sociais junto com o elitismo no pós-abolição.

Essa naturalização das hierarquias étnico-raciais e de gênero – os lugares que a população negra, indígena e as mulheres ocupam na estrutura social – é resultado do racismo e sexism estruturais, entendidos para além do âmbito interpessoal ou institucional. Nesta perspectiva, são compreendidos como fenômenos que desumanizam, negam a dignidade a pessoas e grupos sociais com base em características físicas (cor da pele, cabelo etc.), identidade de gênero, orientação sexual, origem regional ou cultural. Nestes termos, Almeida (2019, p. 38-39) define o racismo como

[...] uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. [...] Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Racismo e sexism se interseccionam, trazendo implicações particulares às mulheres indígenas e negras, expressando-se em impedimentos, desigualdades, negação de direitos e violências cotidianas em todas as esferas da vida objetiva e subjetiva, em particular nos processos educacionais, como serão abordados nos próximos itens.

3. DILEMAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES INDÍGENAS

No Brasil, raça e etnia são elementos fundamentais para a análise e rupturas ao processo de violação de direitos das mulheres. Nesse sentido, partimos do pressuposto da indissociável relação entre racismo e sexismo como determinação central das impossibilidades, impedimentos e negações às quais as mulheres indígenas estão sujeitas. Cabe reforçar a invisibilidade do racismo e do sexismo contra os povos originários e o vazio na literatura brasileira sobre o tema, o que em muito contribui para a naturalização de práticas e visões preconceituosas e discriminatórias, que conferem, em grande medida, a abrangência e gravidade dessa questão como estruturante das relações sociais no País.

Embora as/os indígenas historicamente tenham sido tratados “como se fossem coisa” e suas culturas desvalorizadas e qualificadas como “costumes bárbaros”, tiveram historicamente pouco espaço no debate sobre racismo no Brasil (MILANEZ et al., 2019). Por um lado, pelo questionamento à aplicação do conceito de racismo ao contexto dos povos indígenas, considerado por muitos como inapropriado (BONIN apud MILANEZ et al., 2019). Por outro, pela secundarização dada pela historiografia ao protagonismo da resistência indígena à colonização, e as abordagens da “transição” da escravidão indígena para a negra que não apenas reforçaram a narrativa da extinção – que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado –, como também serviram para desconsiderar o violento sistema de exploração da força de trabalho, a espoliação e o genocídio que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais. Soma-se a isso a falácia ainda atual do “desconhecimento” da realidade indígena, o que, para Milanez et al., (2019), trata-se de um dos efeitos do racismo estrutural.

Nesse cenário, as mulheres indígenas, que junto às mulheres negras compartilham a base da pirâmide social, vivenciam desafios múltiplos dentro e fora de suas comunidades, a saber: a sobrecarga de trabalho, a dificuldade em ter renda própria, de estudar, a dependência do companheiro, o machismo contra quem ocupa cargos de liderança, a brutalidade na hora do parto, a falta de apoio familiar, os ataques verbais e físicos, o abuso sexual, a ameaça de invasão de suas terras, a discriminação, o preconceito e a dificuldade para acessar direitos (BARROSO, 2015).

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DO ACESSO DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Longe de se constituir como possibilidade, o “direito”, enquanto mediação importante para deslocamentos e rupturas no contexto de desigualdades diversas, para as mulheres indígenas se coloca ainda como um horizonte a ser trilhado. Conforme destaca Segato (2003, p. 31):

O direito das mulheres dos povos indígenas é, portanto, uma área de dificuldades múltiplas. Depois de iniciado o período de contato intenso com a sociedade nacional, a mulher indígena padece todos os problemas e desvantagens da mulher brasileira, mais um: o mandato inapelável e inegociável de lealdade ao povo a que pertence, pelo caráter vulnerável desse povo.

Para Segato (2003, p. 33), se as mulheres “reclamam seus direitos baseados na ordem individualista, elas parecem ameaçar a permanência dos direitos coletivos nos quais se assenta o direito comunitário à terra e à divisão do trabalho tradicional na unidade doméstica como base da sobrevivência”. Logo,

[...] isso torna frágil a sua vontade e legitimidade na reclamação de direitos individuais, que são, por definição e natureza, “universais”, e cujos pleitos dirigem-se aos foros de direito estatal e de direito internacional, ultrapassando a jurisprudência tradicional do grupo étnico (SEGATO, 2003, p. 33).

Soma-se a esse dilema, as determinações do racismo e sexismo colonial que, apesar dos avanços efetivados nos últimos anos, no Brasil, no tocante às políticas sociais (com destaque para a educação), impõem tamanha invisibilidade às mulheres no indigenismo brasileiro. A saber, foi somente em 2006, pela primeira vez na história das políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988, que se incluiu num Plano Plurianual (PPA) uma ação específica para as mulheres indígenas no Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

No campo da educação, apesar do avanço nas concepções que consideram a diversidade e o direito à diferença, observa-se um abismo entre as orientações legais e a realidade vivenciada nos contextos indígenas (GRUPIONI, 2008), que se refletem nas dificuldades de acesso à formação

escolar indígena¹⁸ até nos desafios para alçar espaços de educação não indígenas, como é o caso do ensino superior.

A despeito da organização e das lutas das mulheres indígenas e de sua maior participação nos espaços de educação formal, ainda se constitui um desafio o acesso à educação (incluindo a permanência nos processos formativos) dentro e fora de suas comunidades. A divisão sexual do trabalho, a responsabilidade das mulheres com as atividades reprodutivas, a sobrecarga do trabalho, a barreira da língua (nas comunidades mais isoladas onde as mulheres não são bilíngues), e o incentivo mais facilitado aos homens para a migração (TEIXEIRA; GOMES, 2012) são alguns entraves.

Ademais, a migração de mulheres indígenas em direção ao acesso à educação formal, quando ocorre, tem sido, em sua maioria, um desafio que exige a conciliação das atividades de estudo/formação com precários e informais trabalhos (como é o caso do trabalho doméstico), dadas as dificuldades de se manterem economicamente fora de seus territórios de origem. Conforme apontam Teixeira e Gomes (2012), geralmente as mulheres saem para estudar e trabalhar como empregadas domésticas ou babás na casa de algum parente ou conhecido, num sistema de troca de favores.

Ao mesmo tempo, cabe problematizar as múltiplas experiências, pois, para qualquer análise em contextos étnicos diferenciados, faz-se necessário considerar os distintos modos de vida que condicionam a diversidade étnico-racial e cultural presente em cada território. Desta forma, não pretendemos homogeneizar ou generalizar qualquer apreensão dessa realidade, no máximo, apontar tendências que indiquem um movimento convergente entre as experiências de mulheres indígenas em relação ao direito à educação e indicar, na medida dos limites desse texto, divergências que apontem deslocamentos e resistências ao instituído.

Nessa direção, Teixeira e Gomes (2012), em pesquisa sobre o processo de escolarização e letramento entre os Xakriabá (povo indígena residente no norte de Minas Gerais), a partir de um recorte de gênero, revelam melhor progressão escolar das mulheres na escola indígena e confirmam o processo de feminilização do magistério, ainda que não seja nos cargos hierárquicos de comando. Fato explicado por uma possível maior adaptação das mulheres,

18. A atual política de educação para os povos indígenas tem como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), mais especificamente, os artigos 78 e 79, que definem a oferta de educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue; e o Decreto Nº 6.861/2009 (BRASIL, 2009), que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.

cujas atividades reprodutivas poderiam ser mais facilmente conjugadas com as atividades escolares, o que sugere uma íntima relação entre o universo doméstico e o escolar em contraposição à associação entre o papel masculino de administração e sustento das famílias, o que embasa a necessidade de os meninos se inserirem desde jovens nas atividades produtivas (TEIXEIRA; GOMES, 2012).

Dada a complexidade das relações nos contextos étnicos diferenciados, inclusive, com grande participação das mulheres na manutenção econômica das famílias, a análise de uma maior adaptabilidade das mulheres à escolarização a partir das relações étnico-raciais e de gênero exige aprofundamento e apreensão de outras condicionalidades. Consoante a isso, o aumento da participação das mulheres indígenas também tem se colocado como uma tendência na escolarização superior não-indígena.

Nessa direção, o levantamento da organização Gênero e Número com dados do Censo da Educação Superior, aponta que apenas 0,5% das pessoas ingressantes nas universidades são indígenas. Porém, cabe destacar que este número saltou nos últimos anos, passando de 2.780 em 2009 para 17.269 em 2018, último ano contabilizado por levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O número de mulheres, por sua vez, cresceu 620% em 2018 em relação a 2009, ano em que a variável cor/raça começou a ser contabilizada. O crescimento entre os homens foi de 439%. A partir de 2014, as mulheres se posicionaram como maioria entre o total de ingressantes indígenas e assim se mantiveram até 2018, representando 52%.

Os dados são relevantes e, embora representem um deslocamento importante na garantia do acesso à educação, acabam por escamotear as dificuldades e desafios diários vivenciados por estudantes indígenas, tais como, os deslocamentos das comunidades de origem até as universidades localizadas nas cidades, os preconceitos dos não-indígenas, o assédio moral e sexual, as dificuldades financeiras para custear alimentação e o aluguel de um local para morar, entre outros fatores.

O caso de Clotilde Tikuna, é emblemático. Ela se deslocou da comunidade Umariaçu - I, situada no município de Tabatinga, no Alto Solimões, na fronteira com a Colômbia com o Amazonas, para cursar Enfermagem em uma universidade privada de Manaus, mas teve que trancar a matrícula temporariamente por falta de recursos. Conforme destaca Clotilde:

Eu sofri durante cinco anos. Quando são formados grupos de colegas, é difícil eles se unirem, me incluir no grupo. Uma vez eu sofri até pela professora mesmo, pensando que eu não sabia como explicar tudo o que ela mandou eu explicar, porque o meu português é muito difícil. Houve nota baixa, reprovei. E eu estou aqui, com a cabeça erguida (TIKUNA apud LIMA, 2020, p.4).

Clotilde ressalta ainda a importância de outros parentes estarem na faculdade para ter mais profissionais que realmente entendam sobre as condições culturais diferenciadas dos indígenas, porque isso pode levar benefícios para as comunidades e futuros acadêmicos. Para ela, “todos os conhecimentos, dos brancos e dos indígenas, podem e precisam ser somados, e que isso não deve ser limitado pelo preconceito vigente na cidade”.

Essa compreensão é compartilhada por Val Munduruku, estudante do curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Ela afirma:

A universidade me abriu várias oportunidades. Com o ingresso, me dei conta de problemáticas que enfrentamos todos os dias como sociedade em geral e dentro das comunidades indígenas. E isso só foi possível depois do acesso à universidade e apesar das dificuldades que todos nós indígenas temos ao nos deparar com a vida acadêmica (VAL MUNDURUKU apud SILVA; BRUNO; MARTINS, 2019, p. 8).

Val foi a primeira pessoa de sua família a entrar em uma universidade. Além de estudante e engajada na luta ambiental, ela também é ativista pelos direitos das mulheres e ingressou na instituição pelo Processo Seletivo Especial Indígena.

As experiências de Clotilde e Val nos revelam que o interesse pela educação e a participação em espaços nas escolas e universidades aparece com maior frequência nos movimentos das mulheres indígenas (GRUBITS, 2014). Destaca-se também a relevância das políticas de ações afirmativas – por meio das cotas¹⁹ e de vestibulares específicos para indígenas²⁰ – para a viabilização

19. A lei de cotas (12.711), aprovada em 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e sobre a reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e para pessoas com deficiência, estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita.

20. Os processos seletivos especiais para estudantes indígenas, que têm a proposta de promover a inclusão social e étnica desses povos, já acontecem em diversas instituições de todo o Brasil, como a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), entre outras. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) aplicou a segunda edição do vestibular indígena neste ano para 1,6 mil candidatos.

do seu acesso ao ensino superior.

Pamkararu, da etnia Tacaratu, de Pernambuco, fez graduação em Geografia em 2003 no município de Belém do São Francisco (PE), no Centro de Ensino Superior do Vale de São Francisco (CESVSF) e cursa doutorado em Antropologia no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Não foi beneficiária das cotas raciais para indígenas durante sua graduação, porque na época não existia a legislação federal. Mas, devido aos avanços das ações afirmativas que se estendem à pós-graduação em algumas universidades do país, ela conseguiu fazer o mestrado e doutorado nessa área com as cotas. Sua fala é ilustrativa do racismo vivenciado pelas mulheres e homens indígenas na educação:

Sempre fomos objetos de pesquisa. Somos muito presentes na ciência brasileira, que usou nossos corpos e nosso sangue para pesquisas na genética e na anatomia humana. Mas ainda somos tão invisibilizados nesse espaço. Nós nos inserimos nesse espaço que nos usou, nos destruiu, e que trabalha constantemente para ignorar a nossa presença. [Ingressar na universidade] é um projeto de resistência, luta e reivindicação. A universidade é um espaço nosso (PAMKARARU apud SILVA; BRUNO; MARTINS, 2019, p. 8).

Não obstante galgarem a participação no processo de escolarização formal, os movimentos de mulheres indígenas propõem o acesso à educação de forma ampliada, com destaque para

a definição de políticas mais eficazes para as escolas indígenas, que enfrentam sérios problemas como os acessos com destino e no interior dos territórios indígenas; garantia de segurança alimentar de qualidade nas escolas, de acordo com os hábitos alimentares de cada comunidade; cursos de formação e capacitação de professores bilíngues (falantes) e professores indígenas (não falantes), uma vez que atualmente estão sendo contratados professores “bilíngues” que ministram aulas em português; que as universidades que não possuem o termo de Cooperação com a FUNAI para apoio aos estudantes indígenas busquem fazê-lo, ou criem políticas específicas de acesso e permanência destes estudantes nas Universidades, de acordo com a Lei 12.416/2011 (GRUBITS, 2014, p. 117).

Outras propostas se referem ao acompanhamento rigoroso das inscrições para os vestibulares, mestrados e doutorados destinados aos povos indígenas, tendo em vista as fraudes apuradas neste tipo de política; a realização

de projetos de iniciação científica específicos para os estudantes indígenas em suas comunidades e que as horas de estágio sejam reconhecidas pelas Universidades (KAINGÁNG apud GRUBITS, 2014). Aqui cabe destacar a centralidade da comunidade e das pautas coletivas recorrentemente reafirmadas pelas mulheres no bojo da lógica de reciprocidade que permeia o processo organizador dos povos indígenas.

Tanto as narrativas como as pautas das mulheres organizadas (citadas ao longo desse item), demonstram a importância da educação para as mulheres indígenas – que em sua maioria retornam às suas comunidades e passam a atuar como professoras, agentes indígenas de saúde etc. Em outra direção, explicitam o peso do racismo (inclusive, o epistemicídio) e do sexism colonial ao qual as mulheres indígenas estão expostas, ao refletirem a condição de excepcionalidade das experiências de escolarização nesse contexto se comparadas às oportunidades destinadas às populações não racializadas. A despeito dos deslocamentos importantes ao *modus operandi* galgado por algumas centenas de indígenas nos últimos anos no país, o direito das mulheres indígenas à educação ainda é um processo em curso num horizonte de imensos desafios à questão indígena.

4. O REVÉS DO ACESSO À EDUCAÇÃO PELAS MULHERES NEGRAS

A educação é uma área de grande relevância para negros e negras no Brasil, que sempre apostaram nos processos educacionais como maneira de resistir às formas impostas e precárias de viver, no entanto, acessá-la tem sido um desafio histórico.

Um exemplo emblemático das dificuldades impostas ao ingresso do povo negro à educação registra-se no campo legislativo, no decreto nº 1.331/1854, que determinava que negros e negras não poderiam ser admitidos/as na escola. Cita-se ainda o decreto nº 7.031/1878, que estabelecia a matrícula de pessoas negras apenas no período noturno. Assim, verificamos que o País legitimou leis que proibiam e dificultavam o acesso da população negra à instituição escolar em qualquer nível de ensino. No dizer de Silvio de Almeida (2019), o Brasil “se move por parâmetros racistas, em que a desigualdade se naturalizou de tal forma que as pessoas se acostumaram a entrar em certos ambientes e não encontrar uma pessoa negra”.

A análise dos dados de escolaridade dessa população se explica também ao levar em conta o passado colonial e as formas reeditadas de exclusão imersas nas instituições sociais. As brasileiras negras são 59 milhões, o que representa 27% da população do país, parcela atingida com os piores índices de acesso aos direitos básicos, como educação, saúde, emprego, rendimentos, participação política e moradia. No campo da educação, os dados do IBGE revelam a disparidade entre brancos e negros, a saber: 44,2% dos negros homens entre 19 e 24 anos não conseguiram concluir o ensino médio em 2018. Em se tratando das mulheres negras, 33% nessa mesma idade, enquanto o índice é 18,8% entre as brancas (SALDAÑA, 2019).

Nesse sentido, podemos afirmar que a educação formal brasileira não tem proporcionado a permanência do povo negro tampouco demonstra apreender a dinâmica social e as experiências, particularmente as de educandas/os e educadoras/es (incluindo os demais profissionais da educação) negras/os. Conforme destaca Bello (2015, p. 7), “apesar das mudanças que vêm ocorrendo em nossa sociedade e em sala de aula a escola e seus professores ainda têm dificuldade para lidar com situações de racismo, preconceito e discriminação”. Consoante a isso, convém nos questionarmos: em que medida isso traz implicações para o acesso, a permanência e o desempenho educativo de crianças e adolescentes negras/os e indígenas, do campo e da cidade nas instituições educacionais?

Estudos revelam que as primeiras experiências de racismo ocorrem no ambiente escolar. O ingresso na escola tem propiciado a vivência num ambiente hostil e violento que quebra a dimensão lúdica e marca indelevelmente as vidas de meninas e meninos. Nesse processo, o racismo é devastador para quem é negro, mas estando numa sociedade patriarcal, a opressão experimentada pelas meninas se configura de forma diferente e desigual em relação aos meninos.

No espaço escolar, uma das características fenotípicas que geram maiores ataques racistas é o cabelo. Predominantemente, há uma visão estereotipada de que as meninas devem ter os cabelos grandes. Já para os meninos, o padrão é ter os cabelos curtos. Então, os meninos negros quase sempre têm usado cabelos raspados ou bem curtos. Já as meninas, pela imposição sexista, usam cabelos grandes, mesmo que sob a pressão de mantê-los presos ou alisados. Para Gomes (2005b, p. 237), “se antes a aparência da criança negra, com sua cabeleira crespa, solta e despenteada, era algo comum entre a vizinhança e coleguinhas negros, com a entrada para a escola essa

situação muda”. Segundo a autora, existe uma imposição de padrões, inclusive estéticos, fundamentados no racismo.

Além dos cabelos, a ideologia do embranquecimento hierarquiza os corpos negros não apenas de educandas/os, mas também de educadoras/es, criando violentas associações do ser negro com a feiúra, a maldade, a incapacidade, a sujeira. Isso contribui para criar e agravar a baixa autoestima de crianças e adolescentes negras/os. Para Almeida e Alves (2011), é importante observar com cuidado a impregnação dos padrões fenótipos nos materiais escolares. A ausência de referência positiva no livro didático e nos espaços educativos “esgarça os fragmentos da identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana” (ANDRADE, 2005, p. 120).

Ainda segundo as autoras, para além da própria ambiência refratária da presença da criança negra, pelas reações e atitudes de professores e alunos, brancos na sua maioria, a produção de material da escola reproduz e confirma o discurso de valorização dos indivíduos brancos, modelos de beleza dominantes, sem crítica e com total liberdade. Essa ideologia que está entranhada em grande medida no livro didático e nas diversas práticas pedagógicas desenvolvidas por diversas/os profissionais da educação, particularmente de educadoras/es.

O racismo, assim como o sexism, ocorre cotidianamente no ambiente escolar e precisa ser identificado, desnaturalizado e trabalhado. É preciso romper com o silenciamento diante da questão racial. No processo de formação de educadoras/es, é importante abordar a conceitualmente o que é o preconceito, a discriminação racial e o racismo, contribuindo para a compreensão das especificidades do racismo na realidade brasileira e do favorecimento da identificação das práticas racistas que ocorrem na escola (GOMES, 2005a). Nessa direção, Luana Tolentino apud Melo (2020) assevera a importância de mudança de mentalidade, posto que a construção de uma educação antirracista passa pelas escolhas profissionais da educação, inclusive no ensino superior. Nas palavras da autora, “em 2019, orientei um aluno que investigava os currículos de licenciatura em artes cênicas. Ele pegou 43 planos de ensino em um intervalo de cinco anos e só encontrou dois textos sobre a questão racial. Tem um racismo aí, pois este currículo é construído por alguém”.

A intersecção entre racismo, sexismo e elitismo também pode ser apreendida nos dados de concentração de renda no País: o Relatório de

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DO ACESSO DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Desenvolvimento Humano da ONU (PNUD, 2019) aponta que 1% dos mais ricos concentra quase um terço da renda (28,3%), o que dá ao Brasil o título de vice-campeão mundial em desigualdade, quando 75% dos mais pobres no país são negros e negras (IBGE, 2018). Nesse cenário assevera-se o peso do desemprego, da precarização e da informalidade nas relações de trabalho, sendo o trabalho doméstico, aquele com os mais altos índices de desvalorização e informalidade entre as diversas funções, sendo o país com o maior número de trabalhadoras domésticas do mundo (em sua maioria mulheres negras), quase sete milhões, conforme dados da OIT (2020). Esses dados são reveladores dos índices de escolarização, posto que a imputação do trabalho doméstico (remunerado ou não) às meninas e mulheres negras as coloca em situação de desvantagem em relação aos brancos quando da possibilidade de acessar e permanecer estudante, expressões das desigualdades estruturais e históricas presentes no Brasil.

A despeito de avanços no campo do direito à educação formal, resultado da luta das mulheres negras – como a Lei 10.639/2003 e a Lei 12.288/2010 do Estatuto da Igualdade Racial, ambas determinam diretrizes e bases da educação nacional para inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” – experiências ocorridas nos ambientes educativos formais e informais do campo, das cidades e das florestas, marcadas por violências racistas, sexistas e lgbtfóbicas têm contribuído para a exclusão subjetiva e presencial de pessoas, especialmente crianças, adolescentes e jovens.

Cabe destacar também a importância da Lei 12.711/2012, que versa sobre as Cotas Raciais e decreta a reserva de vagas para egressos da escola pública, de baixa renda e negros, ampliando, desde sua implementação, as matrículas de negros e negras na graduação em instituições de ensino superior no Brasil, de 13,2% em 2012 para 35,8% em 2019. Conforme aponta Carneiro apud Melo (2020), a função social da Lei de Cotas ultrapassou a inclusão universitária desses jovens, pois a partir dela as famílias passaram a discutir suas próprias questões identitárias, já que, para ingressar na graduação, era preciso dizer “eu sou preto”, “eu sou pardo”, desencadeando diálogos sobre racismo e gênero.

Nessa direção, os Núcleos Brasileiros de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, nas instituições de ensino superior estaduais e federais, são considerados

experiências importantes ao agregarem e articularem pessoas negras, mas também não-negras comprometidas com as lutas antirracistas, fortalecendo esses sujeitos para permanecerem no ambiente acadêmico e potencializarem sua produção, aprofundando leituras da realidade e provocando mudanças epistemológicas ao acessarem e produzirem referenciais teórico-empíricos com base em pensadoras/es negras/os e indígenas apagados e desvalorizados pelo racismo expresso no epistemicídio. Esse epistemicídio ainda consegue ser mais forte em relação às mulheres. Predominantemente, as teorias que circulam e embasam a produção do conhecimento nas academias são majoritariamente europeias, brancas e masculinas. Daí a importância de reafirmação de teorias negras, feministas e anticoloniais.

5. A URGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, ANTISSEXISTA E LIBERTADORA

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura de mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (HOOKS, 2013, p. 273).

A citação de bell hooks (2013) nos leva ao caminho de volta das reflexões empreendidas ao longo do texto, aponta as contradições que envolvem o campo da educação formal e as suas possibilidades. Não há dúvidas sobre os desafios históricos impostos às mulheres negras e indígenas, seja para acessarem ou permaneceram nos espaços escolares. Nessa direção, Carneiro apud Melo (2020) chama atenção para os estudos sobre educação em que “olha-se muito para quem sai, mas imagina o que é resistir a tudo isso e permanecer?”, porém, ao se refletir sobre o passado dessas mulheres, as experiências exitosas que resultam das lutas das mulheres negras e indígenas, nos levam a necessidade de construir um projeto de educação libertador, antirracista e antissexista.

As experiências de educação do campo e de educação contextualizada, por exemplo, têm dado passos significativos para abordar conteúdos e práticas

não-sexistas na educação, mas, na maioria das vezes, não contemplam o debate étnico-racial, ampliando o desafio para integração de uma educação antirracista. Por outro lado, é possível apreender experiências significativas de abordagem de uma educação antirracista, que não tomam com profundidade as questões das meninas e mulheres negras e indígenas, como exemplo, os NEABIs.

Os núcleos de pesquisas sobre gênero e feminismo também têm avançado pouco na apreensão da realidade das mulheres negras e indígenas, o que tem sido tencionado pela maior participação de mulheres racializadas – em razão das cotas raciais –, e suas problematizações em torno do racismo estrutural, da branquitude, da questão indígena e das resistências, muitas vezes, trazendo suas próprias experiências como dispositivos para análise. Consideramos que os espaços formais de educação têm sido influenciados pelas experiências não formais da educação feminista antirracista e popular vivenciada por organizações da sociedade civil e movimentos sociais que, a partir de suas práticas, estão alargando campos de estudos, aprofundado temáticas, produzido teorias e sobretudo, construído propostas de políticas públicas de educação e incidido no poder público para que elas se efetivem.

Sousa (2005), ao analisar a trajetória da personagem feminina negra na Literatura Infanto-Juvenil, identifica que o movimento negro e o movimento de mulheres negras, entre o final do século XX e o início do século XXI, desempenharam um papel relevante na transformação positiva das personagens femininas negras nos livros didáticos e paradidáticos, através de denúncias e reivindicações. São importantes deslocamentos dentro do instituído e que vêm possibilitando mudanças no destino de meninas e mulheres nos últimos anos no Brasil, ao requererem seu reconhecimento étnico e justiça racial num país em que o racismo e o sexismº são estruturais, base fundamental das relações sociais.

Dito isto, consideramos haver um *duplo* desafio: o primeiro, de romper com a invisibilidade das meninas e mulheres negras e indígenas. Se na estrutura da nossa sociedade já existe uma invisibilidade da sua existência, fala e imagem, de um modo geral, o patriarcado associado ao racismo tem determinado um apagamento de mulheres racializadas, destinando a essas o lugar de estereótipos (da serviçal – da ama de leite, da babá, da empregada doméstica – e da hipersexualização – mulata), com esteio no colonialismo e no processo de escravização da sociedade brasileira (CARNEIRO, 2004).

O segundo desafio é o de promover coletivamente e institucionalmente uma educação antirracista, antissexista e de qualidade, que questione currículos e

estruturas escolares, que questione e desnaturalize a ideia de incapacidade intelectual e escolar de indígenas, negros e negras. As ações afirmativas e os processos seletivos especiais são fundamentais nesse caminho, agregando o investimento em qualidade de ensino básico, para garantir maior inserção e permanência dos povos racializados nas instituições de ensino.

Por fim, ao afirmarmos o necessário protagonismo indígena e negro na luta antirracista e antissexista, não significa isentar as diferentes parcelas da sociedade civil de ingressarem nessa luta. Pelo contrário, almeja-se que, com a maior visibilidade do problema, a adesão de aliadas/os que venham também a atuar na construção de uma outra sociedade (incluindo a educação) possível, sem opressão e exploração, pautando abertamente os legados coloniais e escravistas que atravessam o presente e continuam a moldar a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Giane Elisa Sales de; ALVES, Claudia Maria Costa. Educação escolar de mulheres negras: interdições históricas...**Revista Educação em Questão**, Natal, v. 41, n. 27, p. 81-106, jul./dez. 2011.
- ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a auto-estima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SECAD, p. 155-172, 2005.
- ANDREWS, George Reid. **América afro-latina: 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- BARROSO, M. F. **Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento à violência doméstica**: novos marcadores de gênero no contexto indígena. Manaus: Edua, 2015.
- BELLO, Luciane. Mulheres negras e racismo: desafios e possibilidades na educação. **Anais do XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU**, Mar del Plata – Argentina, 2015.
- CADERMATORI, Ana Carolina; ROSO, Adriane. Violência, criminalidade e relações

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DO ACESSO DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL

de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 397-418, jun./dez. 2012.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MinC – CNPQ, 2004.

GRUBITS, S. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 116-125. 2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SECAD, p. 143-154, 2005a.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: **Educação como exercício de diversidade**. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, p. 229-250, 2005b.

GRUPIONI, L. D. B. **Olhar longe porque o futuro é longe**: cultura, escola e professores indígenas no Brasil. 2008. 237 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociais Mínimos (ISM)**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=resultados>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LACERDA, Basso Marina. **Colonização dos corpos**: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, Jackeline. Educação indígena: o desafio de sair da comunidade para estudar na universidade. **Amazônia Real**. Manaus, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/educacao-indigena-o-desafio-de-sair-da-comunidade-para-estudar-na-universidade/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

MELO, Raquel. Quais os desafios de meninas e mulheres na educação? **Gênero e educação**. 30 jul. 2020. Disponível em: <http://generoeducacao.org.br/desafios-mulheres-negras-educacao/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MILANEZ, Felipe et al. Existência e diferença: O racismo contra os povos indígenas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho doméstico**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SALDAÑA, Paulo. 4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio. **Folha de São Paulo**. Brasília, 1º set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Uma agenda de ação afirmativa para as mulheres indígenas no Brasil. **Série Antropologia**, n. 326. Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília (UnB), 2003.

SILVA, Vitória Régia da; BRUNO, Maria Martha; MARTINS, Flávia Bozza. Ingresso de mulheres indígenas nas universidades cresce 620% desde 2009. **Gênero e Número**, 19 dez. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/ingresso-de-mulheres-indigenas-nas-universidades-cresce-620-desde-2009/> Acesso em: 14 dez. 2020.

SOUSA, Andréia Lisboa. A representação da personagem feminina negra na literatura infanto-juvenil brasileira. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003. MEC/SECAD, p. 185-204, 2005.

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DO ACESSO DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL

TEIXEIRA, Isis Aline Vale; GOMES, Ana Maria Rabelo. A escola indígena tem gênero? Explorações a partir da vida das mulheres e professoras Xakriabá. **Práxis Educativa**, v. 7, dezembro, 2012, p. 55-83.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: homicídios de mulheres no Brasil. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf. Acesso em: 25 abr. 2013.

GÊNERO, CIÊNCIA E SABERES INSTITUÍDOS

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Josefa Martins da Conceição

Glance Margarida da Hora Medeiros

INTRODUÇÃO

O texto consiste em um recorte de pesquisa iniciada em 2014 pelo Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência – NPAMC²¹, que se propôs a contribuir no resgate da história das mulheres; relacionar a educação superior às relações de gênero, aportar dados a um campo temático no qual a literatura ainda é insuficiente sobre as mulheres na academia, sobretudo, quando delimitada ao ensino das ciências agrárias, ambiente ainda muito masculinizado.

O objetivo é resgatar, a partir da epistemologia feminista, a presença das mulheres na história de três departamentos das Ciências Agrárias, na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

A pesquisa de abordagem exploratória²² foi realizada no período de 2014 a 2020. O texto aqui publicado, inicia com o resgate histórico da inclusão de mulheres discentes nos cursos dos referidos departamentos, para em seguida situar a configuração do quadro docentes dos departamentos de Agronomia, Engenharia de Pesca e Aquicultura e Medicina Veterinária na Sede da UFRPE.

A problematização da pesquisa inicia com questões que envolvem visibilidades/invisibilidades sobre o lugar das mulheres no Ensino Superior das Ciências Agrárias. A coleta de dados da pesquisa foi realizada a partir de pesquisa documental, da realização de entrevistas²³ e informações contidas nos currículos Lattes. Foram contabilizados dados de cinquenta (50) professores e vinte e oito (28) professoras (em exercício e sem nenhum tipo de licença ou afastamento, no período de 2013 a 2018), vinculados a três (03) departamentos

21. No primeiro ano a pesquisa foi financiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR e nos anos seguintes foram aprovadas quatro bolsas de iniciação científica e foi defendida a dissertação de mestrado.

22. Utiliza alguns dados secundários numéricos que possibilitam compreender o contexto do objeto de estudo.

23. O roteiro, do instrumento de pesquisa semiestruturado, inclui questões sobre a trajetória profissional dos/as familiares da entrevistada, sua a trajetória profissional, memória intelectual, uso do tempo livre, a utilização do tempo com as atividades profissionais e o trabalho doméstico, além de solicitar comentários sobre algum tema que não foi contemplado na entrevista e que a entrevistada considerasse importante registrar.

da área das ciências agrárias da UFRPE: Agronomia, Medicina e Pesca e Aquicultura.

O texto desenvolve diálogo com as propostas do Programa Mulher e Ciência, política pública criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil), para “estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País; promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas²⁴”.

A fundamentação teórica inclui a obra Pioneiras da Ciência no Brasil²⁵, texto escrito por Hildete Melo e Ligia Rodrigues (2006) e publicado inicialmente pela SBPC em 2006. Posteriormente foi divulgado no site do CNPq, na apresentação da obra chama-se a atenção a legitimação das cientistas brasileiras, o reconhecimento de suas contribuições para o avanço da ciência realizado pelas pioneiras que visibilizaram em suas contribuições a sociedade as conquistas das mulheres no que concerne ao acesso ao saber e ao poder.

A publicação do Programa Mulher e Ciência, somada a outras literaturas sobre relações de gênero Scott (2012); sobre trajetórias de docentes no Ensino Superior Cabral (2006); Carvalho (2004); Cruz (2012); Castañeda Salgado (2008); Lopes (2005); Ricoldi e Artes (2016); Santos (2016) e sobre divisão sexual do trabalho Hirata (2016); Kergoat (2016), permitiram elaborar uma descrição densa dos dados coletados.

O texto está organizado em 3 partes: 1) O perfil histórico de criação dos cursos de ciências agrárias na hoje denominada UFRPE; 2) As relações de gênero nos cursos das Ciências Agrárias da UFRPE e, 3) Os perfis de docentes homens e mulheres nas ciências Agrarias da UFRPE na atualidade.

1. O PERFIL HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS NA HOJE DENOMINADA UFRPE

Ao longo do tempo as mulheres foram marginalizadas da educação, do ato de escrever e, consequentemente, de assumir posições de destaque. A hegemonia masculina as silenciou. No entanto, ao longo da história, elas lutaram e resistiram para se fazerem presentes e algumas, mais empoderadas, pleitearam espaços de poder, decisão, em suma a plena cidadania a lugares historicamente negados.

24. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao-mulher-e-ciencia>. Acesso em: 05 abr. 2017.

25. Disponível em: <http://cnpq.br/pioneeras-da-ciencia-do-brasil>. Acesso em: 21 mar. 2017.

Esse contexto refletiu-se também na academia e na ciência. A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como a maioria das universidades, foi criada a partir da concepção de mundo masculina e essa hegemonia prosseguiu durante muitos anos através do próprio corpo docente e da ocupação de seus cargos de poder, seja, reitor, pró-reitor, diretor ou coordenador. Por exemplo, a primeira mulher a ocupar a reitoria foi a Profa. Dra. Maria José de Sena, em mandatos iniciados em 2012 a 2020. Exatamente um século após ser criada a célula *mater*.

Revisitando essa história, é possível constatar que as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária “São Bento”, que originaram a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), foram idealizadas pelos monges beneditinos do Mosteiro de São Bento, em Olinda, Pernambuco, no início do século XX. Naquele momento, o corpo docente para ambos os cursos contou com 13 monges beneditinos e, em virtude da falta de especialistas, para as disciplinas profissionais de ambos os cursos a Ordem Beneditina contratou na Alemanha 02 professores doutores, ambos diplomados na Universidade de Berlim, com o intuito de preparar os monges do Mosteiro de Olinda para o magistério superior de Agronomia e Veterinária, bem como nas atividades de laboratórios. (PLAQUETE, 1982).

1. 1. CURSO DE AGRONOMIA: PERFIL HISTÓRICO

De acordo com a historiografia, no início da década de 1910, a sociedade pernambucana, em especial, os proprietários dos engenhos de açúcar demandaram a formação superior de seus filhos para os Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária. No estado, existia apenas o ensino técnico da Agronomia. O curso superior de Agronomia foi criado no ano de 1912, pelos Monges Beneditinos do Mosteiro de São Bento, em Olinda. Esse curso formou sua 1^a turma em 1917, composta por apenas 10 alunos. O curso de Agronomia é considerado a célula *mater* da UFRPE, além de sempre ter sido um curso muito procurado e prestigiado ao longo do tempo,

Por muitos anos o Curso de Agronomia foi líder do ponto de vista acadêmico [...] A Área das Ciências Agrárias é privilegiada no Brasil por ser um país de vocação agrícola. A Agronomia oferece um leque muito amplo que contempla não só a administração, o gerenciamento, como também a pesquisa e o

ensino. Na Agronomia da nossa UFRPE, temos os primeiros Cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado (MOURA, 2018).

O Curso de Graduação de Agronomia vigora até os dias atuais sem interrupção das suas atividades, com o objetivo de ensinar o conteúdo da Ciência Agronômica, formando engenheiros agrônomos capazes de promover, orientar e administrar a utilização dos fatores de produção.

1.2. CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA: PERFIL HISTÓRICO

A criação do curso de Medicina Veterinária, em 1912, teve como características básicas o pioneirismo e o ineditismo em nível local e regional. Fundado ao mesmo tempo que o Curso de Agronomia pelos mesmos Monges Beneditinos, o Abade Dom Pedro Roeser “não abria mão que o ensino fosse gratuito” (MACIEL, 2012, p. 27). Na primeira turma do curso de Medicina Veterinária, matricularam-se quatro alunos, que se diplomaram em 1917. Passados três anos de funcionamento, apenas a Escola Superior de Medicina Veterinária continuou funcionando no prédio anexo ao mosteiro. No ano de 1915, o primeiro Hospital Veterinário do Brasil, localizado em Olinda, Pernambuco, começou a funcionar (MACIEL, 2012). Enquanto a Escola Superior de Agronomia São Bento foi transferida para o Engenho São Bento. A falta de demanda levou a Escola Superior de Veterinária São Bento ao encerramento do curso em 1926.

A Escola Superior de Medicina Veterinária São Bento permaneceu em Olinda, em regime de externato. Ali funcionou e diplomou vinte e quatro Médicos Veterinários, fechando suas portas em 1926, por falta de demanda (UFRPE, 1962, p. 39).

Vinte e quatro anos depois, na década de 1950, o curso de Medicina Veterinária voltou a vigorar, por meio do Decreto-Lei nº. 1741 e a partir do Ato nº 587, de 10 de fevereiro de 1950, foi autorizado a funcionar no *Campus* de Dois Irmãos, no Recife, no mesmo prédio onde já funcionava o curso de Agronomia (UFRPE, 1982). Dessa forma, ambos os cursos voltaram a conviver lado a lado.

Na década de 1970, houve o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado de Pernambuco, ocorrendo excessiva demanda por médicos veterinários para atuar, sobretudo, nas atividades de fomento e defesa sanitária animal, bem como assistindo as criações do setor agropecuário. Assim, para atender a essa demanda, foi criada, em junho de 1979, a Clínica de Bovinos de Garanhuns, a partir de um convênio entre a UFRPE e a Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco (Polo Nordeste).

Esse curso recebeu apoio técnico-científico da Escola Superior de Medicina Veterinária de Hannover, Alemanha, assim como do Ministério da Agricultura, com o objetivo de desenvolver a qualificação do pessoal docente e o fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão da Medicina Veterinária. Na prática, o curso é ministrado no Hospital Veterinário, em Dois irmãos, e na Clínica de Bovinos de Garanhuns, buscando na biotecnologia a reprodução de animais, com a finalidade de maior produção e melhoria da qualidade dos rebanhos.

1.3. CURSO DE ENGENHARIA DE PESCA: PERFIL HISTÓRICO

O curso de Engenharia de Pesca criado na UFRPE no ano de 1970, proposto durante o reitorado do Professor Adierson Erasmo de Azevedo, é pioneiro no Brasil (AZEVEDO, 2016). Naquela época, o Governo Federal publicou o Decreto Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, que determinava a reorganização e a regulamentação das atividades das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, bem como dos Incentivos Fiscais e Financeiros para o desenvolvimento da pesca brasileira.

Segundo a Engenheira de Pesca Maria do Carmo Figueiredo Soares (SOARES, 2014), nesse processo de desenvolvimento a participação das universidades foi de suma importância na preparação de mão de obra especializada. Os primeiros engenheiros de pesca no contexto nacional, colaram grau na UFRPE em 1974 e passaram a atuar nas várias regiões brasileiras. A engenharia de pesca até então era considerada reduto masculino, uma vez que, historicamente, quem ia para o mar aberto pescar o peixe era o homem, socialmente considerado responsável por ser o provedor da família.

2. RELAÇÕES DE GÊNERO NOS CURSOS DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFRPE

Em Pernambuco, nos primeiros anos das décadas de 1940, de 1950 e de 1970, o interesse das mulheres pela Agronomia, pela Medicina Veterinária e pela Engenharia de Pesca, apesar de parecer “fora de lugar” para a época, foi encarado com alguma tolerância pelos pais, que não lhes bloquearam o acesso para um campo de estudo e trabalho tão dissonante do que a sociedade da época estipulava para as mulheres, o casamento e a maternidade, como suas principais missões neste mundo.

Estas primeiras discentes, eram originárias de famílias tradicionais, e pertencendo à elite econômica e intelectual da sociedade pernambucana, as pioneiras se beneficiaram do fato de ser, para elas, natural a obtenção de uma formação superior, uma vez que receberam uma educação moderna para os padrões da época. O apoio da família foi imprescindível, e constituiu um forte incentivo à continuidade dos estudos.

Elas abriram espaço para a participação feminina no então reduto masculino da Agronomia, da Medicina Veterinária e da Engenharia de Pesca. Seus ingressos nas salas de aula e suas relações com os professores e colegas, inicialmente, “aconteceram transpassadas pelo poder da dominação masculina cristalizado na sociedade patriarcal, na qual mulheres e homens aprendem desde muito cedo a ocupar e/ou a reconhecer em seus lugares na sociedade” (LERNER, 2019, p. 21).

Esse inquieto grupo de mulheres do Recife, insatisfeita com sua condição na sociedade, em diferentes décadas, mudou o paradigma ao optar por seguir o campo da ciência, ao invés de supervalorizar o casamento, a maternidade e o Curso Normal, o caminho, esperado pela sociedade, para as mulheres. Essas se constituíram nas pioneiras da História da relação de gênero na Ciência Agronômica, na Ciência Veterinária e na Ciência da Pesca e Aquicultura na UFRPE.

No que se refere à escolha da profissão, as mulheres da década de 1940 enfrentaram dificuldades ao optarem pela Ciência Agronômica e pela Ciência Veterinária, considerando que as profissões socialmente adequadas eram as carreiras relacionadas ao cuidado, que se constituíam em extensão da feminilidade, lhes restavam ser professoras e enfermeiras.

No que se refere ao curso de Agronomia, a história mostra que vinte e quatro anos após a colação desses primeiros engenheiros agrônomos na

Escola Superior de Agricultura São Bento, atual UFRPE, no ano de 1941, era aprovada no vestibular para o Curso de Agronomia, a primeira mulher que iria quebrar as amarras da sociedade de então ao frequentar aquele curso predominantemente masculino. Seu nome era Esther Feldmuns que recebeu o grau de engenheira agrônoma no ano de 1944, em plena Segunda Grande Guerra Mundial. Na sequência, diplomaram-se Sara Botler Krutman, em 1945, Maria Celene Cardoso e Sônia Artigas, ambas em 1948, e Tereza Gayão, em 1949 (UFRPE, 1994).

A exemplo disso, Maria Celene Ferreira Cardoso²⁶, quando aluna do 3º ano do curso de Agronomia, escreveu o artigo “A mulher e a Profissão Agronômica”, publicado na Revista de Agricultura

Abordarei neste pequeno artigo minha opinião acerca das idéias errôneas de muitos em dizerem que uma mulher não deve estudar Agronomia. Diversas pessoas, frequentemente indagam: que utilidade tem para uma mulher estudar Agronomia? Ao que se adianta logo leviana a resposta que se tem generalizado – nenhuma. Ora; precisa saber o leitor que a Agronomia é uma carreira muito ampla, talvez a de maior amplitude no seu raio de ação, não se restringindo, como muitos pensam, aos trabalhos exclusivamente de campo... [...] há trabalhos compatíveis com o temperamento feminino, como os de melhoramento das plantas, além do prazer que proporciona o contato direto com a natureza (CARDOSO, 1947, p. 53-54) [Grafia da época].

Por sua vez, a reinauguração do curso de Medicina Veterinária, em seu 1º vestibular no ano de 1950, dentre os aprovados, encontrava-se o nome de uma mulher. Quatro anos depois, em 1953, na formatura da sua 1ª turma composta por 16 alunos, dentre eles, estava a 1ª Médica Veterinária do estado de Pernambuco, Lúcia Pires Ferreira. Nos anos seguintes, na turma de 1955, entre os 18 formandos estava Glauce de Figueiredo Dias Nogueira, e no ano de 1958, colaram grau Maria José de Oliveira, Nélia Mendes Muniz e Vicentina Maria Mendes Muniz.

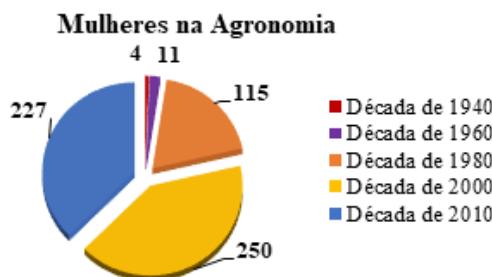
Em 1974, quando o curso de Engenharia de Pesca, formou sua 1ª turma composta por 33 alunos, havia 02 mulheres, Maria de Jesus de Andrade

26. De origem portuguesa, viveu no Recife desde criança. Fez Pós-Graduação no exterior na Venezuela e em Porto Rico. Foi docente na UFRPE. Trouxe para Pernambuco sementes de acerola que foram plantadas no *Campus* da UFRPE e, daí se espalhou pelo Brasil. Esta cientista recebeu o Diploma de Mérito Agronômico pela Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, da qual ela é imortal desde 2006.

Lima e Sigrid Lopes Neumann²⁷. Na segunda turma de formandos, em 1976, a participação feminina cresceu para 06 mulheres: Márcia Maria Santos de Araújo, Maria de Fátima Pereira de Sá, Marluce Batista de Sá Leitão, Marluce Rocha Melo, Nadja Meira Cavalcanti e Sandra Maria Gueiros de Carvalho. Elas começavam a participar daquele mundo considerado masculino ao assumirem essa carreira profissional. Na Ciência da Pesca e Aquicultura, o mundo das relações e do trabalho, há uma divisão baseada no gênero.

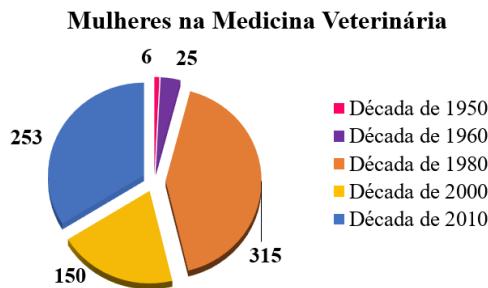
A quebra de preconceitos vigentes pelas primeiras protagonistas favoreceu a entrada de outras mulheres, registrada no quantitativo discriminado nos gráficos 1, 2 e 3 a seguir:

Gráfico 1 - Quantitativo de alunas no Curso de Agronomia da UFRPE nas décadas de 1940 a 2010



Fonte: UFRPE. Departamento de Registro e Controle Acadêmico (2019).

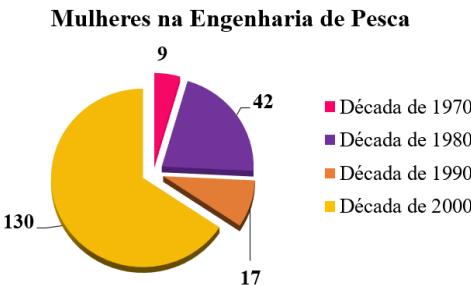
Gráfico 2 - Quantitativo de alunas na Medicina Veterinária da UFRPE nas décadas de 1950 a 2010



Fonte: UFRPE. Departamento de Registro e Controle Acadêmico (2019).

27. Filha de alemão com brasileira. Mestre em Oceanografia Biológica, Doutora em Engenharia Ambiental, professora Titular Departamento de Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco.

Gráfico 3- Quantitativo de alunas na Engenharia de Pesca da UFRPE nas décadas de 1970 a 2010



Fonte: UFRPE. Departamento de Registro e Controle Acadêmico (2019).

Foi nesse contexto de predominância masculina que se destacaram as pioneiras da história da educação superior pernambucana no que se refere aos cursos das Ciências Agrárias. A partir do ingresso em seus respectivos cursos, aquelas jovens alunas passaram a conviver no *Campus* universitário, mais especificamente, no campo simbólico de cada curso. Cada década, seja a de 1940, 1950 e 1970, mostrou a sociedade que era possível a participação das mulheres nesses cursos, na sala de aula, na tessitura de relações com colegas e professores e nos comportamentos internalizados no cotidiano da universidade. Relevante foi o resgate dessas mulheres; pertinente também, pois deixaram à mostra os laços históricos desses cursos com a presença feminina nessas áreas nos tempos atuais. (BARBOSA; LIMA, 2013).

Após a conclusão dos cursos, as egressas começaram a participar do espaço público e a exercer trabalho remunerado, apesar da defasagem salarial em relação aos homens, como docentes e pesquisadoras nas universidades, pesquisadoras nos institutos de pesquisa, no Ministério da Agricultura ou na Secretaria Estadual de Agricultura. Como coletivo, porém, tinham consciência da discriminação laboral que enfrentaram naquele momento e enfrentariam no futuro.

A fissura de alguns paradigmas misóginos realizado com as primeiras protagonistas favoreceu a entrada de outras mulheres nas décadas seguintes. As pioneiras tornaram-se profissionais que ocuparam postos de trabalho em suas áreas de formação.

Essas mulheres tiveram, e ainda têm, uma participação de suma importância na história das relações de gênero pernambucana, pois romperam

os paradigmas dos papéis sócios históricos de feminilidade que lhes eram impostos.

As estatísticas do Censo Escolar 2018, e do Censo da Educação Superior 2017²⁸ divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – têm demonstrado progressos expressivos no campo da educação, nas universidades, 57,2% vagas são ocupadas por mulheres. Nas Ciências Agrárias, entretanto, essa participação ainda é resumida, a exceção do curso Medicina Veterinária.

Então, verifica-se que no campo da educação, assim como em outras áreas, sobretudo, no século XX e, no início, do século XXI, avanços significativos relacionados à condição da mulher, com a ampliação e consolidação de direitos. Contudo, estudos de gênero²⁹ têm apontado que as conquistas ainda não foram suficientes para garantir a igualdade entre mulheres e homens, mesmo quando legalmente já foi assegurada. (ARAÚJO, 2013).

2.1. ONDE ESTÃO AS MULHERES DOCENTES NOS DEPARTAMENTOS NA UFRPE/SEDE?

A primeira sistematização de dados da pesquisa identifica as presenças e ausências das docentes nos departamentos na UFRPE/SEDE³⁰, a partir da Tabela 1, construída com dados secundários coletados no site da Instituição.

28. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>.

29. Campo de Estudos que busca compreender as relações sociais e de poder entre mulheres e homens, desnaturalizando a desigualdade de gênero, naturalizada pelo determinismo biológico, e estabelecer um recorte sobre aspectos da realidade social existente – no presente e/ou no passado – que têm como peça fundamental a organização de papéis sociais baseada numa imagem socialmente construída acerca do que foi consolidado como sendo masculino ou feminino por exemplo. (SCOTT, 1991; PEDRO, 2005).

30. A UFRPE possui 04 (quatro) *Campus*, a sede em Recife, capital de Pernambuco, situada na região Nordeste do Brasil, os outros campi estão em Garanhuns (agreste), Serra Talhada (sertão) e Cabo de São Agostinho (Região Metropolitana do Recife).

Tabela 1: Quantitativo de Mulheres e Homens docentes por departamentos na UFRPE.

Departamentos	Total das docentes Mulheres	Total de docentes Homens	IPG³¹
Agronomia	9	28	0,32
Administração	9	11	0,81
Biologia	50	17	2,94
Ciência Florestal	5	13	0,38
Ciências Domésticas	19	2	9,5
Ciências Sociais	11	16	0,69
Educação	26	11	2,36
Educação Física	6	6	1
Estatísticas e Informática	11	13	0,85
Física	1	10	0,1
História	14	5	2,8
Letras e Ciências Humanas	20	14	1,43
Matemática	9	9	1
Medicina Veterinária	22	18	1,22
Morfologia e Fisiologia Animal	12	17	0,70
Pesca e Aquicultura	3	15	0,2
Química	9	9	1
Tecnologia Rural	19	33	0,57
Zootecnia	12	14	0,86
Total	267	261	1,02

Fonte: Elaborada com dados do site da UFRPE

31. Para aprofundar o tema ver o Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos 2003/2004, UNESCO, p.7. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf> Acesso em 14 maio 2017.

Desta tabela podemos inferir que dos 19 departamentos, em 06 deles³² as mulheres são maioria, em 03 (três) deles³³ o quantitativo é igual e, nos outros³⁴ 10 departamentos os homens são maioria. Isso evidencia que do número total de professoras 267, o quantitativo de 151 delas estão alocadas em departamentos com maioria feminina o que corresponde 57% do número total de docentes mulheres na UFRPE/SEDE. Também se verifica que elas estão majoritariamente em 32% departamentos e minoritariamente em 53% dos departamentos.

Os valores detectados no Índice de Paridade de Gênero - IPG³⁵ demonstra que o total de docentes homens e mulheres está dentro do intervalo positivo para as mulheres, que flutua entre 0,95 a 1,05, no entanto o que se verifica na UFRPE/SEDE é os que os 10 (dez) departamentos com predominância masculina estão no intervalo de 0,1 a 0,86 e os departamentos com predominância feminina estão no intervalo de 1,22 a 9,5. Destes departamentos os mais próximos a valores equitativos na ocupação da função de docente no Ensino Superior são Administração, Estatística e Informática, Zootecnia com índices aproximados a 0,8 e, Medicina Veterinária e Letras e Ciências Humanas com índices de 1,22 e 1,44. No extremo com maioria masculina tem-se Física e Pesca e Aquicultura com índices 0,1 e 0,2, Agronomia e Ciência Florestal com 0,32 e 0,38, no outro extremo tem-se Ciências Domésticas, Biologia, História e Educação com índices 9,5 e aproximadamente 0,3 nos outros 03 (três) departamentos.

3. OS PERFIS DE DOCENTES HOMENS E MULHERES NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFRPE NA ATUALIDADE

As desvantagem das mulheres no mundo do trabalho tem origem e base material na divisão social do trabalho entre os sexos, na qual se atribui as mulheres uma relação naturalizada, legitimada pelo discurso hegemônico que lhes atribui principal missão a maternidade, consequentemente o trabalho reprodutivo, enquanto que o trabalho produtivo remunerado, social

32. Ciências Domésticas, Biologia, História, Educação, Letras e Ciências Humanas, Veterinária.

33. Matemática, Química e Educação Física.

34. Agronomia, Administração, Ciência Florestal, Ciências Sociais, Estatística e Informática, Física, Morfologia e Fisiologia Animal, Pesca e Aquicultura, Tecnologia Rural e Fisiologia.

35. Brasil ocupa 79ª posição no ranking de paridade de gênero no trabalho em 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1826457-brasil-ocupa-79-posicao-em-ranking-de-paridade-de-genero-no-trabalho.shtml>.

e economicamente valorizado, executado no espaço público fica reservado, especialmente, aos homens (KERGOAT, 2016; HIRATA, 2007).

É a partir desta cisão na qual o trabalho é categorizado em atividades para homens e mulheres, alicerçado nas diferenças naturais entre os dois sexos, ou seja, as especificidades físicas de natureza biológica da mulher passam a determinar o comportamento e o papel social de homens e mulheres e, a moldar uma identidade rígida “natural” para ambos. (CRUZ, 2012).

3.1. AS MULHERES NO PERFIL DO CORPO DOCENTE DE MEDICINA VETERINÁRIA, ENGENHARIA DE PESCA E AGRONOMIA

O corpo docente pesquisado tem 60,10% de homens no total da composição, dos três (03) departamentos pesquisados, confirmando a maioria masculina nas ciências agrárias. Os dados desta pesquisa revelam a tendência apresentada nos estudos encontrados durante a revisão bibliográfica, as ciências agrárias tem a maioria do corpo docente de homens.

Embora, o corpo docente continue masculinizado nas ciências agrárias, na Medicina Veterinária as mulheres são maioria com participação correspondente a aproximadamente 51,43% revelando equilíbrio na distribuição por sexo no corpo docente deste departamento. Entretanto, nos departamentos de Pesca e Aquicultura e Agronomia apresenta-se uma sub-representação das mulheres, aproximadamente de 25%, e 21,74%, respectivamente.

Em relação a formação dos/das docentes, todos e todas, são doutores, e 66,6% são pós-doutores. No que se refere ao processo de internacionalização do ensino superior se apresenta através de professores estrangeiros, que somam 2,5% do total de docentes. Outro aspecto da internacionalização é o percentual de docentes que fizeram mestrado, doutorado ou pós-doutorado em universidades estrangeiras.

A internacionalização passiva, de acordo com a indicação da CAPES (2017), se revela nos seguintes dados: 39,74% dos docentes fizeram mestrado, doutorado ou pós-doutorado em outro país, deste total, 11,53% são mulheres e 28,20% são homens. Identificou-se que 50% dos homens e 53% das mulheres dominam mais de dois idiomas. Entre as mulheres apenas 3,57% falam somente português, entre os homens 7,14%.

Após a análise considera-se que o corpo docente pesquisado têm seguinte perfil: homens, doutores, poliglotas, com formação internacionalizada, e egressos da própria UFRPE, que atuam como revisores de periódicos e desenvolvem projetos de pesquisa.

Observa-se que as mulheres apresentam uma produção aproximadamente correspondente com a sua inserção, considerando que apenas nas publicações de artigos completos elas tem a produção aproximadamente de 30% do total publicado.

Quando analisados os percentuais de produção bibliográfica as mulheres respondem por 24,73% dos artigos completos publicados; 39,34% dos trabalhos completos; 35,91% dos resumos; e, 32,65% das apresentações de trabalhos.

Em relação aos projetos desenvolvidos, tanto de pesquisa como de extensão as mulheres estão inseridas em percentual maior do que a presença delas nos departamentos: 42,25% participam ou coordenam projetos de extensão e 64,57% das mulheres desenvolvem projetos de pesquisas.

Em relação ao trabalho de orientação percebe-se uma diferença nas orientações de mestrado, doutorado e pós-doutorado, com um percentual de orientações realizadas por mulheres abaixo dos 30%: 23,34% das dissertações de mestrados, 24,89% das teses de doutorado, e são responsáveis por 24,63% das supervisões de pós-doutorado.

Nas orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso das graduações elas são responsáveis por 40,98% dos trabalhos orientados.

Verifica-se a lacuna de gênero nas orientações dos níveis mais elevados e na publicação de artigos completos, o que pode ter relação direta com os números de orientações, visto que é no processo de orientação que a maioria dos artigos são construídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mapeou docentes a partir da categoria sexo por departamentos, no qual foi verificada a alocação desigual de homens e mulheres. Há departamentos com predominância feminina, entre eles: Medicina Veterinária, História, Biologia, Licenciaturas e Pedagogia. Por outro lado, nos cursos de Física, Engenharia de Pesca, Agronomia, apresentam a maioria do corpo docente predominantemente masculina. Este diagnóstico,

está em consonância com os debates propiciados pela literatura científica sobre o tema e foi comprovado nos achados desta pesquisa sobre os três departamentos das Ciências Agrárias na UFRPE.

Constata-se que as relações sociais desiguais entre homens e mulheres, naturalizadas culturalmente persiste expressando-se através desigualdade de oportunidades, da não equidade de gênero no exercício profissional das docentes, na medida em que elas precisam ainda conciliar as atividades domésticas e do cuidado, ou seja, o trabalho reprodutivo, com as atribuições profissionais do trabalho produtivo. Algumas questões elaboradas por Scott (1995, p. 93) ainda são atuais, a exemplo de:

Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder de Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais? O sujeito da ciência é sexuado? Como as instituições sociais incorporaram o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações?

O mapeamento do corpo docente das ciências agrárias da UFRPE revelou a persistência do gendramento deste campo, com exceção da Medicina Veterinária onde identificou paridade de gênero na composição do quadro docente. Contudo, são muitas as variáveis que precisam ser investigadas posteriormente para tenhamos um conhecimento aprofundado destas relações de gênero, de geração, de classe, de raça, como por exemplo: As mulheres na pesca se concentram nas atividades que não lhes exigem embarcar? Na veterinária as mulheres estão majoritariamente envolvidas com atividades relacionadas aos animais de pequeno porte, como os pets? Na Agronomia as mulheres são minoria nas atividades mais relacionadas as zonas rurais? Estão são questões, observadas durante esta pesquisa que poderão ser objetos de outros estudos complementando a este trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Helena C. Participação das Mulheres e Democracia nas Universidades. In: BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino (Org); TRINDADE, Diamantino Fernandes (Coord.). **Gênero Educação e Política: múltiplos olhares**. São Paulo: Ícone, 2009, p. 59-72.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** relações de gênero na escola. São Paulo: *Contexto*, 2006.

AZEVEDO, Adierson Erasmo de. **Entrevista concedida a Conceição Martins.** Recife, 13 abr. 2016.

BARBOSA, Márcia C.; LIMA, Betina S. Mulheres na Física do Brasil: por que tão poucas? E por que tão devagar? In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras:** análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

CABRAL, Carla G. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cadernos Pagu** (27), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, p.63-97. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0104-8333201600030030400002&lng=en. Acesso em: 15 fev. 2020.

CARDOSO, Maria Celene. A mulher e a profissão agronômica. **Revista de Agricultura**, Recife, n.1, p. 53-54, jul./ago. 1947.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. **Metodología de la Investigación Feminista**. Guatemala, Fundación Guatemala y CEIICH/UNAM, 2008.

CARVALHO, Maria Eulina P. Modos de Educação, Gênero e relações Escola–Família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando diferenças de Gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão Sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez, 595-609, 2007.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição da. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (Org.). **Cadernos Pagu**, Gênero nas Fronteiras do Sul, Unicamp, 2005.

KERGOAT, Danièle. Cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.** Tradução: Carol de Paula. 1. ed. São Paulo: Boitempo, p. 17-26, 2016.

MACIEL, Gilvan de Oliveira. **A medicina veterinária no tempo dos beneditinos:** notas para sua história. Recife: EDUFRPE, 2012.

MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins. Mulher, ciência e tecnologia no Brasil. In: **Proyecto Iberoamericano de Ciencia, Tecnología y Género (GENTEC): Reporte Iberoamericano.** Madrid: OEI, UNESCO, 2004.

MOURA, Romero Marinho de. **Entrevista concedida a Conceição Martins.** Recife, 14 mai. 2018.

MOURA, Romero Marinho de. **Entrevista concedida a Josefa Martins da Conceição.** Recife, 09 dez. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online], v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em: 15 set. 2020.

SOARES, Maria do Carmo Figueiredo. **Relações de gênero na engenharia de pesca.** Recife:18^a Redor, 2014.

UFRPE. **Departamento de Registro e Controle Acadêmico:** alunos matriculados nos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Licenciatura em Química. Recife: 2019.

UFRPE. **80 anos dos cursos de Ciências Agrárias:** 1912-1992. Recife, Editora Universitária, 1994.

UFRPE. **Plaquete comemorativa dos setenta anos de medicina veterinária em Pernambuco (1912-1982).** Recife: Editora Universitária da UFRPE, 1982.

UFRPE. **Plaquette comemorativa do cinquentenário da Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural de Pernambuco (1912-1962).** Recife: Imprensa Universitária da URP, 1962.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no Ensino Superior Brasileiro: Espaço garantido e novos desafios. **Ex aequo**. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, n. 33, p. 149-161, 2016.

SANTOS, Gina Gaio; CARVALHO, Teresa. Introdução. Gênero, Profissões e Carreiras: oportunidades, constrangimentos e desafios. Uma nota introdutória. **Ex aequo**. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, n. 33, p. 11-15, 2016.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez., 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018/11212>. Acesso em: 19 out. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 20(2), p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: file:///C:/Users/mrfal/Downloads/SCOTT.%20G%C3%8ANERO%20UMA%20CAEGORIA%20%C3%9ATIL%20DE%20AN%C3%81LISE%20HIST%C3%93RICA.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

MULHERES DOCENTES E DISCENTES NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO CAMPUS DO SERTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: REPRESENTATIVIDADES, RESISTÊNCIAS E DESCONSTRUÇÕES³⁶

*Ciaria de Aguiar Freitas Varjão
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa*

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

No presente artigo discorremos sobre a caracterização social das pessoas que integram a vida acadêmica do *Campus* do Sertão da Universidade Federal de Sergipe (CAMPUSSER/UFS), na condição de servidores e servidoras docentes e técnicos e técnicas- administrativas em educação (TAEs) e de estudantes, sob a perspectiva de gênero, para compreendermos aspectos relacionados à estruturas de poder que permeiam as relações sociais nesse universo acadêmico.

O CAMPUSSER é fruto da demanda dos movimentos sociais e da reivindicação política do território do Alto Sertão Sergipano por uma universidade pública (COSTA et al., 2018) e é a única e recente universidade pública nesta região. Por esta razão, adotou-se a política de inclusão regional como forma de oportunizar que jovens dessa localidade viessem estudar nesse *Campus*³⁷.

Localizado no município de Nossa Senhora da Glória, o *Campus*, é composto por cursos da área das ciências agrárias: agroindústria, engenharia agronômica, medicina veterinária e zootecnia. Tais cursos foram escolhidos pautados na compreensão de que o *Campus* atenderia à população do Alto Sertão Sergipano cujas atividades e produtos, oriundos da agropecuária, representam grande impacto na vida dos habitantes da região.

36. Salientamos que dispomos, neste texto de alguns resultados obtidos pela pesquisa de mestrado intitulada “Lugar de mulher é onde ela quiser? Inserção, formação e trabalho das docentes em ciências agrárias no *Campus* do Sertão da Universidade Federal de Sergipe”, defendida no Programa de Mestrado em Antropologia da UFS.

37. Em uma Ação Civil Pública, a Defensoria Pública da União em Sergipe 1ª Vara Federal, de acordo com o processo nº: 0800547-41.2020.4.05.8500 defere, em caráter provisório que a UFS “se abstenha de conceder acréscimo na nota final de candidato utilizando critérios de caráter geográfico, na instituição de políticas públicas de incentivo regional no processo seletivo de ingresso na Universidade” (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SERGIPE, 2020). Frente a essa decisão, a UFS, a partir dos aparatos jurídicos recorreu da decisão.

Como fruto de pesquisa de mestrado junto ao Programa de Antropologia da UFS, passamos a estudar, nos dois últimos anos, a participação e a relação com a produção acadêmica das mulheres que constituem as ciências agrárias, no CAMPUSSER. O desdobramento desses estudos revela que as mulheres estudantes e servidoras técnicas-administrativas em educação (TAEs) são maioria nesse *Campus*, entretanto, as servidoras professoras estão em menor número entre os docentes.

Salientamos que a representatividade numérica é um fator importante, pois a presença feminina na vida acadêmica traz desdobramentos simbólicos importantes, tanto no que diz respeito à problematização de valores e códigos que permeiam as relações de poder na universidade, quanto às possibilidades de contribuições das mulheres docentes à pesquisa e geração de conhecimentos para a sociedade. Além disso, as professoras representam uma geração de pesquisadoras que pode servir de inspiração para as novas gerações inserirem-se e progredirem nas carreiras científicas.

A partir da construção do perfil social das pessoas que compõem o Campusser, discorremos sobre o fenômeno *teto de vidro* para entender a baixa representatividade das docentes em cargos de chefia, além disso, discutimos sobre a distribuição das docentes e estudantes por cursos, evidenciando uma segregação por áreas e por representatividade étnico-racial.

O “CAMPUS DO SERTÃO”: CONHECENDO AS MULHERES DOCENTES E DISCENTES DESSE UNIVERSO ACADÊMICO

Partimos do pressuposto que há necessidade de desnaturalizar uma série de estereótipos atribuída às mulheres e homens e romper com as barreiras implícitas e/ou explícitas impostas sobre nós à medida que ocupamos, de forma equitativa, espaços públicos, incluindo a Universidade.

Como forma de desnaturalizar as assimetrias de poder entre homens e mulheres, nasce, no meio acadêmico, o conceito de gênero, como uma categoria analítica (SCOTT, 1991). O termo gênero tem sido amplamente utilizado por muitas feministas e tem adentrado diferentes instituições governamentais e não governamentais na atualidade. Essa categoria visa questionar a oposição binária masculino/feminino, bem como, romper com o determinismo biológico, e assim, sair das dicotomias natural/cultural, homem/mulher, sexo/gênero tão expressamente debatidas desde as últimas décadas do século passado. Além

disso, objetiva investigar como, no interior das relações sociais, percebem-se o que é ser homem e o que ser mulher, logo que, gênero é visto como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. É também “uma forma primária de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p. 86), mas, não é a única, logo, “denota entendimentos multidimensionais e mutáveis do que significa ser um homem ou ser uma mulher no interior de um determinado ambiente social” (SCHIEBINGER, 2001, p. 41).

Em concordância com Pierre Bourdieu (2002) de que o nosso ambiente de trabalho – a Universidade, é um espaço de tensões e negociações, marcadas por relações de poder e é como “qualquer campo, um campo de forças e um campo de lutas por transformar esse campo de forças” (p. 120) que foi desenhada esta pesquisa no âmbito dos debates no XiqueXique: grupo de pesquisa em gênero e sexualidades³⁸. Assim, no percurso de pesquisa de campo, acessamos, a partir de pesquisa documental, o banco de dados da UFS, através do contato estabelecido com a Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC), vinculada à Pró-reitoria de Planejamento e da Pro-reitoria de Gestão de Pessoas. Com isso, acessamos informações acerca dos servidores e servidoras do *Campus*, assim como de estudantes, levando-nos a construir um perfil social das pessoas que integram o Campusser e traçar uma discussão sobre hierarquia, representatividade e segregação das mulheres na condição de docentes e discentes.

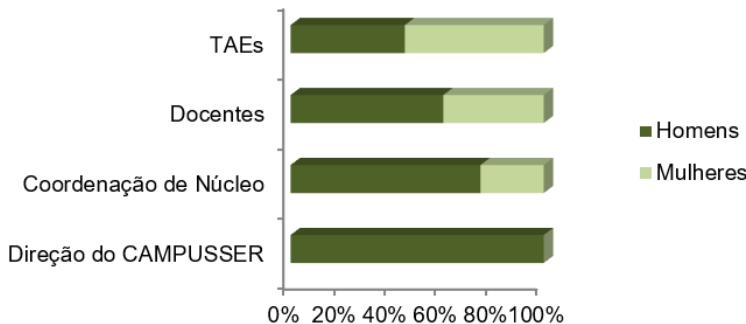
Em relação ao quadro de servidores e servidoras responsáveis pela formação profissional dos/as discentes, o Campusser conta, atualmente, com 63 docentes, dentre estes 05 são docentes-coordenadores de núcleos, 02 diretores (geral e pedagógico) e uma equipe multidisciplinar de técnicos-administrativos (TAES) composta por 31 profissionais³⁹.

Dentre os servidores e servidoras públicos, a distribuição por gênero varia de acordo com o cargo ou posição ocupada, como é demonstrada na figura 01:

38. É nesse *Campus* que o grupo de Pesquisa XiqueXique se instala para compreensão das relações de gênero nas ciências agrárias, cuja área surgiu, no país, sem a presença feminina.

39. Fonte: Pro-reitoria de Gestão de Pessoas, 2020. Informações sobre quadro de pessoal do Campusser referentes ao ano de 2019. Os dados fornecidos possibilitaram a construção do perfil social dos servidores docentes e técnicos-administrativos em educação.

Figura 01 – Relação de servidores e servidoras do Campusser, distribuídos por gênero, no ano de 2019.



Fonte: elaboração própria.

A distribuição das mulheres nos postos de trabalho varia, via de regra, a depender do valor socialmente atribuído ao cargo a ser ocupado. Isso suscita discussões em torno das oportunidades e obstáculos encontrados por mulheres no mundo produtivo (mercado de trabalho), uma vez que não se trata de ter ou não demanda nesse mercado, mas da existência de vários fatores que condicionam maior ou menor número de mulheres em determinado área, tais como valores culturais do contexto em que estão inseridas, associadas às questões de gênero, raça/etnia, entre outros.

No meio científico e acadêmico, estudos apresentam um decréscimo da presença das mulheres à medida que aumenta o prestígio de determinado posto ou espaço de poder de decisão. Dados apresentados pelo INEP (2020) revelam que, em 2018, no Brasil, a presença de profissionais técnicos administrativos da educação do sexo feminino foi de 54,18%. Dados semelhantes foram encontrados no Campusser.

Já o número de professoras universitárias, no Brasil, equivaleu em 2018, à percentagem de 46,77 (INEP, 2020). No Campusser, esse número foi bem menor (39,68%), fato explicado porque quando o INEP apresenta esse dado, este Órgão considera os/as docentes atuantes em diversas áreas do conhecimento, sem fazer o recorte por área. Mas ao fazê-lo, certamente, esse número cairá, pois, a presença de maior ou menor número de mulheres docentes e pesquisadoras dependerá da área de conhecimento em que atua.

Ao analisar a ocupação do cargo de reitoria, considerado o posto de

maior prestígio dentro das Universidades, Anelise Ambrosini (2017) revela que o número de reitoras das Universidades Brasileiras em 2017, correspondeu a 30%. Tais dados são importantes indicadores para demonstrar que quanto mais se avança nos postos de poder, ou seja, nos espaços de decisão, há menor presença feminina.

No caso de incentivo à pesquisa essa realidade se repete: as mulheres são em número maior na iniciação científica e decresce consideravelmente em termo numérico em bolsas produtividade, bem como na ocupação de cargos de prestígio na carreira científica (OLINTO, 2011; SPILKI, 2013; LIMA et al., 2015).

Embora não haja aparatos legais que impeçam as mulheres de progredirem em suas carreiras, há um *teto de vidro* que separa as mulheres do andar de cima da carreira. Entretanto, para assumirem cargos de chefia, estratégias têm sido adotadas nesse *Campus* pelas docentes que o compõem: qualificação em gestão, consolidação de suas carreiras como cientistas e docentes, espera do momento em que as funções da maternidade passem a exigir menos delas, entre outras.

Não é um consenso entre as docentes sobre se devem ou não, assumir cargos de chefia. Algumas delas não demonstram interesse em participar por razões diversas, dentre estas estão a crença de que cargos de chefia podem prejudicar a consolidação da carreira como docente/cientista e também dúvida sobre se há perfil de liderança.

Dúvidas sobre perfil de liderança pode ter relação com o fato de que a cultura patriarcal cria mecanismos de subalternização que nos levam a termos experiências de inferiorização da nossa capacidade desde a primeira infância, e que na adolescência toma maiores proporções. É, precocemente, que o *teto de vidro* vai sendo gestado, gerando maior dificuldade das mulheres avançarem em suas carreiras profissionais. De acordo com Burin (2008), o fenômeno – *teto de vidro* pode ser percebido e analisado nos estágios iniciais da vida das meninas, logo que, são nesses estágios que a subjetividade vai se configurando. Assim, na medida em que a dimensão subjetiva vai se revelando, é importante compreender como o *teto de vidro* se dá, para que assim, haja um entendimento dos efeitos futuros à saúde mental das mulheres (BURIN, 2008).

Além de discorrer sobre a baixa representatividade de mulheres à medida que os cargos de maior prestígio são analisados, outra situação que inspira um olhar sensível diz respeito à segregação das áreas de conhecimento,

uma vez que ainda existem dificuldades para as mulheres acessarem cursos e carreiras de maior prestígio e de melhores remunerações nas universidades (GUEDES, 2008).

Em relação às distribuições das docentes nos núcleos, o curso de Medicina Veterinária é o que tem o mais expressivo número de mulheres docentes (76,9%), seguido de Agroindústria (54,54%). Nos demais núcleos, em ordem decrescente em presença das mulheres estão o núcleo de Zootecnia, Ciências da Terra e Engenharia Agronômica, respectivamente com 30%, 26,66% e 16,66%.

A Engenharia Agronômica é o curso com menor número de docentes mulheres. Tal fato é evidenciado em vários estudos que consideram a engenharia, uma das áreas mais masculina da ciência e tecnologia. Um desses estudos refere-se àquele desenvolvido por Carla Cabral (2006) no qual constata que a presença de pesquisadoras na engenharia e nas ciências da computação representa cerca de 25% do total de pesquisadores.

Corroborando com essa discussão, Maria Helena Cruz (2012) salienta que as novas tecnologias e engenharias, incluindo nesse rol, a Engenharia Agronômica, têm tido um perfil androcêntrico, levando a uma tradicional exclusão ou sub-representação das mulheres.

No caso do Departamento de Engenharia Agronômica, em São Cristóvão⁴⁰, embora a presença de mulheres docentes seja mais que o dobro daquela apresentada no Campusser, ainda fica num patamar abaixo de 40% de professoras, conforme dados fornecidos, pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFS.

Dentre os Departamentos analisados do *Campus* de São Cristóvão que tem uma similaridade com os do Campusser, o Departamento de Tecnologia de Alimentos⁴¹ é o que apresenta maior porcentagem de mulheres docentes (80%), em relação ao quadro geral de docentes deste Departamento, seguido pelo de Medicina Veterinária (62,5%) e de Zootecnia (44,4%).

Um fato que chama muita atenção é que em todos os departamentos de São Cristóvão aqui analisados, com exceção do Departamento de Medicina Veterinária, há uma maior porcentagem de mulheres em comparação com os homens do que no Campusser. Focar o olhar sob estes números traz uma

40. Esse Departamento fica na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos.

41. No Campusser o Núcleo de Agroindústria é o que mantém certa similaridade com o Departamento de Tecnologia de Alimentos, uma vez que os cursos ofertados por eles são respectivamente, Agroindústria e Engenharia de Alimentos.

questão intrigante: a interiorização do ensino superior na área das ciências agrárias revela uma dificuldade em torno da mobilidade de mulheres doutoras para o interior?

Ao determo-nos sobre as questões geracionais, identifico que 80% das docentes têm até 40 anos de idade. Ao se encontrarem nesta faixa etária, algumas mulheres vivenciam os dilemas entre a conciliação de carreira profissional e a maternidade, estabelecendo “uma articulação complexa e em permanente transformação que envolve responsabilidades familiares, cuidados, presença ou não de filhos” e produção acadêmica. (CADERNOS DE FORMAÇÃO, 2017, p. 20).

No tocante às identidades étnico/raciais, 52% das mulheres docentes do Campusser se autodeclararam brancas e as demais pardas. Esse quantitativo traz à tona a necessidade de se pensar sobre a falta de representatividade de mulheres negras no campo acadêmico, sobretudo porque a grande maioria das discentes deste *Campus* se autodeclararam pardas e pretas.

Sobre isso, Joselina da Silva (2010) ressalta, ao estudar os indicadores sobre mulheres negras atuando como professoras universitárias, que as ações afirmativas devem ser voltadas para o ingresso e permanência no âmbito da graduação, mas, sobretudo, alcançar a esfera da educação e trabalho, uma vez que são ínfimos os índices de mulheres negras na docência universitária.

Além de analisar as questões étnico-racias das mulheres docentes do Campusser, buscamos comparar os perfis encontrados com àqueles das docentes integrantes dos cursos de Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Tecnologia de Alimentos e Zootecnia do *Campus* São Cristóvão / UFS. Assim como no Campusser, a maior parte das mulheres se autodeclarou branca, perfazendo um total de 54,16%. A mudança, embora bem pequena, deu-se em razão de que 4,16% se autodeclarou negra.

A representatividade de pessoas negras, na posição de docentes e cientistas nas Universidades em um universo em que a maior parte de discentes se autodeclararam negras (pretas e pardas) podem inspirar discentes a abraçarem o mundo do conhecimento e a seguirem a carreira científica. No tocante à representatividade de gênero, a presença e atuação de mulheres docentes e cientistas podem servir como estímulos para as estudantes seguirem carreiras acadêmicas.

De acordo com a UNESCO (2018) a influência das atitudes, crenças, comportamentos dos/as docentes, assim como, a maneira que estes interagem com os/as estudantes, podem afetar a escolha por futuros estudos e carreiras

das meninas. Também o gênero dos/as docentes configura como um fator influenciador, pois as professoras podem servir de modelos para as meninas.

Entretanto, embora a representatividade de mulheres nas ciências se estabeleça também como um fator importante na contribuição para a ascensão das meninas na carreira científica, não se configura como uma regra geral. Nesse bojo, a família, escola e sociedade surgem como mecanismos importantes de controle ou incentivadores para a inserção de meninas nas ciências.

Além disso, há de acordo com a UNESCO (2018) necessidade de medidas específicas para promoção da igualdade de gênero, tais como cotas e incentivos financeiros, capazes de aumentar a participação de meninas e mulheres na educação e em carreiras nas áreas de ciência e tecnologia, pois entre os/as pesquisadores/as de todo mundo, nas áreas em questão, somente 28% são mulheres.

Quanto à origem geográfica das docentes do Campusser, podemos perceber que pertencem a distintos estados da federação brasileira. Entretanto, 68% delas são originárias do Nordeste. Um fator que pode ter contribuído sobremaneira para a presença em maior número de docentes do Nordeste foi a crescente oportunidade de formação em nível de doutoramento na região referida, sem necessidade de migrarem para outros estados. Dados comparando os anos de 1996 e 2014 demonstram um crescimento de 5.880% de títulos concedidos no Nordeste. A participação da região do Nordeste, em 1996, equivaleu a 1% dos títulos concedidos no país, enquanto que em 2014, passou a outorgar 14% dos títulos nacionais (VIOTTI et al., 2016).

Após discorrer sobre o Campusser e sobre o perfil das mulheres docentes e cientistas que o compõem, evidenciamos também o perfil das mulheres discentes e ligeiramente, situamos o número total de estudantes neste *Campus*.

Em termos numéricos, o quantitativo de discentes com matrícula ativa no Campusser no ano acadêmico de 2018 foi de 723 discentes. Deste total, 93% são originários do Estado de Sergipe. É do Alto Sertão Sergipano, esse território espacialmente pequeno - marcado por uma complexa teia de relações, como também por antagonismos plurais - que originam mais da metade dos estudantes do Campusser (52,3%)⁴².

Do contingente total de estudantes nos quatro cursos das Ciências

42. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Microdados da Graduação:** COPAC/PRO-PLAN. São Cristóvão, 2018.

Agrárias do *Campus*, as mulheres estudantes correspondem a mais da metade (54,22%) oriundas de 08 estados brasileiros. Esses dados revelam uma mudança significativa em torno do ingresso das mulheres em ciências agrárias, logo que esta área foi concebida no país, no final do século XIX, por um viés marcadamente sexista, como argumenta Conceição Lopes:

os primeiros cursos da área das Ciências Agrárias no Brasil foram considerados pela sociedade como dirigido aos homens. Constituíam, portanto, profissões que as mulheres não deveriam seguir, segundo os padrões educacionais da época, perpassados pela família, pela escola e por outras instituições sociais e meios de comunicação (LOPES, 2007, p. 71).

Embora haja necessidade de desatar as amarras a fim de permitir que o acesso a toda e qualquer disciplina não seja determinada por atributos biológicos associados ao sexo da pessoa, a partir dos valores que determinam o ser mulher na sociedade, as tensões e negociações nas universidades, frutos das transformações geradas com a entrada das mulheres em cursos historicamente com presença masculina, influenciam na construção de novas e fluídas identidades.

Além disso, a política de interiorização do ensino superior, a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) ampliou as oportunidades das mulheres contribuírem com a ciência no interior do país. O Reuni foi criado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 pelo governo federal que adotou um conjunto de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público no país (BRASIL, 2009).

Maior quantitativo de mulheres nas Ciências Agrárias do *Campus* sugere que mudanças qualitativas são provocadas nesse ambiente, uma vez que a escolarização é um importante vetor de mudanças no plano simbólico e nas relações de poder entre homens e mulheres (GUEDES, 2008).

Dentre as estudantes do Campusser, as sergipanas representam 94,13% e destas, 56,38% são originárias do Território do Alto Sertão, configurando assim uma importante mudança, logo que, sendo originárias de um território semiárido, com os menores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado, muitas dessas estudantes teriam dificuldades de se manterem economicamente no *Campus* da capital sergipana. A representação numérica de mulheres estudantes do Campusser está em consonância com àquela

de mulheres matriculadas na educação superior no país, que em 2018, correspondeu a 55,5% (INEP, 2019).

Dois aspectos observados referentes ao perfil social das mulheres discentes foram, quanto à identidade étnico-racial e à questão geracional. Ao verificar se entre as discentes, algumas originavam de território indígena ou quilombola, no universo de 392 mulheres discentes, 11 eram quilombolas e 03 eram indígenas. Quando analiso a distribuição delas nos cursos, constatei que 72,7% das discentes quilombolas estão matriculadas no curso de Agroindústria. No caso das indígenas, 100% cursam medicina veterinária.⁴³

A despeito de como se dá a distribuição de todas as mulheres estudantes nos cursos ofertados pelo *Campus*, percebi que a participação feminina supera a masculina em 03 dos 04 cursos ofertados: agroindústria (68,24%), medicina veterinária (55,72%) e zootecnia (54,97%). Já a participação masculina se dá mais intensamente no curso de Engenharia agronômica (58,13%).

Como observado entre as docentes, a presença feminina no curso de engenharia agronômica é a menor de todos os cursos. Constata-se mais uma vez que existem mecanismos enraizados que dificultam o acesso de maior número de mulheres nos cursos das engenharias.

Quanto à identidade étnico-racial das discentes do *Campus*, 84,18% delas se autodeclararam pardas e pretas. Esse *Campus* adota a política afirmativa, como nos demais *Campi* da UFS, para garantir o ingresso de estudantes conforme o critério de renda, raça e etnia, assegurada em todo o Brasil, após o julgamento em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a constitucionalidade das cotas.

A política afirmativa adotada por este *Campus* permitiu, entre o público global dessa Instituição, a presença de indígenas e quilombolas. O incentivo à presença de grupos minoritários em Universidades implica, consequentemente, em:

uma necessária revisão epistemológica do conhecimento construído e perpetuado no interior da academia, que vem mantendo valores discriminatórios em nome de uma suposta universalidade do saber e da ciência (PIRES, 2014, p. 21).

Diante deste fato, há necessidade de observar as relações de gênero

43. Dados fornecidos pelo setor da Assistência Estudantil do Campusser e referem-se aos matriculados no ciclo letivo de 2019.

entre cruzando com outros eixos de subordinação como classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, de forma que os distintos marcadores de diferença não sejam ignorados. Sobretudo, porque alguns estudos evidenciam que, além de carregarem as marcas culturais por serem mulheres, imbuídas de singularidades e multiplicidades, a combinação de diferentes formas de discriminação sofridas pelas mulheres numa intersecção entre diferentes eixos de subordinação as afetam para permanecerem na universidade (HIRATA, 2016).

Como mecanismo para combater as formas de opressão imbricadas na nossa sociedade, estas precisam ser vistas numa intersecção e não de forma isolada, somente a partir da perspectiva do gênero. As intersecções são complexas e se tornam difíceis de serem “identificadas em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo” (CRENSHAW, 2002, p. 176) uma vez, que tais forças tendem a naturalizá-las.

A interseccionalidade trata, portanto:

da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A combinação de diferentes eixos de subordinação vivenciada por determinadas mulheres marcam em diferentes graus as vulnerabilidades destas também para o ingresso nas ciências. Luzinete Minella (2013) demonstra isso ao colocar que ao longo de 25 anos de trabalho no campo acadêmico em uma Universidade do Sul do Brasil, na área de Sociologia, ela é uma das poucas pesquisadoras afrodescendentes.

Assim, o deslocar nosso olhar para o que as minorias pensam sobre as relações tecidas no universo da academia, o que elas têm a nos dizer na sua alteridade, possibilita uma visão de educação que abarque as diferenças dessas pessoas.

Quanto ao aspecto geracional, 82,39% das discentes estão na faixa etária de até 25 anos. Constituem, portanto, uma geração que nasceu junto com um bojo de discussões no País que discorrem de temas muito caros para todos nós: machismo, misoginia, discriminação racial, homofobia, entre outros

que levaram a elaboração de políticas públicas.

Além disso, é uma geração que vê popularizando o termo gênero nas suas relações cotidianas e ressignificando olhares sobre os sujeitos das ciências agrárias no interior do nordeste brasileiro.

PALAVRAS FINAIS

No Campusser, as dimensões de gênero fazem presentes no cotidiano desse universo acadêmico, cujo lugar se configura como espaço de sociabilidade, conflitos, reflexões, aprendizados e mudanças. Nele, as marcas de gênero integram os símbolos culturalmente disponíveis e apreendidos pelos seus membros, os dispositivos normativos, a organização sócio-política e as subjetividades dos sujeitos que constroem o fazer acadêmico.

As mulheres docentes desse *Campus* convivem com o fenômeno *teto de vidro*. Tal fenômeno implica no fato de que somente 01 delas é coordenadora de Núcleo.

Em relação à segregação por áreas, a maior parte das mulheres docentes e cientistas do *Campus* está em cursos socialmente considerados mais femininos nas ciências agrárias – a Medicina Veterinária e Agroindústria. Entretanto, existem aquelas que rompem com esse essencialismo biológico e se lançam às áreas com menor presença feminina como a reprodução de touros, o manejo de cavalos, os ruminantes, entre outros, e vão conquistando seus lugares e contribuindo com o desenvolvimento científico do país.

Apesar das barreiras, o Campusser tem configurado o lugar em que as mulheres têm se constituindo como agentes de escolhas, de lutas e de poder, frente às condições postas, consequentemente, estão construindo novos olhares sob a imagem dos sujeitos que fazem as ciências agrárias, no interior do nordeste brasileiro.

Para finalizar, defendemos a importância de estudos sobre mulheres nas ciências, sob a perspectiva de gênero, pois para reconhecer os construtos das mulheres no campo científico, é preciso visibilizá-los. E para romper as estruturas que hierarquizam os seres no universo acadêmico, é necessário que as desnaturalizemos. E os grupos de pesquisa e estudo sobre gênero têm um papel fundamental para isso. Compreendemos que, para além de evidenciar que a área das ciências agrárias tem também sido desenvolvida com presença e contribuições das mulheres, faz-se necessário descortinar as

relações assimétricas que implicam em maior ou menor reconhecimento das mulheres como “sujeitas” das ciências nos seus campos de atuação, como uma questão de justiça, logo que, o não-reconhecimento constitui, de acordo com Nancy Fraser (2007), uma séria violação de justiça impulsionada por padrões institucionalizados de valor cultural, os quais categorizam atores sociais como normativos e outros inferiores.

REFERÊNCIAS

AMBROSINI, Anelise Bueno. A representação das mulheres como reitoras e vice-reitoras das Universidades Federais do Brasil: um estudo quantitativo. XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Universidade, Desenvolvimento e Futuro na Sociedade do Conhecimento. 2017. Mar Del Plata. **Anais [...]**. Mar Del Plata: Universitaria Nacional de Mar del Plata, 2017. p. 1-12.

BOURDIEU, Pierre. Campo de poder, campo intelectual. In: **Campo de poder, campo intelectual:** itinerário de um conceito. Buenos Aires: Editorial Montressor. 2002. p. 9-50.

BRASIL, Defensoria Pública da União em Sergipe. **Processo nº 0800547-41.2020.4.05.8500 - ação civil pública**, cível autor: Defensoria Pública da União em Sergipe, réu: Fundação Universidade Federal de Sergipe, 1^a vara federal – SE. Relatório. Disponível em https://www.jfse.jus.br/vsix/sis_diversos/_lib/file/doc/Mar%C3%A7o/decisao01-.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&cate_gory_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 abr. 2020.

BURIN, M. "Las 'fronteras de cristal' en la carrera laboral de las mujeres". Género, subjetividad y globalización. **Anuario de Psicología**, 39 (1), 2008, p. 75-86. Disponível em: http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/bitstream/handle/123456789/1513/Burin_2008_Anuario.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 out. 2020.

CABRAL, Carla Giovana. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.27, julho-dezembro, 2006.

MULHERES DOCENTES E DISCENTES NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO CAMPUS DO SERTÃO DA UFS: REPRESENTATIVIDADES, RESISTÊNCIAS E DESCONSTRUÇÕES

CADERNOS DE FORMAÇÃO. **Mulheres:** mundo do trabalho e autonomia econômica. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT/IE, caderno 3, 2017.

COSTA, Patrícia R. S. M. et.al. Rompendo fronteiras e integrando conhecimentos: experiências das ações integradas nas ciências agrárias / UFS no Alto Sertão Sergipano. In: **Lugares, potencialidades e resistências:** terra e povo no São Francisco. Aracaju: Criação, 2018, p. 97-110.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, 1, p.171-189, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636>. Acesso em: 18 mar. 2019.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando diferenças de gênero no ensino superior na Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova. Revista de cultura e política. Mediações Difíceis, n. 70. São Paulo: Cedesc, 2007.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós- graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p. 117-132, jun. 2008.

HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 46, p. 151-163, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100151&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basic-a-censo-escolar-sinopse>. Acesso em: 31 mai. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basic-a-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 02 nov. 2020.

LIMA, Betina Stefanello; DE SANTANA BRAGA, Maria Lúcia; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Revista Gênero**, v. 16, n. 1, p.11-31, 2015.

LOPES, Conceição. Mulheres pioneiras, mulheres de renome; as engenheiras agrônomas pernambucanas da primeira metade do século XX (Década de 40). **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 4, Recife, 2007, p. 65-82.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 40, p. 95-140, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2020.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, jul/dez, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 13 abr. 2018.

PIRES, M. F. C. **Docentes Negros na Universidade Pública Brasileira**. Campinas: Unicamp, 2014.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo - mudou a ciência?**. Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991. 30p.

SILVA, Joselina da. Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectivas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0100-1574201500040088200048&lng=em. Acesso em: 22 jun. 2020.

SPIELKI, Fernando Rosado. Perfil dos bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Medicina Veterinária. **Pesq. Vet. Bras.** 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pvb/v33n2/12.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

UNESCO. **Decifrar o código:** educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Brasília: UNESCO, 2018. 84p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691?posInSet=4&queryId=N-EXPLORE-e10cbec4-7f49-4be6-bd55-9ac7e6b79cfc>. Acesso em: 03 nov. 2020.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz; DAHER, S.; CARRIJO, T. B.; SANTOS, R. O. **Mestres e doutores 2015 - Estudos da demografia da base técnicocientífica brasileira**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

PROJETO MENINAS DIGITAIS - REGIONAL SERGIPE: UM RELATO DE ATIVIDADES A FAVOR DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA

*Jislane Silva Santos de Menezes
Cristiane Oliveira de Santana
Larissa de Gois Barreto*

INTRODUÇÃO

O mundo vivencia uma revolução informacional em que o computador é um dos meios de comunicação mais presente nos espaços sociais ou incorporados no dia a dia das pessoas, representado especialmente pelos celulares. O uso desses dispositivos modificam hábitos e necessidades.

Diante deste panorama e com a inclusão de tecnologias nos processos produtivos possibilitando uma maior autonomia na tomada de decisão, e maior transparência nas relações entre humanos e máquinas, a chamada Revolução 4.0, também denominada de Indústria 4.0 (PEREIRA; DE OLIVEIRA SIMONETTO, 2018), faz-se necessário que os jovens desenvolvam competências e habilidades no domínio de novas ferramentas, lidando com tecnologia, matemática, robótica e empreendedorismo (NUNES, 2018).

É fato que trabalhar tecnologia em escolas públicas é um desafio, pois apesar das iniciativas de implantação de laboratórios de informática, muitos desses encontram-se sucateados sem a devida manutenção, tornando a tarefa de desenvolver tais competências ainda mais difícil.

Segundo um relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observou-se que em 2016 nos cursos de Ciência da Computação, apenas 14,19% das matrículas são mulheres e, dessas, 15,48% concluíram o curso (INEP, 2016). Muitas iniciativas como programas e políticas têm buscado promover a participação feminina nas áreas de exatas, em computação, engenharias e tecnologias em geral, no âmbito da educação e mercado de trabalho. Uma delas é a competição *Technovation Challenge Brasil*⁴⁴, que incentiva meninas de 10 a 18 anos do ensino fundamental e médio/técnico ao desenvolvimento de aplicativos. Outra iniciativa é o Programa *Women Techmakers*⁴⁵ da *Google*, que incentiva

44. Disponível em: <http://www.technovationbrasil.org>.

45. Disponível em: <https://www.womentechmakers.com/>.

a participação de mulheres na área de tecnologia por meio do aumento da visibilidade, comunidade e recursos destinados a elas (BIM et al., 2016).

Diante do cenário de necessidade de desenvolvimento de novas habilidades e competências na Indústria 4.0, sucateamento dos laboratórios das escolas públicas e a baixa participação feminina na área da computação, o projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe surgiu com a missão de popularização da ciência para jovens do ensino público fundamental e médio da região Centro-Sul de Sergipe.

PROJETO MENINAS DIGITAIS - REGIONAL SERGIPE

Segundo a UNESCO (2018), a baixa representatividade feminina nas áreas das ciências exatas independe da capacidade intelectual de cada gênero. Desde cedo, enquanto meninos se entretêm com jogos que estimulam o raciocínio lógico e matemático, meninas são apresentadas a brinquedos que despertam habilidades maternas, causando na maioria delas, um desinteresse pelas áreas das ciências exatas. Assim, a presença das mulheres na área das exatas sempre esbarrou em preconceitos e no machismo de uma sociedade que insiste em colocar a mulher em atividades específicas vinculadas ao emocional, cuidando dos filhos e da casa.

Aliado a isso, um estudo apresentado pela Microsoft em parceria com a Sociedade Brasileira de Computação (SBC), demonstrou que mulheres se desinteressam pela área de computação por receio de não conseguir conciliar a maternidade e a profissão, além do fato de ser uma área com predominância de pessoas do sexo masculino (AMARAL et al., 2017).

Para combater esse desinteresse, diversas iniciativas, públicas e privadas, têm sido criadas desenvolvendo programas e projetos para motivar jovens estudantes a buscarem carreiras tecnológicas. O programa Meninas Digitais é um deles. Com o apoio da SBC, o programa surgiu em 2011 a partir de discussões no *Women in Information Technology* (WIT), evento destinado a mulheres na computação durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC). O WIT é uma iniciativa da SBC para discutir assuntos relacionados às questões de gênero e a Tecnologia da Informação (TI) no Brasil por meio de histórias de sucesso, políticas de incentivo e formas de engajamento e atração de jovens, especialmente mulheres, para as carreiras associadas à TI. Assim, o programa Meninas Digitais tem como objetivo

despertar o interesse de estudantes do ensino médio/tecnológico e do ensino fundamental, divulgando a área de computação por meio de minicursos, oficinas, palestras e debates, participação em eventos, etc. (MACIEL; BIM, 2016).

Em parceria com o programa Meninas Digitais, o projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe atua desde 2018, motivando meninas do ensino superior, médio, técnico e fundamental da cidade de Lagarto, a seguirem carreiras em áreas da computação, buscando atenuar a desigualdade de gênero, promover o empoderamento feminino e minimizar o desconhecimento digital por meio de atividades de informática, fornecendo os recursos tecnológicos necessários às participantes (DE MENEZES et al., 2019). São objetivos do projeto: discutir a participação feminina na área da Computação; produção e veiculação de materiais educativos que apresentem a importância das mulheres no mercado de Computação e tragam visibilidade à figura feminina; fomentar a participação feminina na área por meio de eventos e exposições para o público geral; realizar oficinas e minicursos de áreas da informática.

Diante deste cenário, o projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe preocupa-se em motivar as jovens do ensino público fundamental e médio da região Centro-Sul de Sergipe para a computação e garantir a diversidade de perfis de mulheres na área por meio da popularização de tecnologias.

APRENDIZADO POR MEIO DE OFICINAS E MINICURSOS

Segundo Sobral et al., (2015) é necessário estimular o desenvolvimento de atividades ligadas à computação nas instituições de ensino, pois seus conteúdos são fundamentais e abrangentes para auxiliar na resolução de problemas do cotidiano. Além de promover a inclusão digital tais atividades durante a educação básica, tendem a resolver dois problemas conhecidos: o alto índice de evasão nos primeiros anos de graduações relacionadas a área de computação e a necessidade de recursos humanos com formação nesta área devido a expansão das Tecnologia da Informação (TI) e Telecomunicações (Telecom).

Para introduzir a área de computação por meio de atividades, foram desenvolvidos minicursos e oficinas com a finalidade de construir conhecimentos teóricos e práticos, relacionados à área de informática, mais especificamente voltados para a programação de computadores.

As oficinas aconteceram durante eventos, como a Escola Regional - Bahia Sergipe (ERBASE 2018) na Universidade Tiradentes (UNIT) em Aracaju e durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) nos anos de 2018 e 2019 no Instituto Federal de Sergipe, *campi* Lagarto e Tobias Barreto. Durante as oficinas foram introduzidas noções de programação, usando ferramentas intuitivas de desenvolvimento com blocos como o *Scratch*⁴⁶ e *App Inventor*⁴⁷. A Figura 1 apresenta a realização da oficina de *Scratch*, onde inicialmente foram expostos conceitos de introdução à informática e em seguida as alunas desenvolveram atividades que despertaram o raciocínio lógico no ambiente de programação. As Figuras 2 e 3 apresentam a realização de oficinas durante a SNCT, apesar da oficina ser indicada para meninas, não foi restringida a participação de meninos.

Figura 1. Realização da oficina de *Scratch* durante o ERBASE 2018.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 2. Realização da oficina de *Scratch* durante a SNCT 2018.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

46. Disponível em: <https://scratch.mit.edu/>.

47. Disponível em: <http://appinventor.mit.edu/>.

Figura 3. Realização da oficina *App Inventor* durante a SNCT 2019.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Durante os anos de 2018 e 2019, foram desenvolvidos minicursos semestrais com alunas de duas escolas públicas do município de Lagarto. Para participação nos minicursos, as alunas eram selecionadas a partir de um questionário onde as que já tinham algum conhecimento de informática participavam dos cursos de programação com linguagem em blocos, e as que não tinham conhecimento participaram do curso de Introdução à Informática. A Figura 4 apresenta um momento de sensibilização e seleção de alunas do ensino fundamental, na Escola Municipal Frei Cristóvão de Santo Hilário.

Figura 4. Apresentação do projeto na Escola Municipal Frei Cristóvão de Santo Hilário.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os minicursos foram inicialmente realizados no laboratório da escola parceira, contudo as deficiências quanto a infra estrutura fizeram com que a realização das atividades acontecessem nos laboratórios de informática do IFS, *Campus Lagarto*. Ao longo de 2018 e 2019 foram ministrados pelos monitores, estudantes da graduação em Sistemas de Informação, os cursos: Introdução à Informática, Introdução à Programação com *Scratch* e Introdução à programação com *App Inventor 2*. Na finalização do curso, as alunas regulares receberam um certificado de conclusão do minicurso como apresenta a Figura 5.

Figura 5. Entrega dos certificados no encerramento do minicurso *App Inventor2*.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

APRENDIZADO POR MEIO DE VISITAS TÉCNICAS

O uso da visita técnica no processo de ensino-aprendizagem promove um interesse para a compreensão dos elementos teóricos do componente curricular e de outros elementos relacionados à vivência do estudante (CARVALHO; VIEIRA; VIANA, 2012). Ela complementa a educação formal por meio de atividades atrativas aos estudantes, fazendo com que visualizem na prática os conteúdos aprendidos na teoria.

Durante a execução do projeto, percebeu-se que as visitas técnicas

traziam oportunidades de descoberta e aprendizado, além de ser um artifício que combatia a evasão.

Com o apoio da administração pública municipal de Lagarto e do IFS, *Campus Lagarto*, disponibilizando o transporte, as alunas do projeto participaram da ERBASE e visitaram a Casa da Ciência e Tecnologia da Cidade de Aracaju (CCTECA) e o laboratório de Robótica da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A participação na ERBASE contribuiu para que as alunas conhecessem outras áreas além da programação, por exemplo a robótica, ao assistirem uma competição entre robôs e participarem de palestras.

A visita à CCTECA, também conhecida como planetário de Aracaju, proporcionou às adolescentes entender conceitos de biologia, física, matemática e astronomia de forma prática, além de experimentar alguns equipamentos como demonstra a Figura 6.

Figura 6. Visita técnica das alunas à CCTECA.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), o projeto visitou o laboratório de robótica. No passeio, as adolescentes tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre os tipos de robôs, além de experimentar alguns equipamentos produzidos pelos universitários do Grupo de Pesquisa em Instrumentação Eletrônica, como o Circuito de Choque, Jogo com Decodificação entre outros. A Figura 7 apresenta momentos de interação entre as alunas e os monitores universitários do projeto durante a utilização dos equipamentos.

Figura 7. Visita técnica das alunas ao laboratório de robótica na UFS.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A grande participação das meninas durante as visitas técnicas ajudou a motivar nas mesmas o interesse pela ciência e tecnologia.

ATIVIDADES EM 2020

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os continentes como pandemia e recomendou o isolamento e tratamento de todos os casos identificados, execução de testes de forma massiva e o distanciamento social como formas de conter sua disseminação.

Diante desse novo cenário de distanciamento social, o projeto, no formato presencial, ficou inviabilizado. Considerando que a falta de computador em casa ou na escola para suporte às atividades prejudicaria a implantação de um curso prático *on-line*, as ações planejadas para o ano de 2020 precisaram ser repensadas.

Como solução para a continuidade do projeto durante a pandemia, optou-se por confeccionar um caderno de atividades desplugadas, que traz como objetivo a apresentação da história de vida de três mulheres de grande importância na área da Computação concomitante com atividades que trabalham o pensamento computacional, alinhado com os parâmetros do Currículo de Referência em Tecnologia e Computação (CTC).

Desta forma, o caderno traz visibilidade à figura feminina na área a fim de fazer com que as meninas sintam-se representadas, ao mesmo tempo

que trabalha conceitos-chave da computação através de atividades que não necessitam do uso do computador.

Dentre as personalidades femininas de destaque na área da computação citam-se: Ada Lovelace, a primeira programadora; Grace Hopper, chamada Vovó do Cobol, uma das primeiras linguagens de programação; e Carol Shaw, a primeira mulher desenvolvedora de jogos eletrônicos.

A Condessa de Lovelace, chamada Augusta Ada King, foi uma matemática que desenvolveu o que é considerado o primeiro algoritmo criado na história da computação, em 1843. Ela participou no projeto da Máquina Analítica, primeiro computador mecânico, inventado por Charles Babbage. Assim, ela desenvolveu o primeiro algoritmo (BIM, 2018).

Grace Hopper foi a primeira mulher a se formar na Universidade de Yale (EUA) com PhD em Matemática e primeira almirante da marinha norte-americana. Conhecida como a Rainha da Computação, foi uma das pessoas criadoras da linguagem COBOL, além de inventar o termo “*bug*” para problemas de software. Hopper também é muito lembrada por alguns movimentos que buscam igualdade para as mulheres (PAYÃO, 2017).

Carol Shaw provou que menina também joga, programa e cria, tornando-se modelo para outras mulheres desenvolvedoras de jogos por ser a primeira mulher a trabalhar em uma companhia de *videogame*. Durante o trabalho na Atari, Carol se transformou na primeira *game designer*. Pouco tempo depois, ela foi contratada pela Activision, onde participou do desenvolvimento do jogo *River Raid* e teve a chance de criar o primeiro sistema de geração procedural de conteúdo, em que as fases do jogo nunca se repetia. (PAYÃO, 2017).

Como dito anteriormente, o caderno teve suas atividades desenvolvidas alinhadas com os parâmetros do CTC, que relacionam propostas pedagógicas que contemplam o uso ativo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) nas escolas de ensino infantil e fundamental (RAABE; BRACKMANN; CAMPOS, 2018). Cabe ressaltar que o CTC foi elaborado com base no desenvolvimento de competências de compreensão, uso e criação de TDICs em diversas práticas sociais, estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O caderno foi elaborado de forma a intercalar atividades que trabalhem conceitos vinculados à história de vida da personagem, por exemplo, o exercício “Origamis com Algoritmos” traz o conceito de seguir instruções para

executar uma determinada ação, e foi vinculado à personagem Carol Shaw por conter como elemento final a montagem de um foguete de papel, elemento principal do jogo *Computer Space*, o qual Carol costumava jogar quando era jovem.

Apesar de confeccionado, o caderno de atividades ainda não pôde ser distribuído tendo em vista que a comunicação do projeto com as alunas se dá por intermédio da escola. Neste momento as escolas do ensino fundamental do município de Lagarto encontram-se com as atividades totalmente suspensas devido à pandemia, inclusive não utilizam aulas remotas diante da falta de estrutura tecnológica entre os alunos.

LIÇÕES APRENDIDAS

O projeto Meninas Digitais – Regional Sergipe, já promoveu em dois anos de existência, diversas atividades voltadas para a área de tecnologia, em escolas da cidade de Lagarto. Nesse período foram percebidas situações e condições que em diversos momentos favoreceram ou prejudicaram a realização das atividades do projeto. Algumas iniciativas que beneficiaram o andamento das atividades foram: a formação de parcerias com outras instituições e o incentivo da escola e dos pais para a participação das atividades.

O projeto mantém parceria com a direção das escolas, o que facilita o acesso às alunas, além de alinhar o cronograma das atividades de modo que não concorram com períodos de prova e eventos escolares. Parceria com a Secretaria Municipal da Educação para provimento do transporte. Com a SBC, por meio da secretaria regional Sergipe, facilitando a inscrição em eventos e congressos organizados por essa instituição. Com o IFS, para providenciar infraestrutura de laboratórios de informática e transporte, quando necessário. O apoio e a confiança dos pais das estudantes, que aprovaram a participação nos minicursos e visitas técnicas, visto que muitas delas não atingiram a maioridade.

Entre as situações que prejudicaram a execução do projeto destacam-se a falta de infraestrutura e necessidade de pré-requisitos para a participação nos cursos de programação. Quanto à infraestrutura, em situações onde as aulas foram executadas na escola parceira, houveram problemas com agendamento do uso do laboratório, ou seja, durante os horários reservados para as aulas, o laboratório estava em uso desrespeitando o agendamento prévio. Dificuldades com o acesso à Internet, as ferramentas de programação utilizam ambiente

de desenvolvimento *on-line*, sendo dependente de uma conexão. A falta de uma equipe local de TI para suporte nas escolas municipais, leva a solicitar um pedido de atendimento ao setor central de TI da Secretaria Municipal de Educação.

Ao final dos minicursos são realizadas avaliações de satisfação acerca das ações executadas pelo projeto, por meio de questionários. Ao longo dos anos as avaliações apresentaram um *feedback* positivo, indicando que a maioria das alunas estão satisfeitas com o tema do curso, a equipe técnica e aumentando seus conhecimentos na área.

Além da satisfação das alunas, notou-se a satisfação dos monitores, estudantes de graduação que tiveram a possibilidade de aplicar conhecimentos já adquiridos no curso, e tornarem-se multiplicadores e motivadores entre os participantes do projeto.

CONCLUSÕES

O projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe tem desenvolvido atividades que promovem o empoderamento das mulheres por meio da tecnologia, com a preocupação do resgate das jovens para a Computação e com a intenção de garantir a diversidade de perfis de mulheres na área, ao mesmo tempo que busca desenvolver competências ligadas ao pensamento computacional no ensino básico de instituições públicas.

Espera-se, à longo prazo, promover um aumento da representatividade de mulheres que venham a optar por prosseguir os estudos na carreira de Computação, especificamente, nos cursos da região Centro-sul do Estado de Sergipe, de modo a aumentar o número de ingressantes femininas. Além de proporcionar às alunas de graduação envolvidas no projeto, a possibilidade de aplicar conhecimentos já adquiridos no curso, com o intuito de incentivar sua permanência no curso. À curto prazo, pretende-se estimular o pensamento computacional por meio do caderno de atividades desplugadas de uma forma acessível, tendo em vista a dificuldade de acesso aos laboratórios de informática escolares.

AGRADECIMENTOS

Desde 2018 o projeto tem o apoio financeiro da Pró-reitoria de pesquisa e extensão do IFS (PROPEX/IFS); apoio da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), por meio da Secretaria Regional de Sergipe; e da Secretaria de Educação Municipal da cidade de Lagarto, Sergipe.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marília Abrahão; EMER, Maria Claudia F. P.; BIM, Silvia A.; SETTI, Marianagela G.; GONÇALVES, Marcelo M. Investigando questões de gênero em um curso da área de Computação. **Rev. Estudos Feministas** [online], v. 25, n. 2, p. 857-874, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p857>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BIM, Silvia Amélia. **A vida de Ada Lovelace**. Programa Meninas Digitais. Editora Sociedade Brasileira de Computação, 2018.

BIM, Silvia Amélia; MACIEL, Cristiano; FIGUEIREDO, Karen da Silva; SILVA, Lhais Rodrigues. **Programa meninas digitais – prototipando soluções tecnológicas para uma vida melhor**. In: VIII LAWCC - Latin American Women in Computing Congress, Valparaíso. Anais do CLEI, 2016. 10p. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B055ZWYxyniZMi1rT0xTeEFQSUE>. Acesso em: 23 set. 2019.

CARVALHO, Renata C. O. de; VIEIRA, Salete; VIANA, Moises dos S. **Visitas Técnicas**: Ensino Aprendizagem no Curso de Turismo. In: IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2012. Trabalhos. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2012. 12p. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/9/92.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

DE MENEZES, Jislane S.; DE SANTANA, Cristiane O.; OLIVEIRA, Catuxé V. d. S.; SANTOS, Ana Carla de N.; DA SILVA, Paloma S.; SANTOS, Adenilson d. J.; JUNIOR, Gilson P. d. S.; FARIA, Mário André d. F. **Meninas digitais-Regional Sergipe**: um despertar para a informática. In: X Computer on the Beach, Florianópolis. Anais do Computer on the Beach, 2019, p. 649–656.

INEP. **Educação Superior em Computação Estatísticas – 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.sbc.org.br/documentos-da-sbc/send/133-estatisticas/1167-educacao-superior-em-computacao-estatisticas-2016>. Acesso em: 24 jan. 2018.

MACIEL, C.; BIM, S. A. **Programa Meninas Digitais – ações para divulgar a Computação para meninas do ensino médio.** In: Computer on the Beach, 2016, Florianópolis. Anais do Computer on the Beach, 2016. p. 327-336. Acesso em: 25 jan. 2018.

NUNES, Alessandro. Quais competências o profissional da indústria 4.0 deve ter? **Computerworld**, 2018. Disponível em: <https://computerworld.com.br/carreira/quais-competencias-o-profissional-da-industria-4-0-deve-ter/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

PAYÃO, Felipe. As 5 mulheres mais importantes da história para a tecnologia. **Tecmundo**, 2017. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/tecnologia/114527-5-mulheres-importantes-historia-tecnologia.htm>. Acesso em: 4 out. 2020.

PEREIRA, Adriano; DE OLIVEIRA SIMONETTO, Eugênio. Indústria 4.0: conceitos e perspectivas para o Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-9, 2018. Disponível em: http://periodicos.uninor.br/index.php/revistauninor/article/view/4938/pdf_808. Acesso em: 29 nov. 2020.

RAABE, André; BRACKMANN, Christian; CAMPOS, Flávio. **Currículo de Referência em Tecnologia e Computação:** educação infantil ao ensino fundamental. 2. ed., São Paulo: CIEB. 2020. Disponível em: <http://curriculo.cieb.net.br>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SOBRAL, João Bosco M.; KITTEL, Rosângela; HOPPEN, Angela; MIOTO, Ana Elisa; CRUZ, Fernando A. S. **Computação no Ensino Fundamental na Escola Pública.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134696>. Acesso em: 28 nov. 2020.

UNESCO. **Decifrar o código:** educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Brasília: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>. Acesso em: 08 out. 2020.

MAPEANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER: MULHERES NAS PRESIDÊNCIAS DE SINDICATOS DOCENTES

Adenilde de Souza Dantas

INTRODUÇÃO

No Brasil, o aumento da urbanização e da industrialização, seguido de sua diversificação, entre os anos de 1960 e 1980, criaram novos postos de trabalho e isso resultou no aumento da contratação de mulheres. Para Souza-Lobo (2011, p. 29), esse aumento da utilização da mão de obra das mulheres ocorreu também porque com a queda da renda das famílias, a partir de 1964, as mulheres foram obrigadas a contribuir para complementar a renda, sem contar que com a expansão e diversificação da indústria os novos postos de trabalho precisavam de mão de obra menos qualificada, mais atenta e delicada e que estivesse disposta a ganhar menos. Além disso, esse aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho aliado ao surgimento do Movimento Social de Mulheres, que na década de 1970 lutavam contra a alta dos preços, pela anistia política, pela criação de creches e pela igualdade de direitos entre os sexos, levou a participação no movimento sindical.

É importante ter em mente que, mesmo com todas as amarras sociais, as mulheres sempre resistiram e estiveram presentes nos movimentos reivindicatórios. Contudo, a história contada e escrita por homens sempre tratou de invisibilizar esse protagonismo feminino. Essa história começou a mudar a partir das pesquisas realizadas por acadêmicas feministas que passaram a evidenciar o protagonismo feminino em vários movimentos reivindicatórios, entre eles o sindicato.

A participação das mulheres nos sindicatos seja como base de filiados/as ou como dirigentes não nunca foi fácil, pois o sindicato é uma instituição que faz parte da sociedade e como as outras instituições, família, escola e a religião, reproduz ideologias sexista referentes ao comportamento de homens e mulheres, sobre os papéis que devem exercer e sobre que lugares frequentar. Essas ideias e o preconceito aliado ao machismo afasta muitas mulheres de frequentar os sindicatos, compor as direções executivas

e consequentemente exercer o poder nesses espaços.

O sindicato é, em muitos casos, redutos de homens, pensado para homens, mesmo os sindicatos docentes que têm uma filiação massivamente feminina apresentam em sua maioria diretorias compostas por homens. Segundo Dantas (2017, p. 82-83), nos sindicatos docentes no Brasil, apesar de o sexo feminino ser maioria no número de filiados/as, os homens ainda são maioria na composição dos sindicatos (59,9%) e nos cargos de presidentes/as nas entidades, o que corresponde a 52,5%. Esse fato, repete-se nas confederações das/os trabalhadoras/es docentes: *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE* e *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado – CONTEE*. Em 2017, e ainda hoje no Brasil, nenhuma pessoa do sexo feminino ocupa o cargo de presidente nessas confederações.

Esses dados quantitativos informam que a classe sindical docente tem dois sexos, parafraseando Souza-Lobo (2011), mas seus espaços de poder são ocupados em sua maioria por homens. Contudo, em vez de só perguntar por que os homens são maioria no poder sindical docente é interessante perguntar também como algumas mulheres conseguem romper as barreiras e chegar a cargos de poder nos sindicatos docentes. A partir de que contextos e sob quais condições e possibilidades algumas mulheres conseguem ascender a cargos de poder e comando nos sindicatos docentes?

O presente artigo faz parte da tese de doutorado, ainda em construção, que tem como objetivo geral: analisar as trajetórias de mulheres sindicalistas docentes que ocupam ou ocuparam cargos de poder e comando nos sindicatos docentes da educação básica, destacando as relações de gênero e poder e a construção de identidades. Partindo disso, este artigo tem como objetivo geral investigar trabalhos acadêmicos, realizados nos últimos 05 anos, sobre trajetórias de mulheres em cargos de presidentas em sindicatos docentes da educação básica, procurando examinar como essas pesquisas abordaram o tema, a que conclusões chegaram e quais lacunas deixaram. Isso porque, ao escolher o tema de pesquisa, o pesquisador deve “conhecer o que a ciência atual sabe sobre o assunto, para não cair no erro de apresentar como novo o que já é conhecido há tempos, de demonstrar o óbvio ou de preocupar-se em demasia com detalhes sem grande importância, desnecessários ao estudo” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 264). Ao fazer o estado da arte o pesquisador observará a relevância do assunto, as áreas controvertidas ou obscuras, a natureza e a extensão da contribuição da

temática para a sociedade. Devido à natureza do objeto, este trabalho adotou uma abordagem qualitativa do tipo bibliográfica por meio da consulta a teses, dissertações e artigos localizados nos sites da *Capes*, *BDTD* e *Google Scholar*.

A PESQUISA NOS PORTAIS DE TESES E DISSERTAÇÕES

A revisão da literatura e o estado da arte sobre as relações de gênero, informam que as produções teóricas tradicionais vêm privilegiando categorias de análise sobre representações de setores produtivos e financeiros (sindicatos operários, do setor extrativo mineral e bancário). Nos últimos anos, questiona-se a tendência androcêntrica da produção do conhecimento. Os pressupostos masculinos das ciências humanas começaram a ser confrontados mais veementemente com a visão que incorpora igualmente as mulheres como sujeitos da história. As feministas acadêmicas tiveram um papel significativo à medida que não se conformaram com a ausência, invisibilidade e sub-representação da figura feminina nas ciências, com destaque ao movimento feminista da década de 1960 que impulsionou os estudos de gênero.

Para a compreensão de como anda os estudos sobre *sindicalismo docente no Brasil: relações de gênero e poder*, o presente estudo partiu de consultas: no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Google scholar, na plataforma Sucupira, a fim de procurar por revistas científicas bem avaliadas pela CAPES e por fim no acervo de periódicos online da CAPES.

A pesquisa iniciou no portal de Teses e dissertações da Capes a partir da busca pelas palavras-chave: *Associação docente, Sindicato, gênero e sindicalismo docente, sindicato de professores, relações de gênero e poder e mulheres em cargos de poder, mulheres presidentes de sindicatos docentes*. A pesquisa gerou milhares de resultados e muitos não se relacionavam com as palavras-chave digitadas. Para melhorar os resultados passamos a usar filtros como datas, áreas de conhecimento e recursos como palavras-chave entre aspas e por fim operadores booleanos⁴⁸

48. De acordo com Silva (2016) a consulta booleana é uma forma de combinar consultas de palavras-chaves usando operadores booleanos. É baseada na teoria dos conjuntos e na álgebra booleana, onde os documentos são representados por um conjunto de termos indexados. Os documentos recuperados são aqueles que contêm os termos que satisfazem a expressão lógica da consulta, considerada como uma expressão booleana convencional formada com os conectivos lógicos AND, OR e NOT.

(AND, NOT e OR) que estão presentes em bases de dados de bibliotecas e nos grandes sites de busca que filtram as informações. Esse último foi o que melhor ajudou a refinar a pesquisa. Em seguida, passamos a procurar trabalhos na plataforma BD TD e Google Scholar, alguns trabalhos foram encontrados e anexados a lista.

Foram encontradas ao todo 151 pesquisas entre os anos de 1991 e 2019 que esses têm em comum a palavra *sindicato*. Desses 71,5% foram realizadas no mestrado e 28,5% no doutorado. Esses dados revelam a distribuição dos cur: *stricto sensu* no Brasil. Segundo dados da Plataforma Sucupira, em 2019 existiam 4.648 programas de pós-graduação *stricto sensu*, destes 1.333 eram de mestrado, 814 de mestrado profissional, 79 de doutorado, 03 de doutorado profissional, 2.367 de mestrado e doutorado e 52 de Mestrado profissional/doutorado profissional. O que demonstra um número maior de cursos de mestrados em relação aos de doutorado, isso justifica também o número maior de pesquisas sobre sindicatos no mestrado, conforme demonstram as tabelas 01 e 02.

Outro dado importante é referente ao sexo dos/as pesquisadores/as que estudam sindicatos no Brasil. De acordo com os dados expressos nas tabelas 01 e 02, os homens são maioria nessas pesquisas totalizando 51,0% no mestrado e 53,5% no doutorado. Além disso, as pessoas do sexo masculino lideram em número de pesquisas em 11 áreas no mestrado e 05 no doutorado. Quanto as áreas que tiveram mais pesquisas sobre sindicatos no mestrado foram: Educação, Sociologia, História, Direito, Ciências Sociais e Serviço Social. Nestas áreas, as pessoas do sexo feminino tiveram maior número de pesquisas em Educação, Sociologia, Serviço Social e Ciências Sociais. Já no doutorado as áreas que tiveram mais pesquisas sobre sindicatos foram: Educação, Ciências Sociais e Sociologia, dentre essas áreas as mulheres só são maioria em Educação.

Tabela 01: Pesquisas realizadas sobre sindicalismo no Mestrado quanto ao sexo dos pesquisadores/as

Nº	Áreas das pesquisas	Sexo do/a pesquisador/a				Número de pesquisas por área			
		F		M					
		Nº	%	Nº	%				
1	Administração	01	0,9	02	1,9	03	2,8		
2	Agriculturas amazônicas	03	2,8	--	--	03	2,8		
3	Antropologia	--	--	02	1,9	02	1,9		
4	Ciências	01	0,9	--	--	01	0,9		
5	Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade	--	--	01	0,9	01	0,9		
6	Ciências políticas	--	--	01	0,9	01	0,9		
7	Ciências Sociais	03	2,8	02	1,9	05	4,6		
8	Comunicação	02	1,9	--	--	02	1,9		
9	Desenvolvimento regional	--	--	01	0,9	01	0,9		
10	Direito	01	0,9	05	4,6	06	5,6		
11	Educação	21	19,4	16	14,8	37	34,3		
12	Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo	01	0,9	--	--	01	0,9		
13	Extensão Rural	01	0,9	--	--	01	0,9		
14	História	03	2,8	10	9,3	13	12,0		
15	Profissional em Patrimônio Cultural	--	--	01	0,9	01	0,9		
16	Profissional em planejamento territorial	--	--	01	0,9	01	0,9		
17	Psicologia	--	--	02	1,9	02	1,9		
18	Saúde	02	1,9	--	--	02	1,9		
19	Serviço Social	04	3,7	01	0,9	05	4,6		
20	Sociologia	10	9,2	09	8,3	19	17,6		
21	Tecnologia e Sociedade	--	--	01	0,9	01	0,9		
Total		53	49,0	55	51,0	108	100,0		

Fonte: Criada pela autora a partir de dados do portal de teses e dissertações da Capes em outubro de 2020.

Tabela 02: Pesquisas realizadas sobre sindicalismo no doutorado quanto ao sexo dos/as pesquisadores/as

Nº	Áreas das pesquisas	Sexo do/a pesquisador/a				Número de pesquisas por área			
		F		M					
		Nº	%	Nº	%				
1	Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade	01	2,3	--	--	01	2,3		
2	Ciências Sociais	02	4,7	06	14,0	08	18,6		
3	Comunicação	--	--	01	2,3	01	2,3		
4	Direito	--	--	01	2,3	01	2,3		
5	Educação	14	32,5	05	11,6	19	44,2		
6	História	02	4,7	03	7,0	05	11,6		
7	Políticas públicas	01	2,3	--	--	01	2,3		
8	Sociologia	--	--	07	16,3	07	16,3		
Total		20	46,5	23	53,5	43	100,0		

Fonte: Criada pela autora a partir de dados do portal de teses e dissertações da Capes em outubro de 2020.

Quanto as pesquisas encontradas sobre sindicatos por região do Brasil apresentadas nas tabelas 03 e 04, os dados revelam que a região sudeste lidera essas pesquisas no mestrado (33,2%) e no doutorado (69,7%). Esses dados refletem a grande concentração da pós-graduação stricto sensu nas regiões do Brasil: Sudeste, Sul e Nordeste, primeiro por conta do contingente populacional dessas regiões e segundo por questões relativas as atividades econômicas. Segundo dados da Capes de 2017, a região Sudeste conta com 1.554 programas (43,69%); a região Sul 780 programas (21,93%); a região Nordeste, com 729 (20,49%); a Centro-Oeste, com 303 (8,52%) e região Norte com 191 (5,37%).

Tabela 03: Pesquisas realizadas sobre sindicalismo no Mestrado quanto a região do Brasil

Áreas das pesquisas	Região do Brasil										Total	
	N		NE		S		SE		CO		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Administração	--	--	02	1,9	--	--	01	0,9	--	--	03	2,8
Agriculturas amazônicas	03	2,8	--	--	--	--	--	--	--	--	03	2,8
Antropologia	--	--	--	--	01	0,9	01	0,9	--	--	02	1,9
Ciências	--	--	--	--	--	--	01	0,9	--	--	01	0,9
Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade	--	--	--	--	--	--	01	0,9	--	--	01	0,9
Ciências políticas	--	--	--	--	01	0,9	--	--	--	--	01	0,9
Ciências Sociais	01	0,9	01	0,9	--	--	02	1,9	01	0,9	05	4,6
Comunicação	--	--	02	1,9	--	--	--	--	--	--	02	1,9
Desenvolvimento regional	--	--	--	--	01	0,9	--	--	--	--	01	0,9
Direito	01	0,9	--	--	--	--	05	4,6	--	--	06	5,6
Educação	01	0,9	06	5,6	20	18,5	08	7,4	02	1,9	37	34,3
Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo	--	--	01	0,9	--	--	--	--	--	--	01	0,9
Extensão Rural	--	--	--	--	--	--	01	0,9	--	--	01	0,9
História	--	--	04	3,7	03	2,8	06	5,6	--	--	13	12,0
Profissional em Patrimônio Cultural	--	--	--	--	01	0,9	--	--	--	--	01	0,9
Profissional em planejamento territorial	--	--	01	0,9	--	--	--	--	--	--	01	0,9
Psicologia	--	--	--	--	02	1,9	--	--	--	--	02	1,9
Saúde	--	--	01	0,9	--	--	01	0,9	--	--	02	1,9
Serviço Social	--	--	03	2,8	01	0,9	01	0,9	--	--	05	4,6
Sociologia	--	--	08	7,4	02	1,9	08	7,4	01	0,9	19	17,6
Tecnologia e Sociedade	--	--	--	--	01	0,9	--	--	--	--	01	0,9
Total	06	5,7	29	26,9	33	30,5	36	33,2	04	3,7	108	100,0

Fonte: Criada pela autora a partir de dados do portal de teses e dissertações da Capes em outubro de 2020.

Tabela 04: Pesquisas realizadas sobre sindicalismo no doutorado quanto a região do Brasil

Áreas das pesquisas	Região do Brasil										Total	
	N		NE		S		SE		CO		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Ciências Sociais em Desenvolvimento Agrícola e Sociedade	--	--	--	--	--	--	01	2,3	--	--	01	2,3
Ciências Sociais	--	--	--	--	--	--	08	18,6	--	--	08	18,6
Comunicação	--	--	--	--	--	--	01	2,3	--	--	01	2,3
Direito	--	--	--	--	--	--	01	2,3	--	--	01	2,3
Educação	01	2,3	02	4,7	02	4,7	14	32,6	--	--	19	44,2
História	--	--	01	2,3	--	--	03	6,8	01	2,3	05	11,6
Políticas públicas	--	--	--	--	--	--	01	2,3	--	--	01	2,3
Sociologia	--	--	--	--	02	4,7	01	2,3	04	9,3	07	16,3
Total	01	2,3	03	7,0	04	9,3	30	69,7	05	11,6	43	100,0

Fonte: Criada pela autora a partir de dados do portal de teses e dissertações da Capes em outubro de 2020.

Os estudos se debruçaram sobre sindicatos de trabalhadores/as: metalúrgicos/as, rurais, docentes, da saúde, da comunicação, dos/as petroleiros/as, dos/as bancários/as, dos transportes, entre outros. Quanto a temática, as pesquisas tratam de questões teóricas sobre as relações de gênero no espaço sindical, das práticas sindicais, do surgimento e criação dos sindicatos e das associações docentes, das consequências da restruturação produtiva e do neoliberalismo, do imposto sindical, da liberdade sindical, do fazer sindical, das representações que tem os sindicalizados sobre as entidades, da comunicação sindical, das relações de gênero no sindicato, da participação da mulher no sindicato, da crise do sindicalismo, modos de subjetivação do sindicato docente, das experiências de vida de mulheres sindicalistas, do estado da arte sobre relações de gênero e sindicalismo docente, entre outros temas.

Das 151 pesquisas que tinham em comum as palavras-chave: sindicato e/ou sindicalismo, apenas 24 tinham em seus títulos palavras que faziam alusão às relações de gênero e o sindicalismo. Contudo, a partir da leitura dos resumos algumas informações não ficaram claras, foi preciso recorrer a análise dos sumários, da introdução e muitas vezes das considerações finais. Para depois de todo esse trabalho observar que a maioria das pesquisas encontradas não tratavam das relações de gênero nos sindicatos docentes na educação básica. Isso demonstra problemas na estrutura dos resumos que deveriam apresentar de forma sucinta: objetivo geral, objeto da pesquisa, abordagem teórico-metodológica, método de análise dos dados e as principais conclusões encontradas.

Para filtrar ainda mais a pesquisa, optamos em trabalhar com estudos da área da educação defendidos nos últimos 05 anos e que tenham em comum palavras-chave como: *relações de gênero, poder e sindicalismo docente*. A partir desses critérios foram selecionados 05 trabalhos: 04 de mestrado e 01 de doutorado. Desses, 02 foram realizadas na região Sul, 02 no Sudeste e 01 no Nordeste. Quanto ao sexo dos pesquisadores/as, todas eram do sexo feminino. Conforme demonstra o quadro 01:

Quadro 1: Trabalhos encontrados na área da educação

Ano da pesquisa	Nível de ensino	Título	Pesquisador/a	Região do País
2014	Mestrado	Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação	Márcia Cristiane Volz Klumb Coronel	Sul
2017	Mestrado	Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)	Adenilde de Souza Dantas	Nordeste
2017	Mestrado	Feminismo e classismo: memórias, relações e disputa no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais	Glaucia Maria dos reis Silva	Sudeste
2017	Doutorado	Generaciones de Profesoras Sindicalistas Argentinas: fragmentos de historia (1984-2016)	Zulma Viviana Lenarduzzi	Sudeste
2019	Mestrado	A participação feminina no Sindicato de Trabalhadoras/as em Educação: uma análise acerca do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO	Carmen Beatriz Lübke Ücker	Sul

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas pesquisas encontradas no portal de Teses e Dissertações da Capes.

A dissertação de mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas intitulada *Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação*, realizada por Márcia Cristiane Völk Klumb Coronel e defendida em 2014, chama a atenção por apresentar um completo estado da arte dos estudos sobre gênero e sindicalismo docente no Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com utilização da análise documental e de Conteúdo realizada em teses e dissertações de Mestrado do Banco de Teses da CAPES, compreendida entre os anos de 1987 a 2011.

O estudo de Coronel se propõe a investigar as tendências e os usos do gênero no campo do sindicalismo docente, analisando como o conceito de gênero vem sendo utilizado em pesquisas sobre a organização sindical docente, realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Após a seleção baseada em critérios rigorosos, a investigação contou com um conjunto de oito pesquisas, que continham em seus resumos as palavras-chave: gênero e expressões referentes a sindicalismo docente. A pesquisa apresentou como resultados: o uso do gênero como um referencial em comum, segundo compreensão de Joan Scott em seu texto de 1995, *Gênero uma categoria útil de análise*. A pesquisadora concluiu que em alguns trabalhos, o gênero foi usado como uma categoria de análise, tendo sido buscados os significados masculinos e femininos presentes na organização coletiva do professorado. No entanto, a tendência da maioria das pesquisas foi o uso do conceito voltado para discutir as desigualdades de gênero, com ênfase sobre as mulheres, o que implicou considerar a mulher no movimento docente. Independentemente do uso do gênero feito nos trabalhos todos apontaram um sindicato predominantemente masculino, em que não são consideradas satisfatoriamente as singularidades da atuação política e sindical das mulheres. A pesquisa possui grande relevância científica por contribuir com os estudos referentes às relações de gênero no campo sindical docente, especialmente acerca da potencialidade da categoria gênero, para a interpretação de fenômenos sindicais dos professores.

É importante ressaltar que nas pesquisas levantadas por Coronel nenhuma tinha o objetivo de analisar as mulheres em cargos de presidentas em sindicatos de professores/as da educação básica procurando observar como, a partir de que contextos e sob quais condições e possibilidades algumas mulheres conseguem romper as barreiras e chegar a cargos de poder nos sindicatos docentes.

Outra pesquisa relevante é a dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em março de 2017, e defendida por Adenilde de Souza Dantas: *Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)*. Esse trabalho qualitativo do tipo estudo de caso possui uma abordagem feminista de inspiração materialista histórico-dialética e teve como objetivo geral *analisar e dar visibilidade às relações de gênero, à construção das identidades das/os sindicalizadas/os do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), destacando avanços na democratização das relações sociais*. Para a coleta dos dados a autora utilizou questionários, entrevistas semiestruturadas e a observação direta para a coleta de dados e ao fim da coleta os analisou a partir da Análise de Conteúdo de Bardin. Esse estudo traz em seu bojo dados preliminares referentes a um mapeamento dos sindicatos docentes por região no Brasil e por sexo dos/as dirigentes e presidentes/as. Dados importantes para refletir sobre a presença das mulheres nos sindicatos docentes no Brasil, além de ressaltar questões sobre o que facilita e dificulta a participação da mulher no espaço sindical e como as identidades são construídas nesse espaço.

A dissertação apresentada por Gláucia Maria dos Reis Silva, ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em agosto de 2017: *Feminismo e classismo: memórias, relações e disputa no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais*, tratasse de um estudo qualitativo, do tipo documental, de cunho histórico, que apresenta uma abordagem teórica feminista materialista, a partir da análise documental das fontes produzidos pelo Sind-UTE/MG (teses congressuais, cartas, relatórios, cartilhas e jornais) e de entrevistas realizadas com dirigentes que teve como objetivo compreender como o Sindicato tem abordado a temática específica para as mulheres em suas propostas e ações apresentadas à categoria. A pesquisa mostra que a militância das mulheres no movimento sindical é dificultada por uma série de fatores que vão desde o enfrentamento cotidiano do machismo, a dupla jornada, pois há um cobrança familiar pelos cuidados domésticos, e a invisibilidade das ações. Além disso, a pesquisa aponta que

a Sind-UTE/MG é filiado à Central Única dos Trabalhadores, e esta não apresenta políticas classistas voltadas para a mulher trabalhadora. Sua inserção no movimento feminista ocorre através do apoio na construção da Marcha Mundial de Mulheres

que não traz o recorte de classe em sua atuação, conforme apresentado anteriormente. Por fim, a partir das propostas e ações apresentadas no Congresso no decorrer dos anos, encontramos um sindicato em débito com a proposta classista. As entrevistadas afirmam que a dificuldade do Sind-UTE/MG em propor ações está na incompreensão da importância da luta feminista (SILVA, 2017, p. 100).

A tese de doutorado em Educação, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2017, *Generaciones de Profesoras Sindicalistas Argentinas: fragmentos de historia (1984 - 2016)* foi realizada pela pesquisadora argentina Zulma Viviana Lenarduzzi. Esse estudo de cunho qualitativo do tipo biográfico, abordou as experiências de três gerações de mulheres docentes sindicalistas no contexto argentino de 1984 a 2016. A autora utilizou entrevistas narrativas procurando evidenciar as trajetórias de vida das mulheres sindicalistas com recorte geracional, de gênero, de classe e de raça. A pesquisa evidenciou que certas dimensões da experiência estão presentes nas três gerações, especialmente em relação aos aspectos sindicais, trabalhistas e familiares, embora apresentem características próprias. Já outras são mais específicas de cada geração, tais como as que se referem ao companheirismo, aos estudos e ao tempo. Para a autora, Essas experiências são construídas tendo por base as questões existenciais enfrentadas pelas mulheres sindicalistas. Dentre as quais ela definiu como sendo as mais relevantes de acordo com a pesquisa: a configuração, a dinâmica e os sentidos históricos dos sindicatos de trabalhadoras/es e as conquistas trabalhistas das docentes; a articulação entre a esfera pública e privada no que tange às relações de gênero e às mulheres; e a presença e atuação das mulheres no universo sindical masculino.

A pesquisa apresentou ainda, em um dos seus capítulos, um estado da arte sobre o sindicalismo docente na Argentina e na América Latina e isso nos situa como andam os estudos acadêmicos nessa região. A autora evidencia que os sindicatos docentes têm sido pouco estudados na Argentina e na América Latina e que os poucos trabalhos que existem raramente abordam questões teóricas sobre a História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, com recorte de classe como categoria analítica predominante. Lenarduzzi (2019), resume as pesquisas encontradas em três eixos temáticos:

El primero muestra las principales producciones sobre el sindicalismo docente latinoamericano en general y argentino

en particular, algunas de las cuales constituyen aportes de interés en la reconstrucción de la condición socio-histórica de la sociedad argentina. El segundo, aborda los estudios centrales sobre el magisterio basado en el enfoque de las relaciones de género, especialmente aquellos referidos a las maestras, directoras y supervisoras, dado que se trata de los escalones previos para el ejercicio de la actividad sindical docente en Argentina, requiriendo el conocimiento de sus características más sobresalientes. El tercero, explora las investigaciones sobre sindicalismo docente, mujeres y relaciones de género, las que constituyen incipientes referencias en la materia con las que establecer diálogos, comparaciones y contrastes. De manera que son los dos últimos ejes temáticos los que revisten mayor especificidad en relación con el tema de tesis (LENARDUZZI, 2017, p. 69).

A dissertação de mestrado apresentada, por Carmen Beatriz Lübke Ücker, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL em 2019: *A participação feminina no Sindicato de Trabalhadoras/es em Educação: uma análise acerca do 24º núcleo do CPERS/SINDICATO*, teve como objetivo analisar como se constituem em sindicalistas as mulheres, trabalhadoras em educação, que atuam como representantes de escola no 24º núcleo do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/SINDICATO, com sede no município de Pelotas. O estudo de cunho qualitativo, feminista materialista se propôs a fazer uma reflexão sobre o caminho percorrido por essas profissionais dentro da instituição sindical, procurando analisar o papel que exercem como representantes de escola, compreender as relações que elas estabelecem no decorrer de suas vidas enquanto militantes sindicais, assim como discutir os demarcadores de gênero que atravessam essa caminhada. Para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas que posteriormente foram submetidas à análise de conteúdo. A análise dos dados evidenciou que os trabalhadoras/es em educação estão passando, de forma cada vez mais acirrada e diferenciada por sexo, por um processo de proletarização que resulta da intensificação e precarização do trabalho, empobrecimento e adoecimento da categoria. Para as mulheres pesa ainda o trabalho doméstico e o cuidado com as/os filhas/os. No entanto, no exercício como representantes de escola, o sindicato é visto por essas mulheres como um lugar de formação, crescimento pessoal e profissional, mas também espaço de disputa e construção coletiva.

A PESQUISA NOS PERIÓDICOS

Quanto a pesquisa realizada nos periódicos on-line de revistas no portal da CAPES dos últimos 05 anos, o estudo apontou apenas 01 artigo intitulado: *A abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)* publicado em 2018 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e escrito por pesquisadores ligados a Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente da Faculdade de Educação Universidade Federal de Pelotas no Rio Grande do Sul - Brasil. Essa pesquisa teve como objetivo examinar atribuições e competências das secretarias voltadas a gênero e diversidade sexual em 25 sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE/Brasil), identificando se suas/seus dirigentes são do sexo feminino ou do sexo masculino. A pesquisa apresentou dados estatísticos sobre a participação de homens e mulheres nos sindicatos docentes filiados a CNTE demonstrado também que as mulheres têm dificuldades de ascender a cargos de poder e comando no Brasil. É importante ressaltar que a pesquisa ignora a existência do estudo de Dantas (2017). Nesta pesquisa, a autora realizou um mapeamento com 138 sindicatos docentes, filiados às duas maiores Confederações de Educação do Brasil: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE e a CNTE, mostrando a distribuição dos cargos de poder e comando nos sindicatos docentes por região no Brasil.

A pesquisa realizada nos periódicos se assemelha ao banco de teses da CAPES. Primeiro selecionamos revistas classificadas com o *Qualis A1*, por se tratar de revistas com a nota máxima de avaliação. Foram selecionadas 06 revistas que tinham ligação com os estudos feministas, gênero, trabalho e educação. Depois, nos sites das revistas, fizemos buscas por trabalhos realizados nos últimos 05 anos e que tivessem palavras-chave como: *Gênero. Relações de Gênero e poder. Mulheres no poder. Sindicato. Sindicalismo docente. Sindicato de professores.*

Quadro 2: Pesquisas realizadas na plataforma sucupira e nos sites das revistas selecionadas

Qualis	Área de avaliação	Evento de classificação	Issn	Revista	Artigo
A1	Educação	Quadríenio 2013-2016	1806-9584	Estudos Feministas	Nenhum artigo encontrado
A1	Educação	Quadríenio 2013-2016	1413-2478	Revista Brasileira de Educação	Nenhum artigo encontrado
A1	Educação	Quadríenio 2013-2016	0011-5228	Dados	Nenhum artigo encontrado
B1	Educação	Quadríenio 2013-2016	2238-4391; 1982-131X	Retratos da Escola	Nenhum artigo encontrado
B1	Educação	Quadríenio 2013-2016	2338-037X; 1516-9337	Revista Tempos e Espaços	Nenhum artigo encontrado
B2	Educação	Quadríenio 2013-2016	ISSN 0034-7183	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP	01

Fonte: Elaborado pela autora com base nos sites das revistas escolhidas na plataforma Sucupira da Capes.

Além das pesquisas publicadas em formato de teses/dissertações e artigos publicados em periódicos, é importante destacar os livros composto por coletâneas de artigos dedicados ao tema sobre *Associativismo e sindicalismo em Educação* organizados por Sadi Dal Rosso et al., e a coletânea *Associativismo e sindicalismo em Educação dos trabalhadores em educação no Brasil* organizado por Carlos Bauer entre outros pesquisadores que vem desbravando essa área de pesquisa ainda pouco pesquisado no Brasil. Os temas são muito variados e as pesquisas tratam de questões teóricas, das questões educacionais, das práticas sindicais, da formação sindical, do surgimento e criação dos sindicatos, das consequências da restruturação do fazer sindical, das representações que tem os sindicalizados sobre as entidades, da comunicação sindical, análises do discurso sindical, das relações de gênero no sindicato, da mulher no sindicato, da crise do sindicalismo, entre outros temas. Mas, é importante destacar que são raros os artigos que tratam das relações de gênero e poder no espaço sindical docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que as pesquisas encontradas são de cunho qualitativo e sua abordagem teórico-metodológica estão ligadas aos estudos feministas, algumas demonstram clara aproximação com o materialismo, pois é visível o recorte de classe nas análises e nos/as autores/as utilizados para fundamentar essas análises. Em todas as pesquisas o gênero é apresentado como uma categoria de análise e como um construto social das relações sociais. Todas as pesquisas relatam as assimetrias de gênero presentes no espaço sindical e as dificuldades encontradas pelas mulheres para ocupar esses espaços. Uma dessas dificuldades está relacionada a divisão sexual do trabalho presentes na família, no sindicato e em toda a sociedade. Quanto aos procedimentos metodológicos, a maioria utilizou a técnica da entrevista (semiestruturada ou a narrativa) para obtenção dos dados. Em alguns casos essa técnica foi utilizada sozinha ou aliada a questionários, documentos ou a observação direta. Quanto a análise dos dados, foram citados a análise de conteúdo, análise documental e análise interpretativa a partir de uma posição da hermenêutica dialética. Todavia, há estudos que não deixaram explícitos como analisaram os dados.

O objetivo desse texto foi conhecer os trabalhos realizados nos últimos 05 anos sobre as relações de gênero e poder no espaço sindical docente, a fim de verificar se há trabalhos que abordam as mulheres em cargos de presidentas em sindicatos de professores/as da educação básica. A presente pesquisa apontou que existem poucas pesquisas na base de dados de teses e dissertações da CAPES bem como nos periódicos que tratam sobre *sindicalismo docente e as relações de gênero e poder na educação básica*. Entretanto, nenhuma pesquisa encontrada se propôs a investigar as trajetórias de mulheres sindicalistas docentes que ocupam ou ocuparam cargos de presidentas nessas instituições que representam os/as trabalhadores/as da educação básica, destacando as relações de gênero e poder e a construção de identidades. As únicas pesquisas que se aproximaram da temática, por trazer dados quantitativos sobre as mulheres que ocupam cargos de presidentas em sindicatos docentes, foi a dissertação de Dantas (2017) e o artigo: *A abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)* publicado em 2018 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Contudo,

não se debruçam sobre o como e em que contextos as mulheres rompem as barreiras sociais impostas e ocupam esses cargos de poder.

REFERÊNCIAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Disponível em: [http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/.](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) Acesso em: 01 jun. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Classificação da produção intelectual**. Qualis CAPES. 2016a. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. Plataforma Sucupira. Versão Beta. 2016. **Cursos avaliados e reconhecidos por região**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>. Acesso em: 28 out. 2020.

CORONEL, Márcia Cristiane Völk Klumb. **Gênero e sindicalismo docente**: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Sindicalismo em educação e relações de trabalho**: Uma visão internacional. Brasília: Paralelo 15, 2015.

DANTAS, Adenilde de Souza. **Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de pós-graduação em Educação, São Cristóvão, 2017.

FERREIRA, Márcia Vieira. et al. A abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, v. 99, n. 252, maio/ago, 2018. Disponível em: <http://rbep.org.br/index.php?r=artigos&c=1&id=1111>.

inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/273/15. Acesso em: 30 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

LENARDOZZI, Zulma Viviana. **Generaciones de profesoras sindicalistas argentinas**: fragmentos de história (1984-2016). 2017. 300 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Gláucia Maria dos Reis. **Feminismo e classismo**: Memórias, relações e disputas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. 2017. 122 f. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

SILVA, Andréa Benedetto. **Operadores booleanos**: como utilizá-los para recuperação da informação. Biblio Cultural Informacional, 2016. Disponível em: <http://biblio.info/operadores-booleanos/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. 2. ed. São Paulo: Instituto Perseu Abramo, 2011.

ÜCKER, Carmen Beatriz Lübke. **A participação feminina no sindicato de trabalhadoras/es em educação**: uma análise acerca do 24º núcleo do CPERS/SINDICATO. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, 2019.

GÊNERO E FUNÇÕES GERENCIAIS: UMA ANÁLISE DA EQUIDADE NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS JOÃO PESSOA

*Regina Alice Rodrigues Aranjo Costa
Simone Regina da Costa*

INTRODUÇÃO

A ascensão dos estudos feministas a partir do séc. XX contribuiu para a visibilidade das mulheres como sujeitas, até mesmo da Ciência (LOURO, 1997). A partir da articulação dos movimentos sociais de mulheres e do surgimento das ondas do feminismo, diversas pautas políticas e categorias de análise se pulverizam no seio social.

Com a evolutividade desse cenário, gênero e trabalho ganharam destaque nas produções científicas, pelas mais diferentes abordagens e perspectivas teóricas, a exemplo de Scott (1991), Nogueira (2004), Kergoat (2009), Saffioti (2013), dentre outros estudos.

No âmbito das instituições públicas, mais especificamente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, identificamos alguns trabalhos de relevância, como o trabalho de levantamento de dados sobre a participação de mulheres em cargos de poder dentro dos Institutos Federais da Bahia (SANTOS; MARTINS, 2017), ou ainda pesquisas que tratam de políticas públicas de empoderamento de mulheres através de projetos viabilizados pelos Institutos Federais (IF's) (FRANCO, 2013). Todavia, ainda são poucos estudos que abordam a temática da equidade de gênero no exercício de cargos de coordenação/chefia no âmbito dos IF's.

Por isso, o presente artigo se propôs a investigar a equidade de gênero nos cargos de coordenação/chefia do Instituto Federal da Paraíba – *Campus João Pessoa*. Para dar conta deste objetivo, adotamos o método de abordagem analítico dedutivo, além disso, nos valemos da abordagem qualitativa, que Minayo (2009) define como o trabalho de compreender o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes.

Quanto aos procedimentos, utilizamos da pesquisa bibliográfica para elaborar uma revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam este trabalho, concentrarmos a pesquisa em livros, periódicos, revistas, legislações, dentre outros dispositivos, além do levantamento documental, com base nos

dados referentes aos(as) servidores(as), coordenações, chefias e estrutura organizacional disponível no módulo institucional Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

A população de análise são os(as) servidores(as) que ocupam cargos de chefia no Instituto Federal da Paraíba – *Campus João Pessoa*.

O presente trabalho foi dividido em três seções: a primeira aborda algumas questões históricas das mulheres, visibilidade, trabalho feminino, e os aspectos que desembocam na segregação ocupacional; a segunda trata do surgimento e evolução da rede de educação profissional pública do Brasil, que atualmente são representadas pelos IF's; e a terceira traz a análise dos dados coletados para dar conta do objetivo proposto na pesquisa.

1. HISTÓRIA, MULHERES E TRABALHO

De acordo com Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder. A autora utiliza o termo como uma categoria analítica de um esforço teórico para desconstruir o caráter permanente da oposição binária.

Louro (1997), a partir da compreensão de gênero por uma perspectiva pós-estruturalista, demonstra que a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeitas. Inseridas numa sociedade patriarcal, os papéis impostos a essas mulheres se direcionam a esfera do privado, o domínio doméstico (SAFFIOTI, 1979). Ressaltamos que quando se fala em patriarcado, não se trata de uma referência apenas do machismo estrutural presente na instituição da família, mas no machismo que reina em todas as instituições sociais, atravessando a sociedade como um todo e impregnando o Estado (SAFFIOTI, 2015).

Por outro lado, Louro (1997) pontua que, apesar desse espaço reprodutivo (domínio doméstico) destinado às mulheres, também precisamos considerar as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas, que há tempos exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras⁴⁹.

49. Desde os tempos mais remotos, no período pré-colonial, as mulheres trabalham em vários setores da sociedade – dentro e fora de casa, com remuneração e sem remuneração. A força de trabalho feminina que precede o século XVI é frequentemente esquecida e tida como inexistente. Entretanto, desde a época colonial, em meados de 1530, as mulheres eram fazendeiras, escravas, lavadeiras, como também estavam presentes no comércio (PRIORE, 2013, p. 89).

Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar outros espaços de trabalho. Suas atividades, no entanto, eram muitas vezes (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, ou seja, uma atuação "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à **educação** (LOURO, 1997, grifo nosso).

Ainda nesse resgate histórico, Hahner (1981, p. 14) pontua que as atividades realizadas pelas mulheres desde a época colonial, perpassando a época imperial e republicana eram completamente diferentes das dos homens.

Esse fato fez com que ocorresse o que se denomina de segregação ocupacional por gênero, que é uma característica do mercado de trabalho, encontrada até nos dias atuais. Essa segregação refere-se à propensão de homens e mulheres a ocuparem postos de trabalho que possuem padrões distintos.

De acordo com Oliveira (1997, p. 13):

A segregação por sexo nas ocupações leva à consideração do sexo como uma dimensão, na qual o mercado de trabalho é segmentado, havendo dois mercados de trabalho relativamente separados para homens e mulheres. [...] As múltiplas causas desta divisão são basicamente de natureza social e cultural, operando simultaneamente no lado da demanda e da oferta. Do lado da demanda, a preferência dos empregadores por homens para certos cargos indica um certo grau de discriminação e crowding; do lado da oferta, as mulheres seriam levadas, através da socialização por papéis de gênero e dos investimentos em capital humano, a se qualificarem principalmente para cargos tradicionalmente femininos, limitando suas possibilidades no mercado de trabalho.

Desta forma, temos que o mercado de trabalho brasileiro predeterminou, desde suas origens, que as atividades realizadas pelas mulheres seriam uma extensão do trabalho doméstico. Por isso comumente se encontra mulheres nas áreas de saúde, **educação e assistência social** (DALONSO, 2008, grifo nosso).

Na análise de Almeida e Zapater (2013, p. 103), tais aspectos tratam de uma naturalização de características que não são inatas, mas supostamente conectadas ao gênero, através de uma construção social, que condiciona

indivíduos a certos papéis sociais que muitas vezes não correspondem com sua essência pessoal.

Desse modo, no próximo tópico abordaremos a estrutura dos Institutos Federais para entender sua composição organizacional, afim de subsidiar a compreensão das questões de gênero, mais especificamente das funções gerenciais pelo recorte de gênero, nesse ambiente.

2. INSTITUTOS FEDERAIS, INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA E A ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

A atual configuração da rede de Educação Profissional pública no Brasil tem como raízes as Escolas de Aprendizes Artífices, estabelecidas em 1909 pelo Decreto nº 7.566. Em 1937, por meio da Lei nº 378, as Escolas de Aprendizes e Artífices se tornaram Liceus destinados a ofertar Educação Profissional em todo país. Em 1942, o Decreto nº 4.127 transformou os liceus em escolas técnicas federais e escolas industriais federais. A partir de 1968, as escolas técnicas e industriais federais tornaram-se Escolas Técnicas Federais (EFETs). Em 1978, a Lei 6.545, cria os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (SILVA; ROMANOWSKI, 2017).

No primeiro Governo Lula (2003-2006), com o Plano de Expansão da Rede Federal, inicia-se o processo de expansão e interiorização da rede federal de Educação Profissional, que culminou em 2008 com a Lei nº 11.892. Essa lei reorganizou os antigos CEFETs, transformando-os em Institutos Federais de Educação, denominação atualmente em vigência.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são autarquias federais vinculadas ao MEC (Ministério da Educação) e fazem parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil. Essa rede foi estabelecida em 2008, pela Lei nº 11.892, para gerir e viabilizar a realização da oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino finalidades, bem como atender os demais objetivos institucionais, a lei prevê a organização de todos os IFs sob a forma de uma estrutura multicampi e pluricurricular, conforme o art. 2º, Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

Fernandes (2009) pontua que cada Instituto Federal é estruturado com uma Reitoria e vários campi, com gestão interdependente entre ambos. Dentro dessa estrutura, o autor observa que territorialmente, à Reitoria competirá a função estratégica de definição de políticas, supervisão e controle. Dessa

maneira, a reitoria necessita de uma estrutura administrativa com pró-reitorias (art. 11, 11.892/2008) e diretorias de atuação sistêmica, cabendo a esses órgãos a função de trabalhar matricialmente vinculados às unidades afins dos campi. Já os *campi* são responsáveis pela execução dos objetivos finalísticos institucionais, necessita de uma estruturação híbrida, através da associação da departamentalização funcional e a matricial – para viabilizar o diálogo e interação dos departamentos da área acadêmica com as unidades operacionais dos demais departamentos das áreas de administração, de apoio ao ensino, de extensão e de pesquisa (FERNANDES, 2009).

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) conta com 21 unidades espalhadas em todo estado, considerando os *campi* avançados e os em fase de implantação. As unidades em fase de implantação são gerenciadas pela Reitoria, que tem sede na capital, João Pessoa.

O *Campus* João Pessoa, que é o mais antigo do IFPB (DGTI, 2016), possui 612 servidores(as) lotados, sendo 386 docentes e 226 técnicos(as) administrativos⁵⁰. Fernandes (2009) observa que os campi, para dar conta de executarem a ação educacional, necessitam de uma estrutura organizacional administrativa híbrida, através da associação da departamentalização funcional e da matricial – que viabiliza o diálogo e a interação dos departamentos da área acadêmica com as unidades operacionais dos departamentos das áreas de administração, orçamento e finanças, de apoio ao ensino, de extensão e integração instituto-sociedade, de pesquisa e inovação e de gestão de unidade produtiva (quando houver).

A estrutura organizacional do *Campus* João Pessoa se divide em três diretorias: *Direção Geral*, que abarca setores como a comissão própria de avaliação, auditoria interna, secretaria da direção geral e outros; *Diretoria de Desenvolvimento e de Ensino*, que abrange as unidades acadêmicas, coordenações de cursos, departamentos de ensino, dentre outros; e *Diretoria de Administração e Planejamento*, que incorpora departamentos e coordenações de gestão de pessoas, tecnologia, contabilidade, orçamento, finanças, dentre outros.

No próximo tópico, relacionamos as discussões abordadas na primeira seção, sobre mulher, trabalho e segregação ocupacional e o entrelaçamento dessas questões a partir da estrutura organizacional do IFPB – *Campus* João Pessoa.

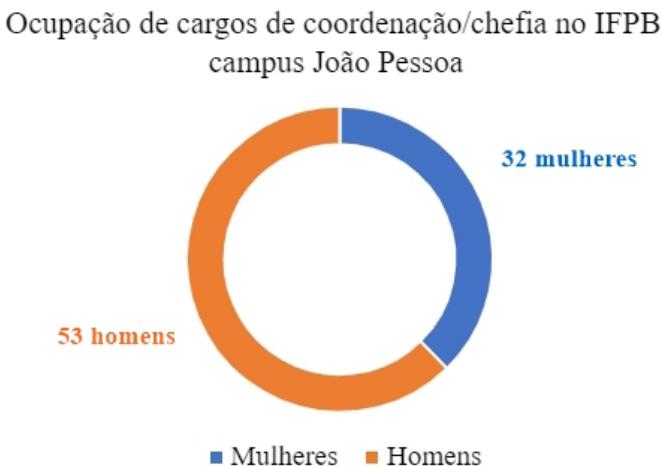
50. Informação extraída em 10/12/2020 do Módulo institucional Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), na aba gestão de pessoas.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS: ONDE ESTÁ A EQUIDADE DE GÊNERO?

A partir da análise do módulo SUAP dedicado a Gestão de Pessoas, realizamos o levantamento de informações referentes aos setores institucionais do *Campus João Pessoa*, a fim de mapear os cargos de chefia exercidos e a equidade de gênero nessas funções.

Diante dos dados disponíveis no SUAP, foi possível identificar, na figura 1, a existência de 85 (oitenta e cinco) cargos de coordenação/chefia. Desses 85 cargos, temos a seguinte distribuição levando em consideração a categoria de gênero:

Figura 1: Ocupação de cargos de coordenação/chefia no IFPB *Campus João Pessoa*



Fonte: elaboração própria.

Do universo de 85 cargos de coordenação/chefia, 53 são exercidos por homens e apenas 32 por mulheres. Em termos percentuais, tão somente 37,64% dos cargos de coordenação/chefia são destinados as mulheres no IFPB – *Campus João Pessoa*.

Apesar da análise se concentrar no *Campus João Pessoa*, verificamos na plataforma SUAP os(as) titulares de cargo de Direção Geral. Foram encontrados(as) 17 servidores(as) que exercem cargo de Direção Geral dos

campi do IFPB, desses(as), apenas 3 mulheres (diretoras dos *campi* Guarabira, Cajazeiras e Catolé do Rocha), o que representa o percentual de 17,64%.

Ao retomar nossa análise para o IFPB – *Campus* João Pessoa e analisar os dados levando em consideração os eixos organizacionais dessa unidade, quais sejam, Direção Geral, Diretoria de Desenvolvimento e de Ensino, e a Diretoria de Administração e Planejamento, levando em consideração a representação de gênero, obtivemos o seguinte panorama da tabela 1:

Tabela 1: Quantitativo de cargos de coordenação/chefia por gênero de acordo com os eixos organizacionais

Direção Geral		Diretoria de Desenvolvimento e de Ensino		Diretoria de Administração e Planejamento	
12 cargos de coordenação/chefia		56 cargos de coordenação/chefia		17 cargos de coordenação/chefia	
Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
5	7	24	32	13	4

Fonte: elaboração própria.

A partir dos dados evidenciados na tabela 1 acima, é possível observar que das 32 funções de coordenação/chefia exercidas por mulheres, 24 estão estritamente ligadas ao ensino, as questões essencialmente educacionais. Esse dado encontra assento nas construções teóricas acima mencionadas, que demonstram que a atuação das mulheres é, muitas vezes, colocada de forma secundária, ou seja, em funções de apoio, auxílio, assistência, cuidado, a maioria desses setores (coordenação de apoio ao estudante, coordenação de prevenção e atenção à saúde, departamento de assistência estudantil, núcleo de atendimento educacional especializado)⁵¹ pertencem a estrutura de ensino.

A partir da análise dos dados quanto ao percentual de cargos de chefia exercidos por mulheres no *Campus* João Pessoa, associado ao panorama geral de representação de gênero nos cargos de Direção Geral dos campi da Instituição, inferimos que não há equidade de gênero na ocupação de cargos de coordenação/chefia, além disso, o percentual existente não é efetivamente representativo quanto a estrutura organizacional da instituição.

Mas a equidade de gênero não é inexistente só no âmbito do IFPB – *Campus* João Pessoa. No panorama brasileiro em geral, uma pesquisa divulgada

51. Todas essas coordenações destacadas são chefiadas por mulheres no IFPB – *Campus* João Pessoa.

em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulada “Estatística de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, destacou que, apesar do nível educacional mais alto, as mulheres ganham em média 76,5% do rendimento dos homens e **apenas 39,1% dos cargos gerenciais são ocupados por elas** (IBGE, 2018).

Por isso, atualmente algumas instituições têm debatido a promoção da equidade de gênero a partir da paridade, como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil⁵². Tratar de paridade de gênero remonta à defesa dos direitos humanos das mulheres (CEDAW, 1979), articulados em diversos dispositivos e lutas internacionais a partir da influência das discussões feministas na segunda metade do séc. XX. No desenrolar das discussões sociais, políticas e teóricas sobre o assunto, a paridade de gênero emerge em contextos regionais sob o marco da democracia paritária (PRÁ, 2014). Ou seja, o conceito guarda correlação com a promoção dos direitos civis e políticos das mulheres. Na Europa, o texto da Declaração de Atenas (1992) propõe o desfrute pleno e igualitário da cidadania por meio de uma representação equilibrada de mulheres e homens na política.

Para obtermos uma efetiva igualdade de gênero, precisamos promover a equidade. Lagarde (1996) comprehende a equidade como o conjunto de processos de ajuste genérico composto pelas ações que reparam as lesões da desigualdade para com as mulheres produzida na relação domínio-cativeiro que as determina em maior ou menor medida. A mais sintetizadora destas lesões é “não ser sujeito político”. Lisboa e Manfrini (2005), também observando a relação equidade-igualdade, definem que a igualdade de gênero é a valorização igualitária pela sociedade das semelhanças e diferenças entre as mulheres e os homens, bem como dos papéis diversos que desempenham.

Desse modo, adotar a paridade de gênero no âmbito institucional também se apresenta como uma forma de promoção da equidade, todavia, na estrutura organizacional adotada pelo IFPB, em que a maioria dos cargos de coordenação/chefia são indicados pela direção geral, é preciso a criação de alternativas outras para minimizar a desigualdade de gênero e romper com a reprodução social de um sistema patriarcal, marcado pela segregação ocupacional e a invisibilidade da representação de mulheres nos espaços de chefia.

Destacamos aqui algumas ações já desenvolvidas por uma organização

52. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/justica/oab-aprova-cota-racial-e-paridade-de-genero-em-eleicoes-da-entidade/>.

que recebeu o selo Selo Pró-Equidade de Gênero em 2009, por ter realizado as ações acordadas com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR): respeito à diversidade e melhor divisão das oportunidades no ambiente de trabalho, inclusão da temática sobre gênero em curso de formação de gestores, realização de pesquisa interna com o intuito de identificar barreiras de ascensão profissional, realização de eventos sobre a temática coordenado pela área de Gestão de Pessoas, realização de ciclos e encontros com outras instituições para troca de experiências e práticas (VELHO, 2011).

CONSIDERAÇÕES

A partir das análises aqui tecidas, salientamos que não pretendemos generalizar os resultados a partir das construções de pesquisa aqui realizadas, mas, sim, evidenciar realidades sociais e vislumbrar desdobramentos e possibilidades a respeito da temática em pauta.

A estrutura de uma sociedade patriarcal, marcada pelo machismo que perpassa as esferas privadas, refletindo assim em todas as instituições sociais, afetou toda a construção histórica da mulher na sociedade e no cenário laboral.

Desse modo, apesar do protagonismo feminino nos espaços públicos (entendidos aqui em oposição aos espaços privados de domínio doméstico impostos às mulheres), a atuação das mulheres é, até hoje, controladas pelos homens e relegadas a atuações que são consideradas pela sociedade como de menor destaque representativo.

Para entender como essas estruturações sociais refletem no âmbito dos Institutos Federais, mais especificamente no IFPB – *Campus João Pessoa*, realizamos um levantamento bibliográfico realizado para evidenciar a construção que subsidiou a atual estruturação da rede de Educação Profissional pública no Brasil. Além disso, foi possível compreender como está articulada a estrutura organizacional do IFPB – *Campus João Pessoa*.

Após essas compreensões, operamos o tratamento dos dados levantados, onde foi possível evidenciar, a partir de pesquisas no módulo SUAP, que apenas 37,64% dos cargos de coordenação/chefia são destinados as mulheres no IFPB – *Campus João Pessoa*. Além disso, grande parcela desses cargos representam funções secundárias, ligadas ao cuidado, apoio, auxílio ou ao ambiente exclusivamente educacional, como os setores coordenação de

apoio ao estudante, coordenação de prevenção e atenção à saúde, departamento de assistência estudantil, núcleo de atendimento educacional especializado.

Apesar do recorte espacial adotado, para melhor sustentar a análise, mapeou-se os(as) titulares de cargo de Direção Geral no âmbito de todo o IFPB, onde foi constatado que dos(as) 17 diretores(as) gerais dos *campi* do IFPB, apenas 3 são mulheres, o que representa o ínfimo percentual de 17,64%. A partir desses índices, inferimos que não há equidade de gênero na ocupação de cargos de coordenação/chefia, além disso, o percentual dos cargos ocupados por mulheres não é efetivamente representativo quando observamos a estrutura organizacional da instituição.

O panorama brasileiro não traz dados tão diferentes assim, observou-se que de acordo com o IBGE (2018), apenas 39,1% dos cargos gerenciais do Brasil são ocupados por mulheres.

A partir dessas análises, discutimos sobre paridade, equidade, igualdade e formas efetivas de desenvolver uma cultura organizacional que tutele e promova a representatividade de gênero nos mais diversos espaços institucionais, de modo a levar em conta a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho.

Com essas considerações, esperamos contribuir para a promoção da equidade, e, consequentemente, minimizar as desigualdades de gênero, provocando reflexões sobre a necessidade de ruptura da reprodução social de um sistema patriarcal machista e misógino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Assis de; ZAPATER, Maíra Cardoso. Direito à Igualdade e Formas de Discriminação contra a Mulher. In: FERRAZ, Carolina Valença [et al.] (Coord.). **Manual dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 97-109.

BRASIL. Lei nº 11.892, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. de 29 de Dezembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação, Brasília, 2008.

DALONSO, Glaucia de Lima. Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 15, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pi

d=S1870350X2008000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2020.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Gestão dos Institutos Federais: o desafio do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Holoa**, v. 2, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, 2009, p. 3-9.

_____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Coleção Depoimentos, v. 14. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. **Políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres de classe popular**: a experiência do programa mulheres mil no IF baiano campus Valença-BA. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386131283_AR-QUIVO_MariaAsenateConceicaoFranco.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IBGE. **Estatísticas de Gênero, Indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

LISBOA, Teresa Kleba; MAFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e eqüidade de gênero. Políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálysis**, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2925806>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. **O Avesso do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e

criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, fev., 1997, p. 49-61.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0169.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

PRIORE, Mary Del. **Histórias e Conversas de Mulher**. 1.ed. São Paulo: Planeta, 2013.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Celina Rosa dos; MARTINS, Valéria Soares. **Gênero e relações de poder no IFBA**: o projeto de incentivo à aprendizagem e o programa institucional de incentivo a bolsas de iniciação a docência como estratégias de ampliação do debate. 2017. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/eneseb/resumos/PPT-eposter-trab-aceito-0225-1.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, jul/dez., 1995.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. (Dir.). **História das mulheres no ocidente**. Tradução: Cláudia Gonçalves. Revisão científica: Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, v. 4: o século XIX, 1991.

SILVA, Priscila Juliana da; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Os Institutos Federais no Brasil**: da educação profissional à formação de professores. Educere, XIII Congresso Nacional de Educação, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23512_12121.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

VELHO, Bernardo Teixeira Machado. **Equidade de gênero no mundo do trabalho**: a história de uma organização. VII Congresso Nacional de excelência em Gestão, 2011.

TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO EM DESACORDO: A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR/BA

Márcia Tavares

1. PREÂMBULO

Não faz muito tempo apresentei durante um evento da categoria um trabalho em que procurava responder a uma inquietação pessoal: Gênero e Raça permaneciam como categorias emergentes no processo de formação em Serviço Social ou já conseguíamos interpretá-las como incidentes?⁵³ Na ocasião, uma colega se mostrou curiosa quanto ao título e inquiriu-me sobre a categoria incidente, se eu a havia criado, se havia construído alguma elucubração teórica a respeito, pois suscitava conjecturas e poderia contribuir para o debate ainda controverso em torno da apropriação das variáveis gênero e raça no Serviço Social.

Devo confessar que nunca tenho como preocupação inicial compor um corpus teórico sobre este ou aquele tema. Meus textos geralmente ganham vida a partir das discussões em sala de aula, de conversas com pessoas amigas, reportagens que leio ou até mesmo comentários aleatórios que escuto aqui e acolá, assim como costumo fazer relatos de experiências em que compartilho impressões e, aí sim, produzo imersões mais pormenorizadas. Em suma, preciso de comunicação, ouvir histórias de pessoas, com suas contradições, barulhos e silêncios, risos e lágrimas, afetos e desafetos, quimeras e desilusões que tornam cada uma delas única, ao mesmo tempo em que revelam os tantos significados que se ocultam sob suas narrativas e me provocam desassossegos.

Naquela ocasião, o questionamento da colega parecia sugerir que eu e outras autoras estávamos corretas em nossas inferências – embora desde os anos 1990 o debate sobre gênero tenha ganho espaço no Serviço Social, ainda era pensado por uma parte da categoria profissional como algo secundário (FAURY, 1993; LISBOA, 2010; TAVARES; DELGADO, 2015; 2016), destituído de uma base teórica que compatibilizasse com a matriz teórico-política e metodológica que fundamenta o exercício da profissão. Sua indagação indicava que o gênero permanecia como uma categoria emergente,

53. Refiro-me ao artigo “Gênero e Raça no Serviço Social: Categorias emergentes ou incidentes?”, apresentado no XXII Seminario Latinoamericano de Trabajo Social (TAVARES, 2018).

isto é, mesmo passados 28 anos (era final de 2018), o Serviço Social preferia ignorar que, permanecia um curso e profissão composto majoritariamente por mulheres, cujas políticas e serviços em que normalmente se dá a intervenção profissional são na maioria voltados para mulheres. Em resumo, para mim a incidência do gênero no Serviço Social era (e é) algo tão óbvio, que ao invés de teorizar e assumir a autoria de uma categoria analítica, estava mais interessada em reunir exemplos que tanto provocassem possíveis leitoras/es a refletirem como contribuíssem para dirimir possíveis dúvidas quanto à incidência do gênero no Serviço Social.

Todavia, a indagação da colega me levou a cismar inquirições que se sucediam desde trabalhos anteriores e culminaram numa proposta para o estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Sergipe, em que me propus a refletir sobre “A Transversalidade de Gênero nos cursos de Serviço Social de Salvador/BA: tendências e perspectivas”⁵⁴, com a finalidade de estudar se e como tem se dado a incorporação da transversalidade de gênero no processo de formação profissional⁵⁵ das/os assistentes sociais nos cursos de Serviço Social de Salvador/BA, cujos resultados compartilho, em parte, nas próximas linhas.

2. BREVES CONJECTURAS SOBRE TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O termo transversalidade de gênero⁵⁶ é comumente adotado pelas feministas para se referirem à incorporação da perspectiva de gênero como eixo principal em processos decisórios focados na promoção de oportunidades iguais para mulheres e homens (DELGADO; TAVARES, 2012). No âmbito da educação, autoras/es como Dias, Chaves e Félix (2015) têm se dedicado a rastrear a transversalidade de gênero nos currículos e defendem que transversalizar gênero significa empreender uma reconstrução epistemológica,

54. O Estágio Pós-Doutoral foi realizado no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS), sob supervisão da Profa. Dra. Maria Helena Santana Cruz, durante o período de 01 de agosto de 2018 a 31 de julho de 2019.

55. De acordo com Cardoso e Abreu (2000, p. 204), a Formação Profissional consiste em “um projeto que abrange em sua estrutura a formação acadêmica (graduação e pós-graduação), a capacitação continuada, a prática interventiva e organizativa do assistente social e a pesquisa, traduzindo uma determinada direção social expressa pelo vínculo a uma perspectiva de sociedade”.

56. O termo “transversalidade de gênero” ou “gender mainstreaming” surgiu durante a IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (1995) e, passou a ser usado pelas feministas para nomear a incorporação da perspectiva de gênero em processos decisórios e na esfera das políticas públicas. Ver, por exemplo, Bandeira (2005).

ou seja, questionar a pretensa racionalidade acadêmica e hierarquização de saberes, reconhecimento outras práticas de produção e difusão de conhecimento, outras linguagens e rationalidades.

Na mesma linha de pensamento, Carvalho, Rabay e Moraes (2013) compreendem que a transversalidade de gênero no currículo, tal qual outras categorias de análise social, deve ser incluída como eixo vertical (tema gerador) e horizontal (constar no conteúdo de todas as disciplinas) o que requer atentar para problemas sociais e adotar obras recentes que tragam uma perspectiva de gênero. As autoras recomendam que cada disciplina inclua uma unidade com enfoque em gênero, cuja discussão contemple a intersecção com outras estruturas de desigualdade social, além de privilegiar uma bibliografia com autoria feminina reconhecidamente da área de estudos feministas e de gênero.

Transversalizar o gênero nos currículos dos cursos de Serviço Social não se revela diferente de outros cursos correlatos, que se configuraram como espaço gendrado, composto na sua maioria por mulheres cujas trajetórias de vida são entrecruzadas por tantas outras matrizes de opressão, implica, no meu ponto de vista, romper definitivamente com as matrizes hegemônicas de hierarquização dos saberes que condicionam a racionalidade acadêmica, respaldada numa suposta objetividade e neutralidade e, desse modo, oferecer uma campo de possibilidades para a produção de conhecimento em que a vertente de gênero atravessasse todo o processo formativo, considerando que o Serviço Social foi e ainda é um espaço gendrado⁵⁷.

O processo de renovação iniciado nos anos 1960-1970, com o objetivo de banir o conservadorismo presente desde a origem da profissão (NETTO, 1991), impulsionou o Código de Ética Profissional, aprovado em 1986, a declarar o seu compromisso com a classe trabalhadora, demarcando a politização da profissão e sua busca de novas bases teóricas, em que abraça a direção social dada pelo marxismo. Todavia, o engajamento do Serviço Social na luta pela redemocratização do País e com a consolidação de um projeto profissional comprometido com a defesa de direitos sociais (YAZBEK, 2009), pouco contribuiu para a sua aproximação com os estudos de gênero, que, se no Brasil eclodiram na academia desde o final da década de 1970 e início dos anos 1980, no Serviço Social apenas uma década depois foram inseridos nos Congressos da categoria (FAURY, 2003; LISBOA, 2010), de forma tímida e cautelosa.

57. O termo “gendrado” é utilizado por Teresa de Lauretis (1994, p. 212), para se referir a espaços “marcados por especificidades de gênero”.

A incorporação de uma perspectiva transversal de gênero e racial no processo de implementação de políticas públicas, nos últimos anos, certamente contribuiu para tecer, embora gradativamente, uma maior aproximação entre o Serviço Social e essa temática⁵⁸. Por outro lado, foi nesse mesmo período que ocorreu o movimento expansionista do ensino superior brasileiro e, em particular, dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD, o que a princípio parecia algo positivo na medida em que indicava um processo em curso de democratização de acesso à educação superior, argumento refutado por Lima e Pereira (2009, p. 41), para quem os interesses em jogo são outros, quais sejam – tanto ampliar novos campos de expansão ao capital como formar intelectuais menos questionadores e críticos, treinados para atuarem como difusores de uma sociabilidade conformista e adesionista.

Além de endossar os argumentos apresentados por essas autoras, Iamamoto (2007) explicita sua preocupação quanto à ampliação, a curto prazo, da inserção de profissionais no mercado de trabalho, em que a oferta maior que o número de vagas pode trazer sérias consequências, desde insegurança quanto à permanência no emprego e a precarização das condições de trabalho, mas também aumento do desemprego e despolitização da categoria profissional, o que repercute de forma nefasta no projeto ético-político que norteia o exercício profissional no Brasil. Diante desse quadro, a autora antevê a “*formação de um exército assistencial de reserva, possível recurso para qualificação do voluntariado, reforçando os chamamentos à solidariedade...*” (IAMAMOTO, 2007, p. 43), prognóstico que parece se confirmar quando esquadrinharmos as respostas dadas pelas coordenadoras e projetos pedagógicos e/ou grades curriculares dos cursos.

3. DESCAMINHOS METODOLÓGICOS

O primeiro passo consistiu em levantamento do número de cursos de Serviço Social na cidade de Salvador para a elaboração do projeto de estágio pós-doutoral, no início de 2018, havia 39 cursos na capital e, em 2019, ou seja, um ano depois, com a pesquisa já concluída, Salvador contava com 46 instituições. Ao utilizar o filtro presencial/EAD, encontrei 17 cursos presenciais e 29 cursos à distância⁵⁹, o que comprovava o prognóstico de

58. Ver, por exemplo, Russo, Cisne e Brettas (2008), segundo as quais outras configurações das desigualdades sociais, passam a ser compreendidas como expressões da questão social.

59. MODALIDADE DE CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA / SALVADOR PRESENCIAL E À DISTÂNCIA. Disponível em: <http://emecc.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2019, às 11:31.

autoras como Iamamoto (2007; 2014) e Pereira (2012) relativos à expansão dos cursos na modalidade à distância⁶⁰, ao mesmo tempo em que revelava uma duplidade, isto é, algumas unidades de ensino cuja oferta do curso era feita tanto de forma presencial como à distância. Ao mesmo tempo, pude constatar que alguns cursos haviam sido fechados ou estavam em vias de encerrarem sua última turma e se deslocarem para outros polos/cidades, enquanto outros funcionavam a pouco tempo, o que atestava a lógica mercantilista e empresarial que determina a implantação ou extinção desses cursos, qual seja, a oferta do curso está condicionada ao quantitativo de alunos matriculados, portanto, à lucratividade.

Para a coleta de dados, utilizei o Google Forms, um dos aplicativos do Google Drive, que disponibiliza um formulário online cujas respostas são computadas na página do Google Forms do usuário que criou o endereço eletrônico (MATHIAS; SAKAI, 2013). O uso do Google Forms permite ao pesquisador visualizar as respostas, ao mesmo tempo em que oferece ferramentas estatísticas que organizam essas respostas em tabela, permitindo uma análise dos dados fornecidos por cada respondente. Com o formulário pronto, a relação de faculdades de Serviço Social e o contato de algumas coordenadoras, tudo sugeria que não seria difícil obter as informações de que precisava, mas, obtive retorno apenas de oito coordenadoras de cursos presenciais e, apenas de uma coordenadora de cursos EAD, isso porque tínhamos amigos em comum, que atestaram minha confiabilidade e, depois de garantir a todas seu anonimato. Os formulários foram respondidos ao longo de 2018 e começo de 2019, as coordenadoras investigadas exerciam a função desde 02 a 08 anos, com exceção de uma que ao responder fazia 2 meses que tinha assumido a função.

4. TENTATIVA DE DECIFRAÇÃO: DAS RESPOSTAS DE COORDENAÇÕES AOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Indagadas sobre a incorporação da temática de gênero em seus respectivos cursos, as coordenadoras afirmaram que a transversalização de gênero é essencial no curso de Serviço Social e que a questão de gênero

60. A formação em Serviço Social na modalidade EAD teve início no governo Lula, no ano de 2006. Ao refletirem sobre o aumento do quantitativo de cursos de Serviço Social a partir de 2006, Almeida e Gonçalves (2015) apontam como possíveis motivos a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, a posterior implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005 e, o baixo custo para implantação e manutenção do funcionamento dos cursos.

é discutida no processo de formação profissional. Entretanto, observa-se que embora umas assinalassem que a discussão sobre gênero se dava transversalmente nos componentes curriculares e disciplinas, não fizeram menção a disciplinas obrigatórias e optativas, enquanto outras apenas indicaram que a discussão ocorria em disciplinas obrigatórias presentes no PPC, o que sugeriu a ausência da transversalidade. Do mesmo modo, houve quem respondesse que a discussão acontecia transversalmente nos componentes curriculares e disciplinas, mas apenas em seminários temáticos e disciplinas optativas oferecidas por docentes com formação em estudos de gênero ou ainda quem afirmasse que a questão de gênero era abordada em seminários temáticos, em ações de pesquisa de iniciação científica com temas voltados para as questões de gênero ou em atividades extensionistas voltadas para as questões de gênero, o que sugeria a ausência de tal abordagem nas disciplinas, quer fossem obrigatórias ou optativas, denunciando a inexistência da transversalidade nos componentes curriculares e disciplinas.

As respostas de algumas coordenadoras reforçaram tal incoerência: Como a temática de gênero pode ser transversal se é abordada apenas em disciplinas obrigatórias? Se é explorada em pesquisas de iniciação científica, seminários temáticos e atividades extensionistas, mas está ausente em disciplinas obrigatórias e optativas? Será que as coordenadoras compreendiam, de fato, o que significava transversalidade ou tal qual a expressão gênero esse termo era reproduzido sem associá-lo a uma mudança de paradigmas que deveria permear todo o processo de formação profissional?

Quando indagadas sobre quais os objetivos das ações educativas que abordam a temática de gênero no curso de Serviço Social, 3 coordenadoras consideraram que a finalidade das ações educativas é formar profissionais para utilizarem a categoria gênero com vistas a uma maior compreensão da realidade social, capazes de conscientizar os discentes sobre as implicações da ordem patriarcal de gênero na construção das desigualdades sociais, instigando-os a atentarem para os papéis, posições e oportunidades diferentes atribuídos a mulheres e homens na sociedade, bem como as implicações de o Serviço Social ser uma profissão majoritariamente feminina, de modo a instrumentalizá-los para a uma ação interventiva voltada ao empoderamento das mulheres.

Entre as demais coordenadoras, 2 delas consideravam suficiente apenas concentrar as ações educativas na capacitação das profissionais, enquanto outra priorizava a conscientização dos discentes sobre a inferência da ordem

patriarcal de gênero na produção das desigualdades sociais, mas houve também quem argumentasse que as ações de capacitação dos profissionais e a conscientização dos discentes cumpriam seu caráter educativo, assim como aquela para a qual as ações educativas se limitavam à formação dos docentes, conscientização das discentes e análise dos efeitos decorrentes da feminização da profissão. Ao que tudo indica, algumas ainda não conseguiam perceber a indissociabilidade entre os eixos explorados na questão, uma vez que, como coloquei em outro momento e mencionei no início desse texto (TAVARES, 2018), a temática de gênero há muito deixou de ser emergente e, atualmente, não há como deixar de pensá-la como incidente na formação e exercício profissional, na medida em que atravessa o nosso cotidiano enquanto docentes e discentes, determinando espaços sociais em que podemos transitar, posições que podemos ocupar, decisões que podemos tomar ou ocupações que podemos exercer no âmbito social, profissional e pessoal.

Quando questionadas sobre dificuldades encontradas para abordagem da temática de gênero em seus respectivos cursos, as respostas das coordenadoras novamente se revelaram contraditórias no tocante à materialização da transversalidade de gênero na formação profissional. Apenas 4 coordenadoras afirmaram não encontrar empecilhos para a discussão da temática. Quanto às demais, uma delas considerava difícil conscientizar as discentes sobre as implicações da ordem patriarcal de gênero na produção das desigualdades sociais, identificar os papéis, posições e oportunidades distintos designados a mulheres e homens na sociedade e, consequentemente, instrumentalizar as discentes para realizarem uma ação interventiva visando o empoderamento das mulheres. Já 4 coordenadoras colocaram como impedimento a formação insuficiente das docentes sobre a temática de gênero, uma delas acrescentando a distância epistemológica entre os estudos de gênero e os estudos do Serviço Social e outra a sobrecarga de conteúdos voltados para outras temáticas.

Conforme lembra Gonçalves (2015), o Serviço Social é uma profissão dotada de caráter interventivo, o que exige uma compreensão da realidade social, a qual não é fixa, estanque, mas sim dinâmica, dialética e contraditória, daí porque o profissional necessita de capacitação permanente, de modo a relacionar a dimensão teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa assinaladas nas diretrizes curriculares para a assistente social. Para a autora, a formação deve ser pensada como espaço contraditório que recebe

e instiga mudanças decorrentes do contexto em que está inserida, podendo fomentar uma visão crítica da realidade, que permite às discentes identificar as várias expressões da questão social e engendrar possíveis respostas para as demandas que lhes são apresentadas, principalmente no estágio supervisionado.

A distância epistemológica entre o Serviço Social e a temática de gênero certamente tem reduzido desde os anos 1990 quando os primeiros trabalhos que versavam sobre os temas mulher/gênero/feminismo foram introduzidos nos Congressos da categoria e, à época, classificados na categoria de “temas emergentes em Serviço Social”. Embora o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 faça alusão à temática de gênero, apenas em 1996 a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) reconheceu a importância de a questão de gênero ser incorporada ao processo de formação profissional.

Por outro lado, cabe reforçar que o gênero é um campo de estudos e, por conseguinte, requer formação, sem a qual não há como conscientizar ou estimular as discentes a se apropriarem da discussão de gênero, na medida em que os argumentos apresentados se valem do senso comum “que naturaliza as atribuições femininas nas esferas produtivas/reprodutivas, que torna invisíveis as relações de dominação a partir do gênero” (CARLOTO; LISBOA, 2012, p. 13) e, portanto, não fornecem elementos suficientes para uma maior compreensão do gênero como expressão da questão social e, juntamente com outras variáveis, uma importante lente analítica para leitura da realidade social, que deve perpassar as diversas atividades acadêmicas.

Quanto às razões alegadas pelas coordenadoras para que a temática de gênero **não** fosse abordada no processo de formação profissional dos alunos de Serviço Social, embora 4 delas reafirmassem a incorporação da temática em seus respectivos cursos, identificou-se que 3 atribuíram a ausência da discussão à formação insuficiente das docentes e à sobrecarga de conteúdos com outras temáticas; já outras 3 justificaram essa ausência apenas devido ao acúmulo de conteúdos com outras temáticas; 1 afirmou que a ausência da temática se devia à formação precária das docentes sobre a temática de gênero e a distância epistemológica entre os estudos de gênero e os estudos do Serviço Social, mas houve também quem atribuisse outros motivos, sem, entretanto, explicitá-los, ao passo que 2 coordenadoras além de reforçarem o argumento de que as professoras não tinham formação sobre gênero nem disponibilizavam de tempo diante da sobrecarga de conteúdos relativos a outras

temáticas, foram mais além e elucidaram que a temática não estava incluída no Projeto Político Pedagógico de seus respectivos cursos.

Dentre as diversas competências profissionais no âmbito do magistério na graduação e pós-graduação, cabe ao assistente social ministrar disciplinas, realizar supervisão de estágio, coordenar cursos de Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação, compor bancas examinadoras ou participar de processos seletivos, bem como coordenar ou participar de núcleos ou grupos de pesquisa na área e tanto coordenar como participar de eventos científicos do Serviço Social (CFESS, 2012). Silva e Santos (2015) argumentam que, simultaneamente a essas atribuições, as assistentes sociais devem se manter atualizadas e buscarem aperfeiçoamento profissional e apropriação teórica constante sobre os assuntos relativos à esfera do Serviço Social, o que extrapola a jornada normal de trabalho, sendo recorrente a realização de atividades referentes ao trabalho na vida privada do profissional, em função da sobrecarga de trabalho, que envolve desde a preparação de aulas, realização de pesquisas, publicação em revistas indexadas e participação em eventos da categoria, o que exige dedicação e investimento intelectual e, roubam o tempo que seria destinado à vida pessoal.

Deste modo, a aproximação das docentes com os estudos de gênero e outros temas transversais se torna um desafio a ser enfrentado individualmente, por quem entende a sua relevância como ferramenta teórica que, associada a outras variáveis como raça, etnia e geração nos possibilitam a explicação das refrações da questão social no cotidiano da vida social (IAMAMOTO, 2007), pois implica em dispêndio de mais energia e tempo para conciliar a apropriação do debate de gênero com a constante atualização em torno de outros debates teórico-conceituais concernentes ao Serviço Social.

Todavia, esse desafio se revela ainda maior para transversalizar o debate de gênero no processo de formação profissional das discentes, dada a resistência existente nas unidades de ensino em Serviço Social quanto à incorporação de temas como gênero, geração e raça (TAVARES, 2015; 2019), ainda menosprezados e considerados insignificantes, ou desqualificados em virtude de uma suposta associação com o conservadorismo, a pós-modernidade e o culturalismo, como estratégia para manter fidelidade a uma única teoria explicativa da realidade, qual seja, a dimensão de classe (LISBOA; NASCIMENTO, 2015). O fato é que o debate de gênero nos currículos se mantém restrito a disciplinas optativas e seminários temáticos, com raras

exceções, sendo necessária a adoção de medidas pelo Núcleo Docente Estruturante que garantam uma formação sintonizada com os novos tempos, considerando a totalidade de saberes (IAMAMOTO, 2007).

De acordo com Silva (2015), o NDE se configura como um espaço propício para repensar a estrutura legal que fundamenta a graduação, ou seja, é tanto um instrumento de ação política como um órgão consultivo da coordenação do curso, que tem como responsabilidade desde a concepção e consolidação, mas também revisão periódica do PPC, propondo alterações em consonância com as diretrizes curriculares, de modo a garantir que o processo de formação, dotado de um viés crítico-reflexivo, que contemple o ensino, a pesquisa e a extensão e, instrumentalize os discentes para atuarem frente à complexa realidade social, no que se refere à dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, o que, paralelamente, envolve a atenção para com a contínua atualização e capacitação do corpo docente.

Conforme estabelece a ABEPSS (2002), a organização curricular deve estar alicerçada no tripé dos conhecimentos que integram os núcleos de fundamentação da formação profissional: 1) O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que reúne um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para desvendar o ser social; 2) O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que se debruça sobre as características históricas particulares que determinam a sua formação e o desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais; 3) O núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que abrange os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: desde sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, aos componentes éticos que compreendem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Ainda de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS, os núcleos abarcam um conjunto de conhecimentos expresso em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos basilares à formação profissional. Essas atividades são definidas pelos colegiados e ofertadas por meio de disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares entre outros componentes curriculares.

De acordo com as coordenadoras dos cursos investigados, algumas medidas vêm sendo adotadas para assegurar a transversalidade de gênero nas unidades de ensino em que atuam: Segundo as informações, 7 cursos

afirmaram a adoção da transversalidade de gênero em seus respectivos cursos, enquanto 6 cursos realizavam à época da pesquisa Reforma do Projeto Político de Curso para inclusão da temática de gênero. Dentre os cursos cujo projeto pedagógico se encontrava em processo de reforma, 1 acrescentou a revisão dos componentes curriculares para transversalização da temática de gênero e promoção de cursos de formação para o corpo docente; 1 realizava simultaneamente a revisão dos componentes curriculares e promoção de seminários temáticos e oficinas para docentes e discentes, enquanto outro se encontrava voltado exclusivamente para a reforma do projeto pedagógico.

Dentre os cursos que afirmaram a existência do debate de gênero de forma transversal no processo de formação profissional, identificou-se que: 1 acrescentou que se encontrava em curso a reforma do Projeto Político de Curso para inclusão da temática de gênero e a revisão dos componentes curriculares para transversalização da temática de gênero; 2 ratificaram a adoção da transversalidade de gênero, sem que houvesse medidas adicionais; 1 acrescentou a promoção de cursos de formação para o corpo docente e a revisão dos componentes curriculares para transversalização da temática de gênero; 1 realizava simultaneamente a revisão dos componentes curriculares para transversalização da temática de gênero e a reforma do Projeto Político de Curso para inclusão da temática de gênero, enquanto o último acrescentou apenas a reforma do Projeto Político de Curso para inclusão da temática de gênero.

As respostas das coordenadoras sugeriram alinhamento dos cursos às normativas da LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo MEC em 2001 e Diretrizes específicas para os Cursos de Serviço Social, bem como prescrições da ABEPSS e do CFESS, quanto a iniciativas voltadas para a reforma do Projeto Pedagógico e contínua revisão dos componentes curriculares, promoção de cursos de formação para o corpo docente, além de seminários temáticos e oficinas, dentre outras atividades, o que pude comprovar ao examinar o texto dos referidos Projetos. Todavia, alerta Iamamoto (2007), a proposta de Diretrizes Curriculares original encaminhada pela ABEPSS sofreu uma descaracterização engendrada pelo Conselho Nacional de Educação, na conformação do perfil para o bacharel em Serviço Social, quando a projeção de um “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social” foi substituída por “utilização dos recursos da informática”.

Isso se reflete na identificação de disciplinas de Informática nas grades curriculares de alguns dos cursos investigados, de modo a favorecer o domínio de ferramentas tecnológicas, mas também na padronização de um perfil profissional que assegure ao egresso uma “boa empregabilidade”⁶¹. Para tanto, defende-se uma formação “prática” e “moderna”, que estimule a capacidade de “comunicação”, de “argumentação”, de “negociação”, bem como o exercício da “empatia” e “identificação” com o outro, procurando respeitar a “individualidade” das pessoas. Em suma, o futuro profissional deve ter um perfil “proativo” e estratégista, que agregue capacidade crítica e analítica, além de domínio de uma série de informações, inclusive de outras línguas, com facilidade para trabalhar em equipe, capaz de tomar decisões e de “se adaptar à realidade” de mercado.

Uma das unidades de ensino, por exemplo, veiculava um catálogo institucional relativo às condições de oferta dos cursos de graduação em que constava um projeto pedagógico único de curso cujos componentes curriculares eram aplicados de modo a potencializar a flexibilidade de conteúdos de acordo com o conteúdo de cada curso. Quanto ao Serviço Social, identificou-se que, embora algumas disciplinas fossem preservadas na grade curricular, como Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (I, II e III), Políticas Sociais, Estágio Supervisionado em Serviço Social (I, II e III) ou Questão Social e Serviço Social entre outras, o conteúdo proposto assumia um viés mercadológico, expresso em disciplinas obrigatórias que focalizavam a comunicação na prática do assistente social, além de atividades complementares com conteúdo centrado na carreira, isto é, voltadas para orientar o aluno na construção de seu projeto de vida, como serem bem-sucedidos na carreira, o que incluía a discussão sobre o empreendedorismo, atividades reforçadas através de estudos dirigidos que tinham como eixo a empregabilidade.

Certamente encontrei estruturas curriculares que, dada a flexibilização acadêmica, apresentam componentes que focalizam temas variados, desde disciplinas que buscam contemplar expressões contemporâneas da questão social e novos campos de atuação profissional, – políticas setoriais e ações afirmativas, meio-ambiente e desenvolvimento sustentável, serviço social forense, saúde mental e serviço social, serviço social e território,

61. As palavras asperadas foram extraídas de projetos pedagógicos ou catálogos institucionais dos cursos de Serviço Social pesquisados na Internet, já que apenas uma das coordenadoras me enviou o PPC, embora tenha solicitado a todas durante nosso contato.

violência, direitos humanos e serviço social entre outros –; mas também disciplinas que assumem um caráter eminentemente prático, voltadas para o empreendedorismo, gestão de programas e projetos sociais, informática aplicada, práticas em serviço social que, sob o argumento de proporcionar o desenvolvimento de competências e o treinamento de habilidades técnico-operativas para a intervenção profissional, priorizam o tecnicismo instrumental.

Com efeito, a flexibilização acadêmico-profissional, ainda que sejam mantidos os três núcleos balizadores da estrutura curricular, segundo Iamamoto (2007), tem ratificado os princípios liberais que estabelecem como orientação para o ensino superior, o incentivo à privatização e a subordinação aos ditames da lógica do mercado, o que leva a autora a concluir um empenho conjunto das unidades de ensino e entidades da categoria, principalmente a ABEPPS, no que se refere ao acompanhamento e assessoria ao longo do processo de implantação das diretrizes curriculares.

Ao que tudo indica, esse acompanhamento deve se intensificar no presente momento, face à reforma do projeto pedagógico e revisão dos componentes curriculares em curso, de modo a assegurar que as diretrizes curriculares e tópicos de estudos não se desvirtuem ainda mais, mas também para que esse processo ganhe celeridade, uma vez que em uma das unidades de ensino investigadas a reforma do projeto pedagógico já dura oito anos⁶², sem que o Núcleo Docente Estruturante consiga concluir o trabalho.

Cabe ressaltar que identificamos, também, projetos pedagógicos de curso que reproduzem as Diretrizes Curriculares Nacionais e as recomendações da ABEPPS, cujos conteúdos buscam compor um perfil do (a) Assistente Social convergente com as diretrizes curriculares e as demandas da sociedade brasileira. Desse modo, reafirmam como objeto do Serviço Social a questão social e suas várias expressões, bem como endossam os núcleos de fundamentação como base para a estruturação de uma lógica curricular que assegure uma intervenção na realidade de forma reflexiva, crítica e qualificada.

Neste sentido, ao contrário de outras unidades de ensino pesquisadas, observou-se que as atividades complementares adquiriam maior abrangência, envolvendo desde estágio extracurricular, monitoria em eventos e disciplinas do curso; participação em Grupos de Estudos em Pesquisa e Extensão, bem

62. O projeto que me foi encaminhado pela Coordenação do curso foi aquele apresentado para sua implantação, em 2008. Entretanto, ele foi reformulado e encaminhado às instâncias competentes da Universidade, em 2012, quando retornou ao Curso para readequação relativa à carga horária de estágio supervisionado e, desde então se encontra em processo de reforma.

como em projetos de iniciação científica e de extensão; apresentação de trabalhos e participação em eventos científicos; até publicação de artigos em periódicos e capítulos de livros com ISBN ou ISSN entre outras atividades.

POR ORA, UM POSSÍVEL DESFECHO

O exame e comparação das respostas dadas pelas coordenadoras dos cursos de Serviço Social de Salvador – marcadas por incongruências – com os projetos pedagógicos de curso, grades curriculares ou manuais institucionais revelam avanços ainda tímidos e/ou omissões com relação à incorporação do debate de gênero nos projetos pedagógicos dos cursos. Ao mesmo tempo em que sinalizam para a ênfase em determinadas temáticas no processo formativo de assistentes sociais de modo a dotá-los de um perfil profissional acrítico, despolitizado, mas ágil e eficiente no cumprimento das tarefas que lhe são designadas, empreendedor, “proativo”, dotado de habilidades técnico-operativas que lhe assegurem empregabilidade. Não por acaso, alguns cursos parecem esperar que as/os professoras/es se tornem uma espécie de *coach⁶³* e sirvam de tutores para os alunos na construção de seu projeto de vida pessoal e profissional, orientando-os a serem bem-sucedidos e realizados.

Todavia, no tocante à transversalidade de gênero, ao que parece, esta permanece no plano das intenções, pelo menos foi o que revelou uma observação mais cuidadosa das ementas das disciplinas e/ou fluxogramas curriculares a que tive acesso, pois, conforme já mencionado, transversalizar a perspectiva crítica de gênero, no processo de formação requer admitir que os conhecimentos produzidos pelos estudos de gênero perpassam todos os campos de prática e de conhecimento, e problematizam os construtos histórico-culturais que atribuem a mulheres e homens oportunidades e posições diferentes, condições e perspectivas de vida pessoal e profissional dessemelhantes.

Finalmente, cabe registrar, a transversalidade parece ainda mais distante do que quando concluí a pesquisa de estágio pós-doutoral, pois, além da lógica mercantilista, o projeto ético-político do Serviço Social colide com a ofensiva neoconservadora que avança a passos largos, infelizmente com o endosso de

63. O termo coaching, cunhado em 1850, para se fazer referência aos professores de universidades com o significado de “tutor”, é atualmente utilizado para fazer referência para o profissional que se dedica a reforçar as competências e habilidades dos individuais de modo a serem bem sucedidos e obterem resultados cada vez mais exitosos. Disponível em: <https://febracis.com/o-que-e-coaching/>.

algumas assistentes sociais, que se eximem do cumprimento de princípios basilares ao exercício profissional, a exemplo da defesa inarredável dos direitos humanos e da democracia.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.** Resolução N° 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

ALMEIDA, Andréa Carla Pereira dos Santos; GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Expansão dos cursos de Serviço Social no Nordeste do Brasil: Análise de uma década. In: GONÇALVES et al., (orgs). **Serviço Social no debate cotidiano:** fundamentos, formação e exercício da profissão. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, p. 47-76.

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil:** fortalecimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. CEPAL, Brasília, jan. 2005. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Genero-no-PPA-2004-2007.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Formação profissional do assistente social: polêmicas e desafios na implementação das novas diretrizes curriculares. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 1, 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEPS, 2000, p. 203-208.

CARLOTO, Cássia Maria; LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social. **Gênero.** Niterói, v.13, n.1, p. 09-13, 2. sem. 2012.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória; MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves de. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: Uma breve introdução. **Espaço do Currículo**, v.6, n.2, p.317-327, Maio a Agosto de 2013.

DELGADO, Josimara Aparecida; TAVARES, Márcia. (Trans)versalidades de Gênero e Geração nas Políticas Sociais. **Caderno Espaço Feminino.** Uberlândia, 25 (2), p. 79-97, 2012.

DIAS, Alfrancio Ferreira; CHAVES, Gislaine Nóbrega; FÉLIX, Jeane. Desafios da transversalização de gênero nos currículos: Uma abordagem nas políticas curriculares de transversalização de gênero. **Espaço do Currículo**, v.8, n.3, p. 396-406, Setembro a Dezembro de 2015.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social. In: **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 107-119, jan./abr. 2003.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Reflexões sobre educação e formação profissional no contexto do capitalismo neoliberal. In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos et al., (org.). **Serviço Social no debate cotidiano: fundamentos, formação e exercício da profissão**. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, p. 77-104.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15(1), p. 31-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/358/315>. Acesso em: 29 jun. 2019.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100008/12731>. Acesso em: 08 nov. 2020.

_____; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Serviço Social com perspectiva de gênero: o que a “cegueira ideológica” não permite ver. **Feminismos**, v. 3, n. 2 e 3,

maio - dez. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30151/17822>. Acesso em: 08 jul. 2019.

MATHIAS, Sergio Larruscaim; SAKAI, Celio. **Utilização da Ferramenta Google Forms no Processo de Avaliação Institucional:** Estudo de Caso nas Faculdades Magsul. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/centro_oeste/eixo_1/google_forms_processo_avaliacao_instit_estudo_caso_faculdades_mag.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD: direito à educação ou discriminação educacional? **Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012.

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./jun. 2008.

SILVA, Charlene Souza da; SANTOS, Vera Núbia. Avanços e desafios na luta pela jornada de trabalho de assistentes sociais no Brasil. In: GONÇALVES et al., (orgs). **Serviço Social no debate cotidiano:** fundamentos, formação e exercício da profissão. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, p. 197-225.

SILVA, Nelmires Ferreira da. Núcleo Estruturante: espaço para repensar o projeto pedagógico e a formação profissional? In: GONÇALVES et al., (orgs). **Serviço Social no debate cotidiano:** fundamentos, formação e exercício da profissão. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, p. 137-166.

TAVARES, Márcia Santana. **Gênero e Raça no Serviço Social:** Categorías emergentes ou incidentes?. In: XXII Seminario Latinoamericano y del Caribe de Escuelas de Trabajo Social Memorias. Eje 2 Categorías críticas de la formación e investigación para el Trabajo Social Servicio Social Contemporáneo. Mazatlán: Colombia, 2018, p. 158-166.

_____. Feminismo, gênero e serviço social: uma conexão possível e necessária. In: TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara. (orgs.). **Diálogos Transversais**

no Serviço Social: sobre rupturas e continuidades. Salvador: EDUFBA, 2019.

_____; DELGADO, Josimara Aparecida. Digressões para decifrar e transversalizar o gênero na formação em Serviço Social. In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos et al. (org.). **Temas contemporâneos no Serviço Social:** um convite à reflexão. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2016, p. 95-119.

_____; DELGADO, Josimara Aparecida. **Transversalizando gênero e raça no curso de serviço social da UFBA:** avanços, resistências e desafios. 2015 (Inédito). In: Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 21, 2015, Mazatlán. La formación profesional en Trabajo Social: avances y tensiones en el contexto de América Latina y Caribe. Mazatlán: ALAEITS, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O CONTEXTO PANDÊMICO E SUAS REFRAÇÕES NAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”, NO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E A DEFESA DA INTERSECCIONALIDADE NA APREENSÃO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO

Josefa Lusitânia de J. Borges

Este breve ensaio objetiva situar o contexto do surto pandêmico da SARS-CoV-2 e suas refrações nas expressões da “questão social”, bem como para o trabalho das (os) assistentes sociais, aliada a defesa da interseccionalidade - classe social, raça/etnia, gênero e sexualidades - como condição *sine qua non* para apreensão do objeto e a construção do processo intervencivo, nessa mesma direção, no âmbito do exercício profissional da (o) assistente social.

Parte-se do entendimento que o mundo vivencia uma crise global e nessa direção pode-se dizer que a pandemia provocado pela SARS-CoV-2 é multidimensional e agrava a crise econômica e social em curso, acirrando suas contradições, e nesse sentido desvela as entranhas estruturantes que alicerçam a economia capitalista e as expressões da “questão social” a ela inerente, materializada nas desigualdades históricas e estruturais que se agudiza nos corpos, prioritariamente, das frações da classe trabalhadora marcada por questões étnico-raciais, classe social, gênero e sexualidades.

E, tal realidade, não se pode deixar de mencionar, está sedimentada no trinômio Estado mínimo, neoliberalismo e capital fictício que sustenta o modelo econômico em andamento “e este⁶⁴[...] é elaborado através, por exemplo, das lentes das rivalidades geopolíticas, dos desenvolvimentos geográficos desiguais, das instituições financeiras, das políticas estatais, das reconfigurações tecnológicas e da teia, em constante mudança, das divisões do trabalho e das relações sociais”, o que significa dizer que não se restringe ao âmbito da produção, mas também da reprodução social.

Todavia, tal modelo, conforme observa-se, não têm se mostrado capaz de responder as necessidades postas para o enfrentamento do contexto marcado pelo surto pandêmico, ao contrário, tem revelado suas contradições evidenciando as graves consequências da forte prevalência de uma razão instrumental que rege o modelo da sociedade do capital, na medida que essa

64. DAVIS, Mike. et al. DAVIS, Mike, et al.: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. (HARVEY, 2020, p. 13).

prioriza, entre outras questões, à produção de medicamentos, voltados para o mercado consumidor e para lucratividade, em detrimento da priorização da produção de medicamentos e vacinas para o combate de doenças epidêmicas que historicamente se apresentam, e que portanto, têm relevância social, mas são poucas rentáveis do ponto de economia de mercado. Ou seja, a decisão, escolha e a priorização da produção da mercadoria, se dá em razão da sua lucratividade, conforme a lógica do capital, basta verificar a inabilidade das indústrias nacionais em várias partes do mundo para produzirem testes de diagnósticos, respiradores e os itens de biossegurança em tempo hábil, o que evidenciou ao mesmo tempo, a interdependência entre os países; interdependência esta que se insere no âmbito da reestruturação produtiva do capital, marcada pelo processo de flexibilização, mobilidade espacial do trabalho, informalidade e cortes dos direitos trabalhistas os quais, enquanto um *modus operandi* do capital, já dava sinais de esgotamento. Harvey⁶⁵ (2020) nos recorda que os movimentos de protestos como os que ocorreram no Chile, entre outros, já sinalizavam que o “[...]o modelo econômico dominante não dava resultados positivos para grande parcela da população [...]”.

Nessa direção, reafirma-se que tal realidade agrava-se frente aos impactos do surto pandêmico, expõe as iniquidades em saúde, em particular na sua relação de classe social, raça/etnia, gênero o que evidencia a incapacidade da forma de sociabilidade em curso, centrada no capital e no individualismo, em dar resposta equânimes, profundas, estruturais e globais, tanto no que diz respeito às especificidades requeridas para o enfrentamento da pandemia de forma equânime, quanto no que diz respeito as necessárias medidas para sanar as consequências presentes e futuras, do ponto de vista econômico, social, ambiental, cultural e do mundo do trabalho, uma vez tais consequências atinge de modo diferenciado os países, as diferentes regiões de um mesmo país e as diferentes frações da classe que-vive-do trabalho, nos termos de Antunes⁶⁶, e quando se trata do Brasil, mais especificamente, o que se evidencia é uma crise sanitária, que aprofunda a crise econômica e social, em meio a uma crise política e ética.

Com outras palavras, acrescenta-se que as pesquisas demonstram uma maior letalidade pela COVID-19, em particular, entre os imigrantes, a população negra, e outras frações da classe trabalhadora mais vulnerabilizados,

65. DAVIS, Mike. et al. DAVIS, Mike, et al.: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. (HARVEY, 2020, p.14).

66. ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

O CONTEXTO PANDÊMICO E SUAS REFRAÇÕES NAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”, NO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E A DEFESA DA INTERSECCIONALIDADE NA APREENSÃO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO

evidenciando a dimensão, o desvelamento e o aprofundamento das expressões da “questão social”, objeto do trabalho do assistente social. Trabalho este que se efetiva por meio da sua inserção no âmbito das políticas sociais, frente a uma crescente, diversa e heterogênea demanda; nessa direção, afirma-se que suas ações profissionais se materializam na relação entre sua relativa autonomia, dada a sua condição de trabalhador assalariado, e suas especificidades tensionadas pelas demandas institucionais e dos usuários. Acresce-se a isso o controle da sua produtividade e a incorporação, nos processos de trabalho de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que se expande e se intensifica frente as transformações econômicas, sociais e políticas em curso, e diante das crescentes incertezas marcada pela complexidade do universo científico, econômico e cultural, vivenciadas na contemporaneidade, sobretudo após as transformações ocorridas nos anos 70 do século XX e as quais, intensificam-se no contexto pandêmico.

Tal assertiva, sustenta-se a partir da compreensão que o fenômeno em si, impacta em várias dimensões da vida em sociedade e impõe mudanças e novas exigências. Entre essas mudanças, encontra-se, as transformações em curso para o mundo trabalho. E, quando se trata do trabalho do assistente social, essas mudanças trazem especificidades de um trabalho vivo, que ocorrem no âmbito das relações sociais, ao tempo que impõe novas demandas para o processo de formação e qualificação profissional e na forma de apreensão do seu objeto de trabalho, uma vez que este é marcado por questões estruturais e conjunturais.

Em outros termos, defende-se, que apreender o objeto de intervenção no âmbito do trabalho do assistente social, de modo interseccional, configura-se como uma mediação necessária, que encontra fundamentos no próprio método dialético na medida que este põe a historicidade, as contradições, a totalidade – universalidade, particularidades e singularidades – como categorias imperativas para apreensão do fenômeno em sua essência. Isso significa, portanto, que para além de reconhecer que a relação capital/trabalho constitui-se como elemento determinante da “questão social” é necessário reconhecer⁶⁷ que no caso brasileiro as relações raciais se entrelaçam às suas particularidades sócio-históricas, agravando e aprofundando a conformação da questão social”. Com outras palavras, acrescenta-se que tal realidade se

67. MARTINS, Tereza Cristina. S. **Racismo, questão social e serviço social:** elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. 2017, p. 14. Disponível em : <https://issuu.com/cfess/docs/inscrita14-cfess-site/13>. Acesso em: 30 mai. 2019.

intensifica e se desvela no contexto da pandemia, uma vez que os⁶⁸ dados coletados no mês de maio de 2020 por pesquisadores independentes para mais de 5.500 municípios mostram que 55% dos pacientes negros, hospitalizados com COVID-19 em estado grave, morreram em comparação com 34% dos pacientes brancos, ou seja, os dados revelam os marcadores de raça/etnia e classe social, uma vez que é sabido que os quilombolas, pessoas em situação de ruas, ribeirinhos, ciganos, indígenas, trabalhadores informais, moradores de favelas, subúrbios, zonas periféricas, estão em condições, impostas, de vulnerabilidade social e, portanto, mais expostos e suscetíveis ao vírus, pois⁶⁹ o contexto territorial gera implicações de saúde devido à composição no local de fatores influentes, às estruturas de oportunidades associadas ao ambiente físico e social e às características socioculturais e históricas dos lugares (CARPIANO; LINK; PHELAN, 2008).

Além disso, ressalta-se, que⁷⁰ “no âmbito espacial, a distância entre moradia e trabalho, a dependência do transporte coletivo, a deficiência de saneamento, a densidade demográfica, a proximidade física entre os objetos que compõem as configurações territoriais, a interação face a face, as limitações internas em espaço e suporte das moradias – em sua função de ‘espaço de proteção’ na situação de pandemia – geram situações e comportamentos de risco para aqueles que se distribuem em espaços com estas características”. Ou seja, sabe-se que há uma intrínseca relação entre a forma de produção e reprodução da vida social e as formas de adoecer e morrer, o que significa dizer que a estrutura da organização do trabalho e da vida social, em seus aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos, são determinantes do processo saúde-doença.

Alia-se se a isso, a imprescindibilidade da mediação da categoria gênero e sua relação com as demais categorias, pois parte-se do entendimento a problemática de gênero configura-se como uma das expressões da “questão

68. ARAÚJO, Edna; CALDWELL, Kia. **Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?** Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaudade/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

69. FIGUEIREDO SANTOS, José A. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v18n3/0102-6909-tes-18-3-e00280112.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

70. FIGUEIREDO SANTOS, José A. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v18n3/0102-6909-tes-18-3-e00280112.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

social” e, no contexto pandêmico, observa-se que “⁷¹the economic impacts of the COVID-19 pandemic are inherently gendered. Women disproportionately bear the brunt of work that encompasses the ‘unproductive’ (unpaid or low-paid) and therefore unrecognised realm of maintaining the household: childcare, housework, caring for aging members and providing frontline healthcare. If the economy, as part of a gendered political system that privileges traditionally male-centric activities as ‘productive’, e.g. profitable (cf. Federici 2011), is shaping how governments adopt quarantine and isolation measures, we must interrogate the public health response to COVID-19 through a gender lens⁷². In an effort to protect society from COVID-19, politicians and public health experts have failed to consider the ways in which we are vulnerable within our own homes”.

Acresce-se a essa assertiva o entendimento de que a sociedade patriarcal⁷², branca, cisheteronormativo –, o cuidado é uma prática considerada feminina, sendo o risco considerado pela via do enfrentamento e não da prevenção. A sensação de “invulnerabilidade masculina” é um efeito possível e esperado dessa economia de gênero. Entretanto, é preciso considerar a dialética de gênero que se configura nessa economia de gênero pois, por um lado, tal invulnerabilidade e aversão ao cuidado não necessariamente performa a prática de todo e qualquer homem, e, por outro, essa posição de sujeito pode resultar em consequências complexas como, por exemplo a morte de um em cada cinco homens antes de completar 50 anos de idade, a grande maioria por causas externas, e uma expectativa de vida de 5,8 anos a menos em comparação com as mulheres na região das Américas. Ou ainda, o fato de que os níveis de mortalidade masculina decorrente da pandemia sejam superiores à feminina na maioria dos países analisados. Ademais, em concordância com os autores, é preciso, também, “reconhecer a diversidade de posições de sujeito assumida por homens, considerando inclusive um olhar para as populações de homens historicamente estigmatizadas e, muitas vezes alijadas do direito a usufruir de adequadas políticas públicas de saúde, como a população LGBTQI+, negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outras”.

Portanto, em vista do exposto, reafirma-se que é condição *sine qua non*

71. ENGUITA-FERNANDEZ CRISTINA et al. **The COVID-19 epidemic through a gender lens: what if a gender approach had been applied to inform public health measures to fight the COVID-19 pandemic?** Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/the_covid-19_epidemic_through_a_gender_lens.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

72. MEDRADO, B.; LYRA, J.; NASCIMENTO, Marcos; BEIRAS, A.; CORRÊA, A.C.; ALVARENGA, E.; LIMA, M.L.C. Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. **CienSaudeColet** [periódico na internet] (2020/Nov). [Citado em 06/12/2020]. Disponível em: pandemia/17809?id=17809&id=17809&id=17809&id=17809&id=17809%C2%A0. Acesso em: 28 nov. 2020.

na esfera do seu trabalho os assistentes sociais percebiam nas singularidades das demandas, que chegam até a si, como as dimensões étnico-raciais, de classe, gênero e sexualidades se apresentam e impactam na vida dos usuários a fim de construírem um processo interventivo nessa mesma direção. Tal reconhecimento e operacionalidade requer, por um lado, uma aproximação entre o mundo da formação e o mundo do trabalho, ou seja, se faz necessário a valorização, no espaço acadêmico, de um saber contextualizado, de uma formação inicial qualificada, mas também de uma formação permanente. Borges (2018) e Correia (2003), ao debaterem sobre a relação entre o mundo do trabalho e o mundo da formação, chamam atenção para uma ideia presente em diferentes segmentos da formação acadêmica a qual se baseia, entre outros, no “⁷³ pressuposto de que a situações de formação são exteriores ao exercício do trabalho [...].” Em continuidade eles expressam: esta “exterioridade” temporal e institucional da formação relativamente aos contextos onde se espera que os indivíduos venham a exercitar as suas competências constrói-se paradoxalmente, através da institucionalização de uma espécie de isomorfismo estrutural entre a organização pedagógica do campo da formação e estes contextos sociais [...].

Com base no exposto, sinaliza-se para a imprescindível necessidade da inter-relação entre os cenários de formação e os cenários de prática, entre o “lugar de aprender” e o “lugar do fazer” e isto significa, portanto, que é preciso propiciar meios e condições para que as instituições formadoras e as instituições que demandam o trabalho do assistente social aproximem-se, não na perspectiva de submissão da formação ao mercado de trabalho, mas na perspectiva de produção de conhecimento sobre a realidade em curso, como uma das forma das instituições de ensino melhor apreenderem as reais necessidades vivenciadas no cotidiano do trabalho profissional dos assistentes sociais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, assim como captar de forma mais qualificada como as diversas manifestações expressões da “questão social” se apresentam, pois é sabido que os espaço sócio-ocupacionais não são desvinculados dos processos históricos. Ele capta suas mutações e novas demandas e requisições se apresentam exigindo, por outro lado, por parte dos parte dos profissionais de Serviço Social, competências e habilidades novas, assim como faz emergir novas atribuições. Portanto, cabe a instituições formadoras, as entidades da categoria, encontrar caminhos para fomentarem

⁷³. CORREIA, 2013, p. 22 apud BORGES, 2018. In: BORGES, J. Lusitânia de Jesus. **Saúde da família: trabalho e formação médica no Brasil e em Portugal.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 367 p.

O CONTEXTO PANDÊMICO E SUAS REFRAÇÕES NAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”, NO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E A DEFESA DA INTERSECCIONALIDADE NA APREENSÃO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO

conhecimentos no sentido de contribuir para apreensão crítica e propositiva desse processo. Ou seja, captar as reais necessidades dos trabalhadores imersos no campo profissional, uma vez que todas essas mudanças alteram as relações entre os sujeitos, os saberes e o poder deles imanente, assim como rebate na divisão social, sexual e técnica do trabalho. Acresce-se a isso o fato de que a relação entre demanda e oferta de emprego para o assistente social é regulada, prioritariamente, pelo Estado e sua variação tem relação direta com as políticas sociais e seu movimento em cada conjuntura histórica, política e econômica, podendo originar mais ou menos emprego.

Assim, com apoio nessas observações, é útil reafirmar que o contexto da pandemia impõe mudanças no trabalho do assistente social, a exemplo do trabalho remoto, do aumento das demandas, da intensificação e da fragmentação dos processos coletivos do trabalho, da reorganização dos fluxos, da emergência de novos protocolos, do aumento e intensificação da produtividade, de precárias condições de trabalho⁷⁴, bem como tem ampliado os processos de adoecimento relacionados às questões laborais⁷⁵, do mesmo modo como se assiste à intensificação das refrações advindas da divisão sexual do trabalho.

Destarte, tais processos trazem em si elementos de contradição, pois ao

74. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em se tratando das condições de trabalho “a pesquisa revelou que 63,8% dos entrevistados não receberam testagem em nenhum momento da pandemia, sendo que apenas 6,1% foram testados de forma contínua durante esse período. O treinamento para lidar com a crise não foi fornecido a 77,7% desses profissionais — entre assistentes sociais, esse percentual chega a 81,7% e, na região Norte, a 95%. Equipamentos de proteção individual (EPI) não chegaram a 39,4% dos profissionais em nenhum momento. Sobre o medo de contaminação, 86,6% dizem ter esse temor (índice que alcança 100% entre os respondentes da região Centro-Oeste) e 71,4% afirmam não se sentir preparados para lidar com a situação de crise a situação de crise, porcentagem ainda alta se considerado o prolongamento da crise sanitária”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/11/24/78-dos-assistentes-sociais-tiveram-a-saude-mental-afetada-pela-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 nov. 2020.

75. Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas aponta que a porcentagem de profissionais que afirmam que a saúde mental foi abalada pela pandemia também sofreu um leve aumento com relação à segunda rodada do estudo, passando de 74% para 78%. Apesar desse quadro crítico, apenas 20% dos respondentes disseram ter recebido algum apoio nesse sentido. Emoções como medo, empatia, estresse e cansaço são prevalentes entre os entrevistados e motivadas pela possibilidade de infectar colegas, o aumento da disseminação do vírus, a possibilidade de se infectar, as incertezas, a exaustão psicológica, a falta de ação dos governos e a sobrecarga de trabalho. Mais de um quarto dos entrevistados afirmam, ainda, ter sofrido assédio moral no trabalho durante a pandemia, um aumento de 5% em comparação com a rodada anterior. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/11/24/78-dos-assistentes-sociais-tiveram-a-saude-mental-afetada-pela-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 nov. 2020.

tempo que o Teletrabalho⁷⁶ se constitui como única possibilidade de atender as demandas sociais dos usuários e suas famílias no contexto pandêmico e garantir a segurança dos profissionais, as TICs não são factíveis para uma grande maioria da população que se constitui o público alvo das políticas sociais, sobretudo àqueles mais vulnerabilizados, uma vez que se encontram desprovidos do acesso à tecnologias; além disso, não se pode deixar de mencionar que tal realidades também afeta as condições de trabalho dos assistentes sociais, em particular, no que tange a apreensão das expressões da “questão social”, em sua totalidade, ou seja, frente a necessidade de captar o fenômeno para além da aparência, e, isso, consequentemente, reflete no processo de construção da intervenção e nas respostas a ela inerente, assim como exige, obviamente, a necessária observância da dimensão ética do seu trabalho na sua realização.

Mas, por outro lado, paradoxalmente têm-se registrados experiências exitosas, via TICs, tanto no que tange a possibilidade de aproximação entre as famílias e os pacientes acometidos com a COVID-19, resguardando assim o seu direito, por exemplo, bem como no que se refere aos processos de trabalho coletivo na medida que a introdução das TICs têm possibilitado à aproximação entre os membros das equipes de trabalho para realização de estudos de caso e construção coletiva de intervenções, assim como tem possibilitado o partilhamento de experiências e saberes entre sujeitos que atuam em diferentes instituições e regiões geográficas. Contudo, sabe-se que todas essas reorientações fazem emergir, ainda, conflitos no interior dos serviços, pois cada ator em ação que compõe as equipes traz consigo um conjunto de saberes que, na sua prática, se traduz em relação de saber, de força, de poder. Para Foucault (2010a) o poder não existe, existem, sim, práticas ou relações de poder já que saber e poder se implicam mutuamente e só existem a partir de condições políticas, porque todo saber tem sua gênese em relações de poder.

Com outras palavras, acrescenta-se que a impossibilidade da observação *in loco*, enquanto um instrumento do processo investigativo - para ampliação do processo de argumentação e fundamentação dos pareceres -; da visita domiciliar e ou institucional; da entrevista individual, em espaços reservados para essa finalidade nos leva a questionar: – como assegurar a

76. O CFESS em nota se manifesta e coloca a seguinte ponderação: “a pandemia e a instituição do trabalho realizado por meios exclusivamente remotos limitam a realização de processos avaliativos e prejudicam a emissão de pareceres conclusivos, devendo os/as profissionais posicionar-se sobre as possibilidades e limites, de acordo com as condições de trabalho em relação à demanda”. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiafcfess.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

O CONTEXTO PANDÊMICO E SUAS REFRAÇÕES NAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”,
NO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E A DEFESA DA INTERSECCIONALIDADE NA
APRENSÃO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO

mínima privacidade? como garantir espaços para falar e ou mesmo denunciar crimes? como substituir a presença dos corpos e os elementos de comunicação que dele deriva? – em outras palavras, essa conjunção de fatores podem, em maior ou menor medida, constituir-se em aspectos relevantes que impacta no sistema de confiança entre profissional e usuários (as), uma vez que é no momento do encontro, sobretudo no primeiro acesso, que os sujeitos podem interagir e estabelecer uma relação de aproximação, através da qual é possível identificar aspecto de compromisso mútuo e de confiança no âmbito institucional e profissional.

Para além disso, tal realidade também se impõe, no que a tange a formação inicial e no trabalho docente dos assistentes sociais, ou seja, vivencia-se, pela primeira vez, no âmbito do ensino do Serviço Social nas instituições públicas o denominado ensino remoto emergencial⁷⁷. Tal situação tem se constituído um desafio frente à ausência de um posicionamento do Estado coerente com a realidade brasileira. Assim, o que se observa no que se refere ao ensino remoto é uma realidade prenha de desafios; entre esses, destaca àqueles relativos ao processo de ensino-aprendizagem, aos aspectos teóricos e práticos que orientam a formação, a exemplo dos estágios⁷⁸ supervisionados, acrescidos da estranheza do corpo docente e discente na relação com as TICs como mediadora dos processos pedagógicos que, entre outras questões, requer a problematização das categorias tempo e espaço, público e privado, ao tempo que faz emergir um debate geracional, pois este se apresenta na forma de apreensão, uso e adaptabilidade dessas ferramentas nos processos pedagógicos.

Afora isso, cabe sinalizar, de acordo com os dados da Nota da ABEPSS⁷⁹ de 24 de abril de 2020, que “mais de 90% das estudantes de Serviço Social no país são mulheres, das quais mais de 70% são trabalhadoras. A grande maioria delas tem manifestado diversas dificuldades advindas da pandemia, tanto

77. O MEC, como a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais, enquanto perdurar a pandemia da COVID-19 e, no mesmo ato, revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020; nº 345, de 19 de março de 2020; e nº 473, de 12 de maio de 2020.

78. Para maiores informações sobre a suspensão do estágio supervisionado ver nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID-19). Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/coronavirus-abepss-semanifesta-pela-suspensao-das-atividades-de-estagio-supervisionado-em-servicosocial-367>. Acesso em: 05 set. 2020.

79. Dados da Nota de 24 de abril de 2020: “**ABEPSS se posiciona pela suspensão do calendário acadêmico no âmbito da graduação e da pós**”. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/coronavirus-abepss-semanifesta-pela-suspensao-das-atividades-de-estagio-supervisionado-em-servicosocial-367>. Acesso em: 05 set. 2020.

econômicas, quanto emocionais. Essas dificuldades se agravam no contexto do *home office* com a superexploração do trabalho feminino. A sociedade capitalista patriarcal impõe às mulheres uma multiplicidade de jornadas de trabalho. No contexto da pandemia, a tendência é de que o trabalho remoto faça com que essas múltiplas jornadas se integrem ao ambiente familiar/doméstico. Esse processo tende a amplificar e intensificar a rotina de trabalho das mulheres”, para além das questões relativas, prioritariamente, mas não exclusivamente, às dificuldades dos discentes no que tange ao acesso de qualidade às TICs, assim como a ausência de um espaço privado e adequado para esse fim. O que vem se constatando por meio da observação, ainda que sem maiores dados para uma evidência precisa, nas aulas assíncronas, muitas vezes, é uma presença ausente, no qual o silêncio, as câmaras desligadas, mesmo após insistentes provocações por parte do docente, permite levantar hipóteses de que a realidade em curso afeta a qualidade da formação, o processo ensino-aprendizagem revelando uma relação de superficialidade, posta pela excepcionalidade do momento, entre estes discente e os conteúdos formativos, pois, alguns desses discentes, alegam que não podem interagir porque ao mesmo tempo que estão “presentes” nas aulas assíncronas, estão, concomitantemente, no ambiente do trabalho, ou cuidando dos filhos, avós, ou em momento de deslocamento, via transportes, entre outras questões. Posto isso, parte-se do entendimento que isso significa, claramente, prejuízos para processo o cognitivo, uma vez que a atenção é imprescindível, pois é ela que possibilita a concentração, via estímulos, para apreensão aprofundada de determinado conhecimento.

Em sentido diverso da assertiva anterior, mas de forma complementar ao debate aqui abordado, cabe defender, no que tange as particularidades da política de saúde, que suas estratégias para o enfrentamento da COVID-19, no contexto pandêmico, passa, necessariamente, por medidas e ações relativas ao acesso aos serviços de saúde por parte dos usuários e, consequentemente, ao diagnóstico em tempo hábil uma vez que a ausência dessa possibilidade, pelas populações que compõe as diferentes regiões do país, assim como das diferentes frações dos grupos populacionais, a partir do recorte por grupos de riscos, risco aqui entendido não só do ponto de vista biológico, comorbidades, mas também social e econômico, e portanto, permeado por questões de território/localidade/habitação, saneamento, cultura, classe social, ocupação/emprego, geração, raça/etnia, assim como a própria distribuição territorial dos equipamentos de saúde, também se configuram como um dos determinantes

O CONTEXTO PANDÊMICO E SUAS REFRAÇÕES NAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”, NO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E A DEFESA DA INTERSECCIONALIDADE NA APRENSÃO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO

que podem incidir para uma maior morbimortalidade entre esses grupos, pois é sabido que estratégias como a testagem em massa, antes a impossibilidade de uma vacina em massa para em curto prazo, sobretudo para os países da América Latina, para além de evidenciar e possibilitar a vigilância e análise da prevalência da COVID-19 em determinado território, possibilita, por outro lado, a vigilância da doença, na especificidade dos grupos populacionais alcançados, e isto, não se pode deixar de salientar, contribui para tomadas de medidas relacionadas a prevenção e o prognóstico por parte das equipes de saúde, e, inclusive do próprio paciente, já que a sua confirmação, influí, entre outras questões, no seu comportamento, na relação que esse paciente estabelece com a própria doença e a sua capacidade de adesão ao tratamento, sobretudo, cabe aqui salientar, para àqueles que se encontram no grupos denominados de assintomáticos e dos sintomáticos leves que chegam a 80% dos casos.

Posto isso, creio que muitos desafios estão colocados nessa conjuntura e, nos interpela, enquanto academia, enquanto intelectuais e profissionais do Serviço Social, a nos somarmos na busca de respostas e na proposições de intervenções, pois, dada a multidimensionalidade do fenômeno, penso que a sua compreensão e as respostas requerem a conjugação de vários campos/ disciplinas do saber na produção do conhecimento científico e no âmbito da intervenção, bem como a proposição de políticas intersetoriais, as quais, há muito tempo já sabíamos, defendíamos e temos muito para contribuir. Ou seja, as respostas para o enfrentamento da pandemia/COVID-19 deve caminhar na defesa intransigente da democracia, da classe trabalhadora, dos direitos humanos, da educação de qualidade e para todos, de uma Ciência democrática, livre, da igualdade de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades e equidade nas proposições das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edna; CALDWELL, Kia. **Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?** Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaudade/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BORGES, J. Lusitânia de Jesus. **Saúde da família:** trabalho e formação médica no Brasil e em Portugal. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 367 p.

BRASIL. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais, enquanto perdurar a pandemia da COVID-19 e, no mesmo ato, revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020; nº 345, de 19 de março de 2020; e nº 473, de 12 de maio de 2020.

DAVIS, Mike. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

ENGUITA-FERNANDEZ CRISTINA; et al. **The COVID-19 epidemic through a gender lens:** what if a gender approach had been applied to inform public health measures to fight the COVID-19 pandemic? Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/the_covid-19_epidemic_through_a_gender_lens.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

FIGUEIREDO SANTOS, José A. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00280112. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00280. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v18n3/0102-6909-tes-18-3-e00280112.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARTINS, Tereza Cristina S. **Racismo, questão social e serviço social:** elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. 2017, p. 14. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/inscrita14-cfess-site/13>. Acesso em: 30 mai. 2019.

MEDRADO, B.; LYRA, J.; NASCIMENTO, Marcos; BEIRAS, A.; CORRÊA, A.C.; ALVARENGA, E.; LIMA, M.L.C. Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (2020/Nov). [Citado em 06/12/2020]. Disponível em: <https://pandemia/17809?id=17809&id=17809&id=17809&id=17809&id=17809-C2%A0>. Acesso em: 28 nov. 2020.

A INVISIBILIDADE DA CONDIÇÃO ÉTNICO-RACIAL DAS MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ana Caroline Trindade dos Santos

INTRODUÇÃO

A invisibilidade da condição étnico-racial das mulheres negras usuárias da assistência social é a temática central do presente relato de experiência. Para apreender os mecanismo de reprodução do racismo institucional no cotidiano de trabalho, e ter essa temática como objeto de pesquisa doutoral, foi necessário ser questionada por uma usuária se eu era mesmo uma assistente social. Esse fato ocorreu em 2015 no período em que passava pela transição capilar⁸⁰ e minha imagem coincidia com a da usuária: pele preta, cabelo crespo e mulher, estes foram os motivos de estranhamento da usuária, e segundo seus relatos, não podia uma assistente social ser parecida com ela.

A partir dessa inquietação apurei o olhar e as observações empíricas para o público-alvo da assistência social e iniciei a reflexão sobre a condição étnico-racial das famílias usuárias do Programa Bolsa Família (PBF), das crianças e adolescentes que permanecem nas instituições de acolhimento institucional por anos, mesmo quando já ocorreu a destituição de poder familiar e estão aptos a sua inserção em famílias substitutas. Como também dos e das jovens e adolescentes que cumprem as medidas sócioeducativas em meio aberto e nos equipamentos de assistência social; e dos indivíduos que estão em situação de rua. Todos esses usuários são facilmente enquadrados no grupo étnico-racial identificado pelo IBGE como negros, ou seja, o somatório de pretos e pardos.

Desta forma, a literatura confirma que a permanência histórica do conjunto da população afrodescendente brasileira nos piores índices de pobreza extrema, desemprego, taxas de violência (compostas por homicídios,

80. A “Transição Capilar” é caracterizada pela passagem dos cabelos quimicamente tratados para a textura natural, principalmente os cabelos cacheados e crespos. Tendo o seu surgimento nos Estados Unidos, logo ganhou muitas adeptas no Brasil, sendo impulsionado pelas redes sociais. Tal movimento tem como referências, jovens que passaram por essa experiência de modificação, que transforma, aos poucos, as suas imagens e que influencia diretamente em suas autoestimas. (MATOS, 2016, p. 845).

femicídio⁸¹, violência sexual e doméstica) retratam a função social do racismo e do mito da democracia racial no Brasil, enquanto ideologia hegemônica na consolidação das relações sociais no período histórico posterior a abolição da escravatura em 1888. Para Eurico (2018, p. 36) racismo e capitalismo se articulam e fortalecem “a ideologia racial, essencial para a dinâmica das relações sociais na contemporaneidade e que justifica, ainda que não explique, o pauperismo de parcela majoritária da população negra.”.

De acordo com os Boletins de Políticas Sociais do IPEA (2012, 2014, 2015 e 2016) o alarmante índice de violência que acomete a juventude negra brasileira tem reforçado os protestos realizados pelos movimentos negros e de direitos humanos que, chamam a atenção da sociedade e dos órgãos públicos responsáveis pela segurança pública do país. Segundo os dados do IPEA (2012) o número geral de homicídios entre 2004 e 2005 sofreu um declínio devido a fatores relevantes como a política de desarmamento, iniciada em 2004, e o engajamento dos municípios para o enfrentamento dos problemas na área da segurança pública e o crescimento da população carcerária.

Em paralelo a essas ações constatou-se “o avanço da violência em determinados estados brasileiros e aumento da participação dos homicídios na mortalidade juvenil” (IPEA, 2012, p. 315). Entre os estados que se destacam na elevada taxa de homicídios temos o Maranhão, Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, este último com um percentual de 226,1%. (IPEA, 2012). Ao realizar um recorte racial na análise das elevadas taxas de homicídio da população jovem, os números alardeiam mais a diferenciação entre o quantitativo de jovens negros que são mortos em detrimento dos brancos. Dados do Mapa da Violência de 2014 retratam que entre 2002 a 2012 morreram 72% mais negros do que brancos e a taxa de homicídios entre brancos teve uma queda de 24,8% e entre negros a mesma taxa obteve um aumento de 38,7%. A Secretaria Nacional da Juventude lançou em 2015 o “Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil” com dados sobre a população carcerária e a comprovação da criminalização da juventude negra brasileira. Segundo a pesquisa 54,8% são jovens, homens entre os 18 e 29 anos de um universo composto por 515.482 presos.

81. Em março de 2015 é aprovada a legislação 13.104 que altera o Código Penal brasileiro ao tipificar o feminicídio como crime “contra a mulher por razões da condição do sexo feminino [...] Considera-se que há razões de condição do sexo feminino quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. (BRASIL, 2015). A lei também assegura o aumento da pena caso a vítima esteja gestante ou nos três meses posteriores ao parto; quando o crime é contra criança menor de 14 anos, idosas a partir de 60 anos e pessoas com deficiência; e se ocorrer na presença de filhos ou parentes da vítima. Segundo dados do IPEA (2018) em 2016 foram assassinadas o total de 4.645 mulheres, numa taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres.

Em 2018 o Mapa da Violência divulgou os índices referentes ao quantitativo de homicídios em 2016 com um total de 62.517 pessoas mortas, desse universo 33.590 (53,7%) eram jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Nas estatísticas é possível identificar uma expressão da desigualdade racial a partir da taxa de homicídios de negros, equivalente a 40,2%, e não negros com um percentual de 16%. No tocante ao cruzamento dos marcadores sociais de gênero e raça na análise da violência letal o documento revela que em 10 anos (de 2006 a 2016) a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou em 15,4% enquanto os homicídios praticados contra mulheres não negras diminuíram com uma queda de 8%.

Com relação às taxas de emprego é possível identificar que a ocupação da população negra nos ramos de atividades está relacionada às funções de menor prestígio social como os serviços domésticos, a construção civil, na indústria têxtil e nos serviços de limpeza. Martins (2012) destaca que,

[...] embora os trabalhadores sejam afetados de um modo geral pela realidade de precarização e informalidade nas relações de trabalho são os grupos que historicamente se encontravam em desvantagem social que se inserem em maior proporção nas ocupações/trabalhos precários e informais. Daí porque (entre 1995 a 2006) na condição assalariada com carteira assinada havia uma presença maior de trabalhadores brancos (36,8%) do que entre pretos e pardos (28,5%); entre os homens brancos (39,8%) do que pretos e pardos (33%); e entre as brancas (33%) do que as pretas e pardas (22%). (MARTINS, 2012, p. 463).

Dados do IBGE de 2017 ratificam o quadro de desigualdades no mercado de trabalho ao comparar a participação em trabalhos formais temos um percentual de 68,6% dos trabalhadores brancos e 54,6% de trabalhadores pretos ou pardos. De acordo com o órgão governamental a diferença apresentada provoca reflexões sobre as desigualdades constituídas de forma histórica no nosso país com uma proporção maior de trabalhadores pretos e pardos sem carteira de trabalho assinada e, consequentemente, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, uma vez que, “de fato, 21,8% destes últimos (trabalhadores pretos e pardos) – ou pouco mais de um em cada cinco trabalhadores – não possuíam os benefícios relacionados à posse da carteira de trabalho assinada. Entre os trabalhadores brancos, a proporção foi de 14,7%” (IBGE, 2017, p. 35).

Diante das estatísticas que atestam um quadro de precárias condições de vida e de subalternidade, que atingem sobretudo os afrodescendentes, se fez necessário apreender as determinações das desigualdades sociais e raciais na manutenção do sistema reprodução social no Brasil, a partir da percepção de que a população negra se consolidou enquanto superpopulação relativa no processo de estruturação do capitalismo nacional. Uma vez que, desde o século XIX o Estado nacional operou para racializar a população pobre mediante suas legislações e implementação de políticas sociais. Estas políticas são voltadas para garantir materialidade da população pobre, que em sua maioria é negra, tinha a punição do indivíduo como principal ferramenta de ajustamento da população marginalizada.

Os determinantes históricos estruturadores das políticas sociais no Brasil, nos permitem afirmar que, somente com a Constituição Federal de 1988 foi possível iniciar um processo de democratização do acesso da população negra aos mínimos sociais. Diferente dos sistemas protetivos dos países europeus de capitalismo avançado, a proteção social brasileira não teve o pleno emprego e nem serviços sociais universais como pilares para formação de uma rede de proteção social. As características prevalecentes das políticas sociais, até 1988, foram permeadas pela fragilidades das instituições democráticas, pela expansão industrial tardia e pelo crescimento desorganizado dos grandes centros urbanos. Em decorrência das mesmas, houve o êxodo da população negra do meio rural que passou a povoar as periferias das grandes cidades brasileiras e a utilizar em massa os programas assistenciais focalizados na manutenção da pobreza e da exclusão social.

Com a Constituição Federal de 1988 e o advento da Seguridade Social e sua concepção integral acerca dos direitos sociais relativos à saúde, assistência social e previdência, a assistência social alcança *status* de política pública com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No entanto, mesmo com parâmetros institucionais que avançavam para o acesso da população negra a uma cidadania regulada, a política nacional de assistência social manteve a cultura tecnocrática e racista ao reproduzir a ideologia de harmonização dos conflitos raciais inerentes à sociabilidade brasileira.

O SUAS E A REPRODUÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL

A Assistência Social brasileira é organizada pelo SUAS, um sistema

público de serviços com parcerias com entidades socioassistenciais particulares, que uniformizam os serviços, programas e benefícios sociais relacionados a proteção social. Conforme as principais legislações do SUAS, a Lei Nº 8742/93 e a Lei Nº 12.435/2011, a proteção social tem por objetivo garantir a vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos principalmente a infância, maternidade, adolescência e velhice, nos termos da legislação.

A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Os produtos derivados do SUAS, quais sejam seus serviços socioassistenciais, programas e projetos sociais passam por uma reformulação para acompanhar as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, a Resolução nº 109 em 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, organiza os serviços de acordo com as proteções sociais e os seus respectivos equipamentos sociais, unidades físicas destinadas a execução dos serviços da assistência social. Os principais equipamentos sociais são os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), os Centros para População em Situação de Rua (Centro Pop) e as instituições de acolhimento institucional nas modalidades de abrigo para crianças, adolescentes e idosos e Casa Lar.

Por proteções sociais temos a conceitação de que são “formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem [...] da vida natural ou social, tais como velhice, a doença, o infortúnio, as privações.”(DI GEOVANNI, 1998 apud MDS, 2004, p. 31). As proteções têm o objetivo de garantir a família e aos indivíduos seguranças relacionadas a sobrevivência (de rendimento e de autonomia das pessoas), de acolhida e de convivência ou vivência familiar. (PNAS, 2004). No SUAS a família é compreendida como um eixo estruturante da política de assistência social, e os serviços e equipamentos

sociais são organizados em torno da matricialidade sócio-familiar, uma vez que,

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode considerar que ela se caracterize como espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004, p. 41).

Desta forma, a assistência social no Brasil está organizada por níveis de complexidade em duas dimensões: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade e de alta complexidade. Para cada nível de proteção teremos equipamentos sociais e serviços socioassistenciais correspondentes as necessidades de assistência social da população. Em dez anos como assistente social do SUAS na PSB, trabalhei em três CRAS localizados em três diferentes bairros na cidade de Aracaju (Cidade Nova, Inácio Barbosa e atualmente no Porto D'anta) e pude perceber como as obrigações imputadas às mulheres pela sua condição de gênero são aprofundadas na realidade das mulheres negras.

Para além das obrigações de provedoras, quase que exclusivamente, dos seus núcleos familiares, grande parte dessas mulheres estão inseridas no mercado de trabalho informal e não conseguem ter garantido os seus direitos previdenciários. Às poucas mulheres que trabalham no serviço doméstico de forma legalizada, ainda possuem acesso aos serviços e benefícios previdenciários, no entanto, com a perda da capacidade de compra do salário mínimo e o empobrecimento da população assalariada, muitas chefes de famílias são também usuárias dos serviços da assistência social.

E o fato de ser usuária e/ou beneficiária de programas assistenciais lhes trazem como consequências, uma série de estigmas e preconceitos cristalizados na sociedade brasileira pela sua condição de ser mulher, pobre, negra e moradora de periferia. A intelectual Sueli Carneiro (2003) defende a tese que o racismo, rebaixa os gêneros por meio de privilégios que advém da exploração e exclusão dos gêneros negros considerados subalternos, “a variável racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a

identidade feminina estigmatizada (mulheres negras), tanto nas masculinidades subalternizadas (homens negros) com prestígio inferior ao gênero feminino do grupo racialmente dominante” (CARNEIRO, 2003, p. 119). E chegamos ao principal ponto deste relato de experiência, o quanto o cotidiano profissional no SUAS nos faz reproduzir preconceitos a partir da assimilação dos valores institucionais que por vezes, são contraditórios aos valores éticos preconizados pelo projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

No dia a dia do trabalho social com famílias no CRAS questionamos as usuárias em tudo: no quantitativo de filhos; na variedade dos seus relacionamentos amorosos; nas responsabilidades com as condicionalidades dos programas sociais; na baixa estima que essas mulheres apresentam devido a vivência histórica em ambientes domésticos violentos, e questionamos sua permanência nesse ciclo. E por vezes, os elementos acima descritos nos servem de ferramentas julgadoras, que moldam as ações técnicas e que diante da precarização das condições de trabalho das/os assistentes sociais no SUAS, as e os profissionais ficam imobilizados, sem tempo para realizar reflexões ético-políticas que são cruciais na garantia do acessos aos direitos sociais.

E ao tratarmos das usuárias da assistência social não podemos esquecer das determinações históricas e sociais que forjaram a sociedade brasileira, o racismo estrutural na sua dimensão institucional está atrelado ao processo do desenvolvimento capitalista nacional, e isto é evidenciado no cotidiano profissional a partir dos paradoxos da desigualdade social e da naturalização do racismo por parte das/os assistentes sociais.

Na abordagem conceitual sobre o Racismo Institucional, publicada pelo Instituto Geledés, Werneck (2013, p. 19) aponta que para além da ação institucional, “o racismo se coloca como marco ideológico legitimador e definidor de prioridades, reivindicando e legitimando culturas e condutas cotidianas ou profissionais dentro e fora das instituições.”. No nível institucional, segundo a literatura brasileira acerca do tema, o racismo é materializado nas dimensões político-programática e na dimensão das relações interpessoais. Eurico (2011) discorre que as operações anônimas de discriminação racial em instituições são configurações do racismo institucional, segundo a autora,

O anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente. Ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de

políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições. (EURICO, 2011, p. 59).

A evidência do racismo institucional só é possível de ser analisada, a partir da avaliação e do monitoramento das políticas sociais previstas na Seguridade Social e das demais políticas sociais que formam o leque de proteção social estatal, como habitação, educação, segurança pública, trabalho, transporte, etc. Somente com as políticas de ações afirmativas constatou-se a falta, ou o acesso precário, às políticas públicas por parte da população negra, ocorre de forma sistemática e anônima. Desta forma, as ações afirmativas devem ser encaradas como uma prática de impedir a reprodução das desigualdades por parte do Estado.

Segundo Eurico (2011) a dimensão político-programática “compreende as ações que *impedem* a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e rotinas administrativas.” (EURICO, 2011, p. 60, grifo nosso). Já a dimensão das relações interpessoais consiste nas relações pautadas em atitudes preconceituosas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário, e entre usuário e trabalhador.

Analizar a primeira dimensão requer que a/o assistente social reconheça “como a forma de ser da instituição interfere no olhar sobre a população negra, carregado de esteriótipos” (EURICO, 2011, p. 123). Ou seja, as estruturas institucionais conservam a base de valores que legitimam o mito da democracia racial, uma vez que, a negação da existência do racismo na sociedade brasileira corresponde, de forma direta, com a reprodução do preconceito e discriminação racial no âmbito das instituições que ofertam políticas sociais. É nessa cultura institucional que opera o sistema de opressões de gênero, classe e raça.

No tocante a discussão sobre a questão étnico-racial no Serviço Social temos por excelência a incorporação da ideologia da democracia racial sendo o pilar de reprodução sobre o exercício profissional, no que pese aos aspectos da intervenção e da formação de assistentes sociais. E essa afirmação tem por base o fato das/os assistentes sociais não reconhecerem a necessidade de identificação da condição étnico-racial das usuárias que buscam atendimento da assistência social, o que demonstra que a intencionalidade da atividade

profissional é de naturalização das desigualdades sócioraciais. A subnotificação dos dados étnico-raciais nos leva a refletir sobre a falta de percepção, por parte dessas profissionais, do agravamento das violações de direitos a partir da condição étnico-racial dos usuários, principalmente nos serviços da PSE.

Esse quadro permite analisar que a invisibilidade das condições étnico-raciais do/a usuário/a da assistência social pode ser compreendida pela redução da instrumentalidade do exercício profissional como uma singularidade do cotidiano social, cujas finalidades são alcançadas pela materialidade das respostas sociais, do ponto de vista do aspecto institucional, e é nesse ponto que ocorre a reprodução sistematizada do racismo institucional expressos em preconceito e discriminação racial.

O preconceito não vai se expressar somente porque o profissional *não preenche os campos de informação sobre cor/raça das fichas e/ou dos cadastros de atendimento ou acompanhamento das famílias e indivíduos*, a reprodução do racismo institucional é realizada de forma acumulativa e suas consequências tem impactos diretos na vida do usuário e indiretos na reflexão realizadas pelos profissionais ao identificarem a condição racial das famílias que passam pelo seu atendimento. O que torna esse/a usuário/a um/a humano/a genérico/a e singularizado/a pelas suas incapacidades individuais de não romper com a reprodução das expressões da questão social de forma histórica em seus ciclos de vida: pobreza, violências, desemprego estrutural e etc.

CONCLUSÃO

O contexto institucional da PNAS tem como ponto de partida o entendimento que a Família é uma instituição total responsável pela socialização e vivência de homens e mulheres na realidade brasileira, daí a centralidade na matricialidade sócio-familiar. O que significa que o bem-estar da comunidade gira em torno do sucesso individual e coletivo dos entes familiares, é responsabilidade da mulher. E ao tratar das mulheres usuárias do SUAS, estamos falando em sua grande maioria de mulheres negras, assalariadas, chefes de família e beneficiárias dos programas de transferência de renda.

Nos marcos da Constituição Federal da República de 1988 a política de assistência social no Brasil é declaradamente a política social que implementa a proteção social à família, com a matricialidade sócio-familiar e a territorialização como eixos centrais de atuação. O arranjo institucional que direciona o trabalho do profissional de serviço social na assistência social é facilmente localizado nas

legislações, portarias, resoluções emitidas pelos MDS e CNAS, assim como pelos entes municipais. Segundo Sandim e Assis (2019, p. 205) os “arranjos dizem respeito às regras que coordenam as relações políticas, econômicas e sociais dos agentes envolvidos em políticas públicas e demarcam seus processos e objetivos [...]”.

Desta forma, o trabalho social com famílias tem papel fundamental na estruturação dos Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) na proteção social básica e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) na proteção social especial de média complexidade. Principalmente para garantir as famílias e indivíduos assegurando-se segurança e renda, acolhida e convívio previstas na PNAS. No entanto, o conceito de família legitimado pela sociedade difere do conceito ampliado adotado pelas legislações nacionais, o que só aprofunda as estruturas racistas e patriarcais da sociedade brasileira. Evidenciado pelo aumento considerável dos casos de violência doméstica, violência sexual contra crianças e adolescentes, feminicídios e assassinatos de pessoas negras durante os meses da pandemia.

O processo de subnotificação das demandas racializadas apresentadas pelas/os usuárias/os aos profissionais é resultado da naturalização da subalternidade da condição racial negra do/a usuário/a do SUAS. O que faz com que as/os profissionais tenham dificuldades no preenchimento do campo de identificação étnico-racial nas fichas de trabalho. A precarização do trabalho da/o assistente social no SUAS e a secundarização da dimensão técnico-operativa diante da imediaticidade de concretizar o acesso aos mínimos sociais, como forma de suprir às necessidades básicas da população usuária, também aparecem como resultados e expressão da reprodução do racismo institucional na assistência social.

A subnotificação da condição étnico-racial pode e deve ser analisado como um resultado da precarização do trabalho o assistente social no SUAS e da secundarização da dimensão técnico-operativa diante da realidade e da imediaticidade de concretizar o acesso às necessidades básicas da população usuária. Sendo necessário o reconhecimento da categoria profissional que “o racismo deve ser reconhecido também como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores [...]” (WERNECK, 2013, p. 11).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio

A INVISIBILIDADE DA CONDIÇÃO ÉTNICO-RACIAL DAS MULHERES NEGRAS USUÁRIAS
DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

tácito do capitalismo. In: **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – n. 34, v. 12, Rio de Janeiro, 2014, p. 131-154, 2014.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento. 2018.

AMARO, S. A questão étnico-racial na Assistência Social: um debate emergente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, p. 58-81, mar., 2005.

BOSCHETTI, I. A insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 754-803, out/dez., São Paulo: Cortez. 2012.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo.** São Paulo: Cortez. 2016.

BRASIL. (1990). **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990** – Estatuto da Criança e do Adolescente.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In: **Estudos Avançados**, 17 (49), p. 118-132, 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, 31(1), p. 99-127, 2016.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero:** uma perspectiva global. Tradução e revisão técnica de Marília Moschokovich. São Paulo: Versos, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. ver. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CORREIA, Aline N. S. **Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro.** (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2018.

COSTA, Suely Gomes. **Signos em transformação:** a dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez. 1995.

EURICO, M. C. **Questão Racial e Serviço Social:** uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2011.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.114, p. 290-310, abr./jun., 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000200005&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 27 jan. 2017.

EURICO, M. C. **Preta, preta, pretinha:** o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negros (as) acolhidos (as). (Tese de Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2018.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): p. 291-308, maio-agosto, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a02v15n2.pdf> acessado em 10/11/2016. Acesso em: 10 nov. 2016.

GUERRA, Y. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão. In: SANTOS, Cláudia Mônica et al. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social:** desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análises**. n. 23, 2015.

MARTINS, T.C.S. **Racismo no mercado de trabalho:** limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. (Tese de Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2012.

MARTINS, T.C.S.; SANTOS, A. C.T. Criminalização e focalização como resposta à questão (social) étnico-racial: o visível invisível no exercício e na formação profissional do serviço social. In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos et al. (orgs.). **Temas contemporâneos no Serviço Social:** um convite à reflexão. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

MATOS, L. **Transição capilar como movimento estético e político.** Comunicação apresentada nos Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS. Realizado no

A INVISIBILIDADE DA CONDIÇÃO ÉTNICO-RACIAL DAS MULHERES NEGRAS USUÁRIAS
DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

âmbito do Programa de Pós Graduação de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12871/2/TransicaoCapilarMovimento.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

PROCÓPIO, A.P. Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à luta antirracista. Comunicação apresentada nos Anais do Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora “Ofensiva do capital, exploração/opressão de classe/gênero/raça/etnia e Serviço Social. Realizado no âmbito da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2017.

TRINDADE, R.L.P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Cláudia Mônica et al. (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social:** desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

WERNECK, J. (Org) **Racismo Institucional:** uma abordagem conceitual. Portal Geledés, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-uma-abordagem-teorica-e-guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DESAFIOS PARA O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO EM UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DE GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA

*Ana Raquel Martins Diógenes Holanda
Isadora Rodrigues Nascimento Santos
Nelyne Mota dos Santos Araújo*

Vivemos em uma sociedade patriarcal. Vivenciamos diferenciação de gênero e privilégios de homens em detrimento de mulheres constantemente. Nossas rotinas são condicionadas a essa estruturação social e as consequências do patriarcado ficam ainda mais evidentes em momentos de grande tensão social.

Mas como essa estrutura social foi construída? Como os estigmas de gênero foram estabelecidos? De que forma as sociedades foram se moldando ao longo dos séculos para que chegássemos aos modelos atuais? Como tudo isso determina o que fazemos, pensamos e somos?

Falar das diferenciações e consequentes desigualdades sociais sobre gêneros sem esses questionamentos é quase impossível. E conceituar para compreender essas segmentações e desenrolar histórico, é necessário.

PATRIARCADO: UMA BREVE CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA

Segundo Gerda Lerner (1986), o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres ao longo de um desenrolar social de quase 2.500 anos de duração. Surgido no estado arcaico, com organização básica no núcleo familiar patriarcal. “Os papéis e comportamentos considerados apropriados aos sexos eram expressos em valores, costumes, leis e funções sociais” (LERNER, 1986, p. 350).

A autora traz que antes mesmo da civilização ocidental, a sexualidade das mulheres baseava-se em suas capacidades reprodutivas e sexuais. E com o desenvolvimento da agricultura durante o período Neolítico, surgiu a “barganha de mulheres entre tribos”, uma vez que elas poderiam gerar mais indivíduos e estes, por sua vez, serviriam de mais força de trabalho para produção e acúmulo.

As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Depois, elas foram dominadas ou compradas para a escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores. Em toda sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades. (LERNER, 1986, p. 351).

Assim, a autora enfatiza que a formação e a opressão de classes, teve sua base na escravidão de mulheres que contava tanto com o machismo quanto com o racismo para efetivar dominação. As relações patriarcais constituíram as diferenças de classes atreladas aos termos e significâncias das construções de gênero. E os estados arcaicos caracterizam-se pelo surgimento de classes e hierarquias diretamente relacionadas com a propriedade, bem como a produção de bens, a especialização dessa produção, o comércio organizado, o urbanismo, as formações de elites, realeza, escravidão e dominação por parentesco. (LERNER, 1986).

Partindo então dos primórdios do patriarcalismo e suas segmentações, trazemos um salto para dias mais próximos de nossa atualidade. E em Neuma Aguiar (2000), temos uma reflexão sobre a sociedade patriarcal brasileira através das pontuações de Gilberto Freyre.

Independentemente das relações entre a organização do grupo doméstico e a forma de dominação estatal, o autor mostra que o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. (AGUIAR, 2000, p. 6).

E seguindo essa linha de pensamento, valemo-nos aqui, de uma pontuação feita por Raimundo Faoro (1958) sobre a colonização do que hoje temos por terras brasileiras, destacando que a “américa” seria transformada no reino da aventura e da mudança do patamar da fome para a ostentação senhorial. Para ele, já nessa perspectiva dos primeiros posicionamentos sobre um Brasil que ainda estava por “descobrir”, já era possível notar a tendência mercantil que devoraria o mundo.

O império da utopia não nega, combate ou se opõe à realidade: ele a substitui, colocando, em lugar do ouro e da prata, a fantasia, para chegar onde o ouro e a prata levam. Ninguém foge ao tempo e à história. Esta máscara, máscara tecida de sonho e de imaginação, cairá, devorada, primeiro pela atividade mercantil, depois pela colonização, que a visão edênia ajudará a promover. Quando a Europa impõe à América suas trocas, seu estilo comercial, seu sistema de exploração, o encantamento se retrai, e o duro dia-a-dia, amargo e sem perspectivas, falará sua linguagem. (FAORO, 1958, p. 123-124).

A essa altura, já começamos a formular vislumbres da profundidade de efeitos e determinações que os sistemas de formações sociais e expansão dessas formações, causaram e massificaram em nossas rotinas e vivências atuais. E ainda, o quanto há raízes históricas, políticas e econômicas perpassadas nesse contexto.

PATRIARCADO: CONTEMPORANEIDADE E ESTATÍSTICAS

Parafraseando Sheila Jeffreys, “homens tem julgado o que mulheres são e como devem ser por milênios, através das instituições de controle social” (2014, p. 6). Toda estruturação social que conhecemos, bem como a formação econômica e de trabalho das sociedades, além das relações de poder e estado são consequências de como as organizações humanas se formaram e foram se desenvolvendo política, social e economicamente.

Para Lise Vogel, “a organização social da diferença biológica constitui uma pré-condição material para construção social das diferenças de gênero” (1983, p. 142). Nesse sentido, destacamos a dependência direta e essencial do sistema em que vivemos da composição biológica do organismo feminino. Em outras palavras, o papel essencial que o organismo dotado de sistema reprodutor composto pela combinação “útero, ovários e afins”, exerce em uma

sociedade em que o sistema de produção depende de trabalho braçal humano.

É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, comprehende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista. (VOGEL, 2013, p.10).

E trazendo dados sobre essas realidades, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada em 2019, aproximadamente 51,8% da população brasileira é composta por mulheres. Ainda assim, dados do IBGE divulgados no 2º semestre de 2020, mostram que a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, é a menor dos últimos 30 anos.

No segundo trimestre deste ano, as mulheres representaram 46,3% da força de trabalho (mulheres que trabalham e procuram o emprego), é a menor porcentagem desde 1990, quando o índice foi de 44,2%. Esse declínio tem relação direta com a pandemia de covid-19, uma vez que as mulheres são mais prejudicadas pela crise econômica consequente e agravada pela pandemia. (IBGE, 2020).

Aqui, vamos destacar a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (NOPFPA) no ano de 2001, que trouxe que 75% das brasileiras viviam em domicílios com renda mensal de até 5 salários mínimos. E pontuando regiões, entre as residentes no Nordeste, 86% viviam em famílias com até 5 salários e em apenas 5% dos casos, a renda mensal ultrapassava os 10 salários.

Ressaltando o viés racial, entre as brasileiras com ascendência racial branca, 66% tinham renda familiar até 5 salários. Entre a maioria com ascendência negra e branca ou só negra, respectivamente 82% e 87% viviam em domicílios com até 5 salários/mês. E das mulheres brancas, 10% tinham renda familiar acima de 10 salários. Ao mesmo passo que entre as brasileiras negras, apenas 2% chegavam a essa faixa de renda por domicílio. (NOPFPA, 2001).

Ainda de acordo com a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, em território brasileiro, 66% das mulheres não passaram

do ensino fundamental. Porém, trazendo essa realidade percentual também para o âmbito racial, essa taxa desemboca 62% de mulheres brancas em contraponto de 82% de mulheres negras que possuem formação apenas até o ensino fundamental. Assim, apenas 7% das mulheres brasileiras chegaram ao ensino superior, sendo dessas, 9% brancas, 5% com ascendência branca e negra e apenas 2% negras. Ressaltamos ainda que na região Nordeste do país, 43% das mulheres não passaram da 4^a série do ensino fundamental e apenas 4% chegaram ao ensino superior, enquanto na região Sudeste, essas taxas ficaram em 37% e 7%, respectivamente. (NOPFPA, 2001).

Quando trazemos esses dados para o enfoque da perspectiva sobre pessoas com deficiência, percebemos a dificuldade de panoramas mais próximos da realidade, devido à ausência de dados oficiais ou ainda, ao defasamento desses dados.

Mesmo assim, o Censo Demográfico do Brasil, realizado pelo IBGE e divulgado no ano de 2010, nos traz que cerca de 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Essa taxa equivale a aproximadamente 46 milhões de brasileiros.

E destes, apenas 403.255 estavam empregados no ano de 2017, de acordo com a Agência Brasil. Esse número de 2017, corresponde à menos de 1% do total de pessoas com deficiência contabilizados pelo IBGE de 2010.

Nesse momento, chamamos atenção para os dados divulgados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no ano de 2016, onde pessoas com deficiência, independente do gênero, têm três vezes mais chances de sofrerem violência física, emocional ou sexual.

BARREIRAS DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO: INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA

No Brasil, a esfera social do trabalho é um campo importante para que sejam verificadas as formas de produção de desigualdades. Ao longo dos anos, houve um aumento na qualificação das mulheres, entretanto, tal fator não foi suficiente para proporcionar melhores condições de emprego e de salários.

O fim do século XX é marcado por uma forte influência do movimento feminista no Brasil. Na década de 1970, a luta por emancipação da mulher com destaque para a garantia de autonomia financeira e mudanças no comportamento familiar foi um avanço para o início de uma ruptura da concepção tradicional que colocava o homem como o único provedor da casa.

Todavia, mulheres trabalham de forma excessiva pois há de se considerar que, apesar de terem acesso ao mercado de trabalho, as funções de mãe e de principal responsável pelos afazeres domésticos ainda recaem sobre elas até os tempos atuais.

Quando é feito o recorte de análise com foco em mulheres negras, percebemos que a ocupação de postos formais de trabalho, remuneração e escolaridade por essas mulheres é menor em relação a mulheres brancas. Não se pode analisar a perspectiva de gênero, e também raça, restrita a dicotomia biológica (homem e mulher), mas também é necessário compreender o sentido histórico e aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais inter-relacionados (BORGES, 2015; LOURO, 1997).

Os reflexos do período colonial demonstram a necessidade de enfrentamento ao racismo e ao sexism para a quebra de desigualdades. O sistema escravagista que normalizou violências, animalizou pessoas negras, e construiu estereótipos racistas defendidos até hoje precisa ser superado. Nesse sentido, o comportamento excludente origina um sistema de privilégios que se expressam em esferas econômicas, políticas e sociais evidenciando diferenças.

A pesquisadora Joice Berth (2019) defende que, para além da representatividade, é necessário se pensar em proporcionalidade desde os processos de contratação considerando a falta de oportunidades que assola pessoas negras. Assim, pensar em gênero como marcador de exclusão nos faz observar que as mulheres negras ocupam os índices de menor renda familiar no Brasil. Exercem cargos precários e com pouco prestígio social.

Grande parte das mulheres negras vivem nas periferias e isso é um fator que dificulta o acesso aos privilégios sociais de mulheres brancas. A autora Djamila Ribeiro (2019) elucida os privilégios de pessoas brancas ao afirmar:

Se você tem ou trabalha numa empresa, algumas questões que você deve colocar são: Qual a proporção de pessoas negras e brancas em sua empresa? E como fica essa proporção no caso dos cargos mais altos? Como a questão racial é tratada durante a contratação de pessoal? Ou ela simplesmente não é tratada, porque esse processo deve ser “daltônico”? Há, na sua empresa, algum comitê de diversidade ou um projeto para melhorar esses números? Há espaço para um humor hostil a grupos vulneráveis? Perguntas desse tipo podem servir de guia para uma reavaliação do racismo nos ambientes de trabalho. (RIBEIRO, 2019, p. 20).

Ser mulher com deficiência é estar no mínimo em dupla vulnerabilidade

tendo em vista as discriminações por motivo de gênero e por se tratar de corpos que escapam ao padrão esperado por um sistema capitalista. Por considerarmos que falar de mulher não significa abordar todas as experiências de se estar no mundo, entendemos que a análise interseccional é fundamental para uma percepção ampla das inúmeras formas de opressão.

A autora e jurista Kimberlé Crenshaw (2004), foi responsável por definir o conceito de interseccionalidade após efetuar um estudo de caso na empresa General Motors nos EUA. A empresa foi acusada de racista e sexista por não ter mulheres negras em seu quadro de funcionários. Entretanto, apresentou argumento contrário ao constatar que contratavam homens negros e mulheres brancas mas não compreendia de que forma essa parcela de mulheres negras poderia estar na empresa.

Assim, o “sexismo e o racismo, de forma muito evidente, colocam uma certa dimensão de opressão intensificada para mulheres negras, por meio do imbricamento destas avenidas identitárias”. (GESSER; KEMPFER BÖCK; LOPES, 2020, p. 131).

Nesse sentido, deve existir instrumentos normativos capazes de abranger reivindicações de mulheres negras entendendo que existem diversas possibilidades de se sofrer opressão.

Os processos de exclusão como a falta de acesso a um ensino público de qualidade que ofereça ferramentas e apoio necessário para o desenvolvimento de pessoas com deficiência, a falta de acessibilidade urbana e no transporte público, a violência doméstica que se dá muitas vezes pelos próprios cuidadores de pessoas com deficiência, somada à falta de recursos econômicos, considerando que a maioria das mulheres negras estão em ambientes periféricos, são elementos que impossibilitam o acesso de mulheres negras à esfera do trabalho.

Enquanto a abordagem da deficiência se der de forma rasa, não avançaremos nas iniciativas de inclusão efetiva.

BARREIRAS DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO: MULHER COM DEFICIÊNCIA, TRIPLA JORNADA E REPRODUÇÃO SOCIAL

Pensando com Marx (1867), o mercado de trabalho se baseia na ideia de que as pessoas vendem sua força e seu tempo e, com isso, geram

lucro para aqueles que detém os meios de produção. A regulação deste mercado se dá pela lei da oferta e da demanda. A existência de um grande contingente de trabalhadores pleiteando uma quantidade restrita de vagas gera concorrência entre eles e reduz a possibilidade de negociação por melhores salários e condições. Isto leva a uma enorme discrepância de poder entre quem emprega e quem busca emprego. Um viés neoliberal pretende, ainda, uma total desregulamentação desse mercado, deixando que sua mão invisível o controle. Segundo este mesmo viés, o sucesso na disputa por uma vaga de emprego se daria pelo mérito individual (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Quem compraria um produto quebrado ou inútil? Talvez seja essa a pergunta que façam os empregadores diante da possibilidade de contratação de pessoas com deficiência que estão no mercado de trabalho. Desta forma, em uma sociedade estruturalmente capacitista (GESSER; KEMPFER BÖCK; LOPES, 2020), é improvável que a pessoa com deficiência seja avaliada como hábil para produzir no mesmo nível que os demais trabalhadores.

Retomemos então a pergunta anterior e adicionemos a ela mais uma camada. E quando o produto não pode ser inteiramente utilizado por quem o adquire, pois, potencialmente, ele não funcionará por um período determinado? Talvez seja este o raciocínio quando se tenta justificar a diferença salarial entre homens e mulheres, na medida em que elas, em uma sociedade estruturalmente machista, são sobre carregadas com o trabalho de reprodução social (BHATTACHARYA, 2017).

Complexificando ainda mais a objetificação aqui debatida, há quem se questione porque deve pagar por um produto que, não faz muito tempo, era sua propriedade. Uma breve mirada histórica nos lembra que, em um passado recente, a produção no Brasil era baseada na exploração do trabalho escravo de pessoas negras e que a abolição não ocorreu efetivamente, na medida em que também vivemos em uma sociedade estruturalmente racista. (GESSER; KEMPFER BÖCK; LOPES, 2020).

Um mercado em que o Estado intervém de forma pouco eficaz, que falsamente se sustenta pela meritocracia e que não reconhece a importância da vida, para além de sua capacidade presumida de produção, é o que pessoas com deficiência, mulheres e negros enfrentam cotidianamente ao disputar uma vaga no mercado de trabalho. Há, ainda, quem sofra discriminação por reunir todos esses marcadores em um só corpo. Considerando este contexto, a partir do Feminismo Interseccional e da crítica feminista ao modelo social da

deficiência, fomentamos reflexões sobre (a) inserção da mulher com deficiência no mercado de trabalho e (b) as políticas públicas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Conforme Garcia (2014), dois dispositivos legais, em especial, se destinam a promover ações afirmativas para inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a saber, as leis 8.112 (BRASIL, 1990) e 8.213 (BRASIL, 1991), que dispõem, respectivamente, sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis e sobre os planos de benefícios da previdência social. Aquela determina a reserva de vagas em concursos públicos e esta, a adoção de cotas em empresas privadas. O autor conclui que, a despeito do avanço que tais dispositivos trouxeram, a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal ainda é insuficiente pois, dentre outros motivos, a acessibilidade em empresas e órgãos públicos, de modo geral, é inadequada; há, na sociedade, inúmeros preconceitos relacionados à capacidade produtiva da pessoa com deficiência; as pessoas com deficiência, tendo em vista o histórico de exclusão do sistemas regulares de ensino, tem baixa escolarização e inadequada capacitação profissional.

Becker (2019) pontua que, na medida em que não demandam adaptações na infraestrutura e ou nos processos laborais, o que facilita ao empregador o cumprimento das políticas de cotas, pessoas com deficiência que não possuem limitações nas atividades são aquelas contempladas pelas políticas de inclusão no mercado de trabalho brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história revela que por vários anos, pessoas com deficiência estiveram na perspectiva do desconhecido, do místico e posteriormente passaram a ser reduzidas às suas lesões. Relacionava-se deficiência a doença e incapacidade. Questionamentos ao modelo médico levam a concepção de deficiência como uma experiência pessoal, ou seja, a deficiência se dá quando um indivíduo com lesões entra em contato com barreiras impostas pela sociedade.

Aqui, destacamos que na perspectiva do modelo médico da deficiência, a deficiência propriamente dita é consequência natural da lesão de um corpo e

a pessoa com deficiência, é objeto de cuidados médicos. Já na perspectiva do modelo social da deficiência, traz a percepção social da mesma, trazendo viés de observação a partir de barreiras existentes em uma sociedade. (DINIZ, 2017).

Os movimentos feministas contribuem para uma segunda abordagem do modelo social da deficiência ao trazerem as questões do cuidado e a ideia de deficiência como parte do ciclo da vida. Entendendo que a velhice leva à necessidade de cuidados.

Todavia, o entendimento da deficiência como apenas mais uma forma de se estar em um mundo que deve estar preparado para lidar com as especificidades do ser humano, é de uma parcela pequena de indivíduos.

O corpo com impedimentos na prática, ainda chama atenção e desperta inseguranças. No que se refere à esfera do trabalho, as pessoas com deficiência enfrentam dificuldades em ambientes corporativos apesar da lei de cotas ser um grande avanço quando pensamos em acesso a direitos.

De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, em 2018, quase metade das vagas reservadas para pessoas com deficiência estavam desocupadas. Não basta só cumprir as leis, os espaços devem estar adequados às necessidades de cada indivíduo, devem ser fornecidas ferramentas que possibilitem que a pessoa atue em igualdade de condições e os profissionais precisam entender a importância de um ambiente diverso e plural. Não basta apenas contratar, as especificidades de cada pessoa devem ser consideradas.

Há de se questionar quem ocupa os espaços e considerar a urgência em abordar a pauta da deficiência nos debates como mais um elemento que potencializa exclusões.

Queremos destacar ainda, o quanto a violência é um fator determinante e limitante na autonomia de uma pessoa com deficiência. Ao longo de nosso trabalho, pontuamos várias vertentes a respeito das barreiras limitantes do meio social para com um corpo com deficiência, mas é necessário reafirmar que as violências física, emocional e sexual são parte do contra peso maior da mobilidade e independência de um indivíduo com deficiência. E nesse sentido, chamamos atenção ainda para a baixa ou quase nula, coleta de dados e pesquisas a respeito desse viés.

Carecemos de informações consistentes ou mesmo segmentações de pesquisas a respeito da relação de violência e pessoas com deficiência. Poucas instituições dão atenção à intersecção entre pessoas com deficiência e violência, e vemos menos ainda no cruzamento entre violência e mulheres com deficiência.

Tudo isso torna ainda mais difícil e pouco palpável, o pensar e projetar políticas públicas que combatam o capacitismo de forma eficaz, bem como proporcionem equidade, acessibilidade, justiça em oportunidades, formação, acesso ao trabalho e qualidade de vida.

Devemos por fim, pontuar a relevância e necessidade de ressaltar e aprofundar em marcadores sociais de orientação sexual para mulheres LBTs. Os marcadores sociais étnicos para mulheres indígenas. E os demais marcadores sociais de exclusão.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo**. Brasília, 2000.
- BECKER, Kalinca Léia. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Estud. Econ.**, São Paulo, 2019.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. 2019.
- BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (ed.). **Social Reproduction Theory**. Remapping Class, Recentering Oppression. Londres: Pluto Press, 2017.
- BORGES, Rovênia Amorim. **A interseccionalidade de gênero, raça e classe no Programa Ciência sem Fronteiras**: um estudo sobre estudantes brasileiros com destino aos EUA. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), 2015.
- BRASIL, Agência. **Apenas 1% dos brasileiros com deficiência, estão no mercado de trabalho**. Direitos Humanos. Brasília. 2017.
- BRASIL, Governo Federal. **Lei nº8.112/1990**. Senado Federal, 1991.
- BRASIL, Governo Federal. **Lei nº8.213/1991**. Brasília, 1991.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 2004.
- DINIZ, Debora. **O que é Deficiência**. Brasília, 2017.

DESAFIOS PARA O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO EM UMA PERSPECTIVA
INTERSECCIONAL DE GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder, Formação do Patronato Político Brasileiro.** Rio de Janeiro, 1958.

GARCIA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trab. educ. saúde,** Rio de Janeiro, 2014.

GESSER, Marivete; KEMPFER BÖCK, Geisa Letícia; LOPES, Paula Helena. **Estudos da Deficiência, anticapacitismo e emancipação social.** Curitiba, 2020.

IBGE. **Censo Demográfico do Brasil.** 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).** 2019.

IBGE. **Censo Demográfico do Brasil.** 2020.

JEFFREYS, Sheila. **Gender Hurts, A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism.** Nova Iorque, 2014.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado, História da Opressão das Mulheres pelos Homens.** Oxford University Press, 1986.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1867.

NOPFPA. (Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública,** Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo, 2019.

UNFPA, Brasil. **Fundo de População das Nações Unidas.** 2016.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women.** Estados Unidos, 1983.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women, artigo de reedição.** Estados Unidos, 2013.

AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO E DO TRABALHO REMOTO NA PANDEMIA DA COVID-19 APRESENTADAS PELAS TRABALHADORAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO ENCONTRO DE MULHERES DO SINASEFE 2020

*Camila de Souza Marques Silva
Débora Lima Siqueira*

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge da necessidade de observar o atual e acelerado processo de precarização do trabalho na Educação Federal durante a pandemia do coronavírus ocorrida no ano de 2020 (trabalho remoto e ensino remoto), e suas contradições por meio do recorte de gênero. Trabalho remoto e ensino remoto ou seja, a distância, realizados virtualmente, não são uma modalidade nova de precarização, entretanto ganharam novos contornos e sofreram uma generalização no meio educacional, no ano corrente devido a atual pandemia da COVID-19.

Não somente o Brasil, mas o mundo, se deparou com uma drástica mudança de realidade a partir do contexto da pandemia, medidas isolamento social, trabalhos suspensos e modificações feitas de forma acelerada para assegurar a realização da prestação dos serviços.

No âmbito da educação, enquanto um espaço universal de convivência e aglomeração de pessoas, várias questões importantes se apresentaram durante os primeiros momentos desta crise, como afirma Arruda (2020, p. 259):

O novo coronavírus torna a escola um dos espaços mais temidos pelo risco da transmissão, pois a sua multiplicidade e heterogeneidade cria vínculos entre aqueles que são menos propensos aos sintomas graves da doença (jovens) a todos os demais que podem ser até mortalmente propensos. Crianças e jovens entram em contato diário com adultos de diferentes grupos familiares: professores, profissionais da educação, pais e mães, avós e avôs, parentes de maneira geral.

Após algum tempo da pandemia já instaurada, não controlada e sem

AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO E DO TRABALHO REMOTO NA PANDEMIA DA COVID-19 APRESENTADAS PELAS TRABALHADORAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO ENCONTRO DE MULHERES DO SINASEFE 2020

perspectiva alguma de tratamento ou vacina por um bom tempo, iniciou-se uma forte pressão para o retorno ao trabalho por meio de uma série de justificativas sociais e discursos de cobrança, realizados pelo governo e grupos sociais, em especial os conservadores e negacionistas, replicado pela imprensa e mídias digitais que resultou na implementação acelerada e ampliada das modalidades do ensino remoto. Esse processo claramente prejudicial no âmbito das políticas educacionais teve repercussões imediatas também no tocante as questões trabalhistas.

Levando em consideração, como afirmam Estrela et al., (2020, p. 2) que:

A expansão da COVID-19 tem trazido impactos econômicos, sociais e para a saúde, principalmente quando se transversalizam os marcadores sociais de raça, classe e gênero, condições que vulnerabilizam diversos grupos populacionais. Dessa forma, sinaliza-se a necessidade de discussão acerca desses marcadores, de modo a compreender e superar os inúmeros desafios que permeiam esse cenário.

Pensando na importância de avaliar o recorte de gênero e com fins de observar as contradições e mudanças no tocante ao trabalho em especial das mulheres trabalhadoras da educação, esse artigo tem por objetivo analisar e evidenciar questões levantadas no encontro regional de mulheres do SINASEFE ocorrido durante o primeiro semestre de 2020.

O SINASEFE, Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal, é constituído pelos servidores federais ativos e aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE, 2019) em âmbito federal englobando os trabalhadores dos institutos federais (IF'S), escolas militares e colégios vinculados ao ministério da defesa em âmbito federal, CEFET'S e colégio Pedro II, representando e organizando enquanto categoria os docentes e técnicos administrativos em um só sindicato, como entidade de classe do ramo da educação.

O SINASEFE realizou entre o final de junho e início de julho uma rodada de encontros regionais de mulheres, com o tema: assédio moral, para tratar das contradições vividas pelas trabalhadoras e das práticas assediosas por parte das instituições em meio a pandemia, que à época já era uma realidade a aproximadamente 3 a 4 meses.

A observação desses relatos por meio dos relatórios divulgados, das filmagens dos encontros e da participação efetiva no desenvolvimento dessa atividade é o foco do debate desse artigo.

1. O ENSINO REMOTO E O RELATO DO TRABALHO DAS DOCENTES

Para boa parte das docentes que atuam na rede federal o ensino remoto, aula a distância e esse processo de educação por meio das plataformas digitais sem nenhum contato físico e atividade presencial com os estudantes é uma grande novidade.

Alguns institutos federais e CEFETs já tinham a modalidade EAD - educação a distância, entretanto, são cursos que acontecem ainda de forma pontual nessa instituição e tão somente para ensino superior e especialização, portanto, não atingia a educação de nível médio, fundamental ou educação infantil (que corresponde a atuação de algumas outras escolas que compõe a rede federal) e mesmo nos casos que já ocorria a legislação estipulava regramentos e atividades presenciais que foram todas alteradas na pandemia. Sobre as diferenças entre ensino remoto e Educação à distância vemos em Arruda (2020, p. 265-266) que:

A EaD envolve planejamento anterior, consideração sobre perfil de aluno e docente, desenvolvimento a médio e longo prazo de estratégias de ensino e aprendizagem que levem em consideração as dimensões síncronas e assíncronas da EaD [...] Já a educação remota emergencial, conforme afirmam Hodges et al., (2020) é uma mudança temporária da entrega de conteúdos curriculares para uma forma de oferta alternativa, devido à situação da crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para as aulas previamente elaboradas no formato presencial, podem ser combinadas para momentos híbridos ao longo da crise, em situações de retorno parcial das aulas e quantitativo de alunos e possuem duração delimitada pelo tempo em que a crise se mantiver.

Ou seja, em pouco tempo foi imposta a essas trabalhadoras, em um contexto pandêmico que a vida já sofria uma série de mudanças, mas esse árduo processo de adaptação que nas falas feitas nos encontros, demonstrou ser bastante sofrido.

Um dos pontos levantados pelas professoras, foi a questão da gravação das aulas e das constantes interferências e interrupções durante as aulas síncronas (reuniões e aulas ministradas em horário fixo com a participação da turma). Várias docentes participantes dos encontros afirmaram que esse

processo tem se mostrado bastante desafiador por conta da rotina já estabelecida no ambiente doméstico, que envolve a presença de outras pessoas nas casas, fazendo com que na dinâmica do ambiente as aulas sejam constantemente interrompidas ou que tenham sua qualidade muito prejudicada.

As narrativas elencam desde situações cotidianas que passaram a ser um problema profissional como a passagem do “carro do ovo”, “carro do gás” ou caminhões de som fazendo a venda de produtos, as músicas ouvidas pelos vizinhos e suas discussões nos seus ambientes domésticos, o som dos animais de estimação, o som das crianças brincando e brigando, tudo isso virou interrupção das atividades de ensino que por vezes chegam a inviabilizar a própria atividade, além de proporcionarem distrações que influenciam bastante na aprendizagem dos estudantes.

A frequência da interrupção desses sons, os quais as professoras não têm como controlar tem feito com que as docentes tenham aulas acumuladas e reposições a serem feitas no caso das atividades síncronas. Uma narrativa comum que apareceu mais de uma vez nas cinco reuniões regionais, conforme mostram os relatórios dos encontros é a de que as trabalhadoras têm utilizado o período da madrugada para gravar as aulas assíncronas, pelo silêncio que somente é conseguido nesses horários, algumas chegaram a falar que o melhor horário é entre 2h/3h, sacrificando assim o seu período de descanso, o que pode causar sérios prejuízos para a saúde das mesmas.

Com relação a adaptação das novas atividades, em especial na região sudeste foi apontado a ausência de treinamento, sobre isso Monteiro e Souza (2020, p. 8-9) trazem a experiência dos professores universitários que se assemelha bastante à realidade dos institutos:

A COVID-19 tem aprofundado os obstáculos da classe docente universitária; a partir das normas preconizadas pela portaria do Ministério da Educação, o ano letivo das matérias presenciais em universidades tem continuado (i.e., ensino, pesquisa e extensão além dos outros afazeres já mencionados). Todavia, muitos não estavam e não estão preparados, uma vez que, em sua formação, não foi prevista uma adversidade sem precedentes como a vivida hoje. Embora aconteça isso, é exigido que migrem para o ambiente virtual, forçando-os a se atualizarem (Silva et al., 2020), mas em um curto período de tempo (Eachempati & Ramnarayan, 2020). Em outras palavras, impõem-se que aprendam a utilizar diversas tecnologias “do dia para noite” (Eachempati & Ramnarayan, 2020), mesmo num contexto de pandemia que por si só já representa um estressor de grande magnitude.

Ainda em relação à falta de qualificação e preparação, vemos que em algumas unidades educacionais da rede federal , como é o caso do IFSC, não foram interrompidas as atividades de ensino durante a pandemia, passando do ensino presencial diretamente ao ensino remoto sem a devida preparação profissional. Nas outras unidades, que tiveram um tempo entre o debate interno e as atividades de ensino os problemas relatados dão conta de que para não discutir os problemas dessa modalidade, os debates institucionais foram feitas de forma atropelada e sem seguir os trâmites adequados, a fala de “atropelamento” nas discussões foi comum em todos os encontros regionais.

Ademais, a própria preocupação com os estudantes, com a qualidade do ensino, com a ausência de garantia de que nenhum aluno ficaria prejudicado com esse formato fez parte do debate do compromisso ético da profissão.

2. TRABALHO REMOTO - RELATO DO TRABALHO DAS TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS

Há na rede uma variação de funções de técnicos administrativos e nos encontros regionais nas mais diferentes funções foi falada de intensificação de diferentes formas de assédio moral. Muito mencionada a questão da sobrecarga de trabalho foi um dos principais pontos da reunião. Sobre como as relações de trabalho pode influenciar na saúde e qualidade de vida do trabalhador Dejours (1987, p. 96) nos aponta:

Entendemos por “relação do trabalho” todos os laços humanos criados pela organização do trabalho: relações com a hierarquia, com as chefias, com a supervisão, com os outros trabalhadores – e que são às vezes desagradáveis, até insuportáveis. [...] podemos considerar que as relações hierárquicas são uma fonte de ansiedade que se superpõe àquela que mencionamos em relação ao ritmo, à produtividade, às cotas de produção, de rendimento, aos prêmios e bonificações. E uma ansiedade superposta na medida em que a supervisão tem por encargo específico manter esta ansiedade com relação ao rendimento de cada trabalhador.

As assistentes sociais, por exemplo, relatavam que além da mudança na realização de tarefas em um momento em que essas passaram a desempenhar muito mais os trabalhos de ordem burocrática do que de caráter educacional ou político pedagógico. Além disso, houve uma série de demandas por

parte da família e dos estudantes relativos a encaminhamentos de situação de vulnerabilidade social fruto da crise econômica que se aprofundou com a pandemia e que passou a ser tratado como trabalho de menor relevância frente a urgência da implantação do ensino emergencial.

As falas das assistentes sociais, pedagogas e psicólogos foram no sentido de que com a implementação do ensino emergencial a demanda passou a ser: “Administrar os problemas da instituição e justificar para os alunos as nossas dificuldades. Levamos as bombas dos dois lados, da gestão que coloca demandas que não damos conta e dos estudantes que fazem o contato com a gente” (Fala de trabalhadora do encontro regional centro-oeste).

Assim, as assistentes sociais têm que resolver a demanda dos estudantes que não tem acesso à internet ou que tem pacotes limitados que dão acesso somente temporário em determinados aplicativos que não são potentes o suficiente para assistir aulas diariamente, problemas de estudantes que não têm celular ou que compartilham com outros membros da família e que não possuem computador, por meio dos auxílios conectividade com editais, mas cientes que não seriam todos contemplados e que alguns seriam somente parcialmente.

As pedagogas têm lidado com a questão dos estudantes com dificuldade de adaptação e aprendizagem, de mudanças do ensino presencial para um formato à distância e principalmente com os estudantes que necessitam de apoio e que possuem necessidades especiais, ou com déficit de atenção. Lidar com essas questões sem o devido suporte, tem sido um grande desafio para estas profissionais. Esse problema também implica em trabalho a mais para as docentes que precisam elaborar materiais específicos, aulas e avaliações com as adaptações para este público, de forma atropelada e sem suporte técnico especializado ou curso de qualificação adequado.

As psicólogas por sua vez já tiveram suas demandas e agendamentos de atendimento dos estudantes aumentados devido ao sofrimento psíquico causado pela pandemia, estão tendo que acompanhar os problemas psíquicos causados também pelo ensino remoto e as cobranças decorrentes dessa nova dinâmica educacional. Essa situação tem gerado um aumento de demandas e um grande sofrimento mental não somente para trabalhadoras e trabalhadores, mas para o corpo discente.

As intérpretes de libras são outro setor da categoria que precisa ser mencionado de forma específica, tema recorrente em debate nos encontros

regionais, essas trabalhadoras sofreram com o aumento de demandas, assim como do assédio moral nas instituições. A acessibilidade na questão de libras que apesar de ser uma imposição legal mesmo antes da Pandemia não possuía o número suficientes de profissionais para dar conta da demanda institucional, infelizmente é comum que muitas trabalhadoras e trabalhadores intérpretes de libras trabalhem se deslocando para diversas cidades por falta de profissionais.

As reuniões institucionais que antes aconteciam sem a presença delas passaram a ocorrer várias vezes por semana (3 a 5 em média), sem horário para finalizar e com demandas que são trazidas a todo o momento sem o tempo necessário para um preparo prévio, que foi exemplificado por uma profissional que recebeu no turno da manhã a demanda de interpretar uma aula de física no turno da tarde do mesmo dia (fala retirada do encontro regional sudeste).

Outra forma de assédio moral também relatado na fala das trabalhadoras, acontece pelo fato de existirem funções, que com a ausência de atividades de ensino presencial não poderiam ser exercidas a distância, como é o caso de técnicos de laboratório, de enfermagem, entre outros. Nesses casos o assédio vai na direção do desvio de função ou da simples argumentação de que são profissionais inúteis, algumas, inclusive, tem a situação agravada pelo fato de estarem em carreiras em extinção. No caso das mulheres as humilhações podem estar ainda permeadas de machismo, configurando por vezes violência de gênero, que traz alguns outros fatores possíveis de análise, como vemos em Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 59):

A raiz [da violência de gênero] é a vulnerabilidade econômica, profissional, política e racial das mulheres: nossa dependência do contracheque, da referência, da disposição do empregador ou do supervisor em não fazer perguntas sobre a nossa situação migratória. O que permite a violência é um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe. O que resulta disso é o reforço e a normatização desse sistema.

Nesses casos, era comum nos relatos o temor da reforma administrativa e de possível demissão dos órgãos ou de remoção compulsória, some-se a isso, o temor encontrado entre várias trabalhadoras de que essa modalidade seja uma nova forma generalizada de precarização do ensino, haja vista todos os ataques que a educação vem passando nos últimos anos.

3. ESCOLAS MILITARES E VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA DEFESA - O RIGOR DA MILITARIZAÇÃO

Nos colégios vinculados ao ministério da defesa e nas escolas militares a situação se agravou. Segundo as trabalhadoras dessas instituições, em reuniões anteriores a pandemia, a narrativa era que o de militarização social e os discursos do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro de fortalecimento desse processo de militarização, inclusive das escolas, fez com que o clima nas escolas vinculadas ao ministério da defesa e militares tivesse um aumento de tensão e acirramento das contradições entre os servidores civis e militares da instituição.

Sobre a questão de ter que conviver com o medo no ambiente de trabalho Dejours (1987, p. 96) afirma que “o medo, seja proveniente de ritmos de trabalho ou de riscos originários de más condições de trabalho, destrói a saúde mental dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável, como o carvão que asfixia os pulmões do mineiro com silicose”. Assédio moral, liberdade de cátedra, autonomia docente, liberdade de organização sindical são temas comuns de enfrentamento em todos os momentos para essa parte da categoria e que passou a ter novos desafios com a pandemia.

O trabalho remoto e o ensino remoto, por vezes foi muito bem recebido por essas trabalhadoras haja vista que a outra alternativa era de trabalho presencial. Nas escolas militares, como a escola da aeronáutica de Santa Catarina as aulas e atividades presenciais não foram suspensas nem mesmo durante o pico da pandemia. Houve apenas um período de 15 dias de suspensão judicial das atividades presenciais, e com uma série de recursos impetrados pela direção da escola e órgãos vinculados a aeronáutica as atividades presenciais voltaram a ocorrer, as trabalhadoras dessas escolas descreveram os medos desse momento em que não sabiam qual a pior situação se a dos estudantes que eram obrigados a permanecer amotinados e muitos adoeceram na própria escola ou a das trabalhadoras e trabalhadores que retornavam para suas casas sem saber se haviam sido infectadas.

Assim, sob esse tipo de escolha entre o risco a saúde física própria e dos demais familiares quando o trabalho ou ensino remoto era colocado como possibilidade, o que foi feito somente em trabalhos específicos e para docentes que apresentassem comprovação médica de que se tratava de grupo de risco (em algumas escolas era aceito essa comprovação também para parentes de

convívio próximo, outras somente para o servidor que apresentasse).

Neste cenário, o ensino e o trabalho remoto ainda que implicando em contradições e novos problemas, era visto não somente como um mal menor, mas como uma possibilidade de bem estar e segurança a sua saúde. Um exemplo do grau de autoritarismo de imposição de riscos a saúde nessas escolas se deu no momento em que a vigilância sanitária foi proibida pelo alto comando da escola da aeronáutica de entrar na instituição para fazer vistoria.

Esse caso ilustra bem a que condições as trabalhadoras estavam submetidas, haja vista que o próprio Estado e seus órgãos de fiscalização encontram empecilhos em sua atuação nessa escola. Esses efeitos também foram sentidos nas escolas vinculadas ao ministério da defesa que mesmo suspendendo as aulas presenciais, em um primeiro momento conforme foram surgindo decretos de governadores e prefeitos decretando fechamentos durante a pandemia, em muitos lugares as trabalhadoras e trabalhadores não foram dispensadas das atividades presenciais.

Um exemplo disso, é o colégio militar de Brasília onde docentes tiveram que mesmo com ensino remoto gravar as aulas na instituição. Mas, como houve uma escala de trabalho diferenciada e com menos contato físico e interação com os colegas, esse também foi visto como uma possibilidade um pouco menos ruim.

A completa negação da situação pandêmica por parte dos militares era observada na descrição das trabalhadoras no fato de que os mesmos não usavam máscara nas unidades de ensino, faziam reuniões com aglomeração e exigiam que os demais trabalhadores também fizessem para realizar atividade de trabalho como reuniões e conselhos de classe.

Ainda que essa visão de ceder a uma chantagem com algo tão relevante como risco de morte e saúde tenham enaltecido o ensino e o trabalho remoto os problemas dessas modalidades não desapareceram, ao contrário, o que as trabalhadoras descreviam nos encontros regionais dava conta de que o assédio moral, a rigidez disciplinar e principalmente a criação de novos compromissos burocráticos se intensificaram. Segundo as trabalhadoras, essas mudanças aconteceram como uma forma de retaliar quem não estava fazendo trabalho presencial, ainda em uma perspectiva negacionista, essas falas surgiram no encontro regional Nordeste e Centro-oeste, ainda que os problemas gerais tenham sido abordados em todas as regiões.

4. A QUESTÃO DA MULHER E AS MÚLTIPLAS JORNADAS DE TRABALHO

“Eu trabalho em casa e durmo no trabalho”, foi a fala de uma trabalhadora que ficou marcada no encontro centro-oeste e expressa bem um problema vivido por toda categoria. Longe ser meramente uma questão de administrar de outra forma o tempo e o espaço, de se tratar de uma questão de simples reorganização levar o trabalho para dentro de casa é uma forma diferente de alienação e subsunção do trabalho, com o controle da força de trabalho em todo o momento e espaço. Sobre a questão territorial, Federici (2017, p. 243) traz a seguinte análise:

Ao transformar o trabalho em uma mercadoria, o capitalismo faz com que os trabalhadores subordinem sua atividade a uma ordem externa, sobre a qual não tem controle e com a qual não podem se identificar. Deste modo, o processo de trabalho se converte em um espaço de estranhamento: o trabalhador “se sente fora do trabalho e, no trabalho sente-se fora de si. Está em casa quando não trabalha e quando trabalha, não o está” (MARX, 1961, p. 72).

Pensando que na realidade do ensino remoto ambos os territórios (trabalho e não-trabalho) convergem, essa situação fica ainda mais confusa para a trabalhadora. Sobre o espaço físico em si, nessas modalidades de educação é muito comum que as atividades de trabalho tenham que ser feitas com a câmara ligada como em aulas e em reuniões, o que já é um problema de origem tendo em vista que nem todas as casas possuem ambiente adequado para o trabalho.

Novamente a questão do som ambiente e do próprio convívio das demais pessoas da casa, quando há, que são tolhidas da utilização daquele espaço no momento de trabalho, sendo essa uma dificuldade ainda maior para as mulheres que são mães, em especial, as que têm crianças pequenas que não se contêm nem nos espaços e também não conseguem lidar com a necessidade de afastamento ainda que temporário da mãe, estando no mesmo ambiente. E relação aos desafios da maternidade para a trabalhadora Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 60) pontuam que:

[...] algumas formas de violência de gênero pública e privada formam um círculo vicioso em que se reforçam mutuamente. Como o capitalismo atribui o trabalho reprodutivo sobretudo as mulheres, ele restringe a nossa capacidade de participar de forma plena, como iguais, no mundo do trabalho “produtivo”.

Para além disso, no encontro regional Sul foi levantada a questão de que a arrumação do ambiente doméstico, tarefa historicamente imputada as mulheres, aumentou de sobremaneira com a pandemia, sendo esse um ponto ignorado institucionalmente.

A pandemia impôs uma série de novos hábitos de limpeza e higienização do ambiente que vai desde a purificação pessoal ao entrar em casa, ao lavar as compras, a produção das refeições que passou a ser doméstica, o cuidado com outros membros da família em especial as pessoas idosas ou que compõe grupos de risco com relação a pandemia, os trabalhos escolares dos filhos (quando há) que também estão se adaptando a essa nova realidade. Todas essas funções na maior parte das residências se encontram totalmente nas mãos das mulheres da família.

Ou seja, se falávamos de múltiplas jornadas por parte das mulheres, a permanência no ambiente doméstico em tempo integral implicou em intensificação dos afazeres e em novas tarefas que somadas as mudanças no trabalho tem levado as mulheres a exaustão.

O tempo é outro fator a ser considerado, ou a ausência de controle do tempo de trabalho. Os relatos retratam reuniões que não tem pausa ou intervalo para o almoço, em um momento que muitas mulheres estão preparando o próprio almoço e da família.

As demandas de trabalho chegam constantemente e o uso das redes sociais como *WhatsApp* para a formalização das demandas de trabalho tem sido mais constante por parte da chefia (e por vezes por mensagens dos estudantes) e fazem com que o trabalho se inicie no momento em que a mensagem é observada, tendo em vista que já se começa a pensar na atividade a partir daquele instante, além de muitas vezes ultrapassarem o limite de horário de Trabalho.

Ainda sobre as múltiplas jornadas, além de destacar as obrigações familiares de cuidado e o trabalho doméstico, que historicamente recaem sobre as mulheres e que no contexto pandêmico se intensificaram, foi relatado no encontro norte que as mulheres solteiras e sem filhos estavam sendo mais cobradas por parte das chefias com essa justificativa, a de que não teriam obrigações familiares e, portanto, seriam mais disponíveis para o trabalho.

Descrito por uma trabalhadora como uma forma perversa de assédio moral pela cobrança e de machismo pelo fato de que a sua vida e saúde parecem ter menos valor que as das demais por não ter marido ou filhos, a trabalhadora enfatizou ainda saber que esse argumento era falacioso como mais uma forma de aumentar os afazeres laborais dela, tendo em vista que institucionalmente não se teve medidas para reduzir a jornadas das mulheres com outros membros na família.

CONCLUSÕES

Em meio a pandemia, ou justificado por essa, uma nova modalidade educacional foi implementada da noite para o dia causando sofrimento generalizado entre pais, parentes, estudantes e como evidenciado nesse trabalho, entre os profissionais da educação, em especial, as mulheres que trabalham na área.

É fundamental que se registre que o ensino a distância e o trabalho remoto é hoje um problema social, haja vista que as preocupações, os problemas e o adoecimento dos estudantes atingem também os seus familiares, o que reforça também a importância do setor da educação, que tem impacto social direto. De outro lado, o sofrimento desses estudantes também é um dos motivos e uma das faces do sofrimento das educadoras, que se sentem frustradas em ver o trabalho sendo desenvolvido de uma forma que tem se mostrado prejudicial e excludente, com grandes sequelas para a educação.

Afinal, se a educação só acontece no momento que se paga a conta de luz e de internet ela deixa de ser gratuita e quando ela acontece com o discurso de que alguns ficarão prejudicados, mas a maioria será contemplada, ela não é vista como um direito universal.

Diferentemente das instituições federais de educação que não observaram o recorte de gênero nas rápidas alterações que fizeram, este trabalho se debruçou sobre as falas das mulheres, o que possibilitou mostrar problemas gerais da categoria, mas com esse marcador possibilitou evidenciar como esta forma de trabalho e de educação sobre carregou ainda mais as trabalhadoras, novamente penalizadas pelo machismo estrutural e pela ausência de políticas que se voltem para essa questão.

O ensino e o trabalho remoto na educação quando proposta, foram acompanhados geralmente das palavras: Emergencial, pandêmico ou provisório, o que acalmou os ânimos de trabalhadoras e trabalhadores que compreenderam como algo passageiro, até que se reestabeleça a saúde coletiva no tocante a situação pandêmica, porém sem considerar as consequências a

médio e longo prazo de algo feito de forma desorganizada e confusa, na maioria dos lugares.

Ao evidenciar as questões abordadas nesse artigo como as diversas formas de assédio, a sobrecarga de trabalho e a intensificação das múltiplas jornadas de trabalho já historicamente tão pesadas imposta a nós mulheres estamos apontando o fardo que significou permanece sendo viver essas mudanças no trabalho em meio a uma pandemia.

Mas, é preciso ainda que se aponte que esses são problemas não são pontuais ou somente emergenciais frente a uma série de políticas e de ataques a educação que foram implementadas nos últimos anos e que o governo Bolsonaro está aprofundando e intensificando.

Ou seja, para as trabalhadoras da educação há a vivência de uma pandemia, das políticas de um governo que tem se utilizado da doença para implementar uma verdadeira política de genocídio e de extermínio das comunidades e seguimentos socialmente mais vulneráveis que são o alvo de sua política (trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, comunidade LGBTQIA+), também estamos vivendo cotidianamente as mudanças e desmonte da educação e da rede federal de ensino e o temor com vistas no que estamos vivendo nos últimos anos, de que essas medidas pandêmicas da educação, sejam laboratórios de precarização do trabalho e mudanças permanentes.

Nesse sentido, afirma Hooks (2019, p. 156) que:

Grupos de mulheres de uma categoria profissional específica precisam se organizar coletivamente para demandar melhores condições de trabalho. Geralmente, condições precárias de trabalho fazem com que os empregos de baixa remuneração das mulheres se tornam insalubres, desnecessariamente desumanizantes, estressantes e depressivos.

Diante de tudo que foi exposto, concluímos que os encontros regionais, não são somente espaços de relatos ou de desabafo das trabalhadoras da rede federal, mas além disso são potentes espaços de articulação e de reorganização das lutas, haja vista que se trata de unir diferentes mulheres servidoras da educação, que são de muitas formas alvos desse governo. Levar esse debate para o meio acadêmico, através de relatos de experiências dessa natureza é também ressaltar e saudar a necessidade de espaços e de novas ferramentas de luta para esses tempos.

REFERÊNCIAS

ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 9 dez. 2020.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do Trabalho:** estudo da psicopatologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n9/1413-8123-csc-25-09-3431.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista:** da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. (originalmente publicado em 1984).

MONTEIRO, B. M. M.; SOUZA, J. C. Mental health and university teaching working conditions in the COVID 19. **Pandemic. Research, Society and Development**, 9(9), e468997660, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7660>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SINASEFE. **Estatuto do SINASEFE.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/documentos/documentos-oficiais/estatuto-e-regimento/>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SINASEFE. **Relatório dos Encontros Regionais de Mulheres 2020.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/relatorio-dos-encontros-regionais-de-mulheres-2020/>. Acesso em: 9 dez. 2020.

MULHERES E TRABALHO NO CAMPO: A MARCHA DAS MARGARIDAS COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA

Tamires Aparecida Batista de Oliveira

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da sociedade humana, as relações sociais permearam diferentes trajetos e constantes transformações evoluindo em um processo gradual de formação, contribuindo para a construção de nossa sociedade atual e para o imaginário coletivo que rege as relações e as interações sociais. As transformações da sociedade implicam diretamente as transformações na relação do homem com o meio, com as produções econômicas, com a organização e com a estrutura política, por exemplo, e uma sociedade marcada pelas relações econômicas, pois, no contexto do capitalismo, também as relações sociais serão frutos da conjuntura econômica individual e coletiva.

Compreende-se que a questão agrária no Brasil é permeada, em sua estrutura, por contradições, tensões e conflitos políticos, econômicos e sociais, fruto do antagonismo entre as classes frente à distribuição de terras. A desigualdade evidente, resultado do sistema colonial, se mantém no campo brasileiro especialmente devido à concentração fundiária. Essa desigualdade é intensificada em meio a determinados grupos que sofrem essas contradições, como o grupo das mulheres trabalhadoras rurais, que não têm espaço na participação econômica rural, estímulo da macroestrutura patriarcal, presente de forma intensa no imaginário coletivo social, e que é intensificado nas relações sociais no campo.

Nas sociedades contemporâneas, capitalismo, sexismo, racismo, etarismo, e lesbo/homofobia, dentre outras matrizes de opressão, não agem independentemente, estão por assim dizer, imbricadas, ou em “símbiose” (SAFFIOTI, 2004), constituindo-se como matrizes de opressão que se entrelaçam e se reforçam forjando sistemas de estratificação e opressão interseccionados (CRENSHAW, 1991). Da mesma forma, gênero, raça e classe e demais elementos constitutivos das relações sociais (SCOTT, 1990) não atuam separadamente. Esses elementos se intersectam e recortam uns

aos outros, modificando, mutuamente, uns aos outros. Isso implica dizer que as respectivas categorias de gênero, raça, classe e outras categorias sociais similares não são categorias autônomas. Daí porque, ainda que privilegiando o enfoque de gênero, é importante destacar que nem tudo é “uma questão de gênero” e, assim, que no contexto da vida social, “gênero” não é vivenciado separadamente. Precisamos, pois, pensar em instrumentos conceituais que nos permitam identificar e analisar como estruturas de privilégio e opressão se intercruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres e na construção de suas identidades. É necessário apreender a dinâmica da luta de classes não apenas restrita a dinâmica econômica da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, mas compreender as particularidades e diferenças dos sujeitos que compõem essa classe e como o capital se apropria das mesmas para gerar mais lucro. Assim, consideramos que a classe trabalhadora é heterogênea.

Uma das principais características da sociedade atual é a divisão social do trabalho, que se assemelha à própria divisão da sociedade, baseada em classes e seu antagonismo financeiro, a partir de relações de dominação e exploração, onde quanto mais fragilizada economicamente uma classe, mais fragilizada socialmente ela será, e do mesmo modo o inverso. Neste contexto, alguns grupos sofrem com a exclusão e discriminação social, em especial grupos étnicos, como negros e indígenas, e também em relação ao gênero, onde é observado, na macroestrutura social, historicamente e na atualidade, uma marginalização e exclusão do feminino da sociedade. Trata-se de analisar como as mulheres integrantes de uma classe sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes. Da mesma forma, podemos utilizar essa reflexão. Elizabeth Souza-Lobo (2011, p. 123), considerada pioneira nos estudos comparativos sobre o trabalho desenvolvido por homens e mulheres no Brasil, foi “necessário que um movimento social saísse às ruas e sacudisse as veneráveis estruturas da produção sociológica para que a variável sexo fosse incorporada em pesquisas e análises”. A divisão sexual do trabalho é uma realidade em todas as sociedades conhecidas, é a forma da divisão do trabalho social que decorre das relações sociais de sexo e que essa forma é adaptada a cada sociedade no espaço e no tempo.

Dentre as discussões que se relacionam à divisão sexual do trabalho, está a forma (desigual) como homens e mulheres se inserem no mercado de

trabalho. As relações sociais de sexo (relações de gênero), evidenciadas através dos estudos a partir da compreensão do patriarcado e também no capitalismo, podem ter suas especificidades percebidas em cada contexto. No trabalho, podem ser evidenciadas em diferentes culturas e de diferentes formas:

[...] é fato que os sujeitos se constroem tanto a partir da ordem biológica (o gênero constitui-se com ou sobre corpos sexuados), como do contato com o social (o ser humano só se constrói em relação uns com os outros, com o mundo objetivo), embora esse processo não se efetive da mesma forma em homens e mulheres, o que significa dizer que o debate natureza/cultura não é vivenciado existencialmente do mesmo modo por ambos os性os. Ou seja, ainda que se faça parte do mesmo lugar na estrutura de classes ou se participe de uma mesma categoria ocupacional, homens e mulheres vivenciam um cotidiano bastante diferente. A experiência de gênero no trabalho adquire uma conotação distinta (HIRATA, 2002. p. 73).

Nas chamadas sociedades democráticas ocidentais há, sobretudo por conta do crescimento dos movimentos feministas observados a partir da década de 1970, todo um conjunto de estudos e certo consenso acerca da necessidade de se promover uma maior igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Entender a base dessa dinâmica social é fundamental para a análise de suas relações e poder aprofundar nas particularidades individuais dessa sociedade, pois estas condições de dominação e de subordinação de classe são intensificadas em determinados grupos sociais. Com relação às mulheres as práticas discriminatórias antecedem em séculos a contemporaneidade, desde o momento em que surge o patriarcado, a aversão ao feminino será traduzida pelo machismo. Contudo, esta relação nem sempre se dá diretamente à mulher, mas é enraizada no imaginário coletivo, no qual a mulher é inferiorizada desde sua estrutura física até em sua estrutura emocional. Símbolos femininos são conotados pejorativamente na sociedade como símbolo de fragilidade e fraqueza.

No meio rural, a vida das mulheres também é marcada por relações patriarcais. Saffioti (2004, p. 119), na obra “Gênero, patriarcado e violência”, aborda o conceito de gênero como uma construção histórica, social e cultural do masculino e do feminino, das visões do que é ser homem e do que é ser mulher em uma sociedade. Em uma sociedade machista, tais diferenças entre o masculino e feminino são usadas para subalternizar e oprimir as mulheres.

Na grande maioria das situações, os homens determinam os rumos da família, que se organiza a partir do poder masculino, centrado na figura do pai, cujos interesses são apresentados como sendo de todo mundo, de toda a família. Neste cenário, os desejos e as opiniões das mulheres são oprimidos, e o trabalho produtivo e reprodutivo é invisibilizado. A designação de atributos femininos e masculinos fundamenta-se numa visão dualista de categorias opostas: razão versus emoção, inferior versus superior, objetividade versus subjetividade. Uma visão binária oriunda da filosofia grega que influencia as desigualdades do gênero nas ciências e em nossa sociedade de um modo geral. (BANDEIRA; SIQUEIRA, 2007 apud SILVA, 2008, p. 39).

Como se não bastasse, as condições desvantajosas de trabalho e de vida das mulheres no campo, foco central deste artigo, as mulheres do campo enfrentam uma relação intensa de domínio dos homens nas práticas agrícolas, tanto na parte detentora das terras rurais quanto entre os próprios trabalhadores braçais. Contudo, mesmo com todas as imposições e dificuldades sofridas pelas mulheres no contexto rural, há uma forte movimentação de resistência e luta, com diversas pautas, como a busca por mais espaço no ambiente rural e nas questões da Reforma Agrária (BRUMER, 2004). Nas atividades agrícolas, quando consideramos a distribuição das pessoas ocupadas na agricultura, conforme a ocupação, identificamos, em 2013, que as mulheres representavam 56,9% das pessoas não remuneradas, ou seja, trabalhavam e não recebiam remuneração nenhuma, e eram 54,4% das que produziam para consumo próprio. Elas representavam 29,8% das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Na medida em que tem aumentado a utilização de tecnologia nas atividades realizadas no campo, em algumas regiões e setores, observa-se o crescimento da população masculina na área rural. A proporção da população feminina na área rural era de 48,29%, em 1991, e diminuiu para 47,98%, em 2001, média mantida em 2010, com 47,4% (IBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010). (CONTAG, 2015, p. 42).

SITUAÇÃO DA MULHER NO CAMPO: REPRESENTATIVIDADE E ATUAÇÃO

A vida das mulheres em uma sociedade permeada por uma cultura dominante sexista e patriarcal se mostra um tanto quanto desafiadora. Não é de hoje que elas desejam mais espaço na sociedade e lutam contra os privilégios

exercidos pelos homens, buscando os mesmos direitos que são direitos básicos, mas que, na prática, não contemplam a todos. O direito ao voto e ao trabalho são exemplos de conquistas do movimento feminista contudo, mesmo no século XXI, tais direitos não são efetivamente contemplados. Nesta perspectiva, ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas visando ampliar a concepção e o protagonismo das mulheres na sociedade brasileira, salvaguardando as suas especificidades.

Na década de 1980, a mobilização das mulheres por sua valorização e reconhecimento como trabalhadoras rurais foi intensificada. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 ampliou a participação das mulheres, de um modo geral, incluindo o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanos em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de seguridade social (DEERE, 2004). Este período de redemocratização é visto como sendo o momento em que foram criadas as condições para o aparecimento dos movimentos específicos das mulheres rurais provenientes do trabalho de organização impulsionado por setores da Igreja Católica progressista – pastorais sociais que organizavam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) –, assim como da consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil. Conforme Telma Gurgel, cabe ao feminismo o desafio como sujeito político coletivo de: “constituir esse sujeito síntese das singularidades das mulheres, sem perder de vista as trajetórias particulares que as mobilizam como força motriz interior?”. Como resposta a esse desafio, a autora propõe o feminismo como um coletivo total (GURGEL, 2004; 2011), que implica na constituição de dois processos: “o reconhecimento da diversidade e a construção de uma unidade programática que refletia a aceitação das experiências particulares dentro da identidade coletiva” (GURGEL, 2004, p. 43). O fundamento da defesa do feminismo como um sujeito coletivo total está, portanto, no reconhecimento da sua heterogeneidade que, segundo Gurgel (2011, p. 44): “[...] decorre das diferentes experiências de opressão das mulheres, enquanto corpo individualizado e sujeito social”.

No final dessa década, ganha força a luta das mulheres rurais pela ampliação da cidadania, como sujeitos políticos, pelo reconhecimento

como agricultoras (enquanto profissão). Na luta por reforma agrária, as reivindicações eram em torno dos direitos igualitários à terra e à titulação conjunta da propriedade da terra. Na Região Nordeste do Brasil, em 1986, é constituído, a partir das reflexões das feministas rurais e do intercâmbio de trabalhadoras rurais dos estados de Pernambuco e Paraíba, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), que seria o responsável pelo encaminhamento da proposta de sindicalização das mulheres (mulheres e a disputa nos espaços de direção dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais) e como produtoras, no interior da família. No âmbito do sindicalismo rural, representado até então, praticamente com exclusividade, pela CONTAG, realizou-se, em 1988, a primeira Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com o objetivo de fazer pressão junto ao Congresso Nacional para garantir que as conquistas da Constituinte não fossem diluídas no processo de votação das legislações complementares.

A ATUAÇÃO DA MARCHA DAS MARGARIDAS

Já na década de 1990, os diferentes movimentos de mulheres rurais (organizações autônomas ou sindicais) sentiram a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo, para lutar por políticas agrárias e agrícolas e reivindicar o acesso aos direitos sociais e econômicos. Este processo de articulação foi marcado pela criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, destacando-se neste texto, a **Marcha das Margaridas**, considerada a maior ação de massa de mulheres no Brasil (CONTAG, 2015, p. 41), amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres da América Latina. Seu foco volta-se em uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta integrada a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres.

As três primeiras marchas, realizadas em 2000, 2003 e 2007, focaram na plataforma política e na pauta de reivindicações “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, organização foi iniciada no ano 2000, quando ocorreu a primeira Marcha, em Brasília, com a participação de 20 mil mulheres. Movimento que reivindica os direitos das mulheres e busca promover uma maior visibilidade delas no campo, com o objetivo de integrar a mulher na Reforma Agrária e na Agricultura Familiar, e também combater toda e

qualquer discriminação social e de gênero que, no contexto rural, é marcada por violências e intensos conflitos. Em 2003, ela é consolidada com a II Marcha, na qual se estima que 40 mil mulheres participaram. Em 2007 ocorre a terceira marcha, com cerca de 50 mil mulheres e, em 2011, ocorre a quarta marcha, com a participação de 70 mil mulheres, com o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”.

São objetivos da Marcha das Margaridas: Contribuir para a organização, mobilização e formação das mulheres trabalhadoras rurais; atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural; dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política, social das mulheres no processo de desenvolvimento rural; propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta; denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação contra a Mulher. As principais conquistas da Marcha das Margaridas foram: a criação da coordenadoria de Educação do campo; título da Terra em nome do homem e da mulher; ampliação da meta para implantação das Delegacias Especiais de Atenção às Mulheres; projeto de Saúde Reprodutiva; assistência Técnica com enfoque de gênero; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; inclusão das Mulheres Trabalhadoras Rurais nos programas do governo federal; manutenção dos Direitos das Trabalhadoras Rurais no seguro especial da Previdência Social.

O êxodo rural juvenil vem sendo justificado unicamente como um sonho dos(as) jovens em busca da vida urbana. Entretanto, tal discurso certamente esconde várias relações desiguais, entre elas, a concentração fundiária e à cultura machista, que submete as mulheres a trabalhos desvalorizados como os de empregadas domésticas nas cidades. O futuro possível de jovens rurais não deve ser o emprego precário, subemprego em médias ou grandes cidades, nem tampouco o casamento como único recurso delas para acessar a terra. “Queremos que elas tenham condição de decidir sobre os rumos da sua própria vida, tendo o campo como uma escolha possível, e a cidade como uma alternativa, onde verdadeiramente possam vislumbrar melhores oportunidades de trabalho e vida”. (CONTAG, 2015, p. 23).

Atualmente, as mulheres, enquanto cidadãs da sociedade civil, têm o direito universal ao voto. Porém, a falta de representatividade e de figuras femininas, especialmente nas disputas por cargos políticos mais altos,

representa uma lacuna que precisa ser superada. Em tese a inserção ao mercado de trabalho oportunizado para todos os/as trabalhadores/as, em geral, mostra-se assimétrica e segmentada. Em geral, as mulheres recebem um salário inferior dos homens atuando na mesma função apresentam dificuldades de progressão ascensão vertical e horizontal. No ambiente rural atual, se mantém esta conjuntura, na qual a vida doméstica das mulheres é, na maioria dos casos, o único objetivo de suas vidas (BRUMER, 2004). As mulheres que lutaram e alcançaram espaço na estrutura do campo, saíram de suas vidas fechadas do lar para encontrar nas terras rurais outras adversidades.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG⁸² (2015), a situação das mulheres no meio rural não apresenta homogeneidade, mas diversas particularidades, inclusive, na questão da herança familiar, do controle, administração da produção e de fazendas. A esmagadora maioria de terras no Brasil tem como proprietário alguém do sexo masculino. Todo o ambiente rural é permeado imaginário patriarcal, pela visão da sociedade sobre as mulheres trabalhadoras. O pensamento comum de que a mulher nasce para ser mãe e de que esta é sua principal função ainda é presente na sociedade do século XXI, especialmente no ambiente rural, o que reduz ainda mais o espaço delas na participação econômica entre os trabalhadores rurais. Também há uma grande parcela de mulheres que trabalham, mas não recebem, ou trabalham para a própria subsistência.

A dificuldade de acesso das mulheres rurais a terra, expressa a grotesca concentração fundiária, marcada por uma desigual distribuição, concentração de terras no Brasil (SILVA, 2008). De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (2015, p. 23) a fragmentação de propriedades da agricultura familiar em pequenos lotes, com a distribuição igualitária das pequenas unidades de produção familiar entre todos(as) os(as) filhos(as) torna-se um procedimento inviável, sobretudo, do ponto de vista econômico, para a sobrevivência da família. Esta dura realidade vem intensificando o êxodo rural,

82. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura é um movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais que completou 50 anos de fundação em 2013. Ao longo de todos esses anos luta pelos direitos dos homens e das mulheres do campo e da floresta que são agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, assalariados rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Atualmente tem como filiados 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Tem como principais bandeiras de luta: reforma agrária, agricultura familiar, direitos dos assalariados, políticas sociais para o campo, novas relações de gênero e geração, agroecologia e reforma política. Disponível em: [http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=215&nw=1](http://www	contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=215&nw=1). Acesso em: 27 jul. 2014.

particularmente das mulheres rurais aí jovens, que migram para os núcleos urbanos em busca de estudo, melhores condições de vida e maiores ofertas de trabalho, sendo para muitas a única solução possível para transformar sua perspectiva de vida, inviabilizada no campo. Porém, esta mudança de cenário nem sempre é garantia de melhores condições de trabalho para as jovens, isto porque em geral, ocupam postos de trabalho preconizados, como o emprego doméstico nas cidades.

Além dessas questões, a situação das mulheres no campo é agravada por intensos conflitos, violências e massacres, muitos deles, relacionados à concentração fundiária, e também às questões socioambientais e à preservação da sócio biodiversidade frente ao avanço do agronegócio. São milhares de campistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadoras que sobrevivem do uso sustentável da biodiversidade com práticas que expressam o saber acumulado sobre os ecossistemas, o patrimônio genético, as formas sustentáveis de produção e conservação de sementes, alimentos, plantas medicinais e domesticação das espécies. Sobrevivem em situações de conflito em seus territórios e resistem na luta pelo livre acesso à sócio biodiversidade. As quebraqueiras de coco babaçu são um exemplo, entre tantos outros, por manterem vivas a resistência e a luta pelo livre acesso e pela proteção dos babaçuais. (CONTAG, 2015, p. 38). As mulheres do campo, da floresta e das águas vêm resistindo à destruição da sócio biodiversidade pela ação do agronegócio e das corporações transnacionais.

Os movimentos das mulheres surgem então buscando espaço e questionando a estrutura e a lógica da economia atual, marcada pelo sistema capitalista, e propondo um modelo sustentável voltado para o bem de todas e todos, e não para o lucro do mercado. Assim, o bem coletivo dos trabalhadores do campo consequentemente proporcionará as condições ideais para a efetiva consolidação da participação das mulheres no campo.

MOVIMENTO FEMININO NO CAMPO: MARCHA DAS MARGARIDAS

A resistência feminina no campo frente às atrocidades e às contradições do agronegócio tem como um dos principais expoentes a Marcha das Margaridas, que é uma ação estratégica das mulheres do campo que se tornou parte da agenda do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras

Rurais (MSTTR), e do movimento feminista do Brasil. Iniciado em 2000, reuniu, em Brasília, 20 mil mulheres de todo o Brasil, sob o seguinte lema: “2000 Razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista.” (MOREIRA, 2017). O nome do movimento é inspirado em homenagem a Margarida Maria Alves, sindicalista de Alagoa Grande, na Paraíba assassinada por líderes latifundiários em agosto de 1983. Ao longo dos anos, o evento passou a ser realizado de quatro em quatro anos, com o intuito de manter as denúncias e a pressão social, assim como o diálogo e as propostas sobre a questão agrária feminina. Sua capacidade de articulação e organização foi evoluindo ao longo dos anos, sendo reconhecido como a maior manifestação de mulheres rurais do mundo. Os principais objetivos das Margaridas, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (2015, p. 8), são:

a) Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; b) Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; c) Apresentar, através de proposições, nossa crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista; d) Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar; e) Denunciar e lutar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação contra as mulheres, no sentido da construção da igualdade; f) Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, considerando as suas especificidades.

As pautas do movimento, tal qual o próprio movimento, foram evoluindo e acompanhando as necessidades e as transformações políticas, socioeconômicas, culturais e ambientais do Brasil. Os debates foram ampliando, assim como os conceitos e a estrutura do movimento no que diz respeito à sua base teórica, às suas práticas de atuação. O próprio lema foi se modificando a cada reunião, centrando em aspectos fundamentais para o período respectivo.

De acordo com Moreira (2017, p. 3), observando os lemas das cinco edições da Marcha das Margaridas, percebemos que o questionamento ao

modelo de desenvolvimento capitalista, neoliberal, expresso no meio rural pela crítica à Revolução Verde, ao agronegócio e ao latifúndio, se deu desde a sua primeira edição, apresentando em 2000 o modelo de desenvolvimento que as mulheres trabalhadoras rurais ansiavam, baseadas no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário construído pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). No entanto, foi na terceira edição que o tema do desenvolvimento rural sustentável se destaca explicitamente como perspectiva política e questão estratégica no lema da Marcha. Em 2000, o tema que compõe a agenda da Agroecologia aparece no eixo Valorização da participação da mulher na preservação do meio ambiente como: moratória dos produtos transgênicos; criação de linha de crédito para fomentar a produção agroambiental, a exemplo do processamento do babaçu; campanha de combate ao uso dos agrotóxicos; garantia às agricultoras, pescadoras e extrativistas de acesso aos serviços de comercialização e tecnologias ecologicamente sustentáveis, entre outros.

A análise da Marcha das Margaridas, bem como os debates e reuniões realizados, devem ser entendidos à luz de seu contexto, observando o reflexo do período nas articulações. O caderno de textos e de debates traduz com eficácia o momento, as necessidades e as particularidades enfrentadas a cada contexto político, econômico e social. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (2015, p. 44). A Marcha das Margaridas defende a importância de se estabelecerem novas formas de relação com o mercado com base em valores de cooperação, troca e solidariedade, valorizando a diversidade produtiva, a pesca artesanal e a participação das mulheres. Devem ser fomentadas e fortalecidas as feiras agroecológicas, os pequenos e os médios varejos, as cooperativas e os grupos de consumidoras e consumidores, o mercado institucional (compras públicas de alimentos e sementes pelos governos) e o apoio às práticas de autoconsumo.

A inserção das mulheres nos espaços de comercialização ainda se configura como um grande desafio, pois esta atividade, considerada produtiva, ainda é tradicionalmente atribuída aos homens. A garantia de comercialização permanente da produção é um dos elementos fundamentais para efetivar a autonomia econômica das mulheres, tendo, no entanto, a soberania e a segurança alimentar como prioridade, com a produção de alimentos saudáveis por meio da perceptiva agroecológica. No que se refere às políticas públicas, existem diversos empecilhos para os trabalhadores rurais de ordem

institucional e legal, especialmente para o acesso ao crédito; e, na base de todos os elementos que retardam ou impedem o acesso, tem-se a divisão sexual do trabalho e a cultura patriarcal. Frente a isso, a Marcha das Margaridas propõe transformações em diversos setores e elementos da estrutura fundiária. Em sua luta, as mulheres questionam as bases do atual modelo de desenvolvimento, o qual é excludente e discriminatório, e buscam um desenvolvimento pautado na sustentabilidade ambiental e na inclusão social e econômica que promova relações sociais justas e igualdade para as mulheres trabalhadoras.

Outros focos da luta das Margaridas estão na juventude feminina, marcada pelo intenso êxodo rural; a valorização do salário mínimo, fundamental para a distribuição de renda e melhoria das condições sociais; os direitos previdenciários, elemento histórico da luta dos campesinos; a vulnerabilidade dos trabalhadores rurais, e as dificuldades de acesso à informação, e uma educação não sexista, que preze pela igualdade de condições. Desta forma, a Marcha das Margaridas trouxe diversas contribuições para o debate acerca da situação da mulher trabalhadora rural e para melhorias em suas condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Marcha das Margaridas conseguiu unir mulheres de todo o Brasil sob uma mesma pauta, fator fundamental para o sucesso das transformações sociais. É um exemplo da força política, fruto da organização das mulheres rurais que deu voz às mulheres, visibilidade à sua luta, e o poder de realizar mudanças e melhorias. Foi através dessa organização de mulheres que ocorreu o direito de sindicalização e a criação de comissões e secretarias de mulheres, organizadas em âmbito nacional, alcançando cada vez mais uma maior mobilização e participação nas Marchas das Margaridas, além de ações em massa. Hoje, alcançou uma importância fundamental e imprescindível para a vida das trabalhadoras do meio rural.

REFERÊNCIAS

- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG. **Caderno de textos para estudos e debates:** Marcha das Margaridas. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT, 2015.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º sem. 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26366613>. Acesso em: 03 dez. 2020.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100010/8694>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GURGEL, Telma. **Feminismo e liberdade:** sujeito total e tardio na América Latina. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

_____. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano V, n. 4, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7185>. Acesso em: 20 ago. 2020.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Sarah Luiza de. Marcha das Margaridas: contribuições para a incorporação da agroecologia nas políticas públicas para o campo brasileiro. In: Mundo de Mulheres: Transformações, Conexões, Deslocamentos, 13, 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SAFFIOTTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 15 (2), jul-dez, 1990, p. 5-22. Disponível em: [www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero](http://mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero). Acesso em: 03 dez. 2020.

SILVA, Berenice Gomes da. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 495-496, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/30864996_A_Marcha_das_Margaridas_resistencias_e_permanencias. Acesso em: 22 ago. 2020.

SOBRE AS AUTORAS ORGANIZADORAS

MARIA HELENA SANTANA CRUZ



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida. Mulher branca, cabelos lisos ondulados curtos na cor louro escuro, olhos castanhos. Veste blazer de tecido preto aberto e uma blusa preta em gola V com detalhe em lantejoula. Usa batom vermelho terra nos lábios e brinco prata com cristal e pérola.

Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-Doutora em Sociologia da Educação pela UFS. Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Psicologia; Especialista em Modelos de Práticas nos Campos de Aplicação do Serviço Social; Especialista em Ciências Sociais. Atualmente é professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e em Serviço Social (PROSS) da UFS. Foi coordenadora (2003-2005) e vice-coordenadora (2001-2003) do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS. Exerceu a função de Coordenadora Executiva da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), organizou o XI e o XIX Encontros dessa Rede realizados na UFS nos anos de 2002 e 2016 respectivamente. Líder do Grupo do Diretório de Pesquisa certificado pelo CNPq: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero. Coordena o Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG) da UFS, integrado à REDOR. Foi Secretária Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Sergipe (1990/1992) e Secretária Adjunta (1978/1990) da SBPC/ Seccional Sergipe. Foi membro da Comissão Técnica da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE) e da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC). Integra o Comitê ad hoc do Programa Pró-Equidade de Gênero da Subsecretaria de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República (PR). Atuou como Conselheira, representante da UFS e do NEPIMG, no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) na gestão de 2016 a 2020. Publicou, entre outros, os seguintes livros: Educação e Igualdade de Gênero; Gênero e Governabilidade; Gênero e Trabalho: Diversidades de Experiências em Educação e Comunidades Tradicionais; Mapeando Diferenças de Gênero no Ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe; Educação Feminina: Memórias e trajetórias de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estância-Sergipe (1959-1970); Pluralidade de Saberes e Territórios de Pesquisa em Educação sob Múltiplos Olhares dos Sujeitos Investigadores; Múltiplos Enfoques e Espaços Plurais da Pesquisa no Campo da Educação; Trabalho, Gênero, Tradição e Modernidade; Feminismo, Desenvolvimento e Direitos Humanos; além de inúmeros capítulos e artigos em periódicos científicos nas áreas de Educação, Ciências Sociais, Gênero, Violências. Membro do Conselho Editorial e do Conselho Científico de várias revistas científicas. Tem experiência de pesquisa na área de Educação e Ciências Sociais, com ênfase nos seguintes temas: trabalho, formação de professoras/es, gênero, diversidade, políticas sociais, movimentos sociais, violência, idade e geração.

E-mail: helenacruz@uol.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4620908024396665>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7794-278X>

ANA PAULA LEITE NASCIMENTO



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida com parede cinza ao fundo. Mulher parda ao centro sorrindo. Olhos castanhos escuros, cabelos castanhos repicados. Usando brilho nude nos lábios, blusa vermelha de lã com casaco preto aberto, boina creme com aba trançada em crochê.

Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), lotada no Campus Lagarto desde o ano de 2009. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/2009). Especialista em Escola e Comunidade (UFS/2010). Mestra em Serviço Social (UFS/2014). Doutora em Educação (UFS/2019). Pós-Doutoranda em Educação (UFS/2020). Foi assistente social do Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE), lotada no Pronto Socorro (2012-2015). Compôs a Gestão “Unir Forças para Avançar nas Lutas” do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/SE) como Conselheira vice-presidenta e presidente (2011-2014). Foi Coordenadora de Formação Política e Sindical do Sinasefe Sergipe (2019-2020). Desenvolveu Projetos de Pesquisa (PIBIC/CNPq/IFS) e Projetos de Extensão (PIBEX/IFS). Participou de Comitês Científicos como avaliadora ad hoc. Participou do Grupo de Estudos sobre Marx (GEPEM), vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS/UFS). Participa do Grupo de Pesquisa: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS) e do Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica (NEPEPT/IFS). Realiza pesquisas nas áreas de Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho, Inclusão Sociodigital, Acessibilidade, Política Social, Educação, Assistência Estudantil, Juventudes, Gênero, Sexualidades, Feminismos, Movimentos Sociais, entre outras. Possui artigos publicados em periódicos científicos, capítulos de livros, revistas e anais. Autora dos Livros “A política de Assistência Social em Aracaju/SE: uma análise da realidade do CRAS “RISOLETA NEVES” (Novas Edições Acadêmicas, 2014); “Assistência Estudantil no IFS” (EDIFS, 2014) e “Juventudes em cena no cotidiano escolar: movimento de (re)produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências” (EDIFS, 2019). Organizadora das Coletâneas “Estudos e Abordagens em Serviço Social & Educação” (Criação, 2017); “Serviço Social e Educação: contribuições ao debate em uma perspectiva crítica” (Criação, 2018); “Serviço Social, Estado e políticas sociais: reflexões e práxis face à barbárie do capital e reprodução do ideário conservador” (Editora UFS, 2019), com autoria de artigos nessas obras.

E-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1996685014561195>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2050-1596>

PREFACIADORA

MARIA EULINA PESSOA DE CARVALHO



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida. Mulher branca, sorrindo. Cabelos lisos curtos no tom vermelho cereja, olhos castanhos. Usa blusa laranja salmão com detalhe preto na gola, brilho labial rosa, argolas pequenas douradas e óculos retangular com armação preta e dourada. Ao fundo, estante com livros e símbolos da tradição de matriz africana.

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (1978). Mestra em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (1989). PhD em Currículo, Ensino e Política Educacional pela Michigan State University, USA (1997). Pós-doutorado na Universidade de Valencia, Espanha (2011). Professora titular da Universidade Federal da Paraíba do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão. Bolsista de produtividade do CNPq.

E-mail: mepcarv@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4066341343633963>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5814>

ADENILDE DE SOUZA DANTAS



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida. Mulher parda com cabelo castanho médio, liso, na altura dos ombros, corte em franja, olhos pretos. Usando batom vermelho, óculos de grau, blusa preta com mangas e flores pequeninas brancas e cinzas.

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2017); Especialista em Literatura Portuguesa e Brasileira pela Faculdade Pio Décimo (2010); Licenciada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (2008) e Magistério para o Ensino de 1º Grau (curso técnico de nível médio) (1998). Professora da rede Estadual de Ensino de Sergipe e da rede Municipal de Ensino de Nossa Senhora do Socorro/SE desde 2005. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq:

“Educação, Formação, Processos de Trabalho e Relações de Gênero” – UFS desde 2015. É professora efetiva da rede Estadual de ensino de Sergipe e da rede Municipal de Ensino de Nossa Senhora do Socorro/SE. Desenvolve estudos sobre relações de gênero e poder no espaço sindical docente.

E-mail: adidantas77@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6149851183092838>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0825-1456>

ANA CAROLINE TRINDADE DOS SANTOS



#pracegover #paratodosverem

Foto colorida com imagem central de uma mulher negra da pele preta, adulta, cabelos crespos curtos, olhos pretos, sorrindo com a mão no queixo. Usando óculos de grau e batom vermelhos, camisa vermelha e blusão de frio preto. Ao fundo, paisagens de casas antigas e horizonte montanhoso.

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2006), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Assistente social da Prefeitura Municipal de Aracaju trabalha no Centro de Referência de Assistência Social Risoleta Neves desde março de 2010; trabalhou como Secretária de Assistência Social, Inclusão e Cidadania no município de Nossa Senhora da Glória/SE de maio de 2014 a janeiro de 2015. Atuou como docente na Universidade Federal de Sergipe na condição de professora substituta do Departamento de Serviço

MULHERES, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Social no período de 2013 a 2015 ministrando as disciplinas de Seguridade Social e Pesquisa Social em Serviço Social desde 2013; e no período de junho de 2018 a abril de 2019 ministrando as disciplinas: Movimentos Sociais e Serviço Social; Política Social I, Seguridade Social e Estágio Supervisionado I. Foi professora horista da Universidade Tiradentes, entre 2010 e 2013, lecionando as disciplinas de Política Social II, Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social e Movimentos Sociais; no ano de 2012 coordenou o Grupo de Estudo denominado GEMF - Grupo de Estudo da Mulher e da Família regulamentado na plataforma de grupos de pesquisa do CNPQ. Foi membro da diretoria do Conselho Regional de Serviço Social 18ª Região Sergipe na gestão "Unir forças para avançar nas lutas" triênio 2011-2014 atuando como conselheira tesoureira e nas comissões: Administrativo-Financeira e na Comissão de Ética e Direitos Humanos. Tem experiência na Docência em Serviço Social e na política de Assistência Social, com ênfase na Proteção Social Básica, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude e políticas públicas, assistência social, questão étnico racial e movimentos sociais. Atualmente está no curso de Doutoramento em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa/Portugal - ISCTE-IUL com previsão de término para 2020.

E-mail: linetrindades@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8302528474903661>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8451-5997>

ANA RAQUEL MARTINS DIÓGENES HOLANDA



#pracegover #paratodosverem

Descrição da imagem: Mulher CIS branca, sorrindo. Possui cabelo castanho escuro, curto e liso. Usa óculos de grau na cor preta com detalhe dourado e blusa em tons de preto, cinza e branco. Ao fundo, uma parede cinza. Fim da descrição.

É Pessoa com deficiência visual (baixa visão), integrante do Coletivo Feminista Helen Keller, psicóloga, graduada pela Universidade Federal do Ceará. Atua no campo da reabilitação atendendo principalmente pessoas com deficiências originadas a partir de lesões neurológicas.

E-mail: anaraquel.mdh@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1597122412218106>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7330-9688>

BRUNA ANDRADE IRINEU



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida, sem fundo. Mulher branca ao centro, sorrindo com a mão no queixo. Com cabelo loiro repicado, olhos verdes e óculos lilás no rosto. Usando batom vermelho, blusa vermelha, anel preto e anel dourado com pedra verde, esmalte vermelho.

Professora Adjunto II no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) desde 05/2018 e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/ICHS/UFMT). Atuou como Professora no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) entre os anos de 07/2009 e 04/2018. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (2006), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2009) e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2016). Atualmente é Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH). Coordenadora do NUEPOM/ICHS/DGP/CNPQ.

E-mail: brunairineu@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8676883646497204>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1158-5000>

CAMILA DE SOUZA SILVA MARQUES



#pracegover #paratodosverem

Na foto com fundo branco aparece uma mulher de pele morena sorrindo, olhos castanhos, cabelo castanho curto e ondulado. Usa batom vermelho nos lábios e brinco vermelho de pena na orelha esquerda. Veste blusa verde com manga e modelagem ombro a ombro.

Professora de sociologia no Instituto Federal de Goiás, IFG e atual Coordenadora Geral do Sinasef Nacional. Mestre em ciências sociais e bacharel em Direito tem experiência em pesquisas sobre o movimento sindical, direito penal e justiça do trabalho, foi pesquisadora do Ipea e atua junto aos movimentos sociais e culturais de Brasília.

E-mail: camiladesmarques@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0020464147296612>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9191-2897>

CIARIA DE AGUIAR FREITAS VARJÃO



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida. Mulher negra, sorrindo. Cabelos curtos pretos, olhos pretos. Veste blusa jeans azul, usa batom na cor nude. Ao fundo, há uma prateleira de livros e um quadro do universo.

Mãe de Beatriz e Liz Morena, servidora pública da Universidade Federal de Sergipe (UFS)/Campus do Sertão, integra o Grupo de Pesquisa Xiquexique/UFS/CNPq, formada em engenharia agronômica pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), especialista em gestão e educação ambiental e mestra em Antropologia / UFS.

E-mail: ciafreitas@yahoo.com.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4939896472922282>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4023-750X>

CRISTIANE OLIVEIRA DE SANTANA



#pracegover #paratodosverem

Fotografia em branco e preto. Mulher branca, possui cabelos compridos que estão parcialmente presos, deixando uma mecha cair sobre o ombro esquerdo. Sorri levemente, usa uma blusa escura com gola em V e batom nos lábios.

É Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (2008), graduada em Ciência da Computação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2006) e licenciada em Informática pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2020). Atualmente é professora do ensino básico técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Desde 2018 participa do projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe, projeto parceiro do Programa Meninas Digitais da Sociedade Brasileira de Computação, fomentando a participação de mulheres na ciência, mais especificamente, na computação. Tem experiência na área de Ciência da Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: mulheres na ciência, pensamento computacional, fundamentos de programação, programação orientada a objeto.

E-mail: cristiane.oliveira@ifs.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5850109313490132>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3577-9846>

DÉBORA LIMA SIQUEIRA



#pracegover #paratodosverem

Na foto aparece rosto de uma mulher na faixa dos 30 anos, pele morena, cabelos pretos cacheados soltos, olhos pretos. A mulher sorri, está usando uma camisa regata preta e batom vermelho nos lábios.

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Psicodrama pela PRÓFINT e especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade Católica Dom Bosco. Atua como psicóloga no Instituto Federal de Sergipe. Foi membro da diretoria da seção Sergipe do sindicato nacional dos servidores Federais da Educação básica profissional e tecnológica durante o período de 2016-2020.

E-mail: deboralimase@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3991270000259188>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7611-6646>

ISADORA RODRIGUES NASCIMENTO SANTOS



#pracegover #paratodosverem

Mulher negra, seus cabelos castanhos estão lisos abaixo dos ombros e tem olhos castanhos. Está usando um batom vermelho, um cachecol preto e um casaco cinza. Ao fundo, céu noturno e algumas lâmpadas acesas.

É uma mulher negra, feminista, Pós-graduanda em cidadania e direitos humanos no contexto das políticas públicas pela PUC Minas e bacharela em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara de Belo Horizonte/ MG. É pessoa com deficiência visual (baixa visão), ativista pelos direitos das pessoas com deficiência e produtora de conteúdo. É autora do perfil @olharcotidiano_, colaboradora do Blog Pacote Literário e integrante do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com deficiência.

E-mail: isadora.rnsantos@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3157603822094585>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1431-1817>

FRANCISCA MARIA RODRIGUES SENA



#pracegover #paratodosverem

Foto colorida da frente do rosto e busto. Mulher negra com cabelos crespos castanhos soltos na altura do ombro, olhos pretos. Usa brincos de argola prata, piercing prata no lado direito do nariz, batom café nos lábios, roupa amarela com mangas curtas. Ao fundo parede verde e quadro com arte visual colorida.

Educadora Popular, assistente social e mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente trabalha como Especialista em Gênero e Raça/Etnia do Projeto Paulo Freire, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. Faz parte do GT de Equidade de Gênero dos Projetos apoiados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA no Brasil. É militante do Instituto Negra do Ceará - INEGRA e da Rede de Mulheres Negras do Ceará.

E-mail: fcasena@protonmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5965305541992139>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8343-3431>

GLAUCÉ MARGARIDA DA HORA MEDEIROS



#pracegover #paratodosverem

Foto de perfil de mulher afrodescendente, sorridente. Cabelos pretos ondulados na altura dos ombros, olhos castanhos amendoados. Usa camiseta branca e cardigã vermelho, brincos circulares dourado e bege. A foto foi registrada em fundo branco.

Graduada em Ciências Sociais (UFRPE) com a monografia “Participação Política da Mulher na Assembléia Legislativa de Pernambuco 16 Legislaturas da ALEPE”. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento local da Universidade Federal Rural de Pernambuco com a dissertação DISCURSO DE MULHERES DOCENTES DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS NA UFRPE. Secretária da Mulher do Recife/Prefeitura Município de Recife em 2020. Contribui com o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE e o Núcleo de Pesquisa Mulher e Ciência NPANC/UFRPE.

E-mail: glaucemargaridamedeiros@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3890808415433880>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1293-7151>

JISLANE SILVA SANTOS DE MENEZES



#pracegover #paratodosverem

Mulher parda, cabelos escuros lisos com luzes loiras até a altura dos ombros, rosto oval sem maquiagem, com olhos castanhos escuros, boca sorridente sem batom. Traja um vestido com estampa azul do qual é visível a alça no ombro e está sob um fundo branco.

É Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Sergipe (2016), pós-graduada em MBA em Gerência de Projetos pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE (2009) e graduada em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Sergipe (2006). Atualmente é professora do ensino básico técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Desde 2016 trabalha com projetos de extensão voltados para a inclusão digital no ensino básico, sendo um deles o projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe, projeto parceiro do Programa Meninas Digitais da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), estimulando a participação de mulheres nas ciências exatas, mais especificamente, na computação, na região Centro-Sul de Sergipe. Também atua como Representante Institucional da SBC no IFS, campus Lagarto. Tem experiência na área de Ciência da Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão digital, mulheres na ciência, pensamento computacional, engenharia de software e gerência de projeto.

E-mail: jislane.menezes@ifs.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4484686084492373>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5940-2248>

JOSEFA LUSITÂNIA DE J. BORGES



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida. Mulher parda, sorrindo com a mão esquerda no queixo. Cabelos lisos castanhos claros abaixos do ombro, olhos castanhos. Veste blazer de linho bege aberto com uma blusa azul e usa batom rosa nos lábios.

Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA) do curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia (IPS) e Profª. colaboradora do Mestrado em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre e Doutora em Educação com estágio doutoral na Universidade do Porto (U.P.). Especialização em Saúde da Família e em Ativação de Processo de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde pela ENSP/

MULHERES, EDUCAÇÃO E TRABALHO

FIOCRUZ. Entre os anos de 2010 a 2019 foi Servidora Pública na Fundação Estadual de Saúde no cargo de Especialista em Política e Educação em Saúde. Além disso é autora dos seguintes livros: Saúde da Família: trabalho e formação médica no Brasil e em Portugal (Editora Apriss); Reestruturação Organizacional do Modelo de Saúde e o Processo de Educação Permanente no SUS (Editora UPS) e uma das organizadoras do livro Serviço Social & Gênero: interfaces com as Políticas Públicas e Sociais (Editora Apriss). Ademais, é coordenadora da pesquisa (PIBIC/CNPq/FAPESB) sobre Gênero e saúde no trabalho docente em Serviço Social. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social na área de saúde, atuando fundamentalmente nos seguintes temas: Saúde, Gênero, Trabalho, Formação Profissional/qualificação. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde (GEPS); Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero; Desigualdades sociais, Políticas Públicas e Serviço Social e do Grupo de Pesquisa Josué de Castro/CCBS/PUC/RJ.

E-mail: lusitanaborges@gmail.com e josefa.lusitania@ufba.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7663229974756924>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3313-9976>

JOSEFA MARTINS DA CONCEIÇÃO



#pracegover #paratodosverem

É uma mulher branca. Ela tem cabelos curtos e brancos, rosto retangular, sobrancelhas e olhos escuros. Usa óculos com armação retangular azul marinho, brincos pequenos e batom cor de vinho. Ela está séria e usa uma blusa jeans com colarinho aberto.

Bibliotecária/Documentalista da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em Educação em Ciências, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências: Química da Vida e Saúde da UFRGS (2019). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), possui Especialização em Informação Agrícola pelo CNPq/IBICT (1983), Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (1980). Tem experiência na área da Ciência da Informação, com ênfase em Informação e Memória, e na área da Comunicação, com ênfase na área da Memória da Imagem e Memória Institucional, oral e grupos longevos. Desenvolve pesquisas com foco nas Mulheres na Ciéncia e Mulheres nas Academias de Ciéncias. É Vice-coordenadora do Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciéncia (NPAMC). É membro das Academias Brasileira e Pernambucana de Ciéncia Agronómica.

E-mail: cmartins3012@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8750058203510899>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2769-3217>

LARISSA DE GOIS BARRETO



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida, arte com fundo focado na cor verde, com a imagem da autora com vestes azul escuro, batom vermelho, brincos, gargantilha e cabelos longos. Traços de uma pessoa alegre, extrovertida e simpática.

É estudante de Bacharelado em Sistemas de Informação no Instituto Federal de Sergipe (2018). Técnica de Assistente de Recursos Humanos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (2020). Atualmente trabalha como Auxiliar Administrativo na Fábrica de Calçados Via Júpiter. Desde 2018 é aluna voluntária do projeto Meninas Digitais - Regional Sergipe, projeto parceiro do Programa Meninas Digitais da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), fomentando a participação de mulheres na ciéncia, mais especificamente, na computação, na região Centro-Sul de Sergipe.

E-mail: larissa.barreto0775@academico.ifs.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8596845127336636>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3165-140X>

MANUELA RODRIGUES SANTOS



#pracegover #paratodosverem

Eu sou uma mulher trans, parda, com cabelos longos pretos, organizados em uma trança lateral direita com uma flor rosa acima. Visto um vestido de alça vermelho que combina com meu batom. Estou sorrindo. Uso argolas grandes prateadas. Ao fundo, tenho uma parede branca, à esquerda um sofá cinza seguido por uma estante branca com livros.

Licenciada em Letras Português-Francês (UFS), Mestre em Sociologia (UFS) e Doutoranda em Literatura (PÓSLIT/UnB). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade, Educação e Tecnologias (GEPSET/IFS) e do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea (GELBC/ UnB). É professora de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas do

Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão. Desenvolve estudos ligados a Teorias da Narrativa; Estudos de Gênero e Crítica Literária Feminista; Teoria e Políticas Queer e Representações de Gênero e Diversidade Sexual na Literatura Brasileira Contemporânea.

E-mail : manurodrigues2512@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6532768296104142>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1867-8293>

MÁRCIA TAVARES



#pracegover #paratodosverem

Mulher com cabelos curtos, encaracolados e vermelhos, pensativa, o rosto repousa numa das mãos. Usa um óculos em tom de caramelo e o batom vermelho, que contrastam com o vestido estampado com pequenas flores. Ao fundo, estante com livros.

Assistente social, tem mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-doutorado em Serviço Social pela UFS. Professora associada do Curso de Serviço Social e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da UFBA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (UFBA-CNPq).

E-mail: marciatavares1@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9948943434197165>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2165-4594>

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ANDRADE LEITÃO



#pracegover #paratodosverem

Foto de perfil de mulher de meia idade, afrodescendente de pele clara, sorrindo com os olhos e a boca. Cabelos e olhos castanhos claros, curtos e cacheados, rosto redondo. Usa camiseta cinza, colar vermelho com bolas grandes, brincos pequenos e batom vermelhos. A foto foi registrada em fundo branco.

Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em Estudios Iberoamericanos - Universidad Complutense de Madrid (1998), mestre em Desenvolvimento Urbano- Universidade Federal de Pernambuco (1988) graduação em Arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco (1981). Pós-doutorado na UFSC, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (2011-2012), Investigadora Visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2014) e Pesquisa no IELET Instituto de Estudos de Literatura

Tradicional da Universidade Nova de Lisboa (2019). Coordena, desde 2002, o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE e o Núcleo de Pesquisa Mulher e Ciência NPANC/UFRPE. Tem publicado na área de Sociologia/Antropologia, nos seguintes temas: relações de gênero, desenvolvimento local, políticas públicas, pesca artesanal e cidadania, mulher e ciência.

E-mail: maria.alcita@ufrpe.br e mrfaleitao@gmail.com

Site: www.gpdeso.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8086721690207482>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4330-8681>

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA



#pracegover #paratodosverem

Mulher negra, sorrindo. Cabelos pretos cacheados curtos, olhos pretos. Usa batom vermelho vinho nos lábios e brincos longos nas cores dourada e preta. Veste blusa colorida, sobressaindo as cores vinho, lilás e laranja. Ao fundo, parede cinza.

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1991), mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (1998) e Doutorado em Sociologia pela UFC com linha de Pesquisa Pensamento social, imaginário, e religião (2009). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (2004). Professora do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do NUAFRO- Laboratório de Afro brasiliade, gênero e família da UECE. Líder do Grupo de Pesquisa Relações Etnico-raciais: cultura e sociedade da UECE. Tem experiência na área de Sociologia, Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Família, Gênero, relações étnico-raciais, Política sociais, gestão de políticas públicas, Política de Igualdade Racial, Política de Assistência Social, cultura e religião de matriz africana. Foi Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade racial do Ceará (CEPPIR) (2015-2020), da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. Vencedora do Prêmio Innovare 2020, na categoria Justiça e Cidadania, por ser uma das criadoras do projeto “Campanha Ceará Sem Racismo: Respeite minha história, respeite minha diversidade”. É Assessora da Assessoria Especial de Acolhimento aos Movimentos Sociais, que possui status de Secretaria no Governo do Ceará.

E-mail: zelmadeira@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1832498331579131>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2291-4455>

MILENA FERNANDES BARROSO



#pracegover #paratodosverem

Fotografia de rosto, em fundo escuro. Mulher não branca, aparece sorrindo, com cabelos castanhos claros soltos um pouco ondulado, olhos castanhos, lábios nude sem batom.

Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018), com estágio doutoral na Universidade do Québec, Canadá (2015). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade e do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: mibarroso@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5731736618829051>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8349-1508>

NELYNE MOTA DOS SANTOS ARAÚJO



#pracegover #paratodosverem

Descrição da imagem: Mulher CIS, preta não retinta. Possui cabelo preto, curto, cacheado e solto, olhos pretos. Usa batom vermelho nos lábios e veste uma bata estilo hippie em tons de azul, branco e marrom. Ao fundo, uma parede branca. Fim da descrição.

É uma mulher com deficiência, negra não retinta. Ativista das causas PCD, feminista, negra, LBGQTQIA+. Jornalista não diplomada, aspirante à escritora, pesquisadora, acadêmica do curso de Direito pela UniRv Universidade de Rio Verde-GO, apaixonada por criminologia, comportamento humano e sociologia. Integrante do Coletivo Feminista Helen Keller e do Coletivo Feminista Jacarandá.

E-mail: nelynemota@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8662732619741349>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3752-5364>

PATRÍCIA ROSALBA SALVADOR MOURA COSTA



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida. Mulher branca, sorridente. Cabelos castanhos claros abaixos dos ombros, olhos verdes, veste uma blusa de cor negra, usa batom claro e argolas grandes na cor prata.

Pós-doutora em Ciências Humanas na Universidade Pablo Olavide na Espanha. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Possui Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe-UFS. Atualmente é professora do Campus do Sertão da UFS e docente permanente no Mestrado em Antropologia da UFS. Desenvolve pesquisas na área interdisciplinar em Humanidades, com ênfase em Sociologia e Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero e ruralidades, relações de poder, violências, sexualidades. Líder e pesquisadora do grupo de pesquisa XiqueXique UFS/CNPq (Grupo de Pesquisa Gênero e Sexualidade).

E-mail: patriciarosalba@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0525576563038902>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8320-9093>

PAULA EDUARDA SOARES DA SILVA



#pracegover #paratodosverem

Fotografia em preto e branco. Mulher negra, cabelos cacheados na altura do ombro. Usa um brinco listrado e veste blusa ombro a ombro. O fundo da fotografia está desfocado.

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá, é Bolsista de Extensão do Observatório Virtual de Gênero e Sexualidade na Pandemia de COVID-19, faz parte da equipe responsável pelo Projeto de Extensão Vamos falar sobre racismo? O debate sobre a questão racial na formação e no exercício profissional, compõe o

MULHERES, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Projeto de Pesquisa Saúde Mental como Política Pública para a População Negra: uma análise a partir da rede de serviços. Atuou enquanto Estagiária na Elonet Habitação de 2019 a 2020 e no Centro de Referência em Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso (CRDH/MT) de 2018 a 2019. Integrou o Projeto de Extensão Educação Permanente: atribuições e competências das Assistentes Sociais da Rede de Serviços Sócio-assistencial em 2019. Participou do Projeto de Pesquisa Estudos e Pesquisa sobre Exercício Profissional Competente de 2018 a 2019. Compôs a Gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASES) - Tereza de Benguela de 2018 a 2019. Foi bolsista de Apoio à Inclusão do Programa de Inclusão Quilombola (PROINQ) de 2017 à 2019. Esteve na condição de representante discente do colegiado de curso de Serviço Social da UFMT, campus Cuiabá de 2016 à 2017. Tem interesse nos seguintes temas: serviço social, saúde mental, relações raciais, gênero e sexualidade.

E-mail: paulaeduarda.s.98@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8205688672722360>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6200-3280>

REGINA ALICE RODRIGUES ARAUJO COSTA



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida. Mulher branca sorridente de lado na foto. Cabelos curtos cacheados castanhos, olhos castanhos, com óculos de grau redondo prata, argola pequena prata, veste paletó azul marinho e camisa branca.

Mestra em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Grupo de Pesquisa PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO, aprovado pela UFPE/ PROPSQ, financiado pelo CNPQ - Edital Universal. Especialista em Direito Civil - UNIBF. Especialista em Direito do Trabalho - UNIBF. Especialista em Direito Homoafetivo e de Gênero - Unisanta. Bacharel em Direito - Universidade Federal da Paraíba. Advogada. Técnica Administrativa no Instituto Federal da Paraíba.

E-mail: re.rodrigues.araujo@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1840778770529584>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7158-0757>

SARA CRISTINA MARTINS DA SILVA



#pracegover #paratodosverem

Mulher negra, cabelos pretos, crespos e curtos, parte está sobre o rosto, olhos pretos. Está com a cabeça levemente de lado, usa brilho vermelho nos lábios, brincos grandes nas cores dourada, preta e branca. Veste roupa colorida, sobressaindo as cores vinho, azul, amarela, branca e vermelha. Ao fundo, uma parede rosa.

Graduação em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso; Mestranda em Política Social pela UFMT; presidente do Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres; presidente da Comissão de Defesa da Igualdade Racial da OAB-CÁCERES; integrante do Grupo de Estudos para Educação das Relações Étnico-raciais - GEPRER; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações de Gênero (NUEPOM) da UFMT; bolsista da Fundação Konrad Adenauer (KAS).

E-mail: saracristinamartins96@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4652716115265849>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5618-5353>

SIMONE REGINA DA COSTA



#pracegover #paratodosverem

Fotografia colorida. Mulher branca com pose sorridente de frente. Cabelos escovados castanhos, olhos castanhos. Usando vestido preto e branco xadrez, batom vermelho nos lábios.

Assistente Social. Terapeuta Holística com registro na ABRATH. Técnica Contábil no Instituto Federal do Sergipe. Educadora popular de saúde paulo freiriana. Ativista do paradigma da saúde pelo protagonismo, auto conhecimento e saúde integral. Já foi membro da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Lecionou no curso de ACS do PRONATEC. Mestre em Reiki Usui Tibetano. Terapia com florais, aromaterapia, cristais e fitoterapia brasileira.

E-mail: simone.costa@ifs.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8927279532737898>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0438-3099>

TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA



#pracegover #paratodosverem

Mulher negra, sorridente com a mão no queixo, cabelos bem curtos em uma mistura de crespo com cacheado na cor castanho claro, olhos castanhos escuros. Maquiada com tons na cor nude. Veste blusa preta com babados na gola. Usa brincos e anéis dourados, esmalte vermelho. Ao fundo, uma parede na cor cinza.

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED-UFS/SE), na área: Educação, Comunicação e Diversidade. Inserida na linha de pesquisa: Educação e Comunicação. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS/SE), na área: Organização e Dinâmica dos Espaços

Agrário e Regional. Inserida na linha de pesquisa: Produção e Organização do Espaço Agrário. Possui Especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade Amadeus (FAMA). Possui Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Faculdade José Augusto Vieira (FJAV). Tem experiência na área de Metodologia do Trabalho Científico e Ensino de Geografia. Na Geografia atua nos campos da Geografia Humana com ênfase em Geografia Agrária e Rural, atuando e desenvolvendo pesquisas nos seguintes temas: Agricultura familiar; Assentamentos Rurais; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Sustentável; Educação do Campo; Luta pela Terra; Movimentos Sociais do campo; Reforma Agrária; Sustentabilidade; Territórios e Espaços Rurais. Na Educação tem experiência no campo de Educação Ambiental; Educação do Campo; Processos de Ensino-Aprendizagem e Metodologia do Ensino. É integrante do Grupo de Pesquisa sobre Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero (PPGED/UFS/CNPQ) coordenado pela Profa. Dra. Maria Helena Santana Cruz, professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente vem desenvolvendo pesquisas sobre Assentamentos rurais; Comunicação; Cultura; Educação; Diversidade, Desigualdade Social; Feminismo; Movimentos Sociais; Mundo Rural; Divisão sexual do trabalho e Relações de Gênero. Também tem desenvolvido pesquisas no que diz respeito a Classe, Gênero e Raça. Tem interesse pelas seguintes áreas: Ciência Política, Ciências Sociais, Educação, Geografia, História e Sociologia Rural.

E-mail: tamires_ufs@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4310786176532607>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2721-5859>

[...] as mulheres têm sido as mais atingidas pela crise no mercado de trabalho durante a pandemia da Covid-19, tanto porque caiu sua participação na força de trabalho no segundo trimestre de 2020, segundo dados do IBGE, quanto porque elas são ainda mais sobre carregadas com as tarefas domésticas, principalmente com o fechamento das escolas e creches.

Apesar disso, elas continuam estudando, trabalhando e pesquisando, com destaque para as questões da educação e trabalho da perspectiva de gênero. As mulheres docentes e pesquisadoras da educação básica, tecnológica e superior são uma minoria altamente escolarizada num país de extremas desigualdades. São mulheres assalariadas, que podem até terceirizar o trabalho doméstico, empregando outras mulheres, mas ainda assim pagam o preço de conciliar tarefas profissionais e familiares. [...] São mulheres de distintas gerações, pertencimentos etnicorraciais e regiões do Brasil, oriundas de diversas áreas do conhecimento e interessadas em várias questões.

Sabemos o quanto necessitamos avançar ainda para alcançar a igualdade de gênero, um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e, inclusive, para consolidar nossas conquistas recentes, ameaçadas por grupos reacionários que se alvoroçaram nos últimos anos.

Apesar da desinteligente e desastrosa descontinuidade das políticas para as mulheres, após o impeachment da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e do consequente desmantelamento da Secretaria de Políticas para Mulheres, elas continuam produzindo conhecimento sobre as desigualdades de gênero com vistas a sua superação. Adiante! Boa leitura!

João Pessoa, 23 de janeiro de 2021.

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Professora titular da Universidade Federal da
Paraíba do Curso de Pedagogia e do
Programa de Pós-graduação em Educação.